

ISSN: 1514-8782

CADERNOS DO CNLF, VOL. XVII, Nº 02

LEXICOGRAFIA, LEXICOLOGIA, SEMÂNTICA E TERMINOLOGIA



XVII CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos
Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, 26 a 30 de agosto de 2013



RIO DE JANEIRO, 2013

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
INSTITUTO DE LETRAS**

REITOR

Ricardo Vieira Alves de Castro

VICE-REITOR

Paulo Roberto Volpato Dias

SUB-REITORA DE GRADUAÇÃO

Lená Medeiros de Menezes

SUB-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

SUB-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA

Regina Lúcia Monteiro Henriques

DIRETOR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES

Glauber Almeida de Lemos

DIRETORA INSTITUTO DE LETRAS

Maria Alice Gonçalves Antunes

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE LETRAS

Tânia Mara Gastão Saliés

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Boulevard 28 de Setembro, 397/603 – Vila Isabel – 20.551-030 – Rio de Janeiro – RJ
eventos@filologia.org.br – (21) 2569-0276 – <http://www.filologia.org.br>

DIRETOR-PRESIDENTE

José Pereira da Silva

VICE-DIRETORA

José Mário Botelho

PRIMEIRA SECRETÁRIA

Regina Celi Alves da Silva

SEGUNDA SECRETÁRIA

Anne Caroline de Moraes Santos

DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Amós Coelho da Silva

VICE-DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Eduardo Tuffani Monteiro

DIRETORA CULTURAL

Marilene Meira da Costa

VICE-DIRETOR CULTURAL

Adriano de Sousa Dias

DIRETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Antônio Elias Lima Freitas

VICE-DIRETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Luiz Braga Benedito

DIRETORA FINANCEIRA

Ilma Nogueira Motta

VICE-DIRETORA FINANCEIRA

Maria Lúcia Mexias Simon

XVII CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

de 26 a 30 de agosto de 2013

COORDENAÇÃO GERAL

*José Pereira da Silva
José Mario Botelho
Marilene Meira da Costa
Adriano de Souza Dias*

COMISSÃO ORGANIZADORA E EXECUTIVA

*Amós Coelho da Silva
Regina Celi Alves da Silva
Anne Caroline de Moraes Santos
Antônio Elias Lima Freitas
Eduardo Tuffani Monteiro
Maria Lúcia Mexias Simon
Antônio Elias Lima Freitas
Luiz Braga Benedito*

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE APOIO

*Ilma Nogueira Motta
Eliana da Cunha Lopes*

COMISSÃO DE APOIO ESTRATÉGICO

*Marilene Meira da Costa
José Mario Botelho
Laboratório de Idiomas do Instituto de Letras (LIDIL)*

SECRETARIA GERAL

Sílvia Avelar Silva

SUMÁRIO

0. Apresentação – *José Pereira da Silva*..... 08
1. A derivação e seus subtipos: um estudo comparativo – *Vito César de Oliveira Manzollilo* 10
2. A não arbitrariedade entre forma e sentido – *Lucia Helena Lopes de Matos* 25
3. As diferentes acepções assumidas pelo antropônimo – *Andréia Almeida Mendes* 32
4. As estruturas com o verbo-suporte dar uma x-ada e a prototipia: uma contribuição funcionalista – *Alzira da Penha Costa Davel*... 46
5. Criação de vocabulário de matemática como recurso didático – *Misleine Andrade Ferreira e Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira* 60
6. Do espaço para o tempo: um estudo de caso concreto – *Zinda Vasconcellos* 68
7. Estudo do vocabulário rural de Minas Novas – Minas Gerais – *Maryelle Joelma Cordeiro* 84
8. Metáforas, protótipos e esquemas imagéticos: como a linguagem revela os caminhos da mente – *Naira de Almeida Velozo* 105
9. O signo e o valor linguísticos em saussure: uma leitura reflexiva possível – *Geraldo José da Silva* 123
10. Por uma visão compreensiva do processo de recomposição – *Patrícia Affonso de Oliveira e Carlos Alexandre Gonçalves*..... 137
11. Referenciação lexical em textos bíblicos – *Mayra Machado Silva e Maria da Penha Pereira Lins* 155

12. *Ylê ayê orum ubuntu*: bebendo das fontes da africanidade – Jose Geraldo da Rocha, Cristina Conceição da Silva e Gabriela Girão de Albuquerque 167
13. A terra prometida: uma metáfora deslocada – José Severino da Silva, Idemburgo Pereira Frazão Félix e Jacqueline de Cássia Pinheiro Lima 178
14. “Arte de Cozinha”: estudo léxico-semântico de um documento português do século XVII – Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz 186
15. Coordenação, subordinação e correlação: três processos distintos de formação do período composto – Ana Cecília dos Santos Santoro e Gabriela Barreto de Oliveira 196
16. Do *bombero* ao *merguiadô*: a nomeação das funções dos trabalhadores no garimpo de diamantes – Gabriela Guimarães Jeronimo e Maria Helena de Paula 205
17. Iconicidade em formas neológicas substantivas – Maria Noêmi F. C. Freitas 214
18. Instrumentos lexicográficos regionais: estudo de Amaral (1920), Teixeira (1944) e Ortêncio (2009) – Rayne Mesquita de Rezende e Maria Helena de Paula 227
19. Letramento: um tema entre vários autores – Álvaro Vinícius de Moraes Barbosa Duarte 237
20. Magro, esquelético, engelhado, vitorioso: um estudo do vocabulário em textos dos séculos XIX e XX – Maria da Conceição Reis Teixeira 251
21. Metáforas do *Curso de Linguística Geral*, de Saussure – Marlon Leal Rodrigues, Nataniel dos Santos Gomes e Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros 262
22. O samba em São Paulo: omissões e esquecimentos – Mario Santin Frugiuele 271

23. O uso do dicionário como recurso didático – *Dayane Carneiro Rocha, Ana Beatriz Senna da Silva e Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira* 288
24. Para a aplicação da toponímia na escola – *Alexandre Melo de Sousa* 294
25. Para uma padronização da terminologia morfossintática do verbo árabe – *Paula da Costa Caffaro* 307
26. Propriedades sintático-semânticas de verbos *adj-ecer* – *Aucione Smarsaro e Larissa Picoli* 335
27. Sufixo *-ivo / -ive*: algumas considerações sobre formação de palavras em português e em inglês – *Solange Peixe Pinheiro de Carvalho* 344

APRESENTAÇÃO

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe este número 02 do volume XVII dos *Cadernos do CNLF*, com 349 páginas, sobre LEXICOGRAFIA, LEXICOLOGIA, SEMÂNTICA E TERMINOLOGIA, e vinte e sete artigos resultantes dos trabalhos apresentados no XVII Congresso Nacional de Linguística e Filologia, realizado do dia 26 a 30 de agosto deste ano de 2013, no Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, por Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros, Alexandre Melo de Sousa, Álvaro Vinícius de Moraes Barbosa Duarte, Alzira da Penha Costa Davel, Ana Beatriz Senna da Silva, Ana Cecília dos Santos Santoro, Andréia Almeida Mendes, Aucione Smarsaro e Larissa Picoli, Carlos Alexandre Gonçalves, Cristina Conceição da Silva, Dayane Carneiro Rocha, Gabriela Barreto de Oliveira, Gabriela Girão de Albuquerque, Gabriela Guimarães Jeronimo, Geraldo José da Silva, Idemburgo Pereira Frazão Félix, Jacqueline de Cássia Pinheiro Lima, Jose Geraldo da Rocha, José Severino da Silva, Lucia Helena Lopes de Matos, Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira, Maria da Conceição Reis Teixeira, Maria da Penha Pereira Lins, Maria Helena de Paula, Maria Noêmi F. C. Freitas, Mario Santin Frugiuele, Marlon Leal Rodrigues, Maryelle Joelma Cordeiro, Mayra Machado Silva, Misleine Andrade Ferreira, Naira de Almeida Velozo, Nataniel dos Santos Gomes, Patrícia Affonso de Oliveira, Paula da Costa Caffaro, Rayne Mesquita de Rezende, Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz, Solange Peixe Pinheiro de Carvalho, Vito César de Oliveira Manzolillo e Zinda Vasconcellos.

Sobre este mesmo tema ainda ficaram diversos outros trabalhos sem publicação do texto completo, cujos resumos se encontram em http://www.filologia.org.br/xvii_cnlf/resumos/ LIVRO RESUMOS.pdf, porque os autores não conseguiram entregá-los de acordo com as regras e prazos estipulados.

Fica a nossa sugestão a esses autores, que reelaborem seus textos e os submetam à *Revista Philologus* ou os publiquem em outro lugar, porque serão importantes para o desenvolvimento das pesquisas em nossa especialidade.

Os textos publicados aqui serão integrados também à 2ª edição do *Almanaque CiFEFiL 2013* (em CD-ROM), que está sendo preparado e

será enviado aos autores que não foram publicados na 1ª edição, que saiu na época do congresso.

Aproveitamos a oportunidade também para lembrar que todas as publicações do CiFEFiL são de livre acesso na Internet, e podem ser encontradas facilmente, através da página de busca interna da página virtual <http://www.filologia.org.br/buscainterna.html>, seja pelo título do trabalho, pelo nome do autor ou por palavras-chaves do tema de interesse do pesquisador. Trata-se de uma excelente ferramenta de pesquisa, que você deve aproveitar e indicar a seus colegas e amigos.

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos aguarda sua crítica e sugestão para melhorar suas publicações, e fica extremamente grato por qualquer crítica que for apresentada porque é delas que extrairemos as lições para os próximos trabalhos, para o progresso dos estudos linguísticos e filológicos brasileiros.

Rio de Janeiro, dezembro de 2013.



(José Pereira da Silva)

A DERIVAÇÃO E SEUS SUBTIPOS: UM ESTUDO COMPARATIVO

Vito César de Oliveira Manzolillo (UERJ)

cesarmanz@globo.com

O processo de Derivação, dos mais profícuos da língua portuguesa, apresenta, ainda, alguns aspectos obscuros na sua formação.

(FREITAS, 2007, p. 187)

1. Considerações iniciais

Nossa experiência em sala de aula, ministrando cursos na área da Morfologia, nos levou a perceber o fato de que, com demasiada frequência, no âmbito dos processos de formação de palavras, os autores costumam analisar de modo diferente os tópicos expostos. No que diz respeito especificamente à derivação, tal afirmativa constitui verdade incontestada.

Assim, o que se pretende com a pesquisa que ora se apresenta é a realização de estudo comparativo centrado na observação da derivação e de seus subtipos sob a perspectiva de autores diversos.

2. A derivação e seu conceito

Ao voltarmos nosso interesse para o estudo dos processos de formação de palavras, convém ter em conta as seguintes palavras de Basilio (1987, p. 16):

(...) podemos observar que “formação” tem duas interpretações: uma interpretação ativa, em que o termo se refere ao processo de formar palavras; e uma interpretação mais passiva, em que o termo se refere à maneira como as palavras estão constituídas. As gramáticas normativas seguem, via de regra, a segunda interpretação; em consequência disso, procuram dar conta apenas das características das formas já construídas.

Henriques (2011, p. 112) também observa que

O estudo da formação de palavras tanto pode se referir a uma visão descritiva do léxico já constituído como pode dar conta das regras internas que propiciam a criação de novos vocábulos. Trata-se, pois, de duas visões, uma passadista, outra dinâmica, diferentes e complementares.

Assim, a derivação - processo de formação de palavras herdado do latim que nos interessa analisar no momento - tem sido utilizada desde o início da história do português para a criação de novas palavras.

De modo simples e direto, é possível definir derivação como o acréscimo de afixo(s) a uma base com o intuito de gerar um novo item léxico. Nas palavras de Freitas (2007, p. 157), é “o processo formador de novas palavras e pertence a uma relação aberta da língua”. Ainda para o mesmo autor (2007, p. 157), “é indispensável, na derivação, que os elementos tenham valor significativo no sistema; o sintagma que se forma apresenta um monema derivacional que constitui uma forma presa (afixo)”.

Recorrendo mais uma vez a Basilio (1987, p. 26) descobrimos que

em geral, a base de uma forma derivada é uma forma livre - isto é, uma palavra comum; ou, mais tecnicamente, uma forma que possa por si só constituir um enunciado, como acontece com verbos, substantivos, adjetivos e advérbios. Mas também temos casos de derivação a partir de bases presas.

Já Carone (1988, p. 38-9) considera que “a derivação é o procedimento gramatical mais produtivo para o enriquecimento do léxico. Realiza-se sobre apenas um radical, ao qual se articulam formas presas, os afixos”, com o que concordam Correia & Almeida (2012, p. 38), para quem, “a derivação é aparentemente o processo mais disponível para a construção de palavras, não apenas na língua portuguesa, como nas línguas românicas”.

Sandmann (1992, p. 34), por sua vez, explica que “na derivação temos uma base e um afixo (...), cabendo a este expressar uma ideia geral e à base uma ideia particular ou menos geral.”

Correia & Almeida (2012, p. 36) argumentam que “na derivação afixal existe apenas uma unidade de significado lexical, a base de derivação, à qual se junta um afixo (...), para formar uma nova unidade lexical.” As mesmas autoras (2012, p. 38) informam ainda que

Na derivação, incluem-se processos de natureza um pouco distinta. Por um lado, temos a derivação afixal (...), que é a mais típica de todas, e, por outro, temos a chamada derivação não afixal, a conversão, em que não intervêm quaisquer afixos, ocorrendo apenas uma mudança categorial (...) do radical que é alvo de derivação.

Souza-e-Silva & Kock (2011, p. 52) entendem que “a derivação consiste na formação de palavras por meio de afixos agregados a um morfema lexical.” Acrescentam ainda que, para que haja derivação, duas

condições precisam ser satisfeitas: a possibilidade de apreensão sincrônica dos morfemas envolvidos no processo e a possibilidade de o afixo se encontrar à disposição dos falantes para a formação de novos derivados.

O critério sincrônico para a existência de derivação é igualmente salientado por Freitas (2007, p. 157), para quem,

Não haverá derivação, se a palavra não constituir um sintagma formado sincronicamente, como sucede em *submisso*, *súbito*, *conduzir*, *colegas*, etc., uma vez que não há uma forma livre funcionando como *base* na fase atual da língua.

Por fim, Kehdi (1997, p. 53) ressalta que

Relativamente à derivação, convém lembrar que, embora possa variar o número de afixos presos a uma determinada base, há uma regularidade subjacente, revelada pela análise em constituintes imediatos (C.I.); o vocábulo é sempre constituído de camadas binárias de mesma estrutura, ou seja, um elemento nuclear e um periférico.¹

3. *Derivação prefixal e derivação sufixal*

Segundo Cunha & Cintra (1985, p. 83-4),

Os PREFIXOS são mais independentes que os SUFIXOS, pois se originam, em geral, de advérbios ou de preposições que têm ou tiveram vida autônoma na língua. A rigor, poderíamos até discernir as formações em que entram prefixos que são meras partículas, sem existência própria no idioma (como *des-* em *desfazer*, ou *re-* em *repor*), daquelas de que participam elementos prefixais que costumam funcionar também como palavras independentes (assim: *contra-* em *contradizer*, *entre-* em *entreatrizar*). No primeiro caso haveria DERIVAÇÃO; no segundo, seria justo falar-se em COMPOSIÇÃO.

Consoante Azeredo (2010, p. 451-2),

Não são claros os limites entre derivação prefixal e composição. Vários prefixos são variantes de preposição (*com*, *sem*, *entre*), e muitos adjetivos e morfemas de significação numeral se antepõem a bases léxicas com um comportamento gramatical análogo ao de prefixos (*aeroespacial*, *bimotor*, *pentacampeão*). Por isso existem bons argumentos a favor de incluir a prefixação nos processos gerais de composição, assim como também é defensável tratá-la como um processo intermediário entre a composição e a sufixação.

¹ Basilio (1987, p. 14) também esclarece que “a palavra morfologicamente complexa, ou seja, a palavra que contém mais de um elemento, é estruturada basicamente como a combinação de uma base com um afixo. Esta base pode, por sua vez, ser também complexa, isto é, também estruturada em termos de base e afixo”.

Já de acordo com Freitas (2007, p. 158),

Para alguns autores só os sufixos representam afixos derivacionais, porquanto incluem os prefixos no processo de composição sob o argumento de que “o prefixo é uma espécie de semantema subsidiário”. Relacionam os prefixos com as preposições com, entre, a etc., atribuindo-lhes, assim, existência independente na língua.

Para ele (2007, p. 158), a “relação entre esses prefixos e algumas preposições constitui um ponto de vista diacrônico. Numa descrição sincrônica não há mais que uma coincidência de formas”.

Dada a dificuldade de propor critérios rígidos capazes de estabelecer diferenças entre os dois casos, os autores anteriormente citados preferem considerar a ocorrência de derivação prefixal em ambas as situações.

Sandmann (1997, p. 71) afirma também que “no passado (...) muitos gramáticos não distinguem a prefixação da composição,” enquanto Monteiro (2002, p. 139-40), em consulta a diversos estudiosos, chega à conclusão de que 60% deles incluem a prefixação entre os tipos de derivação, posição igualmente defendida por ele. O mesmo autor (2002, p. 142) menciona a expressão *derivação progressiva*, usadas pelas gramáticas nos casos em que há acréscimo de sufixos.

De acordo com alguns estudiosos, “os prefixos nunca mudam a classe da palavra a que se adicionam” (BASILIO, 1987, p. 9).

Já para Azeredo (2010, p. 450),

o afixo pode ser responsável pela classe gramatical da palavra derivada: **-dade** forma substantivos, **-oso** forma adjetivos, **-izar** forma verbos, **-mente** forma advérbios, e assim por diante. Normalmente, só os sufixos têm esse papel. Em alguns casos, porém, a construção ‘preposição + substantivo’ deu origem a adjetivos (cf. *comida sem-sal, uma atitude sem-vergonha, um roteiro sem-par*). Este modelo é a base de algumas formações recentes em que um prefixo semelhante a uma preposição forma adjetivos derivados de substantivos (cf. *centro pró-melhoramentos, campanha antitóxico, manifesto antiborto, período pós-parto, casamento interespécies*)².

² Conforme se lê em Sandmann (1997, p. 71), “o prefixo (...) não muda a classe ou subclasse da base (...)”. Também para Kehdi (1997, p. 9) “(...) os prefixos não contribuem para a mudança da classe gramatical do radical a que se ligam (...)”. Henriques (2011, p. 19, nota 8), por sua vez, afirma que “a possibilidade de um prefixo (...) alterar a classe gramatical da base se limita à passagem de substantivos a adjetivos (exs.: sentido *anti-horário*, atitude *sem-nome*, pomada *multiuso*, ônibus *monobloco*), o que representa, a rigor, uma mudança mais funcional do que morfológica.” Já Correia & Almeida

Na visão de Sandmann (1997, p. 70),

Prefixos e sufixos são considerados afixos, distinguindo-se da base a que se unem porque são normalmente elementos presos, isto é, não têm curso livre na frase, expressando, além do mais, ideias gerais e prestando-se, como tais, a formações em série. Além do mais, como nos diz a semântica dos prefixos *pre-* e *sub-* de *prefixo* e *sufixo*, naquela palavra o afixo precede a base e nesta o afixo vem abaixo ou depois.

Para Correia & Almeida (2012, p. 49-50),

Os prefixos avaliativos colocam alguns problemas de classificação, dado que (...) esses prefixos equivalem frequentemente a adjetivos e, nesses casos, apresentam um significado que pode considerar-se de natureza lexical, por isso podem ser tomados como elementos de composição. (...) As dificuldades em distinguir os dois processos de construção de palavras levou a que, em diversas gramáticas tradicionais, a prefixação fosse incluída nos processos de composição.

Essas autoras (2012, p. 46-7) definem derivação afixal como

O processo de construção de palavras através do qual se obtém um derivado pela junção de um afixo a um radical. A derivação afixal é basicamente um processo binário (em cada processo derivacional intervêm apenas uma base e um afixo), por isso os principais tipos de derivação afixal em português são a sufixação e a prefixação.

Kehdi (1997, p. 8), por seu turno, informa que “os prefixos, ao contrário dos sufixos, só se agregam a verbos e adjetivos, que são uma espécie de vocábulo associado ao verbo,” o que se revela inexato quando se observam palavras como *desgosto*, *descaso*, *desventura*, *desjejum*, *deságio*, *desrespeito*, *desfavor*, *desprazer* e *desamor*, por exemplo³.

Souza-e-Silva e Koch (2011, p. 52) preveem ainda a existência de processo conhecido como derivação *prefixal* e *sufixal*, caso, segundo as

(2012, p. 49) explicam que “tradicionalmente, é aceite que o prefixo não altera a categoria da base. Porém, vem sendo demonstrado que certos prefixos (...) são passíveis de alterarem a categoria da base: (...) *moral/amoral*, *rugas/antirugas*, *independência/pró-independência*.” Por fim, Freitas (2007, p. 199) afirma que “a prefixação também pode acarretar mudanças de classe na formação de *nomes* e *verbos*”. Alguns dos exemplos fornecidos pelo autor são estes: *puro* (adjetivo) > *apuro* (substantivo) e *apurar* (verbo), *novos* (adjetivo) > *renovo* (substantivo) e *renovar* (verbo) e *certo* (adjetivo) > *acerto* (substantivo) e *acertar* (verbo).

³ Mais adiante, o próprio autor (1997, p. 16) reconhece que, embora excepcionais, ocorrências do prefixo *des-* ligado a substantivos são possíveis em língua portuguesa. Para Azeredo (2010, p. 451), na atual sincronia do português, a regra que originou esses substantivos não é mais produtiva (isto é, não constitui uma “regra de formação de palavras”), exemplificando um caso do que chama de “regra de análise estrutural”.

autoras, de palavras como *deslealdade* e *infelizmente*, classificação problemática que despreza a existência dos chamados constituintes imediatos. O que ocorre nessas situações é que palavras derivadas servem de base para o surgimento de uma nova palavra derivada.

4. *Derivação parassintética*

Os estudiosos costumam definir parassíntese como a adição simultânea de prefixo e de sufixo a uma base para a criação de uma nova palavra, sendo este um processo especialmente produtivo na formação de verbos, “e a principal função dos prefixos vernáculos *a-* e *em-* (*en-*) é a de participar desse tipo especial de derivação” (CUNHA & CINTRA, 1985, p. 101). Para Kehdi (1997, p. 18), essa primazia dos verbos ocorre porque “geralmente, os prefixos que figuram nos parassintéticos têm um sentido *dinâmico*: *embarcar* (*em-*: movimento para dentro), *desfolhar* (*des-*: ato de separar)”.

Sandmann (1992, p. 46) observa que

Também adjetivos são formados por derivação parassintética: *achocolado*, *descadeirado*, *descamisado*, [assim como] adjetivos em *-vel* mais o prefixo *in-* podem ser parassintéticos: *inovidável*, *inesquecível*, *intocável*, falando a favor dessa posição o fato de esses adjetivos serem muito mais frequentes no uso do que os sem prefixo *in-*. Diríamos que o sistema permite formar *olvidável* e depois *inovidável*, (...) *descadeirar* e depois o adjetivo *descadeirado*, mas o uso ou a norma mostram que a forma parassintética é privilegiada.

No modo de ver de Henriques (2011, p. 115),

As palavras dotadas de prefixo e sufixo, sejam as de derivação sucessiva (prefixação ou sufixação) ou as de derivação simultânea (parassíntese), não deixam de ter seu processo de formação analisado circunstancialmente. Afinal, não há impedimento definitivo para que o vocábulo intermediário virtualmente inexistente seja tornado real pelo uso linguístico. Ou seja, **impublicar*, **avacalhar*, **tardecer*, conquanto não possam ser consideradas formas primitivas reais de *impublicável*, *avacalhar* e *entardecer*, são vocábulos coerentes com os padrões mórficos da língua portuguesa.

Basilio (1987, p. 44), por sua vez, salienta o fato de que

O que caracteriza a derivação parassintética não é a presença ou ocorrência simultânea de prefixo e sufixo junto à base, mas a estrutura de formação, que exige utilização simultânea de prefixo e sufixo no processo de formação.

Assim, nem todas as palavras que apresentam prefixo e sufixo em sua formação devem ser consideradas como de formação parassintética⁴.

Correia & Almeida (2012, p. 50) explicitam a ideia de “a parasíntese contraria[r] o princípio da ramificação binária que rege a derivação afixal e, segundo o qual, em cada processo derivacional apenas intervem uma base e um afixo.” Para Carone (1988, p. 41-2), parassíntese é entendida como a derivação simultaneamente prefixal e sufixal. Nesse caso, “prefixo e sufixo teriam certa semelhança com significantes descontínuos, que se articulam a uma base em um mesmo momento.” Também Souza-e-Silva & Kock (2011, p. 53) consideram que, na derivação parassintética, “o prefixo e o sufixo são acrescentados a um só tempo ao morfema lexical, constituindo, portanto, um único morfema gramatical, de caráter descontínuo.” Essa descontinuidade de que falam Carone e Souza-e-Silva & Kock pode, segundo se lê em Rosa (2000: 53), levar alguns autores (cf. MONTEIRO, 2002, p. 155) a postularem, em formas como *amanhecer*, a presença de um afixo descontínuo *a...ec(e(r)* chamado “*circunfixo* (e por essa razão a denominação *circunfixação* é empregada em lugar de *parassíntese* caso se leve em conta tal proposta)⁵”.

Carone (1988, p. 42) enxerga na parassíntese algo que considera um problema não resolvido,

pois seria necessário estabelecer aí duas subcategorias: os parassintéticos que se formam com prefixo e sufixo (*enternecer*, *esclarecer*, *amanhecer*) e os que se formam apenas com prefixo e desinências verbais (*engavetar*, *esburacar*, *aclarar*). Considerar a existência de sufixo no segundo grupo exigiria uma redefinição de sufixo que englobasse os morfemas flexionais do verbo⁶.

⁴ A autora (1987, p. 47) amplia o conceito de parassíntese, ao considerar casos como o do adjetivo *desdentado*, o qual, segundo ela, apresenta “duas formações: uma parassintética, em que temos a adição simultânea de *des-* e *-ado* ao substantivo *dente*, para expressar o sentido adjetivo ‘sem dente’; e uma em dois níveis, em que temos o acréscimo de *-do*, caracterizador de particípio passado, à base do verbo *desdentar*.”

⁵ Para alguns autores, a adesão a essa proposta se justifica pelo fato de a semântica dos prefixos envolvidos na parassíntese ser, como menciona Sandmann (1997, p. 74), “muitas vezes vaga ou imprecisa, senão inexistente”. Henriques (2011, p. 115) considera esse tipo de derivação um “caso singular em que o prefixo pode não apresentar significado algum.” De acordo com Monteiro (2002, p. 156), “em geral, a primeira parte do morfe descontínuo que ocorre nos parassintéticos, embora pareça um prefixo, não apresenta qualquer significado”, situação que cria o inconveniente de conferir a uma forma sem significado o *status* de morfe.

⁶ É outra a visão de Monteiro (2002, p. 155). Para ele, em formas como *a clar ∅ ar*, *a flor ∅ ar*, *a larg ∅ ar* e *en terr ∅ ar*, por exemplo, o segmento após a base, embora presente, não apresenta configuração fônica. Freitas (2007, p. 196), no entanto, afirma: “Embora o expediente linguístico do elemen-

As mesmas subcategorias de que fala Carone são levadas em conta por Freitas (2007, p. 200). O autor explica:

Permanecendo o critério tradicional, que determina o emprego simultâneo de prefixo e sufixo na formação dos parassintéticos, é importante distinguirem-se dois tipos de parassintetismo: 1) Parassintéticos com afixos derivacionais, constituindo o processo real derivativo, como *a-* (prefixo) + *noit(e)* (base) + *ec* (sufixo) + (*er*), sendo *a-* e *-ec* sufixos derivacionais. 2) Parassintéticos com um só afixo derivacional (o prefixo, acrescentando-se ao radical a terminação flexional *-ar*) constituem um processo parcial de derivação parassintética.

Correia & Almeida (2012, p. 50) limitam a ocorrência de parassíntese apenas às situações “em que, além do prefixo, ocorre um sufixo derivacional claramente marcado, como nos casos (...) de *anoitecer* (com o sufixo *-ec*) e de *esverdear* (com o sufixo *-e*). Já Henriques (2011, p. 116) afirma que são formados

por parassíntese verbos que, além de terem um prefixo vazio de sentido, podem ter apenas a terminação verbal (*em+barc+ar*, *es+quent+ar*), em vez de um sufixo formalizado que, quando existe, tem valor iterativo ou incoativo (*em+brut+ec+er*, *a+noit+ec+er*).

Kehdi (1997, p. 16-7) julga não haver

necessidade de distinguir formas como *esclarecer* e *aclarar*, com o argumento de que, na segunda, não figura um sufixo. Na realidade, as únicas flexões possíveis para o adjetivo *claro*, radical de *aclarar*, são: *claro* / *clara* / *claros* / *claras*. A terminação *-ar*, de valor verbal, está contribuindo para que a palavra *claro* mude da classe dos adjetivos para a dos verbos, ou seja, está desempenhando um papel sufixal.

O mesmo autor (1997, p. 18-9) prossegue, informando que

Há exemplos curiosos de verbos cujo radical é um adjetivo que exprime cor, e que, aparentemente, não seriam parassintéticos: *amarelar*, *azular*. Todavia, se considerarmos o subsistema dos verbos formados por esses adjetivos, verificaremos que são, na maioria, parassintéticos: *acinzentar*, *alaranjar*, *arroxear*, *avermelhar* etc. Ora, nesses verbos mencionados ocorre o prefixo *a-*. Como os adjetivos *amarelo* e *azul* começam pela vogal *a-*, podemos admitir que houve a crase desse *a-* inicial do radical com o prefixo *a-*.

No que respeita às funções exercidas por prefixos e sufixos no âmbito da parassíntese, Sandmann (1992, p. 47) diz que

to \emptyset (zero) seja válido, não concordamos com sua aplicação neste caso dos parassintéticos, uma vez que o maior número de palavras é o que apresenta inexistência de sufixo derivacional, não constituindo, assim, a exceção, mas a regra geral, o que comprova a deficiência do critério”.

Nos parassintéticos o prefixo exerce (...) função semântica (*encaixar*: en- “para dentro”, *expatriar*: ex- “para fora”, *repatriar*: re- “de volta”, *desossar*, *des-* “afastamento”), cabendo ao sufixo função sintática – muda, nos exemplos dados, substantivo em verbo –, a que pode acrescer função semântica: *entardecer*, *amanhaecer*, em que a *-ecer* cabe ideia incoativa, e *apedrejar*, *esbravejar*, com sufixo *-ejar* frequentativo.

Por fim, é necessário considerar ainda a posição de Bechara (2009, p. 343), bastante singular se comparada aos demais autores até o momento referidos. Para ele,

Pode-se (...) entender que, a rigor, não existe parassíntese, se partirmos do fato de que, numa cadeia de novas formações, não poucas vezes ocorre o pulo de etapa do processo, de modo que só virtualmente no sistema exista a forma primitiva. (...) Deste modo, em *aclarar*, *entardecer*, *amanhecer* se poderá pensar em partir dos virtuais **clarar*, **tardecer*, **manhecer* ou **aclaro*, **entarde* e **amanhã*.

5. Derivação regressiva

A importância deste processo reside no fato de ele possibilitar a criação dos chamados substantivos deverbais ou pós-verbais⁷, aqueles “formados pela junção de uma das vogais *-o*, *-a* ou *-e* ao radical do verbo” (CUNHA & CINTRA, 1985, p. 102)⁸.

Para Silva-e-Souza e Koch (2011, p. 53), a derivação regressiva ocorre na formação de palavras como *caça* (de caçar), *corte* (de cortar) e *descanso* (de descansar), “em que a desinência verbal do infinitivo e a vogal temática do verbo são substituídas pelas vogais temáticas nominais *-a*, *-e*, *-o*, formando (...) nomes abstratos de ação, denominados *deverbais*”.

Segundo Babilio (1987, p. 37), “o que caracteriza basicamente a derivação regressiva é o fato de que uma nova palavra é formada pela supressão de um elemento, ao invés de por acréscimo.” Observando os

⁷ Azeredo (2010, p. 465) assinala que “de alguns verbos originam-se também adjetivos derivados regressivamente.” Entre os exemplos citados por ele, aparecem *aceito* (de *aceitar*), *entregue* (de *entregar*), *enxuto* (de *enxugar*), *expulso* (de *expulsar*), *ganho* (de *ganhar*), *isento* (de *isentar*), *salvo* (de *salvar*), *aceso* (de *acender*), *bento* (de *benzer*), *eleito* (de *eleger*), *preso* (de *prender*), *suspense* (de *suspender*), *afliito* (de *afligir*), *correto* (de *corrigir*), *expresso* (de *exprimir*), *impresso* (de *imprimir*) etc.

⁸Como oportunamente afirma Henriques (2011, p. 125, nota 67), “os casos de regressão a partir de substantivos (sarampo < sarampão; gajo < gajão) só têm pertinência diacrônica”, razão pela qual não serão tratados aqui.

pares *apertar/aperto*, *ameaçar/ameaça* e *cortar/corte*, a mesma autora (1987, p. 39) informa que

A vogal pela qual termina o nome pode ser *-a*, *-e* ou *-o*. Assim, se considerarmos que esses casos são de derivação regressiva, pelo menos teremos que considerar que se trata de um caso misto, pois também ocorre o acréscimo das vogais.

Azeredo (2010, p. 464) define derivação regressiva como o “*processo que consiste em criar uma palavra mediante a supressão de um elemento final de outra palavra*”, enquanto Sandmann (1997, p. 74) julga não haver

derivação regressiva nos substantivos do tipo “poda” (de podar), “transplante” (de transplantar) e “sustento” (de sustentar). Concordando embora que em “esfola”, “encalhe” e “manejo” não há sufixos tão encorpados como em “esfoladura”, “encalhação” e “remanejamento”, gostaria de dizer que também aí há um morfema sufixal aditivo, respectivamente, *-a*, *-e* e *-o*.

O autor (1997, p. 75) apoia seu ponto de vista em dois argumentos: a vogal final do substantivo nem sempre é igual à vogal temática do verbo e também não é acrescentada apenas nos casos em que sua ausência originaria uma forma em desacordo com o padrão silábico do português.

Em Monteiro, a chamada derivação regressiva ilustra um dos casos do que denomina derivação por sufixo zero. Conforme as palavras do autor (2002, p. 144-5),

Nos deverbais (...), a forma derivada apresenta um encurtamento em relação à primitiva. Este, o motivo por que se qualifica a derivação de *regressiva*. O encurtamento da forma primitiva não consiste na subtração de algum sufixo, mas na adaptação de uma terminação verbal a um tema nominal. (...) Como a marca derivacional é sempre um sufixo, não há razão para deixar de se postular entre o radical e o índice temático do deverbal a existência de um sufixo zero: abater → abat + \emptyset + e, pescar → pesc + \emptyset + a, tocar → toqu + \emptyset + e, rodear → rodei + \emptyset + o (...)⁹.

Para Correia & Almeida (2012, p. 45-6), relativamente à chamada derivação regressiva,

O que acontece, de fato, é que o radical verbal (*fug*, *atac* ou *us*) assume a categoria de substantivo, adquirindo, apenas, uma vogal, que é a sua desinência nominal ou vogal temática nominal (*-a* em *fuga*; *-e* em *ataque*; *o-* em *uso*).

⁹ A existência de um sufixo \emptyset é igualmente prevista por Kehdi (1997, p. 27) no substantivo destacado na expressão “a pesca do bacalhau”.

Por isso, abordagens mais recentes desse fenômeno defendem que, em rigor, a derivação regressiva não se verifica, mas que estamos, sim, perante casos de conversão.

Freitas (2007, p. 193) salienta o fato de

a terminação verbal em *pescar*, *combater*, *resumir*, ou em *apelidar*, *fuzilar*, *armazenar*, para citarmos exemplos quer da chamada “derivação regressiva”, quer da “derivação progressiva”, não constitui[r] *derivação*, mas apenas *flexão*. Não há elemento derivacional. A terminação verbal possui os elementos vogal temática (a, e, i) e desinência ou sufixo flexional (r).

Assim, o autor (*Ibidem*, p. 194) conclui que

Nome e verbo coexistem no uso linguístico – *pesca* / *pescar*; *almoço* / *almoçar* – não importando se a precedência é do nome ou do verbo, isto é, se se trata de derivação (denominação imprópria, conforme explicação acima) progressiva ou regressiva. Em nossa visão sincrônica, a relação entre *pesca* (tema nominal) e *pescar* (tema verbal + sufixo flexional –r) é, apenas, de ordem semântica, visto que não se processa *adição* ou *subtração* de sufixo derivacional, não cabendo, portanto, falar-se de derivação.

Bechara (2009, p. 370) não considera o processo em análise como um tipo de derivação, nomeando-o como *formação regressiva*. São suas estas palavras:

A formação regressiva ou deverbal (...) consiste em criar palavras por analogia, pela subtração de algum sufixo, dando a falsa impressão de serem vocábulos derivantes: de *atrasar* tiramos *atraso*, de *embarcar*, *embarque*; de *pescar*, *pesca*; de *gritar*, *grito*.

Henriques (2011, p. 125) analisa o assunto em pauta dentro de capítulo intitulado “Processos especiais.” O autor designa o fenômeno em estudo como regressão¹⁰, a qual se caracteriza “pela formação de um substantivo abstrato de ação a partir de verbo. Por isso, tais substantivos são chamados de *deverbais*.” Ainda de acordo com Henriques (2011, p. 125), “alguns autores chamam a regressão de *derivação regressiva*, procedimento correto do ponto de vista da formação, mas causador de conflito na análise de abstratos de ação dotados de sufixo (...)”. Continuando sua exposição, o autor (2011, p. 125) opina que

A *regressão* se caracteriza pela ausência de sufixo e assim se denomina por contrariar, na relação entre verbos e substantivos, o processo (de “progressão”) que consiste em o nome ser o vocábulo primitivo e dele se formar o verbo – aplicável sistematicamente aos adjetivos (...) e aos substantivos concretos (...).

¹⁰ Kehdi (1997, p. 22) considera sinônimos os termos *derivação regressiva* e *regressão*.

Finalizando, Henriques (2011, p. 126) afirma que

Há casos ainda de substantivos regressivos neológicos tirados de verbos hipotéticos: o “*braseio*” (neologismo que significa “o ato de fazer brasa”) deriva de um potencial verbo *brasear*. E há ainda os casos em que, rigorosamente, os substantivos deverbais não denotam uma ação. É o que temos (...) em *custo* (que não é “o ato de custar”, mas “o preço ou esforço que deve ser dispendido [*sic*] para se obter algo”) ou em *demora* (que não é “o ato de demorar”, mas “a situação gerada por uma determinada expectativa”).

Concluindo esta parte, recorremos a Kehdi e a Basilio (2009, p. 44). O primeiro explica que

Os deverbais regressivos são extraídos da primeira ou da terceira pessoa do singular do presente do indicativo; daí, serem nomes de tema em *-o* (quando procedem da primeira pessoa) ou de tema em *-a* ou *-e* (quando procedem da terceira pessoa) (...). Os deverbais de tema em *-o* adquirem, no português moderno, grande vitalidade: *o agito, o chego, o sufoco* (KEHDI, 1997, p. 23-4).

Já a segunda salienta que

A derivação regressiva com apoio na vogal *-a* (luta, crítica, censura, procura, escolha, venda, fuga) só ocorre em formações tradicionais, ao contrário da baseada em *-o* (*badalo, agito, sufoco, apronto, adianto, aguardo*), utilizada em formações recentes de caráter gíriático. Formações em *-e* são também produtivas, sobretudo em verbos prefixados com *re-* e *des-*, nos quais a derivação regressiva é relativamente comum (BASILIO, 2009, p. 44).

6. Derivação imprópria (conversão)

Segundo Azeredo (2010, p. 466), “nesse tipo de derivação não há qualquer alteração formal aparente¹¹, daí chamar-se *imprópria*”, “termo que, por si só, implica já um juízo de valor sobre a natureza do processo em análise” (CORREIA & ALMEIDA, 2012, p. 42).

Ao tecer comentários acerca da chamada derivação imprópria - que classifica como um pseudoprocesso - Henriques (2011, p. 127) diz que usualmente se inclui esta entre os processos de formação de palavras. No entanto, prossegue ele, trata-se de “fenômeno de estilística morfossintática que se fundamenta no emprego de um vocábulo fora de sua classe

¹¹ Kehdi (1997, p. 34) observa que, em muitos casos, “a derivação imprópria (ou conversão) é um processo também caracterizado por traços formais. Não há dúvida, contudo, de que os traços formais se situam no eixo sintagmático, no contexto exterior ao vocábulo”.

natural, o que em absoluto não forma vocábulo e, portanto, a rigor não se insere neste assunto”¹².

Por fim, Silva-e-Souza e Kock (2011, p. 54) informam que este constitui “um processo sintático-semântico e não morfológico, motivo pelo qual não o incluiremos entre os diferentes tipos de derivação”.

Sendo assim, recomendamos aos interessados no aprofundamento do estudo da conversão uma consulta aos autores mencionados neste subitem de nosso trabalho¹³, os quais dedicam algumas linhas à análise do tema.

7. Considerações finais

Como foi possível perceber, diferenças – por vezes significativas – ligadas ao entendimento da derivação foram assinaladas entre os estudiosos consultados.

No que respeita à derivação prefixal, alguns deles (cf. Azeredo, Cunha & Cintra, Freitas, Correia & Almeida e Monteiro, por exemplo), fizeram referência ao fato de esse processo ser incluído por alguns entre os casos de composição, apesar de não ter sido essa a posição de nenhum dos autores pesquisados.

Relativamente à parassíntese, notamos que Carone e Freitas dividem os exemplos em dois grupos: os que apresentam prefixo e sufixo (os mais típicos) e aqueles constituídos de prefixo e terminação verbal. Correia & Almeida, no entanto, preferem não ver exemplos do processo em formas como *aclarar*, *repatriar*, *engavetar* e *despetalar*, as quais apresentam elementos de flexão verbal em lugar de sufixos propriamente ditos. Já Bechara, em função da proposição de formas virtuais ou teóricas, desconsidera a existência de derivação parassintética como processo de

¹² Observação de Cunha & Cintra (1985, p. 104) caminha na mesma direção: “A rigor, a DERIVAÇÃO IMPRÓPRIA (...) não deve ser incluída entre os processos de formação de palavras (...), pois pertence à área da semântica, e não à da morfologia.” Já Monteiro (2002, p. 146) afirma: “Trata-se [a conversão] de uma situação especial que a rigor não deveria entrar num esquema de descrição do mecanismo derivacional.” Por fim, Bechara (2009, p. 372) explica: “Os casos de conversão recebiam o nome de *derivação imprópria*. Como a conversão não repercute na estrutura do significante de base, muitos estudiosos, com razão, não a incluem como processo especial de formação de palavras (...).”

¹³ Além dos autores citados, ver também Basilio (1987 e 2004) e Sandmann (1992).

formação de palavras. Para Monteiro, o processo se realiza por meio do acréscimo de circunfixo a um radical, advindo dessa característica a denominação de circunfixação, adotada por alguns a fim de nomear essa modalidade de derivação.

Quanto à derivação regressiva, esta é vista como sufixal por Sandmann, enquanto, para Monteiro, ela se realiza por meio de sufixo \emptyset . Já Freitas não vê nela um tipo de derivação. Correia & Almeida preferem incluir o processo entre os casos de conversão, ao passo que Bechara não a considera uma modalidade de derivação, mas sim um processo à parte, chamado formação regressiva. Por fim, Henriques também não fala em derivação regressiva; prefere o termo regressão, admitindo ainda a possibilidade de que certos substantivos sejam tirados de verbos hipotéticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2010.

BASILIO, Margarida. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

CORREIA, Margarita; ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos. *Neologia em português*. São Paulo: Parábola, 2012.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FREITAS, Horácio Rolim de. *Princípios de morfologia: visão sincrônica*. 5. ed. rev. e ampl. com exercícios e respostas. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Morfologia: estudos lexicais em perspectiva sincrônica*. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

KEHDI, Valter. *Formação de palavras em português*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. 4. ed. rev. e ampl. Campinas: Pontes, 2002.

ROSA, Maria Carlota. *Introdução à morfologia*. São Paulo: Contexto, 2000.

SANDMANN, Antônio José. *Morfologia geral*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto, 1992.

SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília P. de; KOCK, Ingedore Villaça. *Linguística aplicada ao português: morfologia*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

A NÃO ARBITRARIEDADE ENTRE FORMA E SENTIDO

Lucia Helena Lopes de Matos (UFRRJ)

lhlmatos@yahoo.com.br

Em nossos estudos, temos procurado nos alinhar aos fundamentos da linguística cognitiva que aponta para o fato de que as representações de nossas experiências não processam as propriedades e as entidades do mundo de forma direta, mas figurativamente e que os significados não estão agregados às formas linguísticas, mas são construções mentais produzidas pelo sujeito em situações pragmaticamente definidas por um contexto limitado por modelos de cenários ou molduras comunicativas.

A autonomia que faz o sujeito optar por uma determinada forma para atuar em determinado contexto vai, através de processos de inferência, determinar qual a interpretação pertinente que se deve dar àquele enunciado, resolvendo, de certa forma, a “ilimitação da semiose”, de que nos fala Pierce (1977)

Trocando em miúdos, as experiências e conhecimentos que acumulamos ao longo da nossa existência ficam armazenados na memória em arquivos chamados de domínios que são definidos por áreas de sentidos. Entre esses domínios vão ocorrer as projeções metafóricas, as ativações de entidades ou subdomínios que selecionam, num processo de saliência, a relação metonímica, os deslizamentos semânticos perfilados entre os membros prototípicos e os membros periféricos e a polissemia. Essas informações armazenadas serão acessadas pelo usuário da língua, organizadas em pensamentos e estruturadas em linguagem que se atualiza em um determinado contexto, possibilitando que uma mesma forma possa ter sentidos diferentes se a situação comunicativa assim o exigir.

É através dessas correspondências entre domínios mentais sancionados pelos esquemas imagéticos, os modelos cognitivos idealizados e os esquemas culturais que vai tomando forma a organização da gramática das línguas naturais, totalmente contaminada pelos processos figurativos. Perfil-me, dessa forma, com o que diz Chiavegatto (2002, p. 191)

A faculdade da linguagem é, assim, parte de um sistema cognitivo mais amplo, o que explica as similaridades que podem ser encontradas entre as línguas naturais. A integração de aspectos das experiências socioculturais aos sistemas linguísticos, por seu turno, explica as particularidades que os caracterizam. Esta feição particularizante das línguas humanas, fruto da amoldagem das estruturas linguísticas aos conceitos sociocomunicativos, torna, cada lín-

gua natural, fator de instauração de identidades e referências, tanto para seus usuários, quanto para a comunidade à qual se insere.

Daí podemos concluir que as construções linguísticas, sejam lexicais, gramaticais ou discursivas são manifestações do pensamento conceptual cuja transfiguração em linguagem, na maior parte das vezes, é representada por processos figurativos.¹⁴ É importante, porém, observar que, embora abrace essa posição, não nos engessamos à rigidez de um aspecto mentalista que enforma todos os indivíduos num mesmo esquema de competência, pois isso seria, de certa forma, um retorno às premissas chomskianas. Precisa-se levar em conta, como alertam Gibbs & Steen (1997, p. 3) que, como armazenamos em domínios as experiências tanto sociais quanto individuais, é possível que nem todas as pessoas possuam um sistema conceptual metafórico com o mesmo grau de complexidade. Além do mais, também é possível que “partes dessas metáforas conceptuais tenham que ser (re)construídas de diferentes maneiras em diferentes ocasiões” (*idem*). Questões como essas continuarão a ser levantadas e outras pesquisas aparecem para preencher lacunas e aperfeiçoar as já existentes, em uma tentativa de dar conta dessas e outras limitações que não abraçam a totalidade de um assunto tão complexo.

Apesar de tantas variáveis virem à tona, o cenário que se descortina é de um novo paradigma para as questões do significado e consequentemente para natureza da gramática que é cognitiva e semanticamente motivada. Segundo Fauconnier, não é na forma que está o significado, mas ela o guia através de pistas produzidas/inferidas pelo produtor/receptor numa construção que se apoia não somente nas propriedades semânticas das categorias e suas associações nos enunciados, mas também nas propriedades semânticas que não estão visíveis, mas são apreensíveis pelas correspondências que cada indivíduo faz com as suas experiências, com seus modelos cognitivos idealizados (MCI), enfim, com seu conhecimento de mundo.

Dentre os processos figurativos que emanam em linguagem, não há dúvida que a metáfora tem sido a mais estudada e, numa hierarquia

¹⁴ Em *Metáforas da Vida Cotidiana* (2002, p. 21), Lakoff & Johnson “mostram que a linguagem cotidiana é densamente metafórica e apenas parcialmente literal (...) Exemplificando: uma frase como ‘o balão subiu’ não é metafórica e tampouco ‘o gato está sobre o tapete’ (...). Mas tão logo nos distanciamos da experiência concreta e começemos falar de abstrações e emoções, a compreensão metafórica é norma”.

topológica, não há dúvidas sobre a primazia da metáfora, ainda que essa posição não faça justiça à metonímia.

Não há limites para a metáfora – segundo explicam José Antonio Millán e Susana Narotzky na introdução da versão em espanhol de *We live by* – porque ela pode manifestar-se em todos os tipos de elementos gramaticais, inclusive “nas preposições, quase todas espaciais, nas perífrases verbais de aspecto (ir, andar, vir, estar, seguir, chegar, etc.), nos adjetivos que denotam dimensões físicas”, enfim, muito do sistema linguístico é estruturado em cima de conceitos ou sistemas metafóricos ancorados na práxis social.

De fato, a espacialidade, a situação dos objetos em um mundo físico orientado pela gravidade é uma importante fonte de metáforas em muitas línguas (Acima é bom). No entanto, não se pode generalizar; ao que parece, não há nenhum “universal” desse tipo a que se atenham todas as línguas. As metáforas são basicamente culturais e, além disso, em grande medida próprias de cada língua determinada. (Tradução nossa.)¹⁵

Lakoff & Johnson demonstram, ainda, que, como existe a metáfora conceptualizada em termos de espaço, ela vai estar presente também no eixo sintagmático das frases para produzir efeitos de sentido, já que as palavras são dispostas de forma linear umas após as outras repetindo o mesmo esquema conceptual que direcionam nossa compreensão para o que seja próximo, distante, longo, curto, primeira posição, mais, menos etc., influenciando, assim, no conteúdo que assume um caráter motivado pelas nossas experiências cognitivas.

Eles partem de algumas metáforas espaciais (orientacionais) para provar de que forma elas vão se manifestar linguisticamente para atuar no sentido. Faremos um quadro para melhor visualizar aquilo que eles expõem:

METÁFORA: Manifestação linguística baseada na metáfora conceptual

Mais forma é mais conteúdo: Ele correu e correu e correu e correu. (maior efeito do que “Ele correu”)

¹⁵ De hecho, la espacialidad, la situación de los objetos en un mundo físico orientado por la gravedad es una importante fuente de metáforas en muchas lenguas (Arriba, Erguido es Bueno). Sin embargo, no se puede generalizar; a lo que parece, no hay ningún “universal” de este tipo al que se atengan todas las lenguas. Las metáforas son básicamente culturales, y además en gran medida propias de cada lengua determinada. (MILLÁN & NAROTZKY, *apud* LAKOFF & JONSON, 2001, p. 24)

Ele é muito muito muito alto. (maior efeito do que “Ele é muito alto). Ele é gra-a-a-a-ande! (maior efeito do que “Ele é grande). Muitos idiomas, em todo o mundo, recorrem ao recurso morfológico da reduplicação, isto é, da repetição de uma ou duas sílabas da palavra, ou de toda palavra. Pelo que sabemos, todos os casos de reduplicação, nos diferentes idiomas do mundo, são exemplos em que MAIS FORMA indica MAIS CONTEÚDO.

Maior proximidade, maior efeito semântico: Quais são os homens mais próximos a Khomein? (maior efeito que: Quais são os homens que exercem maior influência sobre Khomein?)

Então quanto MAIS PRÓXIMA a forma A estiver da forma B, mais forte será o efeito de sentido de A sobre o sentido de B:

1) “Maria não acha que ele partirá amanhã” e “Maria acha que ele não partirá amanhã”. Na segunda frase o **não** nega mais o partir do que o achar, a força da negativa está mais próxima do predicado mais relevante. 2) “Ensinei grego para Harry.” e “Ensinei ao Harry grego.” Na segunda frase, em que ensinar e Harry estão próximos, a sugestão de que Harry realmente aprendeu o que lhe foi ensinado é maior – isto é, o ato de ensinar teve um efeito sobre ele.

Resumindo, em todos esses casos uma diferença de forma indica uma diferença sutil de sentido. A natureza dessas diferenças é dada pela metáfora QUANTO MAIOR A PROXIMIDADE, MAIOR É O EFEITO, em que a PROXIMIDADE se aplica aos elementos da sintaxe da frase, enquanto o EFEITO se aplica ao sentido da frase.¹⁶

Lakoff & Johnson chamam atenção, ainda, para a “coerência metafórica na gramática” (2002, p. 229), levando-se em conta a metáfora conceitual UM INSTRUMENTO É UM COMPANHEIRO que pode manifestar-se em proferimentos linguísticos como “Com esta caneta viajo o mundo e produzo meus textos”. Fica claro perceber o porquê de a mesma preposição **com**, que serve ao adjunto adverbial de instrumento, servir também ao adjunto adverbial de companhia, derrubando, assim, o aspecto arbitrário de determinados signos.

É, também, interessante a percepção, segundo eles, de que a metáfora orientacional DESCONHECIDO É PARA CIMA e CONHECIDO É PARA BAIXO (“Sua sugestão ficou no ar”; “Assentei minhas propostas”) vai marcar a entonação para cima nas perguntas e a entonação para baixo nas afirmações.

Observam eles que certas duplas sintagmáticas como: “Para cima e para baixo; Para frente e para trás; Ativo e passivo; Bom e mau; Aqui e

¹⁶ Os exemplos e as explicações inseridos no quadro foram retirados integralmente de (LAKOFF & JOHNSON, 2002, p. 228)

lá; Agora e então”, são mais comuns do que os seus contrários: Para baixo e para cima; Para trás e para frente; Passivo e ativo; Mau e bom; Lá e aqui; Então e agora”. Explicam que isso se deve ao fato de guiarmo-nos conceptualmente por uma “pessoa canônica” e termos uma imagem que reverte para nós de que somos “mais altos do que baixos”, estamos “mais para frente do que para trás”, somos “mais ativos do que passivos”, somos “mais bons do que maus”, e, por vivermos no presente, no lugar em que estamos, é que “nos vemos mais aqui do que lá, e agora mais do que então (naquele tempo). Esse fato cultural marca nossas experiências que se refletirão no nosso modo de dizer (2002, p. 227).

Em outras palavras, a sintaxe não é independente do sentido, especialmente dos aspectos metafóricos do sentido. A “lógica” de uma língua baseia-se nas coerências entre sua forma espacializada e seu sistema conceptual, e principalmente os aspectos metafóricos do sistema conceptual. (2002, p. 234)

Segundo a concepção aqui levada em conta, a gramática é extremamente motivada e o significado passa por um processo de pragmatização. Visto isso, o sistema linguístico, em seus diferentes níveis de análise, é bastante dinâmico e, segundo os linguistas cognitivos, esse fato vai pôr em questão a dicotomia sincronia/diacronia, já que a função discursiva está permanentemente atuando na estrutura sintática das línguas.

Dentro da lógica cognitivista, os domínios, por albergarem experiências e conhecimentos de mundo, não podem naturalmente ser rígidos e inflexíveis. Suas categorias, dependendo do contexto (fator de dinamização das formas/significados e estruturações sintáticas), vão ativar membros prototípicos ou periféricos de uma categoria, projetá-los em outros domínios em processos figurativos, ou acionar seja o valor polissêmico de um item lexical, seja os processos neológicos que vão dar vitalidade a uma estrutura que, por esse motivo, não se pode olhar pela ótica da rigidez.

Na medida em que qualquer enunciação está carregada de valores, experiências e até mesmo ideologias, logicamente compartilhados por um mesmo grupo social e referendados por um contexto que é emoldurado por modelos cognitivos idealizados, esquemas imagéticos e modelos culturais, há uma implicação do emissor no seu enunciado e um certo grau de subjetividade que vai demandar no uso expressivo da linguagem e no enriquecimento pragmático da mesma. Daí a hipótese da ‘gramática emergente’ de Hopper ao assegurar que “a gramática sempre é emergente, nunca presente [...] sempre está se fazendo”. “Em outras palavras, não

há ‘gramática’, mas sim ‘gramaticalização’ – movimentos em estruturas que frequentemente se podem caracterizar de maneira típica”.

As modificações que as funções discursivas impõem à estrutura fonológica, léxica e morfossintática das línguas marcam, além dos processos de gramaticalização, a evidência da importância do sujeito na atribuição dos sentidos. Levam-se em conta, assim, a situação comunicativa e o texto para as fundamentações da contextualização, dificultando traçar os limites entre os aspectos lógicos e sociais do significado (CUENCA & HILFRETY, 1999, p. 186)

Esta concepção enciclopédica do significado se relaciona com a ideia de que não existe uma diferença categórica entre o significado literal e o figurado (donde se incluem as expressões idiomáticas, as metáforas e metonímias e as extensões semânticas como a polissemia). Por outro lado, justifica que a estrutura semântica não se considere universal, porém, até um certo ponto, dependente de uma língua determinada. As habilidades cognitivas e a experiência são comparáveis entre culturas, mas a maneira como se constrói um significado concreto está sujeito a variáveis interlinguísticas e culturais. (*Idem*)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHIAVEGATTO, Valéria Coelho Gramática: uma perspectiva socio-cognitiva. In: CHIAVEGATTO, Valéria Coelho (Org.). *Pistas e travessias II*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

CUENCA, Maria Joseph; HILFERTY, Joseph. *Introducción a la lingüística cognitiva*. Barcelona: Ariel, 1999.

FAUCONNIER, G. *Mental Spaces: Aspects of Meaning Construction in Natural Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

GIBBS, Raymond W. Jr.; STEEN, Gerard J. *Metaphor in Cognitive Linguistics*. Amsterdam: General Editor E. F. Konrad Koerner (University of Ottawa), 1997.

HOPPER, Paul J. Emergent grammar. In: *13th Annual meeting*. Berkeley: Berkeley Linguistic Society, 1987, p. 139-157.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Trad.: Mara Sophia Zanotto. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Educ, 2002.

_____. *Metáforas de la vida cotidiana*. Trad.: Carmen González Marín. 5. ed. Madrid: Catedra, 2001. (Colección Teorema)

PEIRCE, Charles. *Semiótica*. Trad.: José Teixeira Coelho. São Paulo: Perspectiva, 1977; Pontes, 2001.

AS DIFERENTES ACEPTÕES ASSUMIDAS PELO ANTROPÔNIMO

Andréia Almeida Mendes (UFMG/DOCTUM)
andrealettras@yahoo.com.br

1. *Introdução*

O antropônimo é estudado pela antroponímia, abrangendo os nomes próprios. Optou-se por analisar nesse trabalho a primeira proposta de subdivisão dos nomes próprios, criada por Leite de Vasconcellos, em 1887, na *Revista Lusitana*, I, 45; segundo ele, essa classe de nomes é a mais importante e próxima do homem tanto no sentido moral como no sentido social.

Para Leite de Vasconcellos, a palavra nome, quando aplicada a uma pessoa, tem quatro acepções:

- 1) o nome próprio, designação que uma pessoa recebe no batismo, no registro;
- 2) nome completo, conjunto formado pela designação individual propriamente dita, acompanhada de outras designações que se juntam;
- 3) nome, qualquer dos elementos do nome, pois a um apelido, ou a um sobrenome, pode também, em linguagem menos precisa e usual ter essa denominação;
- 4) alcunha, designação acrescentada ao nome par a ressaltar uma particularidade ou uma qualidade física ou moral. (VASCONCELLOS, 1928, p. 8-9).

Trata-se, portanto, de um artigo de revisão bibliográfica que se pautará em analisar a proposta de Vasconcellos (1928), fazendo menção também ao que dizem outros autores a este respeito.

2. *Antroponímia*

A antroponímia tem como objeto de estudo o antropônimo – nomes próprios individuais, nomes parentais ou sobrenomes e alcunhas ou apelidos. Essa designação foi proposta pela primeira vez por Leite de Vasconcellos, em 1887, na *Revista Lusitana*, I, 45. Para ele, de todas as

classes de nomes, a que está mais próxima do homem tanto no campo moral quanto no campo social é essa, uma vez que lhe pertence intimamente. (VASCONCELLOS, 1928, p. 3)

Câmara Júnior (1984) afirma que:

Geralmente o indivíduo se identifica por dois ou mais vocábulos antropométricos que formam uma locução. Aí, se destaca o prenome, que é o nome próprio individual, e o sobrenome, que situa melhor o indivíduo em função da sua procedência geográfica, da sua profissão, da sua filiação, de uma qualidade física ou moral de uma circunstância de nascimento. (CÂMARA JÚNIOR, 1968, p. 53-54).

Guimarães (2002), ao falar sobre o funcionamento da designação dos nomes próprios de pessoa, relata que ao pensar a respeito deles, ficasse diante da relação nome/coisa, estando diante dos casos em que se tem um nome único para um objeto único; desse modo, esse nome único está relacionado com aqueles que falam – que são sujeitos no dizer. “Isto por si só ressignifica a questão da relação nome/coisa, na medida em que a relação é nome/pessoa, nome/falante, nome/sujeito” (GUIMARÃES, 2002, p. 33).

Essa relação nome único para uma pessoa única, leva-nos a pensar, segundo o autor, na unicidade do nome sendo, na verdade, uma construção em que um sobrenome determina um nome. Essa unicidade é efeito do funcionamento do nome próprio como processo de identificação social do que se nomeia. Conclui-se que “há uma constituição morfossintática do nome próprio de pessoa e ela se dá como relações de determinação que especificam algo como sobre o que se nomeia” (GUIMARÃES, 2002, p. 34). Desse modo, no nome próprio *João Belchior Marques Goulart, Marques e Goulart* determinam *João Belchior*, informando que esse *João Belchior* é da família *Marques Goulart*; percebe-se então que a posição de um nome ou sobrenome a outro faz com que surja uma relação de determinação interna.

Para o autor, há ainda nomes chamados por ele de terceira classe – Júnior, Filho, Neto, Sobrinho – que também possuem um valor determinativo. No nome *Joaquim Mattoso Câmara Júnior*, percebe-se que é o *Joaquim Mattoso Câmara*, que é parente (filho, neto, sobrinho etc.) de um outro *Joaquim Mattoso Câmara*.

Representado pela doação de um nome, a criança vê-se obrigada a familiarizar-se com a expressão sonora que a representa.

O nome doado e conhecido coloca o receptor no centro de convergências positivas e negativas, ou de vetores de forças que definirão personalidades e comportamentos, condutas e estilos de vida, tornando nome e indivíduo uma só entidade” (DICK, 1990, p. 18).

Resta lembrar que o nome nem sempre era imposto no momento do batismo, pois, muitas vezes, o indivíduo era batizado já adulto e já possuía obviamente um nome.

Foi depois do séc. III, ou por esse tempo, que o nome começou a dar-se no batismo. Vid.: Giry, p. 358; *La Grande Encyclop.*, v, 312; e Duffaut, p.181. – Na Roma antiga era no oitavo dia, contado do do nascimento, que as crianças do sexo masculino, e no nono as do sexo feminino, recebiam o *praenomen*: este dia chamava-se *lustricus*, por causa da purificação (*lustratio*) que então se fazia das crianças, com a celebração de um sacrifício. Quinto Acévo-la, porém, diz que o *praenomen* nos rapazes só tinha validade pública depois da imposição da toga viril, e nas raparigas depois do casamento. Vid. Hubner, *Römische Epigraphik*, § 21. (VASCONCELLOS, 1928, p. 29)

Atualmente, em nossa sociedade, o ato de dar nome a uma pessoa é obrigação dos pais. A lei estabelece que os pais devem registrar o recém-nascido através da certidão, solicitada ao cartório, que é, na verdade,

Um texto sustentado pela lei, que nomeia e inclui o nomeado no Estado, com as obrigações e direitos advindos desta inclusão. Dar nome a uma pessoa se faz, então, do lugar da paternidade (locutor-pai) que se configura como um lugar social bem caracterizado. Não é a paternidade biológica que interessa no processo, embora o direito coloque a relação biológica como elemento do lugar da paternidade. Mas os pais nomeiam como aqueles que escolhem, segundo querem, um nome. Temos, então, um enunciador-individual. A representação desse enunciador apaga a constituição do locutor pela rede jurídica que o instala como pais, no espaço enunciativo da Língua Portuguesa, com certas obrigações de dizer (dar nomes aos filhos, por exemplo). (GUIMARÃES, 2002, p. 36)

Desse modo, para o autor, ao dar o nome aos filhos, os pais tomam-lhes como sujeito; identificando um indivíduo biológico como um indivíduo para o Estado e a sociedade. Ao nomear *Antônio Cândido de Melo e Souza*, o pai está o colocando na relação social como portador desse nome, identificando-o entre os demais.

Para Leite de Vasconcellos, a palavra nome, quando aplicada a uma pessoa, tem quatro acepções:

- 1) o nome próprio, designação que uma pessoa recebe no batismo, no registro;

- 2) nome completo, conjunto formado pela designação individual propriamente dita, acompanhada de outras designações que se juntam;
- 3) nome, qualquer dos elementos do nome, pois a um apelido, ou a um sobrenome, pode também, em linguagem menos precisa e usual ter essa denominação;
- 4) alcunha, designação acrescentada ao nome para ressaltar uma particularidade ou uma qualidade física ou moral. (VASCONCELLOS, 1928, p. 8-9)

3. *O nome próprio de pessoa*

Vasconcellos (1928) observa que os nomes próprios

nascem, em regra, de expressões da língua comum, isto é, ou de palavra simples, de derivados e de compostos, ou de frases ; e referem-se em seus primordios, conforme as línguas, a cousas e fenomenos da Natureza, ao tempo (como duração), á geografia, a qualidades físicas e morais dos individuos, a circunstancias, necessidades e occupações da vida ordinária, á religião, ou á magia, á guerra, a domínio (em todo o sentido) a estados sociais, etc. (VASCONCELLOS, 1928, p. 23)

Os nomes nascem, quase sempre, de substantivos conhecidos da língua comum, de adjetivos e participios e são análogos ou iguais a outros inscritos nas catacumbas romanas, encontrados como usuais *prae-nomina, nomina, cognomina*.

Quer num caso, quer no outro, os fiéis da Lusitânia adaptaram-nos à manifestação de sentimentos religiosos, de fé, humildade, esperança, affecto, por exemplo: *Amanda, Donata, Felix, Optatus, Servanda, Simplicius*. Plausivelmente também a *Abundantis, Exuperius, Faustinus e Hilarinus* se ligava a ideia do contentamento que resultava de entrarem no seio da Igreja os respectivos individuos. Por outro lado a mór parte dos nomes eram-no de santos, e por consequência reputados de bom agouro, o que principalmente os devia adoptar. De *Marturius = Martyrius*, diz P.^o Delehaye que foi mui frequente do séc. IV em diante, como testemunho de honra prestada aos mártires cristãos, considerados no conjunto: *Origenes du culte des martyres*, Bruxelas 1912, p.167. *Paulus* (= *Paullus = paulus ou paullus* “pequeno”) é sabidamente cognome latino; aqui porém teve-se de certo em mente *S. Paulo*.

Como efeito do natural esquivamento das origens dos nomes, quando estes se transmitem de geração em geração, acontece que alguns dos mencionados, postoque applicados a Cristãos, são o mais pagãos possível: *Tiberius*, por exemplo, relaciona-se etimologicamente com *Tiber*, como deus fluvial (vid: Usener, p.357; Schulze, p. 470). Por outro lado, *Armiger* indica originariamente profissão: “o que leva armas de outrem”, “escudeiro”. *Glandarius* vem

nos dicionários apenas como adjetivo de *glans-*, *-dis*, “lande” ou “bolota”, o que é curioso notar, por ser o Alentejo, onde a inscrição apareceu, região de landes e *boletas*; mas aqui pôde.

Corresponder a um substantivo originário, que exprimissem também profissão: “o que negocia nelas”, idéia paralela á que se contém nos substantivos *ficarius* (negociante de figos), *lactucarius* (negociante de alface), *vinarius* (taverneiro), *gallinarius* (o que cuida de galinhas ou as vende), *porcarius* (o que cuida de porcos). *Senatrix* ou *Senatrix*, não obstante significar “senadora” (mulher de senador), suponho que na nossa inscrição não passa do feminino do usual cognome *Senator*, que figura, por exemplo, no *Corpus*, II, 5629 (inscrição de Galiza), 1959 (inscrição de Cadiz). (VASCONCELLOS, 1928, p. 26-27)

A escolha por determinados nomes variam de acordo com a época; por volta de 1128-1185, os nomes provindos de santos vigoram; o que mostra a importância que a Igreja adquiriu como instituição nacional. Aos poucos, os notários começaram a substituir nos documentos o português ao latim, e conexasmente aparecem os nomes próprios com genuína nitidez morfológica. Em documentos do século XV e primeiro quartel do século XVI, aparecem inúmeros nomes relacionados com os romances cavaleirescos. Inicialmente, os nomes seguiam um princípio de significação rigorosa:

quem pela primeira vez se chamou *Manarius*, é que de facto era guerreiro. Com o tempo a significação apagou-se ou perdeu-se a quaisquer pessoas, ainda áquelas ás quais a antiga significação não convinha de modo algum, ou era absolutamente desconhecida. Já no sub-parágrafo a vimos um fenómeno analogo, e adiante, na parte respectiva aos apelidos, também veremos que outros se produzem muitas vezes em português. O obscurecimento, a que me refiro, da significação dos nomes germânicos fazia que por vezes se fizessem maquinalmente nomes binários cujos membros não se ligavam pelo sentido, e até se criassem nomes híbridos, isto é, latino-germânicos. A seu tempo se nos depararão exemplos. Cf. também o que se lê no *Polyptique*, p. 264 sgs., e em Bähnsch, p. 28-29. (VASCONCELLOS, 1928, p. 28)

Com o tempo, à medida que os nomes foram sendo repassados de geração a geração, a sua origem foi sendo esquecida e o seu significado foi se perdendo. Para Vasconcellos (1928), várias são as razões para se escolher um nome próprio, assim temos: a razão religiosa, a devoção particular, a razão de família ou de amizade, a razão política ou, muitas vezes, os nomes proveem de arbítrio, acaso, superstição, fantasia, moda, gosto, patriotismo local etc.

Guimarães (2002) coloca que a “escolha” do nome não é uma escolha, pois sua “origem” não está nem no lugar social (locutor-pai) nem no lugar de dizer (enunciador individual). Na realidade, ao escolher o

nome Bruno – nome predominante para os meninos cerca de quatro ou cinco anos antes do autor publicar o seu livro de acordo com uma reportagem de jornal – o locutor apresenta-se como

um enunciador-contemporâneo, que se caracteriza por enunciar tal como se “escolhe” enunciar num certo momento. Ou seja, a “escolha” do nome se dá segundo um agenciamento enunciativo específico. Este acontecimento de nomear recorta como memoráveis os nomes disponíveis como contemporâneos, próprios de sua época. Assim, se este enunciador apaga o lugar do pai, o significa, ao mesmo tempo, como moderno. (GUIMARÃES, 2002, p. 36-37).

No caso do nome *Bruno*, o autor diz que o pai apenas cita a enunciação de tantos outros pais e de pessoas que se dizem modernos engajados no presente. A posição do sujeito ao dar o nome de *Bruno* ao filho é a jurídico-liberal – nomeia-se por obrigação do estado –; já no caso do nome *Donizete*, tem-se duas posições: a jurídico-liberal e a de sujeito religioso. Uma nomeação pode então cruzar diferentes regiões do interdiscurso e o “agenciamento enunciativo específico é afetado pela memória do dizer, pelo interdiscurso”. (GUIMARÃES, 2002, p. 37)

Antigamente, o processo de nomeação era diferente, era comum o indivíduo usar um nome avulso, ou seja, sem sobrenome ou apelido, “se não usavão muyto as alcunhas e apelidos, que só os patronymicos servião; e ainda ás vezes se não punha mais que o nome próprio” (BRANDÃO, 1690, p. 171 *apud* VASCONCELLOS, 1928, p. 85).

Em geral os Gregos também tinham um só nome, acompanhado do do pai em genitivo: Δημοσθένης Δημοσθένους “Demóstenes, filho de outro” (Salomon Reinach, *Épigr. Grecque*, p.508). Nas aldeias ainda hoje se encontram pessoas, sobretudo mulheres, que não têm mais que um nome, seguido às vezes de um complemento que designa o pai ou o esposo: Maria do Bernardo (vid. infra, parte II: sobrenomes tirados de nomes de pessoas). As crianças naturalmente só têm o nome próprio. (VASCONCELLOS, 1928, p. 95).

Porém, o que se vê atualmente é que o nome individual vem sempre acompanhado de um sobrenome ou de um apelido, ou até de vários. O uso de multiplicidade de nomes é visto por Vasconcellos (1928, p. 357) como próprio da dinastia de Bragança, só sendo encontrado por ele exemplos de Dona Maria I em diante; o que não significa que antes não houvesse. A rainha em questão chamava-se Maria Francisca Isabel Josefa Antonia Gertrudes Rita Joana; em que “em Josefa poderemos ver alusão a seu pai D. José I, e em Joana alusão a seu avô D. João V; quanto aos outros sobrenomes, nada certo posso informar”. (VASCONCELLOS, 1928, p. 357).

4. *Sobrenome*

O sobrenome é um patronímico, ou seja, um nome representado por um genetivo derivado do nome do pai, o qual, na Idade Média, indicava a filiação; nome de pessoa; expressão religiosa ou outra; que se junta imediatamente ao nome individual.

Costume muito antigo, nos povos indo-europeus, e noutros, era o de, quando numa narração se mencionava um indivíduo, ou este assinava um documento, indicar seguidamente ao nome d'ele o do pai. Circunscrevendo-nos nas inscrições lusitano-romanas, como fonte mais directa do que adiante vai expor-se, aí encontramos, por exemplo: *Camalus Born filius*), no AP, II, 130; *Avita Marci filia*), ib., XV, 322; ou sem "F": *M. Frontonius Frontoni*, ib., XXV, 10. A idade-média continuou o mesmo costume de pospor ao nome do indivíduo o nome paterno em genetivo. Os documentos dão-nos muitos exemplos, do século IX em diante, como veremos; e já de séculos anteriores devia haver outros.

A filiação exprimia-se: 1) ou por um genetivo em *-i*, que era comum a outras relações, e bem assim em *-e* (e *-ae*), *-is*, *-onis* (e *-oni*), *-anis* (e *-ani*); 2) ou por um genetivo com sufixo próprio, isto é, em *-az*, *-oz*, *-uz*, e em *-iz* (tornando depois, *-ez*, *-es*, etc), ainda que nem todos com igual frequência. Aos nomes formados d'este modo, e agregados aos nomes de batismo, como significativos de estirpe paterna, costumam os gramaticos chamar *patronimicos*. Chamam especialmente assim aos que têm sufixos próprios (...) (VASCONCELLOS, 1928, p. 101-102).

Em meados do século XV, principia a decadência desse sistema de nomeação através do patronímico, chegando esse sistema totalmente desorganizado no séc. XVI. Mas o que ocasionou a decadência e o desaparecimento do patronímico? Uma das principais causas é a

confusão que provinha de fazer de apelido um simples patronímico: Afonso Fernandez. Quantos Afonsos não havia cujos pais se chamassem Fernando? Como distinguir tantas pessoas umas das outras? Esta confusão existiu sempre, porém com o tempo aumentou. Seria importante verificar em que região ou localidade a confusão era maior, e onde pois começou a decadência do sistema. Naturalmente começou em Lisboa, como povoação cosmopolitica, tanto mais que do séc. XIV em diante é a Extremadura a província onde a população parece ter crescido mais: Gama Barros, *Hist. da admin.*, II, 152. Em 1490 inculca-se acréscimo considerável no número dos habitantes de Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes: Gama Barros, *ib.*, II, 298. A confusão a que acima se fez referencia obrigava á adjução de alcunhas ou apelidos geograficos, os quais como já em parte temos visto, iam substituindo e suplantando os patronimicos. (VASCONCELLOS, 1928, p. 117-118).

O referido autor ainda coloca que a esse fator, deve-se somar o facto de, no século XV, Portugal começar a se relacionar com a África e outros países; esse contato com forasteiros fez com que surgissem novos

apelidos, contribuindo também para modificar o sistema antigo de denominação, fazendo com que, com o tempo, as pessoas deixassem o antigo sistema de nomeação e substituíssem-no por outro. Cabe lembrar que o patronímico não deixou de existir, continuou existindo, mas degenerado, perdendo o seu primitivo papel.

Ana Maria Alves (1983), em seu livro *Onomástica de Lisboa Quinhentista. Subsídios para um estudo de mentalidades na 2ª metade do século XVI*, coloca também como motivo a alta concentração de certos nomes, tais como: *António, João, Pedro, Francisco, Manuel, Domingos*; aliado à extrema monotonia dos nomes de família. Segundo ela, isso produziu o que se poderia chamar de ‘um empastelamento’ da individuação e uma necessidade absoluta de recorrência a outros dados para uma identificação completa do indivíduo. (ALVES, 1983, p.130-131 *apud* DICK, 1990, p. 184)

Muitas vezes, utilizava-se também o sobrenome igual ao nome próprio de pessoas ou sobrenomes propriamente ditos, isto é, não declinados. “As vezes, em lugar de patronímico, ou de genitivo, junta-se ao nome de um indivíduo um nome simples, que, quando não vem acompanhado de *cognomentum*, ou expressões sinônimas (...), parece ser designativo do pai”. (VASCONCELLOS, 1928, p. 128).

Desse modo, por mais que o patronímico perdesse seu papel primitivo, deixou um vestígio ideológico: o nome dos pais passou a ocupar o lugar ocupado por eles, como se fosse um sobrenome.

Quando um pai tem varios filhos, póde dar-se o caso de cada um d’eles, e não só um, receber como sobrenome o nome d’aqule. Sei de um indivíduo, chamado *Salvador de tal*, com quatro filhas, que se chamam respectivamente: *Branca Salvador, Beatriz Salvador, Isabel Salvador, Conceição (sem Maria) Salvador*; de outro chamado *Adriano Machado*, com três filhos, cada um dos quais se chama respectivamente: *José Adriano Machado, Aníbal Adriano Machado, Alfredo Adriano Machado*; de outro, chamado *João Alves de Carvalho*, com dois filhos e uma filha, que se chamam respectivamente: *Simão João Alves de Carvalho, Manuel João de Carvalho, Benta João Alves de Carvalho*. Isto mais confirma a idéia acima exposta de que o sobrenome moderno representa historica ou instintivamente o patronímico medieval, que pela natureza das coisas era tambem comum a irmãos. (VASCONCELLOS, 1928, p. 131-132).

Começaram também a surgir sobrenomes perifrásticos, relacionados com a família de quem os usa; era comum nas aldeias indicar uma pessoa por uma perífrase em que, a modo de sobrenome, entra no nome

de alguém de família, principalmente se essa pessoa for importante. Assim, tem-se:

(...) a *Maria do Bernardo*, isto é, filha do *Bernardo de tal*; o *José da Maria José* (filho da *Maria José*), o *João da Inês* (filho de *Inês de tal*); a *Maria da Rosa do Joaquim da Luísa* (filha de uma *Rosa*, que é mulher de um *Joaquim*, filho de uma *Luísa*) (...) (VASCONCELLOS, 1928, p. 135).

O uso de mais de um sobrenome, ou seja, um sobrenome composto só começou a ser usado como moda depois do século XVI. A respeito disso, tem-se um trecho da *Carta de Guia dos Casados*, de D. Francisco Manuel de Mello, do século XVII em que cita:

Quando, Senhor N., Deos der filhas a V. m., não lhes consinta mais que hum só nome liso, aquelle que lhe ditar a devação, ou obrigação. Tenho por grande leviandade esta ladainha de nomes (dissera melhor: carta de nomes) que hoje se usa, pondo em camouço huns sobre os outros, deixando os de mais barafunda para o cabo. Derão as mulheres nesta nova casta de damaria: e acontece que a que nasceo, e se criou mera Domingas ou Francisca, lança sobre si meia dúzia de Jacintas, Leocadias, Michaelas, Hippolytas, e outros nomes exdruxulos, só porque virão chamarem-se assi, pouco mais ou menos, as suas vizinhas. Acho graça nesta historia. Fora a bautizar em hum lugar desta minha vizinhança a filha de um escudeiro; e porque ouviu que a outra de hum titulo tinha sua mãe mandado pôr na pia três nomes: como a elle lhe custava barata grandeza, ficou hum furo mais á vaidade, e mandou bautizar a menina com quatro nomes. Ouvio-os todos o Cura, e disse aos padrinhos: – Senhores, escolhão hum só nome, que sou fraco de memória, ou juro a tal, que lhe bautize sem nome, ou lha mande para casa como veio, até que lá se resolvão no que melhor lhes parecer. (MELLO, 1916, p. 129-130 *apud* VASCONCELLOS, 1928, p. 146).

5. *Apelido*

O apelido é uma designação de família transmitida de geração a geração. Vasconcellos (1928, p. 12) relata que a diferença fundamental entre um apelido e um sobrenome é que este é individual, ou apenas comum a vários irmãos e, as vezes, transmissível a filhos; já aquele, é genealógico, sendo comum na essência de toda a família. Cabe lembrar que, inicialmente, os apelidos pertenciam quase que só a nobres e não a plebeus.

O referido autor classifica os apelidos da seguinte forma:

- a) apelidos precedentes de patronímicos e iguais a eles: após a degeneração ocorrida no fim do século XV e início do século XVI,

os patronímicos passaram a funcionar como meros apelidos, passando a serem usados por qualquer pessoa.

- b) apelidos procedentes de nomes próprios de pessoas e iguais a eles: juntava-se a um nome próprio um sobrenome formado por outro nome próprio – José Antônio – com o tempo, pode se esquecer o motivo de junção e o sobrenome ser deslocado para o meio ou para o fim do nome, passando a funcionar como apelido.
- c) apelidos procedentes da religião: muitas vezes, resultam de deslocamento de sobrenomes – José Marques do *Carmo*, filho de Joaquim do *Carmo*; outras vezes, nasceram de circunstâncias nem sempre redutíveis a classes: Ruy Vaasques *Coreesma* ou Padre João Adelino Monteiro *Vácondeus*.
- d) apelidos de origem geográfica e étnica: os apelidos geográficos são formados dando um nome próprio ou comum de lugar, de sítio, de região *etc.* a uma pessoa (ex.: *Bragança* e *Souza*, apelidos recebidos por indivíduos provenientes desses locais); já os étnicos, juntam-se a um adjetivo (ex.: *Pereirão*, o sufixo *-ão* tanto pode ser étnico como familiar). O autor ainda coloca que quando o apelido geográfico é dado com aspecto de alcunha, houve uma elipse mental ou teórica: O *Mirandela*, como se se quisesse dizer: o de *Mirandela*; figurando assim uma antonomásia.
- e) apelidos procedentes de alcunhas e iguais a elas: inicialmente, torna-se necessário definir o termo alcunha:

Alcunha, do árabe *al-cunia* (“sobrenome”, e “renome de linhagem”), é hoje uma designação acrescentada ao nome normal do indivíduo (2ª acepção) por outros, que neste observam certa particularidade ou certa qualidade física ou moral digna de nota, ordinariamente jocosa ou insultuosa, mas também séria (...) (VASCONCELLOS, 1928, p. 9)

As alcunhas podem se juntar logo ao nome, sobrenome, apelido ou serem introduzidas por intermédio de uma palavra simples (substantivo, participio), ou de uma oração. Vasconcellos (1928) cita ser comum entre o povo, no trato familiar uma alcunha ao invés de um apelido. Dispõe também uma relação de tipos de alcunhas que deram origem a apelidos:

α – Alcnhas alusivas ao homem (considerado em geral), e bem assim a parentesco, mês e condição de nascimento, idade, fases da vida e estado.

- β – Alcunhas alusivas a estados sociais, cargos, ofícios mecânicos, outras profissões, e navegação.
- γ – Alcunhas alusivas a qualidades físicas e morais, expressas directamente.
- δ – Alcunhas que significam hábitos.
- ε – Alcunhas que significam vestuário e ideias conexas.
- ζ – Alcunhas relacionadas com ideias mágicas e religiosas.
- η – Alcunhas variadas.
- θ – Alcunhas expressas por frases.
- ι – Alcunhas geográficas. (VASCONCELLOS, 1928, p. 178)

As alcunhas pessoais, assim como os apelidos, eram transmitidas de pais a filhos ou parentes desde a Idade Média; quando isso acontecia, perdiam, ao serem transmitidas ao herdeiro, a significação chistosa, rude ou outra de quando foi imposta; a partir daí, tornaram-se apelidos. Assim, a cada acepção pejorativa ou benévola, pode nascer uma alcunha e dessa um apelido.

A principal razão para a adoção de um apelido é familiar. Antigamente, o mais comum era um indivíduo continuar usando o apelido do pai, mas poderia também usar o da mãe ou de ambos. Naquela época, também já poderia a criança adotar apelidos dos avós maternos ou outros parentes, bem como as mulheres passarem a usar apelidos dos maridos. Um indivíduo podia também tomar um apelido de um padrinho ou de um protetor ou até da própria esposa como era e é o caso da Suíça. (VASCONCELLOS, 1928, p. 326)

Actualmente há muita liberdade na escolha do apelido: cada pessoa toma, por assim dizer, o apelido que lhe parece, de que gosta, ou lhe convém. Não era assim outr’ora. Numa *ordenação*, de D. Manuel, de 31 de março de 1520 (liv. II das Ordenações, tit. 37, § 13), diz o Rei: “... ninhuma pessoa, de qualquer condição que seja, d’aqui em diante não tome apelido de fidalgo de solar conhecido, que tenha terras em jurisdição em nossos reynos, nem lhe pertencendo, nem vindo da dita linhagem; e os que ao presente se chamam de semelhantes apelidos, os não trespassem a seus filhos, nem descendentes, nem os ditos descendentes se possam chamar, nem nomear pelos ditos apelidos, posto que seus pais se chamassem, se na verdade lhes não pertencia, nem vinham da dita linhagem; e quem o contrário fizer perderá a fazenda, metade para quem o acusar, e a outra metade para os cativos, e mais perderá todo privilégio, que por sua linhagem e pessoa tiver, e ficará plebeu, como em cima dito he”. – Os Cristãos-Novos estavam isentos do que aqui se estabelece (...)

(VASCONCELLOS, 1928, p. 327)

Como se percebe, à medida que o patronímico ia perdendo o uso, os apelidos – reforçados pelas alcunhas e apelidos geográficos – foram tomando força e passaram a ser cada vez mais empregados.

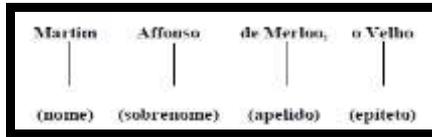
Muitas vezes só pelo apelido se distinguem as classes. Em regra as pessoas das classes populares usavam um único apelido, nascido repetidamente de patronímico ou alcunha. As pessoas das classes altas usavam com frequência mais de um, isto é, um patronímico seguido de um ou mais apelidos geográficos, ou usavam somente apelidos d’ esta última espécie; quando usavam um único apelido, este distinguia-se não raro pela sua quantidade, ou por vir acompanhado de um “de” locativo, ou de um título. Sem embargo, não estavam de todo excluídas alcunhas dignificadas. As mulheres nobres usavam com frequência também um só apelido ou um só nome, mas nos dois casos precedido de “Dona”: cf. o que neste particular diz o D.^o João de Barros, *Geographia* (escrita em 1548), ed. da Biblioteca do Porto, p. 102. (VASCONCELLOS, 1928, p. 328-329).

Com a decadência da nobreza e o surgimento dos ideais de igualdade e liberdade proclamados no século XVIII, houve o nivelamento das classes e da utilização dos apelidos. A nobreza entrou em decadência e os apelidos multiplicaram-se. Não havia ordem rigorosa na junção dos apelidos, existindo hoje apelidos iguais a nomes próprios de pessoas, não se estranhando que indivíduos tenham hoje um nome composto apenas de nomes próprios. Ex.: Custódio José Duarte, Caetano Frederico Gaspar.

Cabe lembrar que os apelidos provenientes de patronímicos, de nomes próprios de pessoas, da religião, não indicam necessariamente parentesco, o que não significa que também não existisse. Os apelidos se formam de circunstâncias que nada têm de especial. “Basta que um indivíduo se chamasse ou chame *Rodrigo*, ou *Álvaro* para que o filho recebesse o sobrenome de *Rodriguez* ou *Alvarez*.” (VASCONCELLOS, 1928, p. 334)

6. O nome completo

A partir de tudo que foi visto, percebe-se que um nome poderia ter vários outros nomes. Como exemplo disso temos: “Quinto Fabio Máximo Ovícula. O primeiro podemos hoje chamar nome próprio, o segundo sobrenome de família, o terceiro apelido, e o quarto também alcunha” (VASCONCELLOS, 1928, p. 13). Em lugar de alcunha, um nome completo pode receber no final um epíteto (cognome, designativo de idade, como no exemplo abaixo que data do século XIII-XIV):



e *Dom Affonso por sobrenome Moço*, onde *Velho* e *Moço* correspondem provavelmente a *Sênior* e *Júnior*, que hoje se usam alatinadamente para distinguir dois membros da família, de diversa idade, sobretudo pais e filho, quando têm o mesmo nome (*nome inteiro*). Cf., na linguagem popular do Alentejo: o *velho* Saial, a *velha* Antonia, com o epíteto preposto (*Rev. Lusit.*, IV, 49). Na Povoia de Varzim distinguem-se dois nomes iguais pela adição da palavra *Novo* (vid. *Portugalia*, II, 525). Do séc. XV menciona G. Frutuoso, *Saudades da terra*, IV, I, 38, Gonçalo Vaz, o *Grande*, por oposição a Gonçalo Vaz, o *Moço*. (VASCONCELLOS, 1928, p. 17).

7. Nome vocatório

Segundo Vasconcellos (1928), entende-se por nome vocatório aquele pelo qual se costuma chamar ou designar uma pessoa. Pode ser utilizado o nome individual, o nome próprio e o sobrenome, o nome próprio somado ao apelido, apenas o apelido, tanto falando em terceira pessoa quanto em segunda pessoa (vocativo).

Guimarães (2002) cita que ao lado da nomeação dada pelos pais, existe outra que é dada a partir da enunciação dos pais, ou seja, o nome que é dado pelo pai é alterado no processo de vida social. Cita como exemplos o fato de *Antônio Cândido de Melo e Souza* ter sido registrado assim e tornar-se *Antônio Cândido* através de um trabalho enunciativo sobre essa enunciação inicial; e também, o fato de *Maximino de Araújo Maciel* tornar-se *Maximino Maciel*. Percebe-se que o nome inicialmente dado pelo pai é renomeado. “Este jogo de enunciar a partir de outras enunciações refaz a atemporalidade do primeiro acontecimento, exatamente por tomá-lo diretamente como o rememorado que o presente do segundo acontecimento modifica”. (GUIMARÃES, 2002, p. 38)

Há duas direções diferentes operando então: a da “individualização” e a da relação de família. Alguém de nome *João Rodrigues* pode vir a ser chamado de *João* ou de *Rodrigues*; ocorre, portanto, uma desmontagem da determinação do sobrenome sobre o nome.

Esta diferença está, para mim, ligada à diferença entre nome e sobrenome na Língua Portuguesa. No espaço de enunciação do português no Brasil há uma distribuição da língua tal que renomear pelo *nome* inclui no lugar de renomeação o próprio renomeado. É como um *nós*, do qual o renomeado faz

parte. Por outro lado, renomear pelo sobrenome é falar do lugar de um acordo genérico no qual se diluem o lugar que diz e a pessoa renomeada. (GUIMARÃES, 2002, p. 38)

Somado ao nome, também pode vir um prenome honorífico, isto é, um título honorífico; segundo Vasconcellos (1928), esse elemento, pode se incorporar ao nome no princípio ou imediatamente antes do nome próprio, como exemplo, temos: *Dona Maria I, Dom Afonso Henriques, Monsenhor Ferreira, Padre Adriano etc.*; o autor cita que, apesar de raro, um título pode vir antes de outro: *Dom Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas* (Bispo de Beja e Arcebispo de Évora)

Percebe-se então que a enunciação não é unívoca, pois uma pessoa não tem durante sua vida social um único nome, podendo ter até vários nomes vocatórios. Percebe-se então que apesar do nome próprio funcionar como único, ele não é, uma vez que há lugares enunciativos diferentes que levam a diversas nomeações.

8. *Nomes hipocorísticos*

Segundo Vasconcellos (1928), a palavra hipocorístico foi usada pela primeira vez por Adolfo Coelho, em 1881. O uso de nomes hipocorísticos é muito usado na linguagem infantil e na das pessoas que lidam com criança por representar insuficiência de pronúncia pela criança ou afeto. Ex.: Quim, Lulu. “A nossa língua abunda de hipocorísticos. Há-os de duas espécies: hipocorísticos correspondentes a um só nome, ou nome simples (...); e correspondentes a dois, isto é, a um nome duplo (ou a simples nome e sobrenome) (...)” (VASCONCELLOS, 1928, p. 454).

Um hipocorístico também pode servir pela necessidade de se resumir uma palavra, por brevidade de expressão ou por outros motivos. Sua origem geralmente resulta da ação das mães, babás e de atos instintivos das próprias crianças.

Os hipocorísticos têm emprego fundamentalmente infantil. Quando continuam pela vida fóra, isso nasce de hábitos familiares, adquiridos desde o berço. Portanto é nos primeiros tempos da existência que os hipocorísticos nascem. Apenas o infante começa a balbuciar, a mãe ou ama vai-o habituando a pronunciar palavras, e de par o nome d’ele, é, os dos irmãos ou de membros da família. (VASCONCELLOS, 1928, p. 499)

O autor ainda cita Jespersen, na sua obra *Die Sprache*, que distingue duas classes de encurtamento de palavras: os encurtamentos devido a crianças que, por não se lembrarem de uma palavra toda, conversam ape-

nas a parte final, como um eco que ouviram e o encurtamento devido a adultos, que conhecem perfeitamente, na íntegra a palavra que mutilam e a reduzem as sílabas iniciais ou finais. (JESPERSEN, 1926, p. 87-88 *apud* VASCONCELLOS, 1928, p. 503). Relata ainda que essa ideia enunciada por Jespersen não está em contradição ao que ele coloca, pois, segundo ele, o impulso para a formação de hipocorísticos infantis parte da criança, mas depois são os adultos que imitam esse mesmo sistema.

9. Considerações finais

Ao se realizar este estudo, optou-se pelo lugar de ordem, ou seja, o fato de ser esse o primeiro estudo realizado a respeito dos nomes próprios em língua portuguesa faz com que o estudo de Vasconcellos (1928) seja único. A análise desta subdivisão ocorreu com o intuito de poder classificar de forma mais exata a classe dos antropônimos. É através do nome que as pessoas passam a ocupar um lugar social definido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA JÚNIOR, J. Mattos. Morfologia pronominal. In: _____. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1968.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.

VASCONCELOS, José Leite de. *Antroponímia portuguesa: tratado comparativo da origem, significação, e vida do conjunto dos nomes próprios, e apelidos, usados por nós desde a Idade Média até hoje*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

**AS ESTRUTURAS COM O VERBO-SUORTE DAR UMA X-ADA
E A PROTOTIPIA:
UMA CONTRIBUIÇÃO FUNCIONALISTA**

Alzira da Penha Costa Davel (UFES)
alzira5907@yahoo.com.br

1. Introdução

Com o desenvolvimento dos estudos funcionalistas, especialmente no Brasil, a partir dos anos 80/90, as investigações privilegiaram os estudos da língua(gem) sob o ponto de vista discursivo-interacional, considerando as diferentes funções que um mesmo item lexical/gramatical pode assumir, de acordo com o contexto em que é empregado.

Muitos estudos, nessa perspectiva, revelaram a necessidade de considerar que o uso de termos e construções pode fugir ao preconizado pela norma padrão e, por isso, as formas linguísticas que ocorrem no uso frequente podem ser explicadas conforme as circunstâncias discursivas. É nesse sentido que a língua é usada para satisfazer as necessidades comunicativas dos seus falantes.

Neste artigo, são abordados e discutidos os conceitos operacionais sobre a transitividade e a prototipia das estruturas com o verbo *dar* como pleno, com valor básico de transferência de um objeto, de um agente a um destinatário, e como verbo-suporte quando se associa a um SN de natureza menos referencial, podendo ocorrer diferentes nuances de sentido (vinculadas com maior ou menor transparência àquele valor). É dispensado maior enfoque às estruturas *Dar uma X-ada*, com referência à questão da transferencialidade, com base em uma noção escalar de *continuum*, que compreende traços sintático-semânticos que, de forma interdependente, compõem o complexo da transitividade. Para isso, são utilizados os pressupostos da linguística funcional, de Hopper e Thompson (1980, 2001), de Givón (1984) e cognitiva, de Taylor (1995), para quem as categorias lexicais/ gramaticais não são estáticas, mas flexibilizadas, conforme os contextos sociodiscursivos e interacionais.

Ressalta-se que dependendo das construções das quais faz parte, o verbo *dar* assume também o comportamento de semiauxiliar, de expressões cristalizadas ou idiomáticas, de unidades fraseológicas, conforme a

denominação de diferentes pesquisadores e/ou autores. São aqui verificadas somente as construções com o verbo pleno e o verbo-suporte.

2. A transitividade

A questão da transitividade, conforme tratada pelas gramáticas tradicionais, o verbo é o elemento responsável pela estruturação oracional, cujo processo se transmite a outros elementos que lhes completem o sentido (CUNHA & CINTRA, 1985).

Com base no funcionalismo, Hopper e Thompson (1980) entendem a transitividade como uma propriedade da oração, como universal discursivo, pois o falante estrutura o seu discurso, cuja finalidade é atingir seus propósitos comunicativos.

Para explicar o complexo da transitividade Hopper e Thompson (1980) propõem dez parâmetros sintático-semânticos independentes, de modo contínuo (não categórico), quais sejam: a) TRANSITIVIDADE ALTA: participantes (dois ou mais); cinese (ação); aspecto do verbo (perfectivo); pontualidade do verbo (pontual); intencionalidade do sujeito (intencional); polaridade da oração (afirmativa); modalidade da oração (modo realis); agentividade do sujeito (agentivo); afetamento do objeto (afetado); individuação do objeto (individuado); b) TRANSITIVIDADE BAIXA: participantes (um), cinese (não ação), aspecto do verbo (não perfectivo), pontualidade do verbo (não pontual), intencionalidade do sujeito (não intencional), polaridade da oração (negativa), modalidade da oração (modo irrealis), agentividade do sujeito (não agentivo), afetamento do objeto (não afetado), individuação do objeto (não individuado). Portanto, a universalidade da transitividade leva em consideração a função básica da linguagem que é satisfazer as necessidades comunicativas e cognitivas de seus falantes).

Para Givón (1984), a oração transitiva apresenta, no mínimo, dois participantes: um agente e um paciente. O primeiro, codificado sintaticamente como sujeito, é o responsável pela ação; o segundo, codificado sintaticamente como objeto direto, é o paciente da ação verbal. Essa configuração caracteriza o protótipo de um evento transitivo, no qual um agente age para causar uma mudança de estado ou de condição em um paciente.

A esse respeito, a visão do funcionalismo centra-se no estudo da utilização da língua em situação comunicativa, priorizando o componente

pragmático que, por sua vez, interliga-se aos componentes sintático e semântico. Furtado da Cunha e Oliveira (1994), assinalam que

Para o funcionalismo, todas as orações de um texto têm uma dupla função: semântica e pragmática. O que se comunica em cada porção não é só o conteúdo semântico da língua, mas também a natureza e o propósito do ato de fala visto como fenômeno cultural e cognitivo. O conteúdo semântico proposicional de uma oração pode permanecer estável, ao passo que sua função discursivo-pragmática pode se modificar (FURTADO DA CUNHA & OLIVEIRA, 1994, p. 47).

Nessa perspectiva, as mudanças nas funções discursivo-pragmáticas de uma oração relacionam-se a transformações na sua estrutura sintática, sobretudo, quanto à ordenação dos termos, de tal forma que a sintaxe, a semântica e a pragmática são interdependentes.

Conforme a visão desses autores pode-se entender a transitividade como um complexo escalar de traços sintático-semânticos que exhibe um sujeito/agente que transfere intencionalmente uma ação, por meio de um verbo, cujo efeito é um objeto afetado, diferente, pois, da visão tradicional.

De acordo com essa abordagem teórica, o funcionamento da língua é interativo, uma vez que os princípios cognitivos e funcionais são motivadores para o surgimento, manutenção ou alteração dos padrões linguísticos – a gramática.

[...] tomada sincronicamente, a gramática de qualquer língua exhibe, simultaneamente, padrões regulares, rígidos, e padrões que não são completamente fixos, mas fluidos. Por alguma razão, certos padrões novos se estabilizam, o que resulta numa reformulação da gramática (MARTELOTTA et alii, 1996, p. 11).

Assim, a língua não pode ser considerada totalmente independente de seus fatores externos, pois a gramática de uma língua é dinâmica e flexível, podendo ser entendida como um sistema constituído por regularidades decorrentes das pressões do uso, que estão diretamente relacionadas aos propósitos comunicativos do falante.

2.1. A prototipia

A questão da prototipia é muito discutida na linguística cognitiva, cujas contribuições partem da psicolinguística (ROSCHE & MERVIS, 1975, *apud* NEVES, 2006, p. 22-23), desenvolveram importantes estudos sobre os protótipos e suas subcategorias radiais, dando ênfase às redes

semânticas das quais fazem parte os membros de uma determinada categoria.

A teoria dos protótipos, inicialmente denominada de versão padrão foi posteriormente reformulada para a versão ampliada dos protótipos. Dessa forma, o protótipo se converte em efeitos prototípicos e a noção de “semelhança de família” (WITTGENSTEIN, 1953), em elemento que vincula os membros de uma mesma categoria. O membro que demonstra o maior número de propriedades é o que caracteriza determinado ‘modelo’ e, a partir dele, são classificados os demais membros de acordo com o grau de similaridade.

Em outros termos, vários membros ou propriedades de uma categoria possuem diferentes graus de saliência, sendo uns mais prototípicos e outros periféricos, que se agrupam por similaridades parciais e que os limites entre si e também entre as categorias são, em geral, imprecisos. Quanto mais próximo do protótipo, mais central é o status da entidade na categoria. Assim, é possível encontrar membros de uma categoria que têm alguns atributos compartilhados e haver categorias, cujos membros não possuem determinado atributo em comum.

Dentro da visão funcionalista da linguagem, pode-se admitir que a noção de protótipos relaciona-se com a gramática e com a cognição. Os protótipos são decorrentes de certa vacuidade dos limites entre as categorias, o que evidencia a grande sintonia entre as teorias cognitiva e funcional.

De acordo com Taylor (1995), o processo de categorização linguística é uma atividade cognitiva fundamental. A língua, por ser uma criação da cognição humana e um instrumento a serviço de seus falantes, reflete em sua estrutura e funcionamento, uma das mais importantes habilidades, a de categorizar.

Segundo o autor, algumas características importantes de uma categoria prototípica são: (i) o fato de seus membros centrais compartilharem um grande número de atributos e (ii) o fato de as categorias prototípicas permitirem associações às entidades que compartilham só alguns atributos com os membros mais centrais, fazendo com que elas tenham flexibilidade. Além disso, uma categoria prototípica: a) maximiza o número de atributos compartilhados pelos membros da categoria; e b) minimiza o número de atributos compartilhados com os membros de outras categorias (ROSCH, 1975c, *apud* TAYLOR, 1995, p. 51).

Nesse sentido, esclarece que

Os critérios semânticos certamente desempenham um papel em qualquer definição de classe de palavras [...]. Isso não significa afirmar que todos os membros de uma categoria gramatical necessariamente partilham um conteúdo semântico comum. (Mas nem todos os membros de uma categoria gramatical necessariamente partilham as mesmas propriedades sintáticas). [...]. As categorias gramaticais possuem uma estrutura prototípica, com membros centrais partilhando uma gama de atributos semânticos e sintáticos. O fato de um item não exibir alguns desses atributos não impossibilita a associação (TAYLOR, 1995, p. 196).

Nessa linha de raciocínio, as entidades são categorizadas com base em seus atributos, mais centrais ou periféricos, não a partir de um contraste binário, de modo que em uma mesma categoria podem ser agrupados diversos membros em que, em um extremo encontra-se o membro mais prototípico e em outro, o membro que exhibe traços mais periféricos.

De modo semelhante, Givón defende a noção de protótipo “como o membro que exhibe o maior número de propriedades ou características de uma categoria. Todos os outros membros podem ser classificados de acordo com seu grau de semelhança (ou de distância) com o modelo prototípico” (GIVÓN, 1984, p. 17). As categorias são estruturadas em torno de um *continuum*, em que: (a) o significado de uma expressão participa do significado de outra; (b) alguns membros partilham atributos associados tipicamente à categoria enquanto outros partilham atributos distintos ou quase não partilham propriedades (GIVÓN, 1984).

Observa-se que os aspectos básicos da prototipia são comuns na concepção dos autores citados, sobretudo, no que se refere às questões da gradação e na partilha de atributos das categorias.

Esses princípios possuem um vasto campo de aplicação, pois não só domina toda a semântica léxica, mas, também, é aplicável a todo fenômeno que implique uma categorização. Logo, há diferentes campos nos quais pode ser aplicado o conceito de protótipo: gramática cognitiva, fonética, morfofonologia, sintaxe, entre outros.

A interpretação das estruturas formadas com o verbo *dar* traz a ideia principal de transferência, ou, mais especificamente, do deslocamento de algo, de um ser possuidor a um destinatário. É transitivo por excelência, que permite maior número de complementos, podendo transferir coisas, ideias, qualidades etc. No entanto, cada expressão tem um significado que orienta o seu uso linguisticamente, o que contribui para que a construção adquira nuances de sentidos diferentes ou aproximados.

Ao descrever sobre os verbos-suporte, Neves (1999a), diz que são “verbos semiesvaziados lexicalmente que formam com o Sintagma Nominal (SN-objeto direto) um significado global, que em geral, têm correspondência com verbos plenos da língua”. Citando como exemplos, dar um pulo/ um chute/ um beijo etc. (pular, chutar, beijar).

Esse esvaziamento provoca a perda de parte das propriedades de transferência de algo concreto, e age sobre o elemento nominal, conferindo-lhe a função predicante, e com ele forma um todo significativo em que não é possível se determinar o significado do verbo, sem agregar o significado do nome (NEVES, 2006, p. 63).

Dentre os dez parâmetros propostos por Hopper e Thompson (1980), Givón (1984) argumenta que três deles são suficientes para definir o evento transitivo prototípico: a) agentividade – ter um agente intencional ativo; b) afetamento – ter um paciente concreto afetado; c) perfectividade – envolver um evento concluído, pontual. As propostas dos autores citados são complementares e até semelhantes. Dentro dessa visão, estabelece-se, neste estudo, para caracterizar a transitiva prototípica com o verbo dar pleno:

- a) participantes: 2 (dois) – um Sujeito/Agente/Humano que transfere, intencionalmente, um objeto a um Destinatário/Agente/Humano;
- b) perfectividade do verbo;
- c) objeto afetado.

No caso do verbo-suporte:

- a) A ideia de “transferência de um objeto é substituída por uma ação”;
- b) ação do verbo (aspecto): atélica/télica ou concluída (pontual);
- c) afetamento do complemento.

Importante se faz ressaltar que os estudos de Hopper e Thompson (1980), tomam como base as narrativas no que se refere aos parâmetros. Entretanto, alguns estudos desenvolvidos observaram a transitividade em gêneros textuais como, charges, fábula e publicidade.

Para aplicação e discussão dos conceitos, foram selecionadas cinco estruturas, sendo quatro extraídas da *internet*, revelando manifestações discursivas que ocorrem com o verbo *dar*, em uma escala de transitividade, partindo do ponto do seu significado prototípico ao periférico. Conforme já dito, o modelo prototípico é a oração com um sujeito agentivo

que, intencionalmente, transfere um objeto concreto a um destinatário. Nas estruturas *dar uma X-ada* ocorre uma configuração diferente, uma vez que o objeto direto é representado por um SN (deverbal ou denominacional).

- 1) Ana *deu* uma bola ao menino¹⁷.
- 2) Juninho se irritou com a cera feita pelo goleiro Nielsen antes de um tiro de meta, *deu uma bolada*¹⁸ no adversário e acabou expulso.
- 3) [...] Gostei do molho, muito bom! Já quero testar [...] e vou *dar uma esquentada*¹⁹ no molho. Hummm...
- 4) É claro que foi super importante *dar* uma *esquentada*²⁰ na relação, quebrar um pouco a rotina e experimentar algo novo [...]. Afinal, de nada adianta você resolver ser uma expert em Kama Sutra [...].
- 5) Torcedores do Cruzeiro foram à Toca da Raposa *dar apoio*²¹ aos jogadores.

Em (1) o sujeito/agente/humano que transfere, intencionalmente, um objeto concreto a um destinatário humano que passa a ser o possuidor desse objeto, que por sua vez, é afetado pela mudança de condição. O verbo *dar* perfectivo exprime ação concluída. Trata-se de uma oração transitiva prototípica, constituída de sujeito/verbo/objeto direto e indireto (bitransitiva).

Em (2) há um sujeito/agente/humano que, pela leitura agiu intencionalmente, de modo pode-se dizer, agressivo (*deu uma bolada*) que afeta o complemento/humano (no adversário). *Deu uma bolada* veicula uma ação pontual, um evento concluído, tanto pelo verbo *dar* como pelo aspecto da nominalização, indicando um grau de alta transitividade (Hopper e Thompson, 1980). Envolve um movimento em que é utilizado um

¹⁷ Exemplo criado pelo autor.

¹⁸ <<http://wp.clicrbs.com.br/primetime/2013/04/19/juninho-se-irrita-com-cera-da-bolada-em-goleiro-e-expulso-na-mls>>. Acesso em 24.06.2013.

¹⁹ <<http://pratofundo.com/1864/casa-fiesta-comida-tex-mex>>. Acesso em 24.06.2013.

²⁰ <http://www.revistaandros.com.br/como_agradar10.html>. Acesso em 24.06.2013.

²¹ <<http://esporte.uol.com.br/futebol/campeonatos/mineiro/ultimas-noticias/2013/05/16/torcedores-do-cruzeiro-foram-a-toca-da-raposa-dar-apoio-aos-jogadores.htm>> Acesso em 24.06.2013.

objeto que tem referente no mundo, o SN (uma bolada), aproximando-se da prototípica (1).

Em (3) o sujeito/agente/humano (alguém que gosta de molho) afirma a intenção de testá-lo, mas antes quer esquentá-lo. Em vez da transferência de um objeto concreto, o agente transfere uma ação que provoca o aquecimento; um evento durativo (atélico) que não se presume o tempo que levará para isso. O SN deverbal (uma esquentada), formada pelo verbo esquentar determina o afetamento do complemento (no molho). Assim, o verbo nominalizado (esquentada) é o que nomeia a ação que produz esse afetamento. Quanto à perfectividade, o verbo *dar* não é perfectivo, mas o contexto indica a certeza de que a ação ocorrerá. Isso faz com que se possa considerá-la menos prototípica, com grau de transitividade mais baixa em relação à (1) e à (2).

Observa-se que em (4) há, implicitamente, um sujeito/agente/humano que afirma ser importante inovar a relação. A estrutura (dar uma esquentada) adquire um significado diferente da anterior (3). Denota uma ação que produz uma situação, ou seja, uma relação de melhor qualidade. Por influência do complemento afetado, a estrutura sofre um “deslizamento” metafórico, pois esse complemento (na relação) não é naturalmente esperado na ambiência linguística em questão. A perfectividade é indicada pelo contexto (foi). Essas razões levam a uma transitividade mais baixa, e, portanto, menos prototípica em relação às anteriores.

Confrontando os três exemplos em (2), (3) e (4), a presença dos complementos (objetos) afetados apresentam efeitos semânticos que se distinguem: em (2) a ação de “atingir alguém com um golpe” e em (3) “aquecer o alimento”, parecem mais intencionais por parte do agente (que provavelmente mantém contato físico), o que torna o agente mais “agente” e que, nesse ponto, se percebe transitividade mais alta. Já em (4), “tornar uma relação mais inovada”, a transitividade parece mais baixa, na medida em que envolve várias ações, como: maneiras de agir, de falar, de se vestir, de se alimentar etc. (mudança de comportamento em geral).

Nesse sentido, compreende-se que a intencionalidade é também um fator importante para determinar o evento causal prototípico, ou seja, como um “evento em que um agente animado intencionalmente causa mudança física e perceptível de estado ou locação em um objeto”, como definem Furtado da Cunha; Costa e Cezario (2003, p. 38).

As fronteiras de significação entre as estruturas Dar uma X-ada, especialmente, em (3) e (4) são tênues, pois ambas são determinadas pelo universo discursivo no qual estão inseridas, veiculando ora um sentido ora outro.

Com referência à estrutura (5), foram *dar apoio* aos jogadores, há sujeitos/agentes/ humanos que se dirigiram a um local (sede do Cruzeiro) para incentivar o time, tendo implícita uma intenção. Nesse caso, também não é transferido um objeto concreto, mas atitudes (incentivo), nomeadas por um SN não referencial (apoio). O complemento humano (jogadores) é afetado total ou parcialmente, pois não é possível saber se todos receberam esse incentivo e de que forma foi recebido; a perfectividade não é indicada pelo verbo *dar*, mas pelo contexto (foram), denotando ação concluída.

Trata-se de uma estrutura prototípica com verbo-suporte, pois o verbo *dar* tem como objeto direto um SN que é nomeado por um substantivo não referencial, singular e sem determinante (NEVES, 1999a, 2006). Ou seja, é uma estrutura prototípica de outra ordem, diferente da bitransitiva, como outras do tipo: *dar início*, *dar contribuição*, *dar opinião*. É representada por categorias cognitivas que envolvem deslocamento espacial e um espaço físico (torcedores deslocam-se fisicamente até a sede dos jogadores e oferecem ajuda/ inventivo que pode ser expressa por gestos, palavras etc.).

De modo semelhante, a estrutura (1) é representada por capacidades cognitivas de movimento de entregar um objeto (uma bola) e um espaço físico-locativo (ao menino). Em (2), (3) implica movimento de forças, cujos eventos ocorrem pelo deslocamento físico e espacial, como: pegar a bola e jogar contra alguém; reunir utensílios e levar o alimento ao fogo, respectivamente. Nesses casos, os espaços físicos são concretos – locativos (no menino/ no molho); em (4), como explicado acima, envolve ações mais abstratas no sentido de modificar a relação.

Dentre os traços mencionados por Hopper e Thompson (1980), os que se mostraram relevantes para caracterizar as orações mais transitivas foram: cínese, aspecto do verbo nominalizado, participantes, intencionalidade, agentividade do sujeito. Segundo os autores, esses traços focalizam “diferentes ângulos da transferência da ação em uma porção diferente da oração” (HOPPER & THOMPSON, 1980, *apud* FURTADO DA CUNHA & SOUZA, 2007, p. 37). Nas estruturas, de (2) a (5), os traços focalizaram principalmente os SNs que representam essas porções.

Destacando algumas considerações:

- i) O aspecto verbal nas estruturas *Dar uma X-ada* exerce uma importante função no papel da transitividade, devido à natureza do termo que nomeia o objeto transferido. Tendo em vista que os nomes deverbiais não são verbos e nem nomes prototípicos (têm função de referir e predicar), as categorias (com)partilham propriedades. Logo, constituem predicados mistos, complexos, de modo que o “feixe” de traços das nominalizações formadas interfere para os diferentes graus de prototipia das estruturas. Assim, pode-se dizer que a noção de transferencialidade relaciona-se diretamente à natureza dos SNs que as compõem.
- ii) A perfectividade foi verificada na maioria das estruturas (1, 2, 4 e 5), explícitas pelo verbo *dar* em (deu uma bola/ deu uma bolada) e por outros elementos contextuais (foi superimportante dar/ foram dar apoio).
- iii) Em que pese não terem sido escolhidos os parâmetros de polaridade e modalidade das orações, todas elas estão codificadas no modo *realis* e afirmativamente (THOMPSON; HOPPER, 2001).
- iv) Nas estruturas com verbo-suporte (2) a (5) pôde-se observar a descentralidade do verbo *dar*, uma vez que recai sobre a nominalização *X-ada* a responsabilidade maior de selecionar o complemento; complemento esse que sofre o afetamento total ou parcial, por força de movimento causado, podendo ser concreto ou não, incluindo mudança de lugar ou estado, humanidade etc. (*bolada no adversário; esquentada no molho/ na relação/ apoio aos jogadores*).

Nesse sentido, Amorim e Rocha sinalizam,

A morfossintaxe de uma cláusula pode também assinalar, de vários modos, diferenças em grau de atividade física no evento ao qual o verbo se refere. A mesma propriedade, às vezes, se refere à qualidade cinética; e a intervenção da vontade consciente que normalmente é uma parte do significado deste tipo de verbo – a deliberação ou espontaneidade do agente – é chamada o elemento intencional (AMORIM & ROCHA, 2008, p. 151).

A intencionalidade foi verificada a partir da compreensão de maior ou menor contato físico do agente para realizar a ação, seguindo o raciocínio das autoras. Por essa ótica, a mesma estrutura (*dar uma esquentada*) que em (3) se percebe maior contato físico do agente com o objeto-complemento do que em (4) com sentido mais abstratizado. Mas, ainda assim, para se obter a certeza dessa intenção, seria necessário se depre-

ender o resultado dela, ou seja, até que ponto o objeto foi afetado, sendo possível somente perceber parte desse resultado. Assim, uma observação mais acurada permite a reflexão de que se torna difícil mensurar com exatidão o grau de intenção (se por deliberação ou espontaneidade), por se tratar de uma condição interna, volitiva do agente, a não ser quando o contexto permite tal leitura, deixando explicitamente claro (se houve mudança de estado ou locação do objeto), o que parece ocorrer no exemplo (2) que fica mais evidente.

De acordo com a concepção de categorização e protótipos (WITTGENSTEIN, 1953; GIVÓN, 1984; TAYLOR, 1995), o verbo *dar* mantém em todas as estruturas a ideia de transferência de x para z, com maior ou menor grau, dependendo do número de traços sintático-semânticos. Esses traços dos verbos formadores dos SNs das estruturas com o verbo-suporte, de (2) a (5), interferem na sintaxe, e, por consequência, no modelo da transitividade. Em outros termos, devido à flexibilidade do verbo *dar* se associar a SNs-objetos diferenciados torna as construções mais próximas ou mais periféricas da categoria prototípica.

Especificamente as estruturas (1) e (5) são consideradas prototípicas, com verbo pleno (*dar uma bola*) e com o verbo-suporte (*dar apoio*), respectivamente. São diferentes pelo fato de possuírem diferentes atributos, mas são semelhantes em suas funções por preservarem a ideia de transferência. As do tipo *Dar uma X-ada* situam-se no *continuum*, entre as duas, podendo ser consideradas periféricas, tanto em relação à primeira como à última.

Na esteira do cognitivismo, são construções que caracterizam movimento causado, em que a sintaxe evidencia a polissemia de diferentes construções. Ou seja, uma mesma estrutura sintática pode se associar a vários sentidos relacionados (GOLDBERG, 1995, *apud* FERRARI, 2011, p. 25). É o caso do verbo *dar* que nas estruturas possui sentidos relacionados por um laço polissêmico, de maneira que de (2) a (5) estabelecem-se distintos tipos de relações de contiguidade ou proximidade com o sentido de (1) como central.

Discursivamente, embora os contextos sejam restritos, apontam para situações interacionais em que se percebe um enunciador/escritor que se dirige a um pressuposto interlocutor/leitor. Em (2), por exemplo, pode-se pressupor um enunciador narrando para alguém um fato ocorrido em um jogo de futebol (Juninho, irritado [...] *deu uma bolada* no adversário e foi expulso). Em (3), (4) e (5), também ocorre o mesmo, de acor-

do com cada contexto. Isso confirma a compreensão de Hopper e Thompson (1980) que defendem a transitividade sob a ótica discursivo-semântica e como um fenômeno universal que, de algum modo, reflete a forma como o falante estrutura o seu discurso.

3. *Finalizando*

Este estudo abordou aspectos da transitividade e prototipicidade em construções com o verbo *dar*, partindo do modelo em que esse verbo funciona como pleno (bitransitivo) e como verbo-suporte, tendo como maior enfoque a questão da transferencialidade do objeto nas estruturas Dar uma X-ada.

Conforme Hopper e Thompson (1980, 2001), Givón (1984) e seus seguidores, a transitividade se estabelece em uma noção escalar, de diferentes graus que se manifestam nos traços sintático-semânticos e que podem sofrer alterações de natureza morfossintática, semântica e pragmática.

Nas estruturas analisadas, além do verbo *dar*, também são responsáveis pela transitividade, a categoria que nomeia o objeto transferido, a intencionalidade do agente, o afetamento do complemento, ou seja, são considerados todos os termos que delas fazem parte. Em outras palavras, a transitividade é um complexo que se dá de acordo com a posição e a natureza de todos os termos oracionais.

Dentre esses, revelou-se como fator importante a natureza dos traços semânticos do verbo formador da nominalização X-ada (que nomeia a ação transferida), que influencia os diferentes graus de prototipia, afastando-as do modelo prototípico de transitividade do verbo *dar* (GIVÓN, 1984; TAYLOR, 1995).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, C. M. da S.; ROCHA, L. H. P. da. (Orgs.). *(In)transitividade na perspectiva funcionalista da língua*. Vitória: Edufes, 2008.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FERRARI, L. *Introdução à linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, N. F. Da linguística imanente à linguística da fala. *Revista Vivência*. Natal: UFRN, v. 8, n. 1, p. 39-50, 1994.

_____; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____; SOUZA, M. M. *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

GIVÓN, T. *Syntax I*. New York: Academic Press, 1984.

GOLDBERG, A. *Constructions*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

HOPPER, P.; THOMPSON, S. A transitivity in grammar and discourse. *Language*, ano 56, n. 2, p. 251-299, 1980.

MARTELOTTA, M. E.; CEZARIO, M. M.; VOTRE, S. J. (Orgs.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

NEVES, M. H. M. Estudo da estrutura argumental dos nomes. In: KATO, M. (Org.). *Gramática do português falado*. V. 5: Convergências. Campinas: UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1996, p. 119-154.

_____. A delimitação das unidades lexicais: o caso das construções com verbo-suporte. In: BASÍLIO, M. *A delimitação de unidades lexicais*. Rio de Janeiro: Grypho, 1999, p. 98-114.

_____. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

ROSCH, E. Natural categories. In: _____. *Cognitive Psychology*, 1973, 4 v.

_____; MERVIS, C. B. Family resemblance: studies in the internal structures of categories. *Cognitive Psychology*, 1975, 7 v.

TAYLOR, J. R. *Linguistic categorization*. Prototypes in Linguistic Theory. GB: Larendon Paperbacks, 1995.

THOMPSON, S. A.; HOPPER P. J. Transitivity, clause structure, and argument structure. In: BYBEE, J.; HOPPER, P. J. (Orgs.). *Frequency and emergence of linguistic structure*. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations*. Oxford: Basil Blackwell, 1953.

CRIAÇÃO DE VOCABULÁRIO DE MATEMÁTICA COMO RECURSO DIDÁTICO

Misleine Andrade Ferreira (UFT)

misandrade22@gmail.com

Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira (UFT)

luizpeel@uft.edu.br

1. Introdução

A pesquisa foi desenvolvida com a sexta e a sétima séries do ensino fundamental da escola Joaquim de Brito Paranaguá, do município de Araguaína, estado do Tocantins.

Quanto às nossas inquietações iniciais, podemos dizer que nossa primeira motivação dizia respeito às vivências conscientes dos objetos estudados, já que, muitas vezes, o processo pedagógico se dá sem consciência, impedindo o aprendizado autêntico dos fenômenos estudados.

Vivemos, de fato, numa sociedade que aspira à cultura, mas que, infelizmente, tanto em relação à apropriação vivenciada dos bens culturais, especialmente e primeiramente em relação aos simbólicos, matemáticos ou linguísticos, quanto à sua condizente recepção profícuca, tem apresentado dificuldades sérias de opções voluntárias. Essas dificuldades dizem respeito a percepções limitadas que geram, por conseguinte, formações de repertório e de formas de vida igualmente limitadas; fenômeno que implica dificuldades de acesso a manifestações culturais outras que não as que costumeiramente e diretamente se vive.

Cabe, então, a qualquer atividade profissional que envolva a apreensão sígnica, em nosso caso a apreensão dos signos numéricos e de alguns de seus sistemas, a consideração ativa e consequente das características dos textos e dos contextos de ocorrência a que se pretende alcançar; e, ainda mais, a consideração não só objetiva e intencional, mas a subjetiva – ética, estética e política, isto é, a que se preocupa efetivamente com os processos subjetivos da organização cognitiva e social; para que, a partir dessas considerações, haja realmente um desenvolvimento individual e coletivo.

É preciso, portanto, que os professores de matemática compreendam o processo de construção e de recepção do enunciado matemático não só no tocante à necessidade da veiculação e da comunicação das in-

formações, mas também na compreensão de seu suporte semântico, e ainda no que diz respeito às contextualizações sociais e culturais de sua realização; pensando sempre na realidade matemática como um todo, não a restringindo com reduções arbitrárias. Uma vez que somente com essas considerações é que o processo de criação e de conservação de repertórios ocorrerá fenomenologicamente, ou seja, como fenômeno verdadeiro elaborado ou construído por sujeitos igualmente conscientes.

Trata-se, com efeito, da criação de vocabulários da matemática; concepção não estanque, pois o objetivo não é a criação de material que será usado para consulta definitiva, mas o próprio processo de criação e de recepção desse material.

Nossa proposta se configura, destarte, como uma proposta didática, a ser usada na sala de aula pelos componentes do ato pedagógico, professores e alunos, visando ao processo de aquisição de repertórios matemáticos, mas não de uma apropriação passiva, em que o indivíduo dispõe do material para consulta, pesquisa e aprendizado, e sim de um conjunto de etapas de construção e desconstrução, ou desconstrução e construção, da realidade matemática, objetivando o aprendizado dinâmico em que o indivíduo é, de fato, sujeito de sua história.

Nossa proposta, então, é a criação de vocabulários de matemática como processo didático para a criação e desenvolvimento de repertórios úteis não só para o aprendizado da matemática, mas, como se trata de uma proposta interdisciplinar, também para o processo de aquisição de língua materna e para o aprendizado de outras disciplinas afins.

As questões inicialmente propostas foram as seguintes:

1. O uso da terminologia da matemática no ensino fundamental e médio é condizente e logicamente compreendido pelos participantes do processo – professores e alunos?
2. A recuperação lógico-etimológica das conceituações básicas, referentes ao ensino da matemática, é capaz de esclarecer melhor e tornar mais fácil a compreensão de conceitos e teorias; tanto para o professor, quanto para o aluno?
3. Como os professores de matemática podem conjugar e aplicar a interdisciplinaridade numa melhor adequação de seus produtos aos contextos de interpretação e de uso a que se dirigem?

4. A atividade mnemônica como base dos processos sígnicos e psíquicos superiores, especialmente em relação à percepção e à cognição, tem sido considerada no processo de aquisição da linguagem matemática?

E as respostas foram surgindo na medida em que provocávamos os alunos e os estimulávamos para o estudo e para a criação dos vocabulários de matemática.

Quanto aos objetivos resultantes desses questionamentos foram os seguintes:

1. Definir, para a criação dos vocabulários, os termos e conceitos empregados para o ensino da matemática nas séries em questão.
2. Discutir a interdisciplinaridade e como vivenciá-la, de fato, no processo de ensino-aprendizagem da conceituação linguística da matemática.
3. Indicar como os professores de matemática podem aplicar a conjunção dos saberes linguísticos e matemáticos para melhor adequarem seus produtos didáticos aos contextos de criação, de interpretação e de uso a que se dirigem.
4. Definir o papel da atividade mnemônica na vivência íntegra dos processos de criação de repertórios relacionados ao ensino da matemática.

Quanto à metodologia utilizada, a abordagem foi de corte qualitativo, sendo que um de seus vetores se constituiu a partir do diálogo com os autores que se dedicaram a pensar os conhecimentos elementares comuns a todas as ciências e tecnologias, no que tange à recepção e à conservação dos conceitos; e, para tanto, inicialmente foram estudados os pressupostos teóricos (Morin e Bakhtin) e selecionados e desenvolvidos os conhecimentos sígnicos (termos e conceitos) necessários para a compreensão e para o ensino da matemática; numa segunda fase, procuramos desenvolver o repertório matemático dos alunos, sua atividade mnemônica e as características principais de seus contextos de ocorrência; numa última etapa, fizemos a síntese dos conhecimentos teóricos com os pragmáticos, almejando que, de fato, a pesquisa não só coadunasse com o ensino e a extensão, mas que alcançasse a interdisciplinaridade, tornando-se profícua e colaborando para o desenvolvimento de formas de vida, ou repertórios dos docentes de matemática.

2. Relato da experiência

Criar vocabulários matemáticos é desenvolver repertórios como formas de vida e recuperar as identidades e as coletividades de cada indivíduo, ou seja, tanto suas marcas individuais próprias quanto as do grupo a que pertence; uma vez que os alunos compuseram seus pequenos dicionários com suas próprias características inventivas, já que o processo envolveu basicamente criação e cognição, e ambas, quando possível, num mesmo momento inventivo.

E, como a atividade ocorreu coletivamente, o trabalho de estimulação foi mais fácil, pois pudemos partir sempre de indivíduos extrovertidos que estimularam, por sua vez, os mais quietos ou com problemas de adaptação ao processo.

Os repertórios criados ou recuperados serviram, assim, como já dissemos, para desenvolver desejos, anseios e comportamentos que ajudaram os alunos a se libertarem da mesmice cotidiana e construir vivências criativas e lúdicas.

O ponto de partida dessa investigação surgiu de nossa inserção na sala de aula, onde pudemos perceber a necessidade de conceituação e de significação dos termos matemáticos; por haver uma lacuna, que nem o currículo pré-estabelecido, nem os livros didáticos, conseguiam preencher em nossa maneira de ensinar e na, conseqüente, “aprendizagem efetiva” dos alunos.

A educação atual está, ainda, fundamentada na teoria cartesiana, com a fragmentação das teorias, das práticas e dos procedimentos metodológicos e epistemológicos; criando, dessa forma, sujeitos incapazes de perceber o todo, e inseguros para lidar com a vida. Nossa intenção, em função dessa carência, foi buscar e propor o trabalho interdisciplinar, para que cada disciplina não ocupasse uma gavetinha separada da outra, que o aprendiz abrisse na aula respectiva e fechasse toda vez que mudasse de matéria ou disciplina.

Um relato da experiência com os alunos nos ajudará a entender o processo:

Relatório 1 – A importância dos significados

(sexto ano)²²

É muito importante saber os significados das palavras matemática, pois meu aprofundamento sobre polígonos e potenciação aumentou bastante.

Eu ainda não conhecia os significados das palavras matemáticas, por isso foi muito bom ter pesquisado as palavras. É muito interessante que o polígono é uma só palavra mais é dividido em dois como: poli significa “vários”, e gono significa “ângulos”.

O que eu mais gostei na pesquisa foi ter conhecido o significado de polígono, isso sim foi o que me chamou mais atenção e me deu mais conhecimento na vida matemática como ajuda e desenvolvimento.

Todos nós aprendemos a partir do momento que pesquisamos e nos interessamos, se esforçando e buscamos o conhecimento, quando essas características tem em uma pessoa é muito mais fácil de aprender. Essa é a importância dos significados na minha vida, pois ter conhecimento vai além de dizer eu me esforço para aprender.

Esse relato mostra a impressão dessa atividade na vida matemática da aluna, com a compreensão dos processos de composição lexicais e a sua relação com a matemática, estimulando-a a buscar o seu próprio conhecimento e outros saberes afins, percebendo, ainda, a conexão dos saberes apreendidos com sua vida atual e futura.

Relatório 2 – Vocabulário de matemática (sexto ano)

Nesse vocabulário, nós aprendemos muito sobre os significados as questões, as histórias e também a utilização é muito importante a pessoa saber de tudo por que a gente aprende muito e até depois em outra série nós vamos precisar saber disso, por que nós vamos estudar sobre isso por que no futuro a gente pode até ser professora e ter um futuro muito bom.

A maioria dos termos que pesquisei eu já sabia, por que no começo do ano nós já tínhamos estudado a metade, então eu já sabia, mas a maioria eu não tinha estudado ainda.

Quando nós não tínhamos começado a estudar polígonos eu não sabia muito o que era, mas quando começamos a estudar este conteúdo, eu fui conhecendo mais, até que eu já sabia tudo, e *meu conhecimento ficou mais forte. O que eu gostei mais na pesquisa foi quando eu tava fazendo o trabalho e comecei a olhar, e foi ai que comecei a me interessar sobre esses conteúdos.*

²² Apresentamos os textos conforme foram escritos pelos alunos.

É muito bom conhecer as histórias desses conteúdos e é importante estudar, por que quem não estuda nunca vai ter um futuro bom e até mesmo um trabalho melhor.

Consideramos bem valioso o que essa aluna descreve, pois vai de encontro com os objetivos pré-estabelecido por nós, ou seja, a vivência da matemática através dos significados, como também da história, da origem e da aplicação dos termos matemáticos; destacando, ainda, que o seu interesse aumentou a partir do momento em que ela percebeu sentido na pesquisa e no universo escolar.

3. *Conclusão*

Este trabalho foi de suma importância para o nosso fazer educacional, dada a sua relevância na criação de novos repertórios, no estabelecimento de novos diálogos, na interação com novas fontes de conhecimento, e na experimentação de novos saberes; enfim, na percepção dos conhecimentos matemáticos inerentes ao sujeito, ou seja, todo homem é um ser matemático.

O resultado obtido foi de grande valia, visto que os aprendizes vivenciaram a matemática em sua realidade e em seus processos significativos, percebendo não se tratar de uma ciência presa em si mesma, mas que pode e faz associações com diversas disciplinas e com contextos diferentes.

Ora, o fazer matemático se torna “real” quando compreendemos seus significados e conceitos verdadeiros; assim, demonstramos a necessidade da conjunção lógica e sensível dos estudos lexicais com o ensino da matemática, em especial no que toca aos processos de elaboração e formação de repertórios.

Os métodos usados foram de pesquisa ativa, individual e em grupos, de forma teórica e prática, o que gerou constante interesse dos discentes no fazer matemático.

Outros experimentos podem ser criados para a fundamentação conceitual dos discentes, mas entendemos a criação do vocabulário de matemática como ferramenta didática a ser considerada com bastante interesse, visto que trouxe resultados consistentes na “aprendizagem efetiva” dos alunos, e possibilitou uma melhor incorporação da matemática enquanto disciplina vital para a cognição crítica dos processos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. Apontamentos 1970-71. In: _____. *Estética da criação verbal*. Trad.: Maria Ermantina G. Gomes. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 367-392.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico*. São Paulo: Hucitec, 2006.

BORGES, F. M. *Obstáculos encontrados pelos alunos na aprendizagem da álgebra linear* (Manuscrito inédito).

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: matemática*. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro03>>. Acesso em: 16-11-2012.

BROUSSEAU, G. Fondements et méthodes de la didactique des mathématiques. *Mathématiques – Recherches en Didactique des Mathématiques*. Paris, vol. 7, n. 2, p. 33-115, 1986.

D'AMBROSIO, U. Etnomatemática. *Diário do Grande ABC*, 31-10-2003, p. 3.

_____. Sociedade, cultura, matemática e seu ensino. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 31, n. 1, p. 99-120, jan./abr. 2005.

FERREIRA, A. B. de H. *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2010.

GURGEL, T. Guy Brousseau: A cultura matemática é um instrumento para a cidadania. *Revista Nova Escola*. Ed. 228, dez. 2009. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/matematica/fundamentos/cultura-matematica-instrumento-para-cidadania-guy-brousseau-calculo-518776.shtml?page=1>>. Acesso em: 5-12-2012.

IMENES, L. M.; LELLIS, M. *Os números na história da civilização*. São Paulo: Scipione, 2000.

MACHADO, N. J. *Os poliedros de Platão e os dedos da mão*. São Paulo: Scipione, 1995.

MORIN, E. *O método 1: a natureza da natureza*. Porto Alegre: Sulina, 2008.

SANTOS, M. S. dos. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Anablume, 2009.

SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M. A. Bakhtin e os processos de desenvolvimento humano. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, vol. 20, n. 3. São Paulo, dez. 2010.

DO ESPAÇO PARA O TEMPO: UM ESTUDO DE CASO CONCRETO

Zinda Vasconcellos
zindavas@gmail.com

1. Apresentação

Muito já se escreveu sobre a base dos conceitos relativos ao tempo em noções espaciais. No trabalho proposto, pretendo acompanhar o(s) processo(s) de metaforização concreto(s) que ocorre(m) na origem das acepções temporais de um verbo de movimento altamente polissêmico, examinando não tanto o papel das clássicas metáforas gerais que interpretam o tempo como movimento no espaço, mas sim o de outras metáforas mais específicas que acompanham essas primeiras. Além disso, e sobretudo, pretendo examinar a adaptação necessária pela qual devem passar noções originadas de um domínio semântico quando são transpostas para outro, de modo a poder captar os aspectos dos fenômenos intrínsecos ao novo domínio. Em particular, pretendo verificar se a organização interna dentro do grupo das acepções de natureza temporal é um simples reflexo da existente entre as acepções de natureza espacial, ou se apresenta particularidades próprias; e se os mesmos fatores de distinção de sentidos atuam em ambos os grupos, e no mesmo grau, e do mesmo modo. Mas, antes de poder realizar o pretendido, devo apresentar brevemente a análise do verbo original, o que faço no próximo item.

2. Apresentação sucinta da análise de base

A análise completa do significado de *passar* revelou a existência de pelo menos 128 acepções para o verbo, organizadas à maneira de uma categoria radial: todas essas acepções se encadeiam, as mais periféricas relacionando-se diretamente com outras mais básicas, por sua vez ligadas a outras mais básicas ainda, e assim por diante, até que se chega a poucas acepções centrais, cada uma das quais é o núcleo de uma subcategoria radial, correspondente a uma das diversas classes em que as acepções foram divididas. Tais acepções nucleares também vêm relacionadas entre si por processos cognitivos: em particular o núcleo dos seus significados

consiste em esquemas de imagens²³, e todos esses esquemas são transformações do esquema subjacente ao significado básico do verbo (o da acepção mais básica, a **A.a.1.1**, do Grupo A do macrogrupo espacial, ver abaixo).

É impossível apresentar aqui a categoria como um todo, mas vale dizer que as acepções foram primeiro divididas em dois macrogrupos, conforme sua natureza espacial ou temporal. Cada macrogrupo foi então subdividido em grupos, e alguns dos grupos foram ainda divididos em subgrupos. Essa classificação se cruza com outra, que a corta transversalmente. As classes transversais recebem o nome de transgrupos. Abaixo estão apresentados os significados típicos das acepções dessas diversas classes, e as noções que as caracterizam.

2.1. Critérios de estabelecimento e significados resultantes das classes do macrogrupo espacial

Dentro desse macrogrupo, foram reconhecidos quatro grandes grupos (assinalados nos rótulos identificatórios das acepções pelas letras maiúsculas de A a D), que diferem entre si pela perspectiva com que suas acepções apresentam o movimento de uma figura típico do significado básico de *passar*. Alguns desses grupos foram ainda subdivididos segundo linhas de distinção de sentidos próprias às suas acepções (tais subgrupos são manifestados nos rótulos das acepções por letras minúsculas que seguem as maiúsculas, delas separadas por um ponto). As acepções desses grupos e subgrupos se caracterizam pelas noções indicadas abaixo.

Grupo A – Marcado pela ênfase no deslocamento de uma figura por uma cena ampla como parte de um trajeto potencial que ela efetuará, sem privilégio de um ponto de referência especial dentro da cena. Exemplos de frases que instanciam algumas das acepções mais centrais do Grupo A: "Os homens que passavam pelas cidades e pelos campos", "O rio passa, murmurante" e "No rosto sempre tão sereno passou a sombra de uma saudade.

Grupo B – Constituído pelas acepções em que ocorre a inflexão

²³ Os esquemas de imagens que caracterizam os significados das principais classes de acepções espaciais de *passar* nos quais os significados das outras classes por sua vez se baseiam, são apresentados no Anexo.

da ideia de movimento por um lugar na de simples estada no lugar (são acepções locativas). Exemplos: “Nunca passei na Bahia” e “No Teatro Ginástico está passando uma peça ótima”.

Grupo C – Identificado pela focalização de um ponto de referência específico no trajeto da figura. Subdivide-se nos seguintes subgrupos:

a) subgrupo C.a – ênfase no mero tangenciamento do ponto de referência; exemplos: “... o único irmão que tinha passara por mim como estranho”, “No caminho para a faculdade, passei diante da casa dele” e “O meridiano que passa por Salvador”;

b) subgrupo C.b – ênfase na ultrapassagem do ponto de referência; exemplos: “Mas, ouça, não me passem para além do alto do Pombo”, “A bala passou o alvo” e “Nossas relações nunca passaram de amizade”;

c) subgrupo C.c – ênfase na transposição do ponto de referência, visto como um obstáculo ao deslocamento; nas acepções metafóricas, ênfase na dificuldade ou sucesso dessa transposição; exemplos: “Muitos francos passaram os Pirineus”, “A espada passara-lhe as entranhas”, “Este vinho não é bom, mas passa”, “O candidato não passou”, e “O projeto de lei passou no Congresso”;

d) subgrupo C.d – visão do ponto de referência transposto como marco do início de nova localização, espacial ou não; exemplos: “As bruxas passam pelas fechaduras”, “O vento passava pela fresta da porta” e “Um dia [...] reconhecerás, passando a ser dos meus, se há ou se houve jamais um ente igual a Deus”.

Grupo D – Caracterizado pela ênfase na mudança de um lugar para outro. Exemplos: “Tomaram em silêncio o café; depois passaram à sala”, “No mesmo instante em que sarou a superiora, caiu doente a enfermeira, passando as dores de uma para a outra” e “Passou de padre para negociante”.

A classificação em grupos e subgrupos acima apresentada se cruza com outra classificação geral, a que divide as acepções de todos os grupos e subgrupos estabelecidos segundo o critério anterior de acordo com o tipo da figura em função semântica de tema e a natureza do movimento envolvido. Por esse novo critério, foram reconhecidas três classes de acepções espaciais, que, por motivos de conveniência, foram tratadas como subdivisões das estabelecidas pelo outro. E, como desejava um nome específico para cada nível hierárquico da classificação global, atribuí a tais classes o nome de transgrupos, assim recuperando o caráter

transversal dessa classificação em relação à outra (tais transgrupos são simbolizados nos rótulos das acepções pelo primeiro número em algarismos arábicos após as letras, delas separado por um ponto). As acepções desses três transgrupos no macrogrupo espacial exprimem²⁴:

Transgrupo 1 – movimento espacial autônomo de uma figura animada;

Transgrupo 2 – deslocamento no espaço de um objeto concreto não animado;

Transgrupo 3 – movimento virtual ou metafórico de algo, concreto ou não.

2.2. Critérios de estabelecimento e significados das classes do macrogrupo temporal

Quanto aos grupos do macrogrupo das acepções temporais – as quais resultam de uma interpretação metafórica do decurso do tempo enquanto movimento de uma figura no espaço –, foram estabelecidos tendo em vista sua equivalência aproximada com os grupos espaciais. Tais grupos temporais, que não foram divididos em subgrupos, são representados no segundo código alfabético²⁵ dos rótulos – das acepções, seja por uma única letra maiúscula, que indica o grupo espacial considerado mais próximo, seja, na maioria das vezes, por um conjunto de duas letras, uma maiúscula, com o mesmo valor apontado acima, e outra minúscula, cujo sentido varia conforme o grupo de que se trate. Os grupos em questão se caracterizam por:

Grupo A – ênfase no “percurso” de um período, sem privilégio de um ponto de referência temporal; exemplos: “O tempo passa” e “Passaria um dia inteiro, contente, a peneirar trigo”.

Grupo Ba – simples localização de algo no tempo; exemplo: “Contaram-me o que ontem passou”.

Grupo Bc – localização de algo “para trás” no tempo; ex.: “Passou a oca-

²⁴ Excepcionalmente, no grupo B de acepções espaciais, como não há propriamente movimento, mas sim localização no espaço, torna-se irrelevante a distinção entre acepções relativas a figuras animadas e inanimadas, os dois primeiros transgrupos fundindo-se então em um só.

²⁵ O primeiro código alfabético é sempre T nas acepções do macrogrupo temporal.

sião”.

Grupo Cb – ênfase na “ultrapassagem” de um limite temporal; exemplo: “Esta capa ainda me passa o inverno”.

Já os transgrupos do macrogrupo temporal, que se resumem a dois, foram determinados com base no critério de qual das duas metáforas que podem subjazer à conceptualização do tempo com base em noções espaciais atua na constituição do sentido das suas acepções. Na primeira, o tempo é concebido como uma figura em movimento, ou melhor, como uma “fila” de figuras em movimento, correspondentes aos diversos instantes temporais sucessivos de que ele se compõe, que caminham umas atrás das outras, as quais, situadas num primeiro momento à frente do ponto de referência temporal no qual o falante “se encontra” no discurso, vêm sucessivamente se aproximando desse ponto, passam por ele e depois se afastam à medida em que continuam seu “caminho”, ficando cada vez mais “para trás” de tal “lugar” no tempo. Na segunda, o tempo é entendido como uma estrada composta de várias regiões, correspondentes aos vários momentos sucessivos, e são as pessoas e seres que, no decorrer de sua existência, caminham por essa estrada. Como nos transgrupos espaciais, de novo, o que está em jogo é a natureza da figura em movimento – ou, melhor dizendo, exatamente qual é a figura envolvida no movimento metafórico que essas acepções representam: o próprio tempo; ou algo mais que nele se localiza ou se move, sendo ele então concebido como um caminho. Os transgrupos em causa, simbolizados nos rótulos das acepções do mesmo modo que os seus correspondentes do macrogrupo espacial, são assim caracterizados:

Transgrupo 1 – movimento metafórico do próprio tempo;

Transgrupo 2 – movimento ou localização metafóricos de algo no tempo²⁶.

3. *Do espaço para o tempo*

O fato de que as acepções de *passar* com significado temporal se apoiam todas numa interpretação espacial do tempo não é algo específico ao significado desse verbo, e sim de um fato conceptual geral, o fato de

²⁶ Tendo em vista a necessidade de limitar a extensão do presente artigo, no restante do mesmo não tratarei da divisão das acepções em transgrupos, mas apenas dos grupos e subgrupos de acepções.

que o decurso do tempo, em nossa língua/cultura (e talvez universalmente ...), é compreendido com o apoio de noções de base espacial. Mas, no caso específico de *passar*, há uma base cognitiva a mais para essa transposição semântica.

Como já mencionado acima, o significado básico do verbo consiste basicamente num esquema de imagem²⁷. Ora, esse esquema, que se caracteriza pela entrada e saída sucessivas de uma figura numa cena, traz consigo determinada ordenação temporal de eventos. É essa ordenação temporal subjacente que explica o caráter à primeira vista paradoxal dos valores tempo-aspectuais expressos por *passar*, que ora se associa ao próprio nome da faixa temporal relativa ao passado, ora, por outro lado, é o auxiliar usado exatamente para a gramaticalização do valor aspectual inceptivo (na regência *passar a*).

Com efeito, se algo entra e sai de um cena visível, a sucessão desses momentos tanto se presta para expressar o valor de surgimento de algo novo nessa cena, identificada com um momento ou uma etapa temporal relevante para o discurso, quanto o de desaparecimento dela. É também essa sucessão que, além de facilitar a transposição metafórica do movimento espacial para o domínio temporal, explica a constante contaminação das ideias de transitoriedade e fugacidade em diversas acepções do verbo (já que a figura que entra em cena dela sai em seguida, ou seja, não permanece, é efêmera).

Porém, como já disse antes, o interesse deste trabalho não reside tanto na motivação cognitiva para a transposição semântica do espaço para o tempo, e sim na adaptação necessária pela qual devem passar noções originadas de um domínio semântico quando são transpostas para outro, de modo a poder captar os aspectos dos fenômenos intrínsecos ao novo domínio. Desenvolverei primeiro os aspectos em que a classificação das acepções temporais refletem os mesmos fatores de diferenciação de acepções que já atuam no macrogrupo espacial, fazendo em seguida o exame dos aspectos em relação aos quais o que ocorre no domínio semântico temporal difere do que se dá no domínio espacial.

²⁷ Ao qual se sobrepõem, porém, traços de uma imagem mais rica, já mais próxima de uma categoria de nível básico, resultante de uma projeção sobre a figura que se move do esquema corporal e da orientação espacial (e até das intenções...) típicos do movimento direcionado de seres humanos ou animais superiores.

3.1. Aspectos em que a organização do macrogrupo temporal se aproxima da do macrogrupo espacial

Já foi dito no item 2.2 que os grupos de acepções do macrogrupo temporal foram estabelecidos tendo em vista sua equivalência aproximada com os grupos espaciais. Há, no entanto, no macrogrupo temporal, uma significativa “retração” do espaço representacional de base espacial, bem como uma diferente distribuição relativa das acepções nas sub-regiões dos planos espacial e temporal.

Assim as acepções temporais (21 no total, contra 107 acepções espaciais) se distribuem quase todas em grupos relativamente equivalentes aos grupos **A** e **B**²⁸ de acepções espaciais, com exceção de apenas três consideradas como mais próximas do subgrupo espacial **C.b**. Não há equivalentes temporais para grupos e subgrupos inteiros de acepções espaciais, em especial para as do grupo **D** e do subgrupo **C.d**²⁹. Também não há acepções temporais claramente correspondentes às espaciais do subgrupo **C.c**, se bem que a noção de transposição de um obstáculo, característica desse subgrupo, contamina várias acepções temporais mais próximas dos outros grupos ou subgrupos.

Quanto ao subgrupo **C.a**, também não tem um equivalente exato no macrogrupo temporal. Porém, do ponto de vista de enfoque característico desse subgrupo, o de que a figura em movimento primeiro se aproxima e depois se afasta de uma segunda figura ou marco de referência, se deriva mais uma perspectiva possível de apresentação das situações expressas pelo verbo *passar*, a que focaliza essa segunda figura cruzada

²⁸ Se bem que, como veremos pouco mais abaixo no texto, há no macrogrupo temporal dois grupos grosso modo equivalentes ao grupo B do macrogrupo espacial, os grupos temporais Ba e Bc, e não um só.

²⁹ Mas a própria ideia de mudança de lugar, característica do grupo D como um todo, sobretudo quando aplicada metaforicamente a mudanças de estado, já é essencialmente marcada por uma dimensão temporal. O mesmo ocorre, com mais força ainda, no caso da acepção **C.d.3.1** {COMEÇAR [ALGUÉM OU ALGO] A FAZER ALGUMA COISA QUE NÃO FAZIA ANTES OU A SER ENQUADRÁVEL NUM ESTADO, QUALIDADE OU CONDIÇÃO QUE ANTES NÃO TINHA – ex(s): “*Passou a beber depois da morte da mulher*”}, em que *passar* assume o caráter de verbo auxiliar que serve à expressão do valor aspectual inceptivo. Aliás, essas acepções só não foram incluídas no macrogrupo temporal porque este foi limitado às acepções claramente associadas ao decurso do próprio tempo ou a uma localização de algo no tempo – mesmo porque, se todas as acepções com implicações temporais fossem incluídas no macrogrupo temporal praticamente desapareceria a distinção entre os dois macrogrupos. Afinal, não é à toa que o tempo é conceptualizado por meio de noções espaciais, há correlatos claros na experiência entre movimentos no espaço e o decurso do tempo.

após ter sido ultrapassada pela figura na função de TEMA, quando então, em consequência dessa ultrapassagem, estará localizada para trás das “costas” daquela outra figura, e, portanto, fora do seu horizonte visual. Essa perspectiva já se manifesta no macrogrupo espacial, gerando a acepção locativa **B.1(2).3** {FICAR PARA TRÁS – ex(s): “Estamos quase no Recreio, a casa dela seguramente já passou”}. Mas ela é pouco relevante naquele macrogrupo, e não justificou a criação nele de um grupo de acepções nela baseado.

No macrogrupo temporal, porém, tal perspectiva se torna bem mais importante, porque nele há inúmeras acepções que a manifestam, acrescentando ao sentido que lhe é próprio – o de “ficar para trás”, no tempo, nesse caso – diversas implicações pragmáticas e especificações adicionais derivadas de áreas semânticas particulares; e tais acepções têm um peso relativo bastante relevante no macrogrupo, e se distinguem claramente das acepções puramente locativas no eixo do tempo, justificando assim a divisão das acepções locativas do macrogrupo em dois grupos diferentes, um, o grupo **Ba**, formado de acepções locativas mais próximas do grupo **A**, e outro, o grupo **Bc**, de acepções locativas que exprimem essa perspectiva adicional derivada da noção caracterizadora do subgrupo espacial **C.a**. São exemplos das acepções temporais que manifestam a perspectiva em causa as frases “Isto é uma crise, há de passar”, “Que nos importa os que passaram ou o que temos nós com o que eles fizeram”, “Passou a ocasião”, “Vivemos entre efêmeros, na república da volubilidade: tudo passa, porque não se *enraíza*”.

Há assim ao todo quatro grupos de acepções temporais quanto à perspectiva de abordagem do movimento da figura, os grupos **A**, **Ba**, **Bc** e **Cb**, grupos esses que não foram adicionalmente subdivididos em subgrupos.

3.2. Particularidades dos fenômenos observados no macrogrupo temporal

Pode-se verificar a influência da adaptação que as noções originadas de um domínio semântico sempre precisam passar, quando transpostas para outro, em três aspectos dos fenômenos que ocorrem no macrogrupo temporal: em primeiro lugar, na expressiva retração do espaço representacional de base espacial observada no macrogrupo, já brevemente

referida no item anterior; em segundo, nas dificuldades especiais de classificação que acompanham tal retração³⁰; em terceiro, nos fatores de diferenciação de sentido que se fazem presentes apenas entre as acepções temporais, ou com uma predominância muito maior entre elas, ou ainda de um modo diferente do em que também atuam no macrogrupo espacial.

Para começar, os critérios gerais de distinção de acepções tratados no item anterior têm um peso relativamente pequeno na diferenciação entre as acepções temporais efetivamente observadas. Afinal, como dito acima, no macrogrupo temporal há uma significativa retração do espaço representacional em relação ao macrogrupo espacial. Não acredito que essa retração seja gratuita, penso que ela já é uma consequência da mudança de domínio semântico.

Já desenvolvi alhures³¹ a ideia de que as perspectivas de abordagem da situação representada, o principal critério de divisão das acepções espaciais em grupos e subgrupos, são um reflexo do valor discursivo, na organização de textos, de dimensões espaciais muito concretas: como que mimetizam diferentes posições no espaço de onde um observador ideal, com cujo “olhar” o discurso esteja identificado, visualizaria a situação representada – o “ponto de vista” desse observador, literalmente. Sendo puramente metafórico o movimento da figura nas acepções temporais, é compreensível que não dê margem a uma distinção tão nítida desses diversos “ângulos” possíveis de abordagem da situação. O fato é que a continuidade que já se verifica entre as acepções dos diversos grupos e subgrupos espaciais se torna maior ainda no macrogrupo temporal.

É verdade que, com exceção do subgrupo **C.a**, todos os demais grupos e subgrupos espaciais apresentam acepções metafóricas, donde não pode ser o fato do caráter do movimento da figura ser apenas metafórico que, em si mesmo, impede o surgimento de acepções relacionadas às várias perspectivas de abordagem no macrogrupo temporal. Mas as acepções metafóricas espaciais decorrem das dimensões metafóricas intrínsecas aos diferentes “ângulos de visão” de uma situação, que tendem a propiciar o nascimento de metáforas diretamente apoiadas nas noções espaciais em causa. O surgimento de acepções correspondentes no macrogrupo

³⁰ Aspecto esse que não será tratado no artigo.

³¹ Em Vasconcellos [1995], onde se acha a análise original das acepções de *passarem* que este artigo se baseia.

po temporal, embora não seja impossível – tanto que a ideia de ultrapassagem de um limite realmente dá origem à constituição do “minigrupo” **C.b** temporal, e a de transposição de um obstáculo contamina várias acepções temporais – já exige uma espécie de metáfora dupla, uma metáfora sobre outra metáfora, o que explicaria a relativa raridade do fenômeno.

É assim natural que, nessa retração do espaço representacional de base espacial observada no macrogrupo temporal, os grupos de acepções espaciais que melhor resistem à transposição para o domínio do tempo são os em que a ideia de localização ou é a dominante (caso do grupo **B**, que chega a se multiplicar por dois no macrogrupo temporal) ou é subsidiariamente muito forte (caso do grupo **A**, no qual as acepções podem enfatizar mais a presença da figura tematizada na cena representada no discurso do que se centrar propriamente no movimento dela e no seu percurso). E, se a noção de “percurso” em si mesma, e não apenas a de localização no tempo, também dá origem a muitas acepções, é porque o tempo é um fenômeno unidimensional, cuja duração pode ser posta em correspondência com a extensão no espaço.

Também parece compreensível que, das ideias características dos significados típicos dos demais grupos e subgrupos existentes no macrogrupo espacial, sejam a de que algo já “ficou para trás”, tendo assim saído do horizonte e desaparecido (a qual é facilmente associável com o caráter irreversível do decurso do tempo e com o valor cultural dado a este como um recurso valioso e escasso), e a de ultrapassagem de um ponto de referência (que pode ser facilmente concebido como um determinado momento no tempo que marque um limite temporal importante) as que mais têm influência na constituição do sentido de acepções temporais.

Ou seja, dizendo o óbvio: é natural que sejam as noções espaciais mais pertinentes para a compreensão dos fenômenos temporais ou diretamente associados ao decurso do tempo as que mais se fazem sentir nas acepções temporais de *passar*...

Na verdade, as relações de correspondência entre acepções temporais e espaciais seguem um padrão curioso. Quase todas as acepções temporais são derivadas das acepções mais genéricas dos grupos espaciais correspondentes, raramente equivalendo às demais acepções mais específicas. No entanto, multiplicam essas acepções espaciais mais genéricas, acrescentando-lhes outras nuances de sentido, diferentes das que já provocaram o surgimento a partir delas das demais acepções espaciais,

nuances mais pertinentes ao domínio do tempo. Assim, um pequeno número de acepções espaciais têm equivalentes temporais, mas as que os têm costumam ter muitos.

Além dessas relações de correspondência entre acepções definidas do plano temporal com outras do espacial, é preciso levar ainda em conta os diversos fios que, como num tapete, se originam no plano temporal e se entrelaçam no espacial, não propriamente originando acepções espaciais equivalentes às temporais, o que geraria um espelhamento infinito, mas causando contaminação de noções temporais em acepções espaciais. Um exemplo disso é importância das ideias relacionadas de fugacidade e não permanência, que são de ordem temporal, mas que são traços constitutivos do sentido das acepções espaciais **A.a.1.3** {IR A [ALGUM LUGAR] SEM INTENÇÃO OU NECESSIDADE DE SE DEMORAR; FAZER UMA BREVE VISITA A – ex.: “Lojas Americanas: grandes marcas, preços baixos todos os dias; passa lá”} e **A.a.3.1** {FAZER-SE SENTIR MOMENTANEAMENTE [UMA MANIFESTAÇÃO NÃO VOLUNTARIAMENTE CONTROLADA DE UMA DISPOSIÇÃO PSÍQUICA] NO [HORIZONTE DE REFERÊNCIA DO DISCURSO, QUE É GERALMENTE A EXPRESSÃO VISUAL DE ALGUÉM OU O AMBIENTE PSÍQUICO ANTES VIGENTE NO CENÁRIO FOCALIZADO], DESVANECENDO-SE QUASE INSTANTANEAMENTE EM SEGUIDA – ex(s): “No rosto sempre tão sereno passou a sombra de uma saudade” e “Pela sala passou um pressentimento funesto”}.

Tratarei agora da medida em que há fatores de diferenciação de sentidos que se fazem presentes apenas entre as acepções temporais, ou com uma predominância muito maior entre elas, ou de um modo diferente do em que também atuam no macrogrupo espacial.

Comentei acima que os critérios gerais usados para a classificação das acepções temporais de *passar* têm um peso relativamente pequeno na diferenciação da área semântica temporal coberta pelo verbo em acepções diversas, cuja multiplicação é provocada antes por fatores de distinção de sentido mais finos e sutis³². Tome-se como exemplo disso a natureza da figura em função semântica de TEMA, que, além de servir como eixo geral de divisão das acepções em transgrupos tanto no macrogrupo espacial como no temporal, é também, em ambos os macrogrupos, uma das principais causas das diferenças mais finas que existem entre várias

³² Há que se ressaltar, no entanto, que a influência de “fatores finos” na diferenciação de acepções não se dá apenas no macrogrupo temporal, mas ocorre também no espacial.

acepções das mesmas classes.

É tal natureza da figura em função semântica de TEMA que pode distinguir entre si as acepções **T.Bc.2.1** {DESAPARECER, ACABAR, CESSAR, EXTINGUIR-SE [ALGO] – ex(s).: “Isso é uma crise, há de passar” e “Tudo passa”}, **T.Bc.2.2** {MORRER [UM SER ANIMADO] – ex.: “Que nos importa os que passaram ou que temos nós com o que eles fizeram?”}, **Bc.2.3** {NÃO ESTAR MAIS DISPONÍVEL; PERDER-SE [UMA OPORTUNIDADE OU MOMENTO PROPÍCIO PARA ALGUMA COISA] – ex.: “Passou a ocasião”} e **T.Bc.2.4** {SAIR DA LEMBRANÇA [A REPRESENTAÇÃO MENTAL DE UM ACONTECIMENTO, PESSOA ANTES CONSIDERADA, ALGO ANTES IMPORTANTE, ETC.] – ex.: “Vivemos entre efêmeros, na república da volubilidade: tudo passa, porque não se enraíza”}.

Todas essas acepções correspondem grosso modo a uma única acepção espacial, a **B.1(2).3** {FICAR PARA TRÁS – ex.: “Estamos quase no Recreio, a casa dela seguramente já *passou*”}, em que, pelo fato de ter sido ultrapassado por um observador com que o ponto de vista discursivo está identificado, algo passa a estar situado para trás das costas de tal observador, saindo assim do horizonte por este visualizável.

Já no macrogrupo espacial, tal noção de ficar para trás se faz tipicamente acompanhar de valores tempo-aspectuais de consecução, pelos quais algo já teria ocorrido, e até mesmo, pelo menos em certa grau, da ideia de perda, da indisponibilidade de algo que se poderia ainda desejar encontrar mais para a frente – é esta, por exemplo, a situação mais provável em que uma frase como “Estamos quase no Recreio, a casa dela seguramente já *passou*” seria enunciada (por alguém buscando a casa de uma amiga na Barra...).

Mas, se no plano do espaço sempre podemos voltar atrás para encontrar o que já teria sido ultrapassado, o mesmo não é possível quando se trata de uma localização no tempo, cujo decurso é irreversível. Isso explica as diversas implicações pragmáticas e especificações adicionais que este único efeito de sentido espacial ganha quando transposto para o domínio temporal, seja o valor cessativo e a ideia de irremediabilidade que subjazem muito mais fortemente a todas as acepções examinadas do que o faziam em relação à acepção espacial **B.1(2).3**, seja as implicações mais específicas, derivadas de domínios semânticos particulares, que as diferenciam entre si.

Com efeito, mais talvez até do que pela natureza da figura em função semântica de tema, tais acepções se diferenciam antes pelas im-

plicações que disso decorrem, ligadas aos conhecimentos de mundo que temos sobre o que significa “ficar para trás” – donde, na esfera do tempo, não só desaparecer, mas cessar de existir, pelo menos no presente – quando se trata de um ser vivo, uma representação mental ou a oportunidade de se fazer algo.

A noção de irreversibilidade do tempo, de que o tempo se esgota, se gasta ao transcorrer, é também o que distingue entre si por um lado as acepções **T.A.1.1** {DECORRER [UM DADO PERÍODO DE TEMPO] – ex(s).: “E os anos assim foram passando” e “Passaram-se três meses do nosso último encontro”} e **T.A.1.3** {DEIXAR [UMA FIGURA ANIMADA] QUE [UM DADO PERÍODO DE TEMPO] DECORRA – ex(s).: “...passou quinze dias, invocou as Eumênides” e “Cupido que sempre ali costuma a vir passar a sexta”}, e, por outro lado, as acepções **T.A.1.2** {DECORRER, ESGOTANDO-SE – ex(s).: “Passaram-se os anos da mocidade” e “Passou-se o tempo regulamentar e nada”} e **T.A.1.4** {DEIXAR [UMA FIGURA ANIMADA] QUE [UM DADO PERÍODO DE TEMPO, TÍPICAMENTE UMA ETAPA DE SUA VIDA] DECORRA, ESGOTANDO-SE – ex.: “Em duro trabalho passou a mocidade”}.

Aliás, se há um aspecto pelo qual se pode caracterizar coletivamente os efeitos de sentido decorrentes da transposição do significado básico de *passar* para o domínio do tempo é o aumento do grau de subjetivização, ou seja, o fato desses efeitos não se originarem apenas do transcurso do tempo ou de outros fatores ligados ao tempo em si mesmo, mas sim, sobretudo, da importância que tal transcurso do tempo tem para os humanos, a influência e as consequências que ele tem na própria vida dos homens e em suas atividades.

Isso se verifica em grau máximo na metáfora que identifica com o transcurso do tempo a vida dos seres animados ou a existência dos inanimados (a qual é quase indissociável da metáfora mais básica que identifica o transcurso do tempo com um caminho seguido por uma figura, que subjaz às acepções do segundo transgrupo). Ora, a força dessa metáfora adicional pode ser melhor avaliada quando se observa que, entre as 16 acepções do segundo transgrupo, 11 são nela baseadas.

Pode-se notar ainda o alto grau de subjetivização das acepções temporais de *passar* no conjunto formado pelas acepções **T.A.2.3** {ATRAVessar [UMA PESSOA] [UM PERÍODO DE TEMPO OU DECURSO DE ACONTECIMENTOS COM DADAS CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS, BOAS OU MÁS] – ex(s).: “Passou por todos os prazeres da mocidade”, “Passou por um grande desgosto”}, **T.A.2.4** {ATRAVessar [UMA PESSOA] [UM PERÍODO

DE TEMPO OU DECURSO DE ACONTECIMENTOS PENOSO] – ex.: “Quem há no mundo que aflições não passe”, **T.A.2.5** {ATRAVessar [UMA PESSOA] [UM PERÍODO DE TEMPO OU DECURSO DE ACONTECIMENTOS FAVORÁVEL] – ex.: “Passar noites deliciosas”} e **T.A.2.6** {ATRAVessar [UMA PESSOA] UM PERÍODO DE TEMPO EM BOAS OU MÁIS CONDIÇÕES DE SAÚDE – ex(s): “Não passou bem” e “Tenho passado mui mal”}, que se caracterizam por abordar o transcurso do tempo não em si mesmo, nem enquanto simplesmente a duração da vida, mas por um ângulo avaliativo, o de se os períodos de tempo/vida decorridos são ou não favoráveis à figura – humana, no caso – que os “percorre”. Até mesmo a particularidade da acepção **T.Ba.2.4** ESTAR [UMA PESSOA] DURANTE [O DECURSO DE UM PERÍODO DE TEMPO ESPECIAL, COMO UMA DATA FESTIVA] [EM ALGUM LUGAR, COM ALGUÉM OU FAZENDO ALGO] – ex(s): “Tinha passado a festa do Natal de 1822 em Guimarães” e “Passar as férias com a família”} em relação à **T.Ba.2.3** {ESTAR [UMA PESSOA] DURANTE [UM PERÍODO DE TEMPO] [EM ALGUM LUGAR] – ex.: “Quando este eterno laboratório estiver acabado, talvez para lá vá passar um bocado, ocupar-me de química”}, mais geral, se explica por um fator de valorização subjetiva, pelo fato de certas datas ou períodos de tempo (Natal, Carnaval, aniversários, férias, fins de semana etc.) serem mais socialmente valorizadas que outros.

4. *Considerações finais*

Cabe agora justificar esse interesse na adaptação, a meu ver necessária, pela qual noções originadas de um domínio semântico devem passar quando transpostas a um novo domínio.

Não sou especialista no processo cognitivo da metáfora, e sim no processo linguístico de extensão de sentidos. Interesse-me, como cognitivista, nos processos cognitivos subjacentes às extensões de sentido. Mas considero muito problemática a ideia de que a linguagem apenas reflita um sistema conceitual que a precederia, ideia frequentemente encontrada entre os cognitivistas. Acho que é preciso mais dialética na compreensão das relações entre a cognição e a linguagem.

A principal coisa que minha análise de *passar* revelou é a existência do que chamei de trabalho de elaboração da linguagem, do qual o processo de extensão de sentidos é uma manifestação, e as acepções lexicais são o produto. Embora baseado em processos cognitivos, trata-se sobretudo de um trabalho histórico de construção de sentidos que ocorre paulatinamente no intercurso social: por meio dele, ao invés de refletir

um sistema conceitual prévio, a linguagem cria na verdade o sistema conceitual, sempre ultrapassando o já conceituado e criando novos conceitos.

Daí a ênfase no que é novo nos sentidos gerados, e não só naquilo que os baseia conceitualmente, mas sobretudo nas suas relações com as novas situações que devem exprimir, que exigem a adaptação dos sentidos de base prévios, de modo a que possam ser captados os aspectos inerentes dessas novas situações: o papel do domínio-alvo no processo, não apenas o do domínio-fonte.

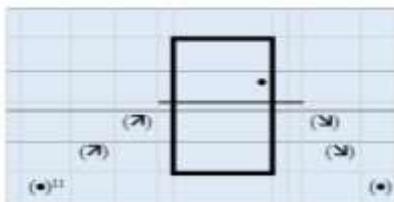
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

VASCONCELLOS, Z. *O processo de expansão de sentidos e a questão da (ir)representabilidade semântica*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada à Descrição do Português). Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 1995.

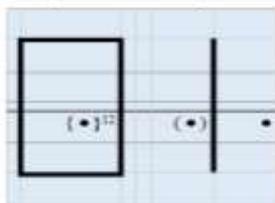
ANEXO

Esquemas de imagens subjacentes ao significado central de passar e aos significados típicos das principais classes de acepções.

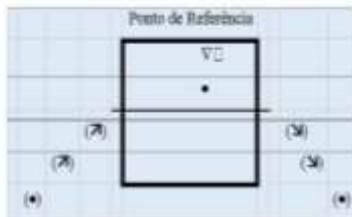
Significado central e do Grupo A –



Grupo B - → Grupo D -

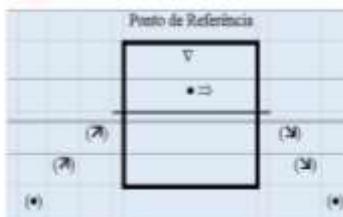


Grupo C – (em especial Subgrupo C.a)

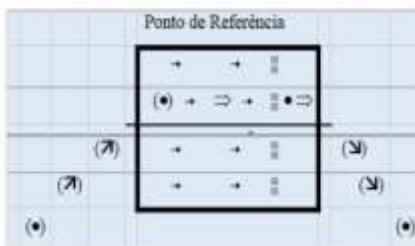


SIGNIFICADOS DOS SUBGRUPOS DO GRUPO C

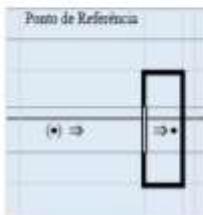
Subgrupo C.a –



Subgrupo C.c –



Subgrupo C.d –



**ESTUDO DO VOCABULÁRIO RURAL
DE MINAS NOVAS – MINAS GERAIS**

Maryelle Joelma Cordeiro (UFMG)
maryellecordeiro@gmail.com

1. Introdução

A língua é um sistema dinâmico, sendo postulada por muitos teóricos como o principal instrumento de interação e comunicação entre os homens. Sua dinamicidade pode ser observada de forma mais evidente no nível do léxico, uma vez que esse é considerado o subsistema da língua mais aberto, mais suscetível às mudanças, sendo capaz de refletir valores, crenças, hábitos e costumes de um determinado grupo social.

Os estudos lexicais têm chamado a atenção dos pesquisadores exatamente devido ao fato de se conseguir, por meio dessa área, relacionar a língua com a cultura de um povo.

Para Souza (2008, p. 13):

A língua está intimamente relacionada com a cultura de um povo, é por meio dela que todo o conhecimento, valores e crenças adquiridas ao longo do tempo são transmitidos de geração a geração. É por meio do léxico que os traços culturais de um povo mais se evidenciam.

A língua, em seu léxico, é capaz de mostrar as maiores particularidades e especificidades de um determinado local. Conhecer o léxico de uma determinada região é a porta de entrada para ser conhecida a cultura, os costumes e as crenças de um povo. Tais aspectos estão presentes na comunicação do dia-a-dia, seja no ato de nomear, seja simplesmente na manutenção ou criação de um novo vocabulário.

O estudo do vocabulário rural nos permitirá não somente conhecer a cultura desse povo, como também observar suas características mais importantes, pois como aponta Ferraz (2006, p. 221): “A análise do léxico permite-nos identificar traços relevantes dos grupos sociais que dele se utilizam e o manipulam, no interior dos quais situamos a motivação para a constituição e expansão do conjunto lexical”.

2. *Língua e sociedade*

A relação existente entre a linguagem e a sociedade é um fato inquestionável. Como já propunha Saussure, a língua é um *fato social*, pois trata-se de um sistema convencional que é adquirido pelos falantes no convívio em sociedade. No entanto, apesar de o assunto já ter sido exaustivamente discutido, muitas vezes o código que é adquirido livremente pelos falantes é percebido como um sistema imposto pela sociedade. De acordo com Coseriu (1982, p. 29), na verdade, “a linguagem é antes fundamento e, ao mesmo tempo, manifestação primária do social, do ‘ser como o outro’ do homem, e a língua não é ‘obrigatória’ como imposição externa, mas como obrigação livremente assumida”.

A língua é o instrumento por meio do qual uma comunidade representa o mundo, expressa seus pensamentos e relata suas experiências. Dessa maneira, é inegável o caráter social da linguagem, pois ao usar a língua uma pessoa consegue interagir com os outros membros reforçando assim os laços sociais dentro desse grupo. Considerar a língua um fato social implica também considerá-la um fato cultural, pois sociedade e cultura estão intimamente relacionadas não sendo possível separar uma da outra. A língua é, portanto, uma instituição social, um instrumento capaz de difundir a cultura e a ideologia de um povo.

2.1. *Linguagem e cultura*

Sabemos que língua, como conhecemos, é o conjunto das palavras e expressões que estão à disposição de uma inteira comunidade linguística. Portanto, é parte fundamental do patrimônio cultural dessa comunidade refletindo, em seu uso, as crenças, costumes, mostrando-se em constante evolução para acompanhar os outros elementos integrantes da cultura de um povo. É a antropologia linguística o ramo da linguística que se preocupa em estudar o papel das línguas e da faculdade linguística humana. Faculdade esta que é medida culturalmente.

De acordo com Duranti (2005, p. 14), o principal objetivo da antropologia linguística é tentar compreender os múltiplos aspectos da linguagem como um apanhado de práticas culturais, como sistema de comunicações. Para isso, o autor define a antropologia linguística como “o estudo da linguagem como recurso cultural e da fala como prática soci-

al.”³³ Ele ainda diz que a antropologia linguística considera os falantes, primeiramente como *atores sociais*, ou seja, como membros de complexas e específicas comunidades, cada uma organizada em um grande número de instituições sociais através de uma rede de expectativas, crenças e valores morais relativos ao mundo que se entrecruzam, sem necessariamente se sobrepor.

2.2. Variação e mudança linguística

Os estudos linguísticos demonstram indubitavelmente que língua não é uma unidade homogênea e estática, como queriam e ainda querem certos puristas, defensores da ideia de que o dialeto padrão é a única forma legítima, mas sim uma estrutura complexa e heterogênea, que pode sofrer lentas e constantes mudanças.

Em qualquer comunidade linguística pode-se observar que existem ao mesmo tempo imensos números de variedades linguísticas e que a variação pode produzir a longo termo uma mudança na língua. Porém, como ensinam Ferreira et al. (1996, p. 479), ainda que a língua viva através da diversidade, para que se possa estudar o fenômeno da variação e da mudança é preciso considerar o que permanece estável e homogêneo nas línguas: “A maioria das teorias linguísticas que se desenvolveram no século XX fazem abstração dos fenômenos de variação linguística, por motivos teóricos e metodológicos, estudando as regularidades da língua enquanto sistema”.

Foi com a linguística estruturalista da escola de Eugenio Coseriu, que por meio do prefixo *dia-* que significa “ao longo de, através de”, que se estabeleceram os primeiros padrões que delimitariam os campos de estudo da variação.

Não devemos esquecer, porém, que cada ser humano possui características próprias e específicas que os distinguem e também diferenciam a linguagem usada por cada um, a sua maneira própria de usar a língua, seu *idioleto*.

A variação linguística pode apresentar-se em todos os níveis apontados pela língua, como no nível sintático, fonológico, morfológico,

³³ Ou “lo studio del linguaggio come risorsa culturale e del parlare come pratica sociale.”

semântico, pragmático. Porém, é no nível lexical que essas mudanças podem ser percebidas mais rapidamente. Embora disponha de áreas conservadoras como os topônimos, o léxico é um sistema aberto que se encontra permanentemente sujeito a processos de contração, expansão e alteração, sendo um dos aspectos mais dinâmicos da língua.

Quando nos propomos a estudar léxicos regionais, em primeiro lugar, temos em mente que trataremos de variação diatópica, mas outros tipos de variação emergem ao longo do desenvolvimento desse estudo, assinalando assim que essas classificações se entrecruzam.

Em se tratando mais especificamente da língua falada há que se focar nos trabalhos de Labov, que se ocupou em estudar a relação existente entre a língua e a sociedade. Seu propósito era sistematizar as variações na língua falada, usando para isso pesquisas que levassem em consideração dados como a classe social, a idade, o sexo, o grau de escolaridade entre outros. Dados que mostrassem a relação existente entre a língua do falante e o meio social em que ele vive.

2.3. A dialetologia na lexicografia

A tradição lexicográfica brasileira, historicamente, sempre esteve pautada na constituição de *corpora* com abonações extraídas de textos clássicos da língua portuguesa, sejam eles produzidos no Brasil, em Portugal ou na África, e de épocas diferentes com referências aos sermões do padre Vieira em 1660, e também extraídas de autores contemporâneos como João Ubaldo Ribeiro, em 1997. Porém, como afirma Aguilera (2011, p. 271) “Se procuramos aí, todavia, por dialetólogos e geolinguistas, não vamos encontrar uma referência sequer”, mas esse quadro tem tudo para mudar a partir de pesquisas que, contemporaneamente, vêm sendo realizadas.

Muito material já se faz conhecido, através de publicações, resultado de estudos parciais, de um grande Projeto nacional ainda em andamento – o ALIB (Atlas Linguístico do Brasil). Debruçando-se sobre todo o território brasileiro, pesquisadores de diferentes universidades, sob coordenação da Profa. Dra. Suzana Cardoso (UFBA) realizam inquéritos, marcam pontos, com objetivo de descrever estudar e consequentemente, ter um quadro realista do uso da língua portuguesa no Brasil. Em Minas Gerais, a coordenação regional desse Projeto, que engloba todo o estado de Minas Gerais, está a cargo de Ana Paula Antunes Rocha (UFOP).

2.4. Léxicos regionais

Ainda, buscando descrever a língua falada nas diversas regiões de Minas, destacamos o Projeto *Léxico Regional: descrevendo o português mineiro* que vem sendo desenvolvido na Faculdade de Letras da UFMG. Nos últimos anos, inseridos nesse Projeto, algumas dissertações de Mestrado foram defendidas e outras se encontram em andamento como, também, algumas teses de doutorado. Há que se destacar, entre as dissertações já defendidas, os trabalhos *Caminho do boi, caminho do homem: o léxico de Águas Vermelhas – Norte de Minas*, de Vander Lúcio de Souza (2008); *O vocabulário rural de Passos/MG: um estudo linguístico nos Sertões do Jacuhy*, de Gisele Aparecida Ribeiro (2010); e *Café com quebra torto: um estudo léxico-cultural da Serra do Cipó/MG* realizado por Cassiane Josefina de Freitas (2012).

Partilhando de metodologia comum, essas pesquisas buscam contribuir, principalmente, para que consigamos conhecer a língua falada em Minas Gerais, com destaque para o léxico regional. Expandindo-se além nossas fronteiras políticas, destacamos, ainda, a dissertação de Raquel Pires Costa (2012) intitulada *Estudo linguístico no litoral maranhense: léxico e cultura dos pescadores do município de Raposa*, defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da UFMG, trabalho que se apoia na mesma metodologia dos acima citados.

2.5. Lexicologia

A lexicologia é uma das subáreas da linguística que se ocupa do estudo científico do léxico de uma língua levando-se em consideração diversos aspectos como a estruturação, o funcionamento e a mudança pertinentes a essa língua. Tais aspectos são fundamentais na determinação da origem, da forma, do significado do acervo lexical dessa língua e do uso que é feito desse acervo em uma comunidade de fala.

O papel da lexicologia é analisar, cientificamente, a significação do léxico nos seus variados níveis. Já ao lexicólogo impende a tarefa de observar e interpretar cientificamente como são feitos esses empregos e usos. Por meios dos estudos lexicológicos, é possível, então, observar e descrever cientificamente as unidades léxicas de uma língua.

Para Oliveira e Isquierdo (*apud* SEABRA, 2004, p. 36), além de estudar o universo de todas as palavras de uma língua, compete à lexicologia a realização de outras tarefas como:

[...] definir conjuntos e subconjuntos lexicais; examinar as relações do léxico de uma língua com o universo natural, social e cultural; conceituar e delimitar a unidade lexical de base – a *lexia* –, bem como elaborar os modelos teóricos subjacentes às suas diferentes denominações; abordar a palavra como um instrumento de construção e detecção de uma “visão de mundo”, de uma ideologia, de um sistema de valores, como geradora e reflexo de sistemas culturais; analisar e descrever as relações entre a expressão e o conteúdo das palavras e os fenômenos daí decorrentes.

Dessa maneira, é preciso entender o léxico como a parte essencial de uma língua, sendo composto por todos os itens lexicais que fazem parte do patrimônio social e cultural de um povo. Nesse conjunto de vocábulos ou expressões que compõem o sistema linguístico está encerrado todo o repertório conceitual, todas as unidades formadoras do sistema linguístico e estas unidades, por sua vez, são criadas a partir das necessidades e interesses de uma comunidade.

Dentre os elementos que constituem a língua, o léxico é o que mais reflete as mudanças e as variações linguísticas, em função de seu papel de dar nomes, identificar, caracterizar pessoas, locais, sentimentos e sensações. Todos esses fatores tornam o acervo lexical um reflexo das transformações socioculturais de uma população e fazem parte de uma categoria aberta à criações e inovações do vocabulário, nos mais diferentes registros linguísticos. Para Souza (2008, p. 21) “É por fazer parte do universo social que, diferentemente da gramática da língua, o léxico é um sistema aberto e em expansão, impossível de cristalizar-se, a não ser que a língua morra”.

O léxico de uma língua está profundamente arraigado aos modelos teóricos e concepções da realidade que as populações que a falam têm do mundo circundante, de sua própria história, cultura, tradições e costumes, sendo, portanto meio privilegiado onde o pesquisador pode haurir dados preciosos a respeito da sociedade que esteja estudando.

Cada povo possui valores, crenças, ideologias que se refletem no grau de importância que a língua dá a determinadas frações da realidade, ressaltando algumas com abundância de termos e relegando algumas.

Conforme aponta Ferraz (2006, p. 219):

(...) o léxico, refletindo a dinâmica da língua, considerando-se que esta, sociedade e cultura são indissociáveis, constitui uma forma de registrar a visão

do mundo, o conhecimento do universo, a realidade histórica e cultural e as diferentes fases da vida social de uma comunidade linguística.

É válido salientar a importância dos estudos lexicais: o estudo do vocabulário que, por ser considerado também uma parte da cultura, merece e requer identificação e catalogação para que seja melhor compreendida, não só a cultura como também a história da sociedade.

Veja-se a posição assumida por Ribeiro (2010, p. 15) sobre o objeto de estudo da lexicologia:

[...] as palavras resumem a maneira como os falantes veem a realidade, deixando transparecer valores, crenças, hábitos e costumes de um grupo social. Dessa forma é através do léxico que também são apreendidas a organização e as transformações sociais, econômicas e culturais de uma comunidade.

A lexicologia faz-se, dessa maneira, de extrema importância, por ser o ramo da linguística que, além de realizar o estudo científico do léxico, desempenha também o papel de revelar aspectos culturais e sociais de um determinado povo.

2.6. Lexicografia

A lexicografia é responsável pelo estudo do repertório escrito da língua e pela organização e compilação dos dicionários. Ela se ocupa da organização sistemática e também da descrição lexicográfica objetivando, principalmente, analisar a significação das palavras. Como o léxico de uma língua é formado por todas as palavras que dela fazem, ou poderiam fazer parte, uma tentativa de descrição desse léxico é feita nos dicionários. Os dicionários também buscam registrar e definir os signos lexicais que se referem a conceitos elaborados e cristalizados na cultura. Trata-se um produto cultural de extrema importância nas sociedades contemporâneas, destinados ao grande público.

Biderman (2002, p. 75), ao tecer considerações sobre o dicionário, diz:

Dado o papel do dicionário em relação à norma social, por registrar a linguagem aceita e valorizada na comunidade dos falantes e também por ser o depositário do acervo lexical da cultura, ele é uma referência básica para uma comunidade. Por isso o dicionário é um instrumento indispensável e imprescindível na fixação do léxico de uma língua e ferramenta fundamental na consolidação de uma língua escrita e literária.

Os primeiros estudos lexicográficos, no mundo ocidental, começaram a ser realizados no início da Era Moderna. As primeiras obras com

características lexicográficas eram uma espécie de lista de palavras, cujo propósito era ajudar na leitura de textos clássicos latinos e também na interpretação da *Bíblia*. Para a elaboração desses trabalhos, as listas eram baseadas principalmente nos glossários latinos do período medieval.

O professor Telmo Verdelho, da Universidade de Aveiro, em Portugal, no texto *Dicionários Portugueses: Breve História*, comenta algumas motivações que levaram à criação das primeiras listas vocabulares.

Para Verdelho (2002, p. 15): “Foi inicialmente motivada pelas solicitações do ensino do latim como língua não materna, e encontrou na técnica tipográfica uma condição determinante para a sua configuração e difusão”.

Como precursores na elaboração de dicionários em língua portuguesa, um dos primeiros nomes que devem ser citados é o do padre D. Raphael Bluteau. O clérigo, de família francesa, nascido na Inglaterra, foi enviado a Portugal, onde aprendeu rapidamente a língua portuguesa. De posse de vasto conhecimento não só do português, como também do francês, do italiano e do latim elaborou o *Vocabulário Português-Latino*, obra bilíngue. A obra possuía caráter enciclopédico devido à grandeza de detalhes com relação aos conhecimentos da época e continha oito volumes publicados de 1712 a 1728.

Baseada nos trabalhos realizados por Bluteau, outra obra de importância fundamental para a lexicografia portuguesa foi publicada pelo brasileiro Antônio de Moraes e Silva, o *Dicionário da Língua Portuguesa*, com duas edições, a primeira publicada em 1789 e a segunda em 1813. A proposta da obra era de uma reedição reduzida da obra feita por Bluteau, reformulada e acrescida por Moraes e Silva. Percebe-se na obra uma objetivação, no tratamento de dados e na proposta lexicográfica que era completamente diferente daquela feita por Bluteau. Somente na publicação da 2ª edição é que Moraes e Silva atribui a si autoria plena. O *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Moraes e Silva é considerado o primeiro dicionário moderno da língua portuguesa. No compêndio foram eliminadas as informações enciclopédicas, onomásticas e bilíngues presentes na obra de Bluteau e a ele foram acrescidas outras 22 mil entradas novas.

Atualmente as obras dicionarísticas se apresentam em diversos tamanhos e modelos. Dentre as variedades de dicionários existem os monolíngues; os dicionários de língua; os analógicos, também conhecidos como ideológicos; os temáticos ou especializados como os de verbos, re-

gências, antônimos e sinônimos; os etimológicos; os dicionários históricos e os dicionários terminológicos que abrangem termos das diferentes áreas do conhecimento.

3. *Percurso histórico*

O povoamento do Vale do Jequitinhonha se concretizou ainda na época em que o Brasil era uma colônia de Portugal. Com a descoberta de ouro e de pedras preciosas nas imediações da região que hoje se tornou Diamantina, e também no Serro, ambas localizadas no Alto Jequitinhonha, teve início um longo processo de ocupação e criação de povoados, que se tornariam mais tarde importantes municípios.

Naquela época, os caminhos e os cursos dos rios funcionavam como vias de comunicação entre as localidades que haviam começado a se constituir. Rios como o São Francisco, o Pardo, o Jequitinhonha, o Doce e o Mucuri serviam como vias naturais e eram por eles onde mais facilmente podia se chegar ao sertão. Por esses caminhos, a riqueza que era explorada da terra escoava e também por eles entravam os diversos produtos que abasteciam a população, que era cada vez mais numerosa.

A região do Vale do Jequitinhonha estava localizada em uma posição estratégica entre dois importantes centros históricos e econômicos da época, Salvador e Rio de Janeiro. Foi a partir do Arraial do Tejuco, atual Diamantina, Araçuaí e Minas Novas, que se iniciou a ocupação da região do Jequitinhonha, com centro dinâmico no Arraial do Tejuco.

A descoberta de diamantes, por Bernardo da Fonseca Lobo, em 1729, permitiu o desenvolvimento da região do Tejuco. A localidade tornou-se uma área de intensa circulação de garimpeiros, pois o interesse pelas pedras era, de certa maneira, bem maior do que o desejo pelo ouro. Apesar do rápido povoamento ocorrido na região do Tejuco foi somente em 1831, mais de cem anos após o início da exploração das minas de diamantes, que a localidade foi elevada à categoria de vila. Mesmo após a decadência da mineração, esse centro foi capaz de manter um dinamismo próprio e contribuir para o desenvolvimento de localidades vizinhas.

A cidade de Araçuaí começou a se despontar no Médio Jequitinhonha por encontrar-se numa posição geográfica privilegiada e por integrar a rota do comércio dentro e fora da região. Outro motivo que contribuiu para o seu progresso econômico da região foi o fato de estar localizada em uma região de divisor de águas entre os rios Jequitinhonha e

Araçuaí, onde pôde ser construído um importante porto fluvial. Já na segunda metade do século XVII, pelas águas do rio Jequitinhonha, eram transportados até o litoral do Brasil todo o ouro e pedras preciosas que eram encontradas no rio Araçuaí.

Minas Novas foi um dos centros que também já se destacava no século XVIII. Seu povoamento teve início com a descoberta de ouro e diamantes, no ribeirão Bonsucesso, por bandeirantes paulistas, por volta de 1727. A importância econômica da localidade foi muito grande e por muitas vezes chegou a se cogitar a indicação de Minas Novas para a capital da capitania de Minas Gerais. Mais tarde, quando o setor da mineração começou a entrar em crise, parte da população do Alto Jequitinhonha migrou para outros centros urbanos formados, ocupando trechos do Médio e do Baixo Jequitinhonha, principalmente ao longo dos rios Jequitinhonha e Araçuaí.

4. Métodos e procedimentos

Conforme foi apontado na *Introdução* do nosso trabalho, esta pesquisa caracteriza-se por realizar um estudo linguístico-cultural, enfocando o vocabulário rural de Minas Novas, no Vale do Jequitinhonha, usando como arcabouço teórico os fundamentos da sociolinguística, da lexicologia e da antropologia linguística.

4.1. Pesquisa de campo

Partindo da metodologia sugerida por Labov (1982), foram feitas entrevistas orais com 12 moradores da zona rural de Minas Novas. Os registros se deram em locais já conhecidos dos entrevistados, como em suas próprias casas ou na residência de familiares ou amigos. Por se tratar também de uma pesquisa lexical, antes das gravações, foi pensado em como deveria ser feita uma abordagem que funcionasse como um instrumento que melhor coletasse ou fizesse realizar o maior número de ocorrências lexicais nos campos léxicos determinados.

4.2. Seleção de informantes

A escolha dos informantes foi baseada nas normas estabelecidas pelo projeto ‘Pelas trilhas de Minas: as bandeiras e a língua nas Gerais’,

projeto da Faculdade de Letras da UFMG, coordenado pela Profa. Dra. Maria Antonieta Mendonça de Amarante Cohen e desenvolvido entre 2003 e 2006. As normas preveem que, em condições ideais, o falante deve:

- a) ter idade igual ou superior a setenta anos;
- b) ser oriundo preferencialmente de localidades rurais;
- c) ter nascido ou passado a maior parte de sua vida na região que está sendo estudada;
- d) ter baixo grau de escolaridade ou ser analfabeto.

A escolha de tais informantes deve-se ao fato de o vocabulário usado por pessoas enquadradas nesse perfil tender a mostrar um léxico mais próximo ao vernacular, além de revelar possíveis retenções linguísticas.

4.3. As transcrições

Para a transcrição das entrevistas foi adotada também a metodologia proposta pelo já mencionado projeto “Filologia Bandeirante”, adaptado posteriormente pela equipe do projeto “Pelas trilhas de Minas: as bandeiras e a língua nas Gerais”, modelo já utilizado em trabalhos anteriores como o de Amaral (2001), Seabra (2004), Souza (2008), Menezes (2009), Ribeiro (2010) e Freitas (2012). O modelo utilizado nas transcrições não se refere a uma transcrição fonética, mas uma transcrição ortográfica, com algumas adaptações.

Nº da ficha – <i>lexia</i> (classificação morfológica)
<i>Abonação</i>
Registro em dicionários:
1. Bluteau: _____
2. Moraes e Silva: _____
3. Laudelino Freire: _____
4. Aurélio: _____
5. Amaral: _____
Registro em glossários:
1. Souza: _____
2. Ribeiro: _____
3. Freitas: _____
Origem: (Cunha, ano, página)

4.4. Fichas lexicográficas

Foram elaboradas 312 fichas lexicográficas, organizadas em ordem alfabética, contendo a análise dos dados coletados nas entrevistas e transcritos conforme metodologia adequada. Vale ressaltar que para cada lexia selecionada foi elaborada uma ficha lexicográfica, conforme modelo acima.

4.5. Sobre os dicionários consultados

As obras lexicográficas consultadas e utilizadas na análise dos dados são obras renomadas, que foram publicadas nos anos setecentos, oitocentos e novecentos:

- a) *Vocabulario Portuguez e Latino*, obra de Dom Raphael Bluteau, que foi um dos precursores na elaboração de dicionários em língua portuguesa.
- b) No ano de 1789, foi publicada por Antônio de Moraes e Silva a primeira edição da obra *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Baseada nos trabalhos realizados por Bluteau, a obra de Moraes é considerada de importância fundamental para a lexicografia.
- c) O *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Laudelino Freire, organizado em cinco volumes, foi publicado na cidade do Rio de Janeiro de 1939 a 1944.
- d) A obra *Aurélio Século XXI: O Dicionário da Língua Portuguesa* de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira foi publicada pela primeira vez em 1975 e é, hoje, considerada o “dicionário padrão da língua portuguesa”.
- e) *O Dialeto Caipira* de Amadeu Amaral foi selecionado por tratar-se de uma obra de grande importância para os estudos dialetológicos no Brasil, um dos primeiros estudos sobre o léxico rural na língua portuguesa.
- f) A escolha do *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*, de Antônio Geraldo da Cunha se deve ao fato da necessidade de investigarmos a origem das lexias estudadas, como também a data da sua primeira aparição na língua portuguesa, pois nos dicionários mais antigos, muitas vezes não havia registro dos vocábulos selecionados.

4.6. A macro e a microestrutura do glossário

Para a organização do nosso glossário, foram seguidos e adotados alguns preceitos de autores renomados da lexicologia e da lexicografia, como Haensch et. al. (1982) e Barbosa (1995), que apresentam uma definição bem estruturada para *glossário*. Segundo Haensch (1982), glossário é toda obra lexicográfica que faz o registro e a explicação de vocábulos utilizados por autores em obras literárias, como também aqueles que em outro tipo de texto destacam palavras cujo significado é de difícil compreensão, palavras que são enumeradas e organizadas em ordem alfabética ao final da obra.

4.7. A macroestrutura

Depois de feita a escolha dos vocábulos que comporiam o *corpus*, as entradas foram organizadas alfabeticamente, mantendo a forma registrada nas transcrições, o que facilitaria a consulta e a identificação, exceto no caso dos verbos que foram alterados para a forma no infinitivo. Posteriormente, as lexias foram agrupadas em redes semânticas afins, seguindo-se o critério onomasiológico.

4.8. A microestrutura

A microestrutura do glossário foi elaborada de acordo com o modelo que se segue:

Forma do Verbetes

Lexia– (*dicionarização*) • *Estrutura Morfológica* • *Origem* • *Definição* • *Abonação*.

As informações do glossário estão disponibilizadas de acordo com as informações já presentes nas fichas lexicográficas, com os itens *Lexia*, *Registro em dicionários*, *Estrutura Morfológica*, *Origem e Abonação*. Ressalta-se que o item *dicionarização* foi assim organizado:

- a) (A): dicionarizado no *Aurélio*
- b) (n/A): dicionarizado em pelo menos um dos outros dicionários consultados

c) (n/d): Não dicionarizado

Foi feita também uma definição para cada lexia, de acordo com o significado adquirido no contexto de registro.

5. *Análise dos dados*

5.1. Quanto às lexias dicionarizadas e não-dicionarizadas

Após a análise das fichas lexicográficas pode se verificar que um número significativo de vocábulos não estava dicionarizado, porém muitos deles encontraram-se registrados em pelo menos um dicionário.

De um total de 312 lexias foi verificado que 226 lexias possuem registro em pelo menos um dos dicionários consultados. Esse número corresponde a 72% do número total de lexias. Também foi verificado que 86 lexias não foram encontradas em nenhum dos dicionários consultados, o que corresponde a 28% do *corpus*.

5.2. Quanto ao número de lexias presentes em cada dicionário

Dentre as 226 dicionarizadas estão presentes: 1) no dicionário de Bluteau foram encontrados 109 vocábulos, o que corresponde a 48% do total de lexias dicionarizadas; 2) já no dicionário de Moraes e Silva, representado pela coluna azul, apresenta 126 lexias dicionarizadas, o que representa 56%; 3) o maior número de lexias foi encontrado nos dicionários de Laudelino Freire e no Aurélio, representados, respectivamente, pelas colunas em verde e em vermelho, com 215 e 210 vocábulos, o que corresponde a 95% e 93% ; 4) no dicionário de Amadeu Amaral, verificamos a presença de 57 unidades léxicas, ou seja, 25% do total de 226 lexias que se encontram dicionarizadas.

5.3. Quanto à classificação gramatical

No que diz respeito à classificação gramatical, a avaliação das fichas nos permitiu constatar que o maior número de lexias selecionadas exerce a função de substantivo, com 184 lexias, representando 58,9% do total do *corpus*. A segunda classe de palavras com o maior número de lexias são os verbos, com 70 ocorrências, ou seja, 22,4 % do *corpus*. As fraseologias somam 7 % com 22 lexias. Os adjetivos apresentam 13

ocorrências, com 4,48% do número total de lexias. Já as locuções adverbiais totalizam 2,88% com 9 ocorrências. Os advérbios somam 8 lexias, com 2,56% do *corpus*. Estão presentes ainda 3 pronomes com 0,9 %, 2 interjeições que correspondem a 0,64 % e 1 conjunção que representa 0,32% do número total de lexias.

5.4. Dicionarização segundo a classificação gramatical

As 312 lexias presentes no *corpus* foram organizadas em sete categorias, representando as classes gramaticais contempladas. Para indicar o número de vocábulos dicionarizados ou não dicionarizados, de acordo com a classe gramatical, de acordo com as classes gramaticais. Do total de 226 unidades lexicais, foi verificado que 141 são substantivos, o que corresponde a 61,9% do número total de lexias dicionarizadas. São 60 os verbos que se encontram dicionarizados, com um percentual de 27%. Das fraseologias selecionadas, somente 1 está dicionarizada, com um percentual de 0,4 %. Já os adjetivos contam com 12 itens lexicais, com 5,3% das lexias registradas. As locuções adverbiais e advérbios somam 6 lexias cada um, com 2,7%. Nenhum pronome, interjeição, nem conjunção encontram-se registrados em dicionários.

5.5. Classificação gramatical das lexias não dicionarizadas

A análise das 86 lexias não dicionarizadas nos permitiu observar que 44 delas, ou seja, 50% do total de lexias ainda não dicionarizadas exercem a função de substantivo. Os verbos ainda não registrados em dicionários somam 10 unidades lexicais, o que corresponde 11,6% dos itens não dicionarizados. As fraseologias são 21, com 24,4%. No caso de adjetivos somente um vocábulo não está dicionarizado, com 1,15%. No que diz respeito às locuções adverbiais três não estão dicionarizadas, correspondendo a 3,4%. Dois advérbios não se encontram registrados, o que corresponde a 2,3 % do *corpus*. Com relação aos pronomes, interjeições e conjunções nenhum deles está dicionarizados. Os 3 pronomes, 2 interjeições e 1 conjunção, correspondem, então a, respectivamente, 3,4% , 2,3% e 1,2 % do número do total de lexias não dicionarizadas.

5.6. Quanto à origem

Com relação à origem das lexias dicionarizadas, a grande da maioria das lexias selecionadas para compor este trabalho é de origem portuguesa, com 193 vocábulos o que significa 61,8% do total de dados. Os dados cuja origem não foi encontrada correspondem a 9,6% do *corpus*, com 31 lexias. As lexias de origem indígena aparecem em seguida com 27 elementos, o que corresponde a 7,6%. As de origem africana foram 10, com 3,2%. As lexias de origem francesa são 9, com 2,8%, seguidas das de origem castelhana com 8 itens e 2,5%, as de origem controvertida com 7 lexias e 2,33%, as de origem árabe com 6 unidades lexicais com 1,8%. Foram ainda encontradas lexias cuja origem é desconhecida, incerta, obscura e italiana com 3 unidades cada e as de origem onomatopaica, celta e híbrida com duas ocorrências cada uma. Foram também assinaladas as de origem malaia, do espanhol platino e do provençal com 1 lexia cada.

5.7. Quanto ao gênero e à forma das lexias

Com relação à forma e ao gênero das lexias o que se pode perceber é que existe uma prevalência de lexias do gênero masculino, com 109 ocorrências, sendo 98 nomes masculinos simples e 11 nomes masculinos compostos, totalizando 59 % do total de nomes. Já os nomes femininos somam 75 e correspondem a 41% dos nomes, sendo 69 nomes femininos simples e 6 nomes femininos compostos.

5.8. Variação, manutenção e mudança ao longo do tempo

É conhecida a dinamicidade da língua, cuja estrutura está sujeita à mudanças contínuas ao longo do tempo. Ao analisarmos as 226 lexias presentes nos dicionários consultados, podemos observar que 8 vocábulos, ou seja, 3,5 % sofreram algum tipo de mudança, seja na forma ou no significado, desde o século XVIII até os tempos atuais, sendo que muitas vezes foram substituídos por outras formas na língua padrão.

Apesar das mudanças verificadas, pode-se verificar que a grande maioria das lexias manteve a mesma forma desde a data do seu primeiro registro. Vale salientar que muitos desses vocábulos que mantiveram a mesma forma adquiriram com o passar do tempo novas acepções, conservando ainda o significado original. Dentre as 226 lexias dicionariza-

das, 176 lexias, ou seja, 77,8 % ainda mantêm praticamente a mesma forma e o mesmo sentido.

Prosseguindo com os casos de manutenção linguística, podemos verificar que, em nosso *corpus*, houve casos de vocábulos para os quais coexistem duas ou mais variantes, seja na língua padrão ou na língua popular. Foram verificados 20 casos, totalizando 8,8 % das lexias dicionarizadas.

Ao analisarmos os casos de variação, mudança e manutenção linguística do vocabulário rural, é possível inferir que devido à idade avançada dos informantes, o modo de vida que levam, o fato de permanecerem praticamente isolados, convivendo com um pequeno grupo de pessoas e afastados dos grandes centros, faz com que a língua falada por essas pessoas tenda a favorecer a manutenção linguística. Esse fenômeno pode ser confirmado por Naro (2003, p. 43) ao dizer que “Nos eixos sociais, os falantes mais velhos costumam preservar mais as formas antigas (...)” e também reforçado por Milroy (*apud* COSTA, 2012, p. 37) com o conceito de “rede social” ao dizer: “as redes densas e multipléxicas das comunidades pequenas e tradicionais, onde todos se conhecem, funcionam como um mecanismo de reforço da norma partilhada entre os falantes de uma comunidade linguística”.

O modo de falar dessas pessoas é mais conservador, sofrendo mudanças mais lentas, o que contribui também para a existência de casos de variação linguística e para a presença de arcaísmos. Já os habitantes das zonas urbanas vivem o inverso e estão sujeitos a mudanças mais rápidas e a processos de inovação contínuos.

5.9. Quanto aos arcaísmos

Para Mattos e Silva (2002), as características típicas do período arcaico da língua portuguesa são encontradas nas documentações remanescentes do período entre o século XIII e XIV e também na metade do século XVI. Para a língua portuguesa, costuma-se propor duas fases de periodização. A primeira fase do português arcaico vai até o final do século XIV e ainda, conforme alguns autores, uma segunda fase do português médio, com limite impreciso o que causa divergências entre linguistas históricos. Para Ivo Castro (*apud* MATTOS E SILVA, 2002, p. 29) o fim do período arcaico da língua portuguesa foi marcado com a representação do último auto de Gil Vicente, denominado *Floresta de enganos*,

no ano de 1536. No mesmo período morreu Garcia Rezende e foi publicada a *Gramática da Linguagem Portuguesa* de Fernão de Oliveira, considerada a primeira obra que faz um estudo metalinguístico do português.

Foi considerada, no nosso estudo, a cronologia proposta por Ivo de Castro, para o tratamento dos arcaísmos lexicais. Dessa maneira, os arcaísmos são as palavras que entraram na língua portuguesa no período compreendido entre os séculos XIII e XV, que não são mais usuais na norma padrão da língua portuguesa, mas que continuam ainda a ser utilizadas na linguagem popular e também no meio rural.

Após a análise das fichas lexicográficas, foram encontrados 7 casos de arcaísmos, que representam 2,5 % das lexias selecionadas.

6. Considerações finais

Por meio deste estudo, podemos concluir que é notável a importância do vocabulário na cultura e na história de um povo. Isso se dá pela própria língua – sendo essa proposta primordial dos estudos lexicais: estudar a língua de uma determinada sociedade sem deixar de lado os elementos que estão intimamente ligados a ela, como a cultura e a identidade. Dessa maneira, os estudos do léxico servem a contribuir na preservação da memória de um povo, dado que a língua consegue conservar o que lhe há de mais particular, o que a faz distinta de qualquer outra comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILERA, V. A. A importância dos dados geolinguísticos para construção dos dicionários de língua portuguesa. In: CARDOSO, Suzana; MEJRI, Salah; MOTA, Jacyra. (Orgs.). *Os di.c.i.o.ná.rios: fontes, métodos e novas tecnologias*. 1. ed. Salvador: Vento Leste, 2011, p. 271-288.

AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1976.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; Cohen, Maria Antonieta Amarante De Mendonça; Universidade Federal de Minas Gerais. *A ausência/ presença de artigo definido diante de antropônimos em três localidades de Minas Gerais*: Campanha, Minas Novas e Paracatu. Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras/ UFMG. Belo Horizonte, 2001.

BARBOSA, M. A. *Léxico, produção e criatividade: processos do neologismo*. São Paulo: Global, 1981.

BIDERMAN. A formação e a consolidação da norma lexical e lexicográfica no português do Brasil. In: _____. *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2002.

BLUTEAU, P. Raphael. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

COSERIU, Eugênio. *Lições de linguística geral*. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1980.

_____. *O homem e sua linguagem*. São Paulo: Presença/USP, 1982.

_____. *Princípios de semântica estrutural*. Madrid: Gredos, 1977.

COSTA, Raquel Pires. SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. *Estudo linguístico no litoral maranhense: léxico e cultura dos pescadores do município de Raposa*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras, UFMG. Belo Horizonte, 2012.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

DURANTI, Alessandro. *Antropologia del linguaggio*. Roma: Meltemi, 2005.

FERRAZ, Aderlande Pereira. A inovação Lexical e a dimensão social da língua. In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. (Org.). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

FERREIRA, Manuela Barros et al. Variação linguística: perspectiva dialetológica. In: _____. *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda; FERREIRA, Marina Baird; ANJOS, Margarida dos. *Aurélio Séc. XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. totalm. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FREIRE, Laudelino. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

FREITAS, Cassiane Josefina; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. *Café com quebra torto: um estudo léxico-cultural da Serra do Cipó/MG*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras, UFMG. Belo Horizonte, 2012.

HAENSCH, Günther et al. *La lexicografía: de la lexicografía teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982.

LABOV, William. Building on empirical foundations. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Yakov. (Eds.) *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1982, p. 17-92.

_____. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Reconfigurações socioculturais e linguísticas no Portugal de quinhentos em comparação com o período arcaico. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes (Orgs.). *O português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2002.

MENEZES, Joara Maria de Campos. *O léxico toponímico nos domínios de Dona Joaquina de Pompeu*. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 2009 (Dissertação de mestrado).

NARO, Anthony Julius. O dinamismo das línguas. In: MOLLICA, Maria Cecília de Magalhães; BRAGA, Maria Luiza. (Orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2003, v. 1, p. 43-50.

OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001.

RIBEIRO, Gisele Aparecida; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. *O vocabulário rural de Passos/MG: um estudo linguístico nos Seretões do Jacuhy*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras, UFMG. Belo Horizonte, 2010.

SEABRA, M. C. T. C. de. *A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da região do Carmo*. 2004. Tese (Doutorado em Linguística) – UFMG, Belo Horizonte.

_____. (Org.). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*. 2. ed. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SOUZA, Vander Lúcio de. *Caminho do boi, caminho do homem: o léxico de Águas Vermelhas – Norte de Minas*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras, UFMG. Belo Horizonte, 2008.

VERDELHO, T. Dicionários portugueses: breve história. In: _____. *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2002.

METÁFORAS, PROTÓTIPOS E ESQUEMAS IMAGÉTICOS: COMO A LINGUAGEM REVELA OS CAMINHOS DA MENTE

Naira de Almeida Velozo (UFRJ)

naira_velozo@yahoo.com.br

1. Introdução

A linguística cognitiva é constituída por posições teóricas que partem da *hipótese da motivação conceptual da gramática*, segundo a qual fenômenos léxico-gramaticais devem ser explicados a partir de mecanismos mais gerais da cognição humana. Assim, a linguística cognitiva defende a hipótese da não modularidade da linguagem, assumindo uma perspectiva integradora em relação aos módulos tradicionalmente estabelecidos.

De acordo com os sociocognitivistas, a estrutura léxico-gramatical das línguas naturais reflete, em alguma medida, a estrutura do pensamento. Em vista disso, assume-se que a representação do conhecimento do mundo não é fundamentalmente diferente da representação semântica, e que os processos cognitivos gerais, como mecanismos de categorização e de atenção, motivam os fenômenos gramaticais.

No âmbito da linguística cognitiva, a construção da significação referente ao universo cultural leva em conta a captação dos dados da experiência. Sendo assim, uma das hipóteses centrais dessa abordagem é que as experiências humanas mais básicas, as quais se estabelecem a partir do corpo, fornecem as bases dos sistemas conceptuais humanos. O pensamento é compreendido, portanto, como *corporificado*, uma vez que sua estrutura e sua organização estão associadas diretamente à estrutura do corpo, assim como às restrições humanas de percepção e de movimento no espaço.

A partir desses postulados teóricos, neste artigo, objetiva-se analisar os usos do conectivo *mas* em uma interação espontânea, com base na *teoria da metáfora conceptual* e nos conceitos de *categorização* e *esquemas imagéticos*, a fim de corroborar as hipóteses da linguística cognitiva e de investigar como as metáforas, os protótipos e os esquemas imagéticos tornam possível o discurso argumentativo.

2. *Breves considerações sobre a linguística cognitiva*

Retomando a proposta filosófica de Putnam (1981) em relação à razão humana, Lakoff (1987), um dos precursores da linguística cognitiva, adota o *realismo experiencialista* em seus estudos. Embora reconheça a existência da realidade externa, o realismo experiencialista assume que, devido à forma e à configuração dos corpos e cérebros humanos, estabelece-se necessariamente uma perspectiva particular entre várias perspectivas possíveis e igualmente viáveis em relação ao mundo. Partindo dessa retomada, resumem-se os principais postulados da linguística cognitiva da seguinte forma:

O pensamento é “enraizado” no corpo, de modo que as bases do nosso sistema conceptual são percepção, movimento corporal e experiências de caráter físico e social; o pensamento é imaginativo, de forma que os conceitos que não são diretamente ancorados em nossa experiência física empregam metáfora, metonímia e imagética mental, caracterizados por ultrapassar o simples espelhamento literal da realidade; o pensamento tem propriedades *gestálticas*: os conceitos apresentam uma estrutura global não atomística, para além da mera reunião de ‘blocos conceptuais’ a partir de regras específicas. (FERRARI, 2011, p. 22)

O significado é entendido, portanto, como uma construção mental, em um movimento contínuo de categorização e recategorização do mundo, a partir da interação de estruturas cognitivas e modelos compartilhados de crenças socioculturais. Sob essa ótica, acredita-se que as palavras não *contêm* significados, mas orientam a construção do sentido.

Na próxima seção, apresentam-se considerações básicas acerca da *teoria dos protótipos*, as quais se relacionam estreitamente à noção de perspectiva e de categorização e recategorização do mundo.

3. *Teoria dos protótipos*

Antes de revisar, especificamente, as considerações básicas acerca da *teoria dos protótipos*, é preciso tratar do processo de categorização, que é essencial em relação à linguagem.

A categorização é o processo através do qual se agrupam entidades semelhantes (objetos, pessoas, lugares etc.) em classes específicas. As estratégias de categorização estão intimamente relacionadas à capacidade humana de memória. Percebe-se que se agrupam objetos em categorias para falar do mundo, mas não se criam um número infinito de cate-

gorias, pois isso acarretaria em sobrecarga em termos de processamento e armazenamento de informações.

De acordo com o modelo clássico de categorização, para que um elemento pertença a uma categoria, esse deve possuir todos os atributos definidores da mesma. Os membros da categoria AVE, por exemplo, devem “ter bico”, “ter duas asas”, “ter dois pés”, “ter pernas”, “poder voar” e “colocar ovos”. Assim, enquanto gaivotas e pardais seriam membros da categoria AVE, indiscutivelmente, os pinguins precisariam ser excluídos da categoria, por possuírem asas atrofiadas com função de nadadeira e não possuírem pena. Dessa forma, percebe-se que não há um traço compartilhado por todos os membros da família, mas um conjunto de traços que permite compartilhamentos parciais, assim como não há um traço definidor das categorias em geral.

As investigações iniciais de Rosch (1973, 1978), no âmbito da Psicologia, tiveram grande influência nos questionamentos ao modelo clássico de categorização, pois levaram a autora a defender que todos os tipos de entidades são organizados em termos de categorias prototípicas, cujos limites não são nítidos.

Uma das investigações de Rosch (1973, 1978) partiu dos julgamentos de estudantes universitários acerca das seguintes categorias: FRUTA, MOBÍLIA, VEÍCULO, ARMA, LEGUME, FERRAMENTA, AVE, ESPORTE e BRINQUEDO. Os estudantes deveriam julgar se os itens apresentados eram “bons exemplos” das categorias indicadas e, a partir de tais julgamentos, sugeriu-se a existência de efeitos prototípicos. Cadeiras, sofás, mesas e camas, por exemplo, foram indicados como MOBÍLIA e, logo, como protótipos. No entanto, cinzeiros, rádios, relógios e vasos foram considerados exemplos periféricos da categoria.

Entre protótipos e fronteiras categoriais, há membros intermediários, organizados em uma escala de prototipicidade. A organização categorial envolve desde representantes mais centrais, com similaridade suficiente ao protótipo, até representantes muito periféricos, que apresentam poucos traços em comum com o núcleo categorial.

A fim de esclarecer essa ideia de organização categorial, observe-se o quadro apresentado por Ferrari (2011, p. 42), cujos membros são *sabiá*, *avestruz* e *pinguim*, que compartilham alguns traços da categoria AVE:

SABIÁ	AVESTRUZ	PINGUIM
tem bico	tem bico	tem bico
tem dois pés	tem dois pés	tem dois pés
põe ovos	põe ovos	põe ovos
tem duas asas	tem duas asas	
tem penas	tem penas	
pode voar		

Quadro 1 – Traços de membros da categoria AVE

O *sabiá* ocupa o núcleo prototípico da categoria, uma vez que possui o maior número de traços que também são encontrados em outros membros da mesma. Já o *avestruz* apresenta quase todos os traços definidores da categoria, com exceção de um (“poder voar”), e encontra-se, portanto, um pouco afastado do protótipo. E o *pinguim* compartilha apenas três traços com os demais, ficando mais próximo à fronteira categorial.

Deve-se ter em vista, entretanto, que nem sempre a avaliação de similaridade toma o protótipo como referência, posicionando os membros da categoria em função do grau de compartilhamento de atributos abstratos e independentes do elemento central.

É importante ressaltar ainda que o exemplar mais prototípico de uma categoria também pode depender do contexto, e os membros centrais dependentes do contexto podem ser diferentes dos protótipos não contextualizados.

A seguir, comenta-se acerca da noção de esquemas imagéticos, fundamental para a realização da análise pretendida.

4. Esquemas imagéticos

Os esquemas imagéticos costumam ser definidos como versões esquemáticas de imagens, concebidas como representações de experiências corporais, tanto sensoriais quanto perceptuais, da interação do homem com o mundo. Gibbs & Colston (1995, *apud* Almeida et al., 2010, p. 21) conceituam esquemas imagéticos como *gestalts* experienciais que emergem a partir da atividade sensório-motora, conforme se manipulam objetos, orienta-se espacial e temporalmente e se direciona o foco perceptual com diferentes propósitos. Assim, os esquemas imagéticos são considerados “representações dinâmicas análogas de relações espaciais e movimento no espaço” (GIBBS & COLSTON, 2006, p. 30).

Gibbs & Colston (2006) enfatizam que, apesar de os esquemas imagéticos derivarem de processos perceptuais e motores, não são processos sensorio-motores. Ao invés disso, tais esquemas são meios primários, imaginativos e não-proposicionais, pelos quais se constitui ou se organiza a experiência, e não meros receptáculos passivos, nos quais a experiência é depositada.

Os esquemas imagéticos existem transversalmente a todas as modalidades de percepção, promovendo a coordenação sensorio-motora da experiência humana. Dessa forma, tais representações são visuais, auditivas, táteis e sinestésicas ao mesmo tempo. Representam padrões esquemáticos que refletem domínios, como CONTÊNER, TRAJETÓRIA e BLOQUEIO, responsáveis pela estruturação da experiência ancorada no corpo. Em seguida, ilustram-se, respectivamente, os esquemas referentes aos domínios citados:

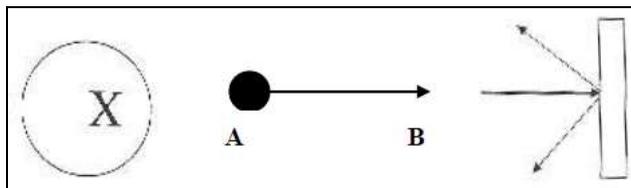


Figura 1 – Representação dos esquemas de CONTÊNER, TRAJETÓRIA e BLOQUEIO

É importante ressaltar que os esquemas imagéticos não são conceitos detalhados, mas abstratos, consistindo de padrões que emergem de instâncias repetidas da experiência de base corpórea. O esquema do CONTÊNER, por exemplo, resulta da experiência do homem com esse tipo de objeto, que propicia o uso de expressões que indicam movimento para dentro ou para fora, como ilustram os exemplos “O barco navegou para dentro do túnel” e “Ele jogou o lixo fora” (FERRARI, 2011, p. 87).

Outros esquemas também podem ser usados metaforicamente, como o EI DENTRO-FORA, que permite a construção das expressões a seguir: “Maria se enfiou numa roupa confortável e se jogou para dentro das cobertas” e “José colocou toda a raiva para fora” (FERRARI, 2011, p. 87). No primeiro exemplo, *roupa* e *cobertas* são retratadas como contêineres para dentro de onde o agente *Maria* se move. No segundo, o corpo de *José* também é entendido como um contêiner, de onde sai a *raiva*, compreendida metaforicamente como um fluido.

Uma vez que a noção de esquema imagético ancora diversos usos linguísticos que refletem a experiência corpórea dos seres humanos no

espaço físico e sustenta projeções entre domínios conceptuais, as quais são características de usos metafóricos, tal formulação teórica é fundamental para a análise pretendida, a qual se baseia, mais especificamente, nos esquemas de FORÇA (EQUILÍBRIO, FORÇA CONTRÁRIA, COMPULSÃO, RESTRIÇÃO, HABILIDADE, BLOQUEIO e ATRAÇÃO), formulados por Croft e Cruse (2004).

Na próxima seção, apresentam-se alguns aspectos da *teoria da metáfora conceptual*, cujas formulações embasam este trabalho tanto quanto o conceito de esquema imagético.

5. *Metáfora: a perspectiva sociocognitiva*

Um dos aspectos que diferencia a linguística cognitiva de outras abordagens é a importância atribuída aos processos de metáfora. De acordo com Lakoff e Johnson (2002, p. 45), a metáfora não é apenas um recurso da imaginação poética ou um ornamento retórico, mas “está infiltrada na vida cotidiana, não somente na linguagem, mas também no pensamento e na ação”.

Esses autores afirmam que os processos do pensamento são, em grande parte, metafóricos; logo, existem metáforas no sistema conceptual humano, as quais tornam possíveis as metáforas como expressões linguísticas.

De acordo com a linguística cognitiva, a metáfora está relacionada à noção de perspectiva, na medida em que diferentes modos de conceber fenômenos particulares estão associados a diferentes metáforas. Como exemplifica Ferrari (2011, p. 92), pode-se falar metaforicamente do conceito de DISCUSSÃO em termos de:

(a) um prédio (*Isso sustenta o que eu estou dizendo; Seu argumento desmoronou*);

(b) uma jornada (*Aonde você quer chegar?; Isso me leva à próxima conclusão; Esse argumento nos leva mais adiante*).

Como ilustram os exemplos, a metáfora é um mecanismo que envolve a conceptualização de um domínio da experiência em termos de outro, ou seja, as metáforas permitem que se use “um conceito detalhadamente estruturado e delineado de maneira clara para estruturar um outro conceito” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 134). Dessa forma, para cada metáfora, é possível identificar um domínio-fonte e um domínio-

alvo. O domínio-fonte envolve propriedades físicas e áreas relativamente concretas da experiência, enquanto o domínio-alvo tende a ser mais abstrato, como se observa através do exemplo “Ele tem alta reputação na empresa” (FERRARI, 2011). Subjacente a essa construção, encontra-se um domínio-fonte de dimensão vertical do espaço físico e um domínio-alvo de *status* social.

Ao propor a *teoria da metáfora conceptual*, os estudiosos observaram que as metáforas estabelecem correspondências entre um domínio-fonte e um domínio-alvo, mas não o contrário. Isso significa que uma das propriedades do processo é a unidirecionalidade. Assim, pode-se conceitualizar, por exemplo, o tempo em termos de espaço, mas não o oposto.

A partir de Lakoff (1987, 1990), Ferrari (2011, p. 98) explicita que essa teoria explorou ainda a ideia de que determinados conceitos derivam de esquemas imagéticos, argumentando que tais esquemas podem servir de domínio-fonte para a correspondência metafórica. Vale ressaltar que cada projeção metafórica define potencialmente um conjunto aberto de correspondências, a partir de padrões inferenciais compatíveis com contextos comunicativos e socioculturais específicos.

A seguir, comenta-se, mais detalhadamente, o conceito metafórico que estrutura o *corpus* desta pesquisa.

5.1. Subcategorização e metáfora

Lakoff e Johnson (2002) sugerem que a diferença básica entre uma conversa e uma discussão é a sensação de estar em uma batalha. Em vista disso, percebem-se alguns traços característicos de uma batalha em uma discussão, como: um dos participantes tem uma opinião que considera importante e que o outro não aceita; pelo menos um dos participantes deseja que o outro desista de sua opinião e isso cria um entendimento de que há algo a ser ganho ou perdido; percebe-se o envolvimento em uma discussão quando se nota a própria posição sob ataque, ou quando se sente necessidade de atacar a posição do outro participante; e, principalmente, entende-se que a conversa tornou-se uma discussão quando o interesse maior é tentar fazer a opinião do outro ser desacreditada, enquanto se tenta manter a própria posição. Considera-se, portanto, discussão uma conversa em que o elemento de cooperação polida pode desaparecer.

Apesar de não ser um combate real, a estrutura desse tipo de conversa assume aspectos da estrutura de guerra, a qual influencia nas atitudes dos participantes. Sendo assim, um participante experiencia o outro como um adversário, ataca a posição do outro, defende a sua própria posição e tenta fazer o adversário render-se. A reestruturação da conversa em termos da estrutura da “guerra” pode ser vista a partir das características a seguir:

Você tem uma opinião que considera importante. (ter uma posição); O outro participante não concorda com você. (ter uma posição diferente); É importante para vocês dois, ou pelo menos para um de vocês, que o outro desista de sua opinião (render-se) e aceite a do outro (vitória). (ele é seu adversário); A diferença de opiniões torna-se um conflito de opiniões. (conflito); Você pensa na melhor maneira de convencê-lo a aceitar seu ponto de vista (plano de estratégia) e considera que evidência você poderá trazer para reforçar sua questão. (forças marciais); Considerando o que você percebe como fraquezas da posição do outro, você faz perguntas e coloca objeções planejadas para forçá-lo a desistir e adotar a sua opinião. (ataque); Você tenta trocar as premissas da conversa de maneira que você fique numa posição mais forte. (manobra); Respondendo às perguntas e objeções do outro, você tenta manter sua própria opinião. (defesa); À medida que a discussão se desenvolve, há necessidade de revisão para poder manter sua visão geral. (recoo); Você pode levantar novas questões e objeções. (contra-ataque); Ou você se cansa e decide parar de discutir (trégua) ou nenhum de vocês dois consegue convencer o outro (impasse), ou um de vocês desiste (rendição). (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 156-157).

As características vistas transformam uma conversa em discussão, pois correspondem a elementos do conceito GUERRA. Tais elementos se adicionam ao conceito CONVERSA nas seis dimensões de estrutura da conversa.

As seis dimensões principais que estruturam uma conversa polida são: *participantes* – aqueles que assumem papel de falante e definem a conversa por aquilo que fazem e pelo papel que desempenham ao longo dessa; *partes* – cada turno de fala que compõe a conversa como um todo, as quais devem ser colocadas juntas de maneira que haja um conversa coerente; *sequência linear* – os turnos de fala dos participantes são organizados em uma sequência linear, tendo como condição geral a alternância dos falantes; *causalidade* – espera-se que o fim de um turno de fala dê início ao próximo turno; *propósito* – o propósito maior de uma conversa é manter uma interação social polida de modo razoavelmente cooperativo; *estágios* – conjunto de condições iniciais (coisas ditas para dar início à conversa: Olá! Como vai?) somados aos estágios começo, meio e fim (esses estágios são marcados por expressões que fazem a conversa desenvolver-se ao longo da parte central e por expressões finalizadoras).

Observando essas mesmas dimensões, nota-se o que existe do conceito GUERRA no conceito CONVERSA. No conceito CONVERSA, tais dimensões se definem da seguinte forma: *participantes* – pessoas ou grupos de pessoas que desempenham papel de adversários; *partes* – as duas posições, planejamento de estratégias, ataque, defesa, recuo, manobra, contra-ataque, impasse, trégua, rendição/vitória; *sequência linear* – recuo depois de ataque, defesa depois de ataque, contra-ataque depois de ataque; *causalidade* – ataque resulta em defesa, ou contra-ataque, ou recuo, ou fim; *propósito* – vitória; *estágios* – formados pelas condições iniciais, início, meio e fim. Nas *condições iniciais*, os participantes têm diferentes posições, assumem que podem defendê-las e pelo menos um deseja que o outro se renda. No *início*, um adversário ataca. No *meio*, existem combinações de defesa, de manobra, de recuo e de contra-ataque. No *fim*, ou existe uma trégua, ou um impasse, ou rendição/vitória. E como *estado final* tem-se a paz, ou seja, o vitorioso domina o perdedor.

Vê-se, dessa forma, que a atividade de falar é estruturada em termos de outra atividade: a guerra. Entende-se, portanto, que discussão é uma conversa porque a atividade de falar acontece em ambos os casos e porque uma discussão tem todos os traços básicos de uma conversa. Por outro lado, considera-se DISCUSSÃO É GUERRA uma metáfora porque se compreende que discussão e guerra são tipos de atividades diferentes, e porque discussão é parcialmente estruturada em termos de guerra, ou seja, apenas alguns elementos do domínio GUERRA são usados em termos de discussão. Assim, define-se a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA por meio de dois critérios: diferença no tipo de atividade e estruturação parcial; e se compreende que uma discussão é uma subcategorização de conversa, tendo em vista os seguintes critérios: mesmo tipo de atividade e mesmos traços estruturais em número suficiente.

Na seção de análise, investiga-se como a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA estrutura o *corpus* estudado.

5.2. Usos do mas na argumentação: um caso de metáforas, protótipos e esquemas imagéticos

O *corpus* selecionado consiste na primeira sessão de um caso de mediação endoprocessual, acompanhado e gravado pelo Prof. Dr. Paulo

Cortes Gago (UFJF)³⁴. Tal sessão ocorreu no dia 29 de maio de 2007, na Vara de Família do Fórum de uma cidade do interior do estado do Rio de Janeiro e resultou em quarenta e cinco minutos de gravação e em vinte e cinco páginas de transcrição, cujos símbolos foram desenvolvidos por Gail Jefferson e encontram-se estabelecidos em Sacks, Schegloff e Jefferson (1974). Trata-se de um processo de *Regulamentação de Visitas*, em que se contemplava a possibilidade de o pai, o requerente, encontrar-se com os filhos, Vitor e Íris, não apenas a cada quinze dias, durante os finais de semana, conforme estabelecido anteriormente, mas também durante a semana.

No *corpus*, escolheu-se utilizar pseudônimos para identificar os participantes. Em vista disso, verifica-se a seguinte distribuição: Sônia, assistente social, é a mediadora das sessões do caso analisado; Amir é o requerente do processo de pedido de regulamentação de visita; Flávia é a requerida; Vitor e Íris são filhos de Amir e Flávia; Fernanda é a nova esposa de Amir; e Maria Eduarda é filha de Fernanda.

Para que as análises sejam claras, optou-se por demonstrar, primeiramente, por meio de três exemplos, como as metáforas estruturam a conversa como um todo; e, posteriormente, explicitar, em mais três exemplos, alguns esquemas imagéticos que sustentam os usos do conectivo. A seguir, apresentam-se os primeiros três exemplos:

Excerto 1 – 92 página/ 14 linha

Sônia: realmente dona:: flávia, uma das características da síndrome do pânico e da depressão, seu amir tem uma coisa e outra meio misturado, né. é isso exatamente, desse dessa embotamento, né. dessa tristeza,=

Flávia: =e isso não afeta. uma criança estando junto. o psicológico do meu filho como é que fica.

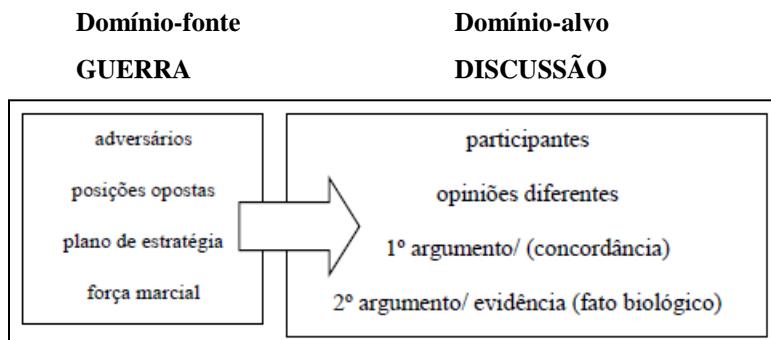
Sônia: provavelmente sim. **mas** esse é o pai do vitor.

Devido à metáfora da “guerra” estruturar todo o discurso analisado, considera-se que os participantes da interação são conceptualizados como *adversários* e que as opiniões defendidas por cada um são compreendidas como *posições opostas*. Além disso, no exemplo acima, observa-

³⁴ A transcrição elaborada a partir da gravação do caso integra o projeto de pesquisa “Contextos de intervenção de terceiras partes em situação de conflito” (projeto SHA – APQ 2129, FAPEMIG) do Prof. Dr. Paulo Cortes Gago.

se que Sônia, primeiramente, concorda com o argumento de Flávia e, posteriormente, introduz uma evidência, baseada em um fato biológico, para sustentar a posição de que Amir deve conviver com o filho. A atitude de concordar pode ser conceptualizada como um *plano de estratégia* adotado pela mediadora, e a conjunção introduzida pelo conector pode ser conceptualizada como uma *força marcial*, já que o argumento é baseado em um fato biológico e, portanto, incontestável. Dessa forma, verifica-se que o conector coordena duas conjunções argumentativas, uma compreendida como um *plano de estratégia* e a outra como uma *força marcial*.

Ilustram-se as projeções metafóricas envolvidas nessa ocorrência no esquema abaixo:



Esquema 1 – Representação de projeções metafóricas

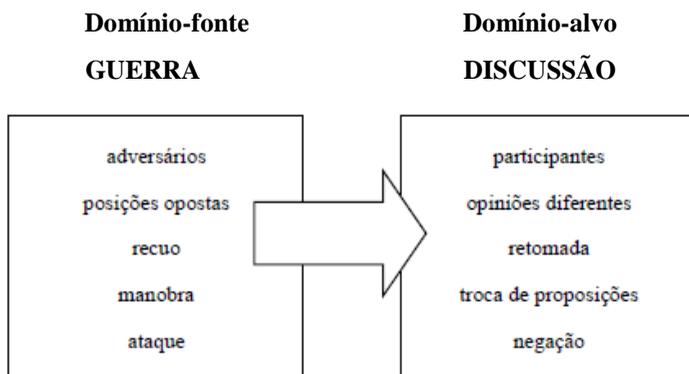
Excerto 2 – 92 página/ 16 linha

Flávia: é. inclusive você falou na última visita que é o pai que a gente escolheu, não é, que a gente escolheu pra si. **Mas** ele não é quem eu escolhi, porque ele é outra pessoa, atualmente ele é outra pessoa. quem eu escolhi era completamente diferente, era uma pessoa generosa, muito melhor do que agora. não era mentirosa, não armava situações contra mim, entendeu. isso eu quero saber se afeta também se afeta a personalidade dele. porque quando eu falei aquele lance do meu namorado da minha casa, eu queria saber o que que incomodou [o meu namorado,

Para manter a visão de que o pai não deve passar mais tempo com os filhos, Flávia retoma a afirmação, dita pela mediadora em uma outra sessão, que pode ser parafraseada como *Amir é o pai que Flávia escolheu para seus filhos*, negando-a. Essa estratégia de retomada, a qual pode ser conceptualizada como um *recuo*, possibilita que Flávia execute uma *ma-*

nobra, ou seja, tente trocar a proposição *Amir é o pai que Flávia escolheu para seus filhos* por *Amir não é o pai que Flávia escolheu para seus filhos, pois não é mais a mesma pessoa*. Com essa manobra, Flávia pretende colocar-se em uma posição mais forte do que a da mediadora, para *atacar* a posição de Sônia de que o pai deve passar mais tempo com os filhos, e forçá-la a adotar outra posição (*render-se*). Assim, a conjunção introduzida pelo conector pode ser conceptualizada como um *ataque*.

Apresentam-se, abaixo, algumas projeções que fundamentam o uso do *mas* nesse caso:



Esquema 2 – Representação de projeções metafóricas

Excerto 3 – 92 página/ 36 linha

Flávia: [você é pai da frís.] você considera a frís como sua filha.

Amir: a não ser qu-

Sônia: deixa o seu amir falar um pouquinho então dona flávia.

Amir: a não ser que você fale o contrário, **mas** parece que sou né.

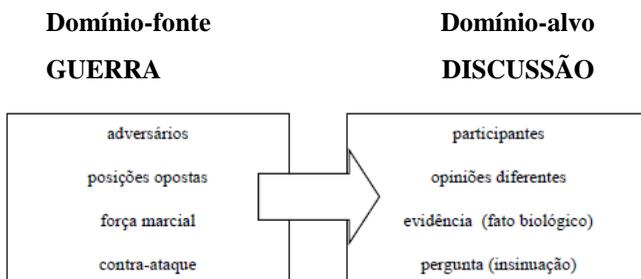
No contexto em que esse excerto se insere, vê-se que Amir é mais próximo de seu filho do que de sua filha. De acordo com Flávia, Amir não procura se aproximar da filha, porém, esse participante nega a acusação da ex-esposa, dizendo que está tentando se aproximar aos poucos da menina.

Nesse excerto, nota-se que Flávia considera o fato de Amir não estar conseguindo se aproximar da filha como uma fraqueza de seu *ad-*

versário, já que a medianda *ataca* a posição social de pai do ex-marido, questionando se Amir é realmente pai de Íris, uma vez que as atitudes desse participante não estariam condizendo com o papel de pai.

Amir, por sua vez, *contra-ataca* o argumento subentendido no questionamento de Flávia – *Amir não é o pai da Íris porque não dá atenção a ela* –, levantando uma nova questão – “a não ser que você fale o contrário, mas parece que sou né.” –, a qual põe em dúvida a honestidade de sua ex-esposa. Nota-se, portanto, que a pergunta introduzida pelo conector pode ser conceptualizada como um *contra-ataque*. Além disso, subentende-se uma *força marcial* – o fato biológico de Amir ser o pai das crianças – nesse questionamento.

Tendo em vista essa análise, observa-se o seguinte esquema:



Esquema 3 – Representação de projeções metafóricas

Tendo em vista que todo o discurso analisado é estruturado pela metáfora da “guerra”, considera-se que o uso do conector *mas*, descrito frequentemente como um operador argumentativo que evidencia contraste ou oposição, seja fundamentado por esquemas imagéticos de força nesta interação, como se observa a seguir:

Excerto 1 – 92 página/ 14 linha

Sônia: realmente dona: flávia, uma das características da síndrome do pânico e da depressão, seu amir tem uma coisa e outra meio misturado, né. é isso exatamente, desse dessa embotamento, né. dessa tristeza,=

Flávia: =e isso não afeta. uma criança estando junto. o psicológico do meu filho como é que fica.

Sônia: provavelmente sim. **mas** esse é o pai do vitor.

O uso do conector *mas*, de acordo com o *corpus* analisado, é fundamentado pelo esquema do *bloqueio* quando a noção da existência de uma barreira física, removível ou não, que impede a continuação de um movimento é transferida para a ideia de uma interrupção na argumentação do interlocutor devido à tomada de turno por um outro participante da interação ou devido à mudança de assunto pelo próprio falante, no caso de uma retomada. Assim, a noção de bloqueio permite que se conceitualize o argumento introduzido pelo conector como uma força que dificulta a continuação da argumentação do participante que detém a posse do turno ou que impede a continuação de um mesmo assunto.

Considera-se que o bloqueio é mais difícil de ser removido quando a interrupção da fala de um interlocutor deve-se à introdução de um argumento mais forte por outro participante da interação ou quando há uma tentativa de encerramento do assunto. Quando ocorre uma tentativa de tomada de turno, entretanto, considera-se o bloqueio de fácil remoção. Na análise dos exemplos a seguir, nota-se que os argumentos baseados em fatos são conceptualizados como bloqueios de difícil remoção, já aqueles baseados em opiniões são entendidos como de fácil remoção.

No exemplo acima, especificamente, a fim de sustentar a posição de que as crianças não devem passar tanto tempo com o pai, Flávia alega que o quadro de síndrome do pânico e depressão do ex-marido afetaria Vitor psicologicamente. Sônia, por sua vez, afirma que, ainda que o estado de Amir afete de certa forma o filho, isso não justifica um afastamento entre os dois. Assim, o uso do conector é sustentado pelo esquema do *bloqueio*, uma vez que há uma interrupção na argumentação do interlocutor devido a um argumento mais forte do falante. Nesse caso, a mediadora considera que a convivência entre pai e filho não deve ser impedida, está acima dos problemas que a doença do pai pode ocasionar.

Excerto 2 – 92 página/ 16 linha

Flávia: é. inclusive você falou na última visita que é o pai que a gente escolheu, não é, que a gente escolheu pra si. **Mas** ele não é quem eu escolhi, porque ele é outra pessoa, atualmente ele é outra pessoa. quem eu escolhi era completamente diferente, era uma pessoa generosa, muito melhor do que agora. não era mentirosa, não armava situações contra mim, entendeu. isso eu quero saber se afeta também se afeta a personalidade dele. porque quando eu falei aquele lance do meu namorado da minha casa, eu queria saber o que que incomodou [o meu namorado,

O conector é fundamentado por um esquema de *força contrária* quando a noção física de forças em direções opostas é transposta para a noção de argumentos ou ideias contrárias. É válido ressaltar que o contraste ou a oposição pode ocorrer de forma explícita, mais marcada linguisticamente, ou de forma implícita, quando o falante opõe-se a um subentendido da fala do interlocutor. O uso do conector fundamentado pelo esquema de *força contrária* pode ainda evidenciar uma oposição a uma expectativa inferida da primeira conjunção, um contraste entre suposições ou uma manifestação de contrariedade em relação a uma hipótese levantada pelo interlocutor.

No exemplo acima, conector marca uma oposição entre o comentário expresso pela mediadora em um encontro de mediação anterior, o qual Flávia retoma, e a opinião da requerida. Flávia contraria a ideia de que Amir é o pai que ela mesma escolheu para seus filhos, afirmando que esse homem não é o mesmo que escolhera, pois a personalidade do requerente teria mudado muito.

Excerto 3 – 91 página/ 25 linha

Sônia: nem me lembro mais quem é o requerente desse processo, quem é que começou, **mas** é que veio pedir ao juiz, botou a VIDA pro juiz pro juiz decidir. pediu o juiz decide.

O esquema de restrição representa uma força física que limita um movimento. Tal noção pode ser transportada para a noção de força social ou argumentativa que limita um determinado argumento.

Nota-se que o conector pode ser conceptualizado como uma força que especifica uma ideia ou que restringe o foco de atenção ou a opinião negativa do interlocutor. Além disso, tal conector pode introduzir uma condição, que é compreendida como uma restrição à vontade do outro participante ou como uma ressalva.

Neste trecho, observa-se que a mediadora considera importante apenas uma das ideias expostas. Verifica-se que não há uma atribuição de importância a quem é o requerente do processo, enquanto há um enfoque no objetivo desse requerente. Entende-se, portanto, que o uso do conector se apoia em um esquema de *restrição*, ou seja, tal conector funciona como uma força que restringe o foco de atenção do interlocutor.

6. Considerações finais

Os exemplos analisados demonstram que o conector *mas* funciona como um gatilho para a ativação do domínio “guerra”, que estrutura o gênero analisado como um todo, e que, em função disso, tal conector pode ser descrito como uma categoria radial, formada a partir dos diferentes esquemas imagéticos de *força* que fundamentam seus usos na interação.

Quanto às funções argumentativas do *mas*, constata-se que, por meio dos mapeamentos metafóricos ativados durante a conversa, a partir da metáfora DISCUSSÃO É GUERRA, esse conector coordena ou introduz argumentos que podem ser conceptualizados como *ataque, defesa, contra-ataque, recuo, manobra, plano de estratégia* ou *força marcial*.

Essas breves análises corroboram ainda a ideia de que o conceito de esquema imagético é bastante produtivo em relação à descrição linguística, já que se postula que os usos do conector são fundamentados por diferentes esquemas de *força*.

Considerando que as gramáticas tradicionais entendem que o uso prototípico do *mas* é baseado no esquema de FORÇA CONTRÁRIA, pois tal conector é constantemente descrito como um marcador de oposição ou contrariedade, essa pesquisa abre caminhos para outras. Uma vez que uma importante postulação da *teoria dos protótipos* é que o exemplar mais prototípico de uma categoria depende do contexto, seria interessante verificar os protótipos de uso do *mas* em diferentes gêneros.

A partir dessas análises do comportamento semântico-discursivo do conector *mas* no gênero mediação, buscou-se demonstrar que, em linguística cognitiva, existem postulações que representam ganhos teóricos em relação à descrição semântica dos itens linguísticos, neste caso, mais especificamente, do conector *mas*, que pode ser, futuramente, detalhado como uma categoria radial; e ainda contribuir com os estudos acerca da visão da metáfora como um aparato cognitivo que opera, de forma subjacente, na formulação de estratégias argumentativas, colaborando, assim, para o estudo da metáfora DISCUSSÃO É GUERRA. Por fim, espera-se ter apresentado, minimamente, como a teoria da metáfora conceptual e as noções de protótipos e esquemas imagéticos podem ajudar a compreender os mecanismos cognitivos que possibilitam o uso da linguagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Lucia L. *et al* (Org.). *Linguística cognitiva em foco: morfologia e semântica*. Rio de Janeiro: Publit, 2010.
- BARCELONA, Antonio. *Metaphor and Metonymy at the Crossroads: A Cognitive Perspective*. New York: Mouton de Gruyter, 2003, p. 299-320.
- CAMERON, Lynne. Metaphor and talk. In: GIBBS Jr., Raymond W. (Ed.). *The Cambridge handbook of metaphor and thought*. New York: Cambridge University Press, 2008, p. 197-211.
- CHIAVEGATTO, Valeria Coelho. Gramática: Uma perspectiva socio-cognitiva. In: CHIAVEGATTO, Valeria Coelho (Org.). *Pistas e travessias II: bases para o estudo da gramática, da cognição e da interação*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.
- DURANTI, Alessandro. Trocas conversacionais. Trad.: Letícia Loder (mimeo). In: DURANTI, Alessandro. *Linguistic anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- EVANS, Vyvyan; GREEN, Melanie. *Cognitive Linguistics: an introduction*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006.
- FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. *The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basic Books, 2002.
- FERRARI, L.V. *Introdução à linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.
- GARCEZ, Pedro M. Transcrição como teoria: a identificação dos falantes como atividade analítica plena. In: MOITA LOPES, L. P.; BASTOS, L. C. (Orgs.). *Identidades: recortes multi e interdisciplinares*. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.
- GEERAERTS, Dirk. *Cognitive linguistics: basic readings*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2006.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- KÖVECSSES, Zoltán. *Metaphor: A Practical Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- _____. *Metaphor in Culture: Universality and Variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

LAKOFF, George. *Women, fire and dangerous things*. Chicago: Chicago University Press, 1987.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Trad.: Grupo de Estudos da Indeterminação e da Metáfora (GEIM). São Paulo: EDUC; Mercado de Letras, 2002.

_____. *Metaphor we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.

MARTELOTTA, M. E.; PALOMANES, R. Linguística cognitiva. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.

MOURA, H. M. M. Metáfora e regularidades linguísticas. In: MIRANDA, Neuza Salim; NAME, Maria Cristina (Orgs.). *Linguística e cognição*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

_____. Pressuposição. In: _____. *Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. Santa Catarina: Insular, 2006, p. 12-15 e 52-58.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G. Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. *Language*, v. 50, n. 4, p. 696-35, 1974.

SAMPAIO, Lia Regina Costaldi; BRAGA NETO, Adolfo. *O que é mediação de conflitos*. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção primeiros passos, 325).

SARDINHA, Tony Beber. *Metáforas*. São Paulo: Parábola, 2007.

TOMASELLO, Michael. *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VELOZO, Naira A. *Os esquemas de FORÇA e a metáfora da GUERRA: uma análise sociocognitiva dos usos do “mas” em mediação*. 2012. 115 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

O SIGNO E O VALOR LINGÜÍSTICOS EM SAUSSURE: UMA LEITURA REFLEXIVA POSSÍVEL

Geraldo José da Silva (UEMS/UFRGS)
gera.silva@terra.com.br

1. Introdução

Por que ler, estudar e discutir Saussure hoje? Mesmo respeitando aqueles que acham desnecessária tal empreitada, por se filiarem às outras abordagens de estudo da língua/linguagem, pensamos ser oportuno e fundamental a leitura da teoria do genebrino, visto que é perceptível a contribuição saussuriana para as ciências humanas nas mais diferentes áreas no mundo contemporâneo. A leitura aligeirada do *Curso de Linguística Geral* nos cursos de letras, por vezes, apenas centrada nas dicotomias, carece de um olhar mais epistêmico. Por se tratar de uma obra inacabada e pela riqueza de suas proposições que provocam tantas controvérsias, fazemos coro a Normand (2009) para apresentar mais uma leitura possível de dois aspectos apresentados no *Curso de Linguística Geral*, enfatizando os conceitos referentes ao signo linguístico e ao valor do signo linguístico.

Mesmo com as hesitações do linguista suíço na construção de sua teoria, sua obra não perde o caráter de robustez conceitual tão necessário aos estudiosos da língua/linguagem/linguística de todas as épocas. Sendo o *Curso de Linguística Geral* uma obra editada pelos discípulos de Saussure e que o verdadeiro pensamento do teórico suíço sofre cortes e interpretações dos editores Sechehaye e Bally, achamos pertinente o exercício reflexivo empenhado. Tal é sua grandeza que tem recebido inúmeras críticas, as quais respeitamos, mas que não desmerecem a iniciativa e o trabalho para a Linguística até os nossos dias.

Muitas seriam as justificativas para a realização desse trabalho, mas preferimos eleger a necessidade de rever aspectos nucleares centrados no *Curso de Linguística Geral*, principalmente no que se refere à questão do signo linguístico e do valor linguístico.

Nossa hipótese é que, mesmo considerando as hesitações de Saussure ao instaurar uma ‘ciência nova’, ou seja, a semiologia, sua teoria marcou época. O autor afirma que essa ciência estuda a vida dos signos no seio da vida social e ensina em que consistem os signos e que leis os regem. O teórico suíço sente a necessidade de mostrar ao linguista o que

ele faz. Com isso, ele convoca os linguistas do seu tempo a repensarem os seus métodos de análise. Era preciso firmar o *Estado da Arte* da linguística como ciência. Essa tarefa lhe rendeu adeptos e adversários.

Considerando a gama de estudos sobre Saussure, sobre o *Curso de Linguística Geral*, elegemos com aporte teórico autores como Colombat et al. (2010), Normand (2009) para subsidiar as nossas discussões. Vale lembrar que o presente artigo não tem a pretensão de dar conta de toda a abordagem em torno de Saussure e do *Curso de Linguística Geral*, mas que procura refletir conceitos legados por esse teórico que não podem deixar de ser pauta aos estudiosos das letras e da linguagem.

Frente a tantas possibilidades que o tema oferece, nos limitamos a refletir a questão do signo e do valor linguísticos em Saussure. Portanto, esse artigo objetiva mostrar a validade da leitura e da reflexão que pode ser suscitada a partir de aspectos fundamentais da teoria saussuriana. Dada à complexidade que o tema imprime, encaminhamos nosso trabalho focalizando, num primeiro momento, impactos de recepção de Saussure e do *Curso de Linguística Geral*, em seguida, tratamos dos núcleos geradores de discussão, a saber: do signo linguístico e do valor linguístico a partir da obra *Curso de Linguística Geral*.

2. *Fundamentação teórica*

2.1. *Saussure e o Curso de Linguística Geral: situando impactos de recepção*

Para se falar de Saussure e do *Curso de Linguística Geral* hoje é preciso, antes de tudo, ter a noção de que estamos diante de mais uma possibilidade de leitura dada à complexidade de sua teoria. Dessa forma, faz-se necessário um recorte para não incorrer em esquecimento de conceitos apontados pelo teórico suíço. Normand (2009) lembra que a mistura de proposições, de afirmações insistentes e de incertezas, novidade de um pensamento e as dificuldades de elaborá-lo e de se fazê-lo entender giram em torno do *Curso de Linguística Geral* devido às particularidades de sua publicação.

Avançando nosso percurso, destacamos a validade da contribuição de Colombat et al (2010) quando eles se questionam ‘como tem sido historicamente a recepção na França do *Curso de Linguística Geral* de Ferdinand de Saussure’ em seu texto *Historie des idées sur le language et les langues*. Os autores argumentam que, na primeira recepção, tem

lugar o momento da publicação do *Curso de Linguística Geral*. Destacam que Albert Sechehaye, psicologista, antes de tudo, publica em 1917 na *Revue Philosophique* um compêndio de 30 páginas com conceitos de Saussure numa tentativa de fazer ressoar e sustentar a obra. Primeiro, ele desobstrui em particular a importância de um conjunto de noções geralmente ignoradas nos relatórios e compêndios da época: valor– diferença– oposição– arbitrariedade relativa. Ele conclui de maneira mais clara que todos seus contemporâneos que “a ciência da língua será uma ciência dos valores”. Destaca Saussure como fundador do projeto da “aventura semiológica”.

Os autores registram que a segunda recepção se desenvolve a partir de 1920, notadamente no primeiro Congresso Internacional dos Linguistas de Haya, 1928, em que o *Curso de Linguística Geral* aparece como ponto de apoio, alavanca de inovação da linguística. As ideias saussurianas são difundidas por André Martinet, como correspondente do Círculo de Praga em Paris. Além de Martinet, Georges Gougenheim, Gustave Guillaume e Robert Léon Wagner demonstram boa recepção do *Curso de Linguística Geral*, mesmo que de maneira indireta (pelo Círculo de Praga) e pelo quadro da linguística entre-guerras (linguística psicológica de Brunot, Damourette e Pichon), ligados às questões de pensamento e linguagem. Na *Acta Linguística: Revue de Linguistique Structurale*, fundada em 1939, nota-se uma série de artigos sobre o signo saussuriano e sua arbitrariedade. Isso mobiliza gramáticos, linguistas, semiólogos e filósofos.

Já a terceira recepção, via esse movimento de difusão se prosseguir fora do estrito círculo de linguistas, sobretudo depois da segunda guerra, o *Curso de Linguística Geral*, tornou-se propriedade comum dos linguistas, dos sociólogos, dos antropólogos, dos filósofos. Na revista *Word*, publicada em New York em 1945, acha-se artigos de Jakobson e Lévi-Straus, enquanto que o filósofo alemão Ernest Cassier consagra a primeira denominação geral do estruturalismo (*Structuralism in Modern Linguistic*). Colombat et al (2010) argumentam que é sem dúvida o filósofo Maurice Merleau-Ponty que aposta na França a primeira representação de papéis nos anos 50: um papel de mediador entre Lévi-Straus, Jakobson e Lacan notadamente quando de sua aula inaugural no *Collège de France*.

Colombat et al (2010) destacam que, na quarta recepção, com os trabalhos de Robert Godel (1957) sobre as fontes manuscritas do *Curso de Linguística Geral*, com a edição crítica adquirida por Rudolf Engler e

com a edição crítica de Tulio de Mauro, foram iniciadas as pesquisas filológicas que buscam o retorno à verdade do pensamento saussuriano. Sumariamente essas quatro fases sublinham a complexidade da recepção de Ferdinand de Saussure na França. Acrescentam os autores que, apesar de dez anos de ensinamento de Saussure em Paris, as ideias do *Curso de Linguística Geral* ficaram muito tempo marginalizadas.

Somando aos informes acima, Normand (2009, p. 15-22) acrescenta um questionamento sobre Saussure na década de 70 pelo que ele foi e apresentou como reflexão no campo da linguística, aclamado por uns e negado por outros. Destaca o livro de J. L. Galvet, *Pro e contra Saussure* cuja capa trazia manifestação em que se opunham bandeiras – “Viva Saussure”, “Abaixo Saussure” e, bem grande, “Pela linguística social!”, uma efervescência ininteligível para a atual geração de linguistas. Destaca que, para os linguistas, Saussure era bem conhecido como estudioso da gramática comparativa, precocemente falecido que deixou uma obra inacabada.

A autora lembra que o mestre não escreveu o *Curso de Linguística Geral* e o que se tem é organizado por seus discípulos. Até hoje se descobrem cadernos inteiros de notas ou esboços, desordenados, corpos desmembrados de uma escrita lacunar de rasuras e repleta de brancos. O *Curso* de 1916 é designado como a ‘vulgata’, termo tornado banal que testemunha a sagração do processo. Mesmo assim, Saussure permanece, ao menos na tradição linguística francesa, uma passagem obrigatória.

A autora comenta que Saussure não inventou a expressão ‘linguística geral’, sabe-se que o curso que ele foi encarregado em Genebra assim se intitulava. A expressão era corrente na época. Sentia-se a necessidade de uma ciência geral das línguas que fosse vista dentro do modelo das ciências da natureza. A linguística geral existe porque aparecem, antes e depois de 1916, trabalhos de síntese que remetem ao objeto linguagem e se esforçam por fazer a relação entre a diversidade de descrições de línguas e a unidade de uma teoria da linguagem. Normand cita Saussure ocasião em que ele mesmo diz ‘eu vejo a enormidade do trabalho que se faz necessário para mostrar ao linguista o que ele faz, reduzindo cada operação à sua categoria prevista; ao mesmo tempo, a grande variedade de tudo o que se pode enfim fazer na linguística.’ (NORMAND, 2009, p. 27)

Normand (2009, p. 118) aponta que o *Curso de Linguística Geral* foi tido como um texto fundamental, principalmente para a continuidade

da gramática comparada e por ser considerado um trabalho comparatista. Segundo a autora, isso é confirmado por J. C. Milner que garantia ser o *Curso de Linguística Geral* um fornecedor de uma epistemologia que a gramática comparada necessitava. Além disso, tinha-se Saussure como preparador de Chomsky que desenvolveria a formalização, cujos princípios foram propostos no *Curso de Linguística Geral*. Menciona também que o trabalho epistemológico de Saussure ultrapassa seu objetivo explícito (retificar a terminologia) e tende a dar base a uma via completamente filosófica da linguagem. Para a autora, pesquisas filosóficas e epistemológicas se encontram no *corpus* saussuriano, relevando interrogações radicais sobre a unidade ou identidade linguística, sobre o signo.

2.2. Signo linguístico: a língua não é uma nomenclatura

É sabido que muito se tem discutido, escrito sobre a obra de Saussure. Considerando o não acabamento dos estudos e discussões sobre esse teórico, incluímo-nos nessa vereda com o propósito de registrar, mesmo que parafrasticamente, nossa leitura sobre aspectos significativos da teoria saussuriana. Dentre tantos, não menos importantes, nos reportamos aqui sobre a natureza do signo linguístico que intitula o capítulo I do *Curso de Linguística Geral*. Nota-se que a língua não deve ser vista como uma lista de termos que correspondem a outras tantas coisas. Além disso, reforça-se o pressuposto de que a língua não é uma nomenclatura.

Segundo Saussure (2006, p. 80), o signo linguístico une não só uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. O autor conserva o termo signo para designar o total e a substituir conceito por significado e imagem acústica por significante. Como se vê, conceito e imagem acústica se reclamam. Acrescenta o autor que o caráter psíquico de nossas imagens acústicas aparece claramente quando observamos nossa própria linguagem. Sem movermos os lábios nem a língua, podemos falar conosco mesmo ou recitar um poema. Dessa forma, tem-se o signo linguístico como uma entidade psíquica de duas faces: conceito e imagem acústica.

Considerando o parágrafo anterior, os organizadores do *Curso de Linguística Geral* (em nota, página 80) afirmam ser a imagem acústica a representação natural da palavra enquanto fato de língua virtual, fora de toda realização pela fala. Recomendam retomar a página 21 do *Curso de Linguística Geral* para acrescentar que é pelo funcionamento das faculdades receptiva e coordenativa, nos indivíduos falantes que se formam as

marcas que chegam a ser sensivelmente as mesmas em todos. Tem-se, nessa perspectiva, um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade e que cada cérebro tem um sistema gramatical e, ademais, a língua não está completa em nenhum e que só na massa ela se plenifica.

Ainda sobre o signo linguístico convém mencionar os princípios da arbitrariedade e da linearidade. Segundo Saussure (2006, p. 82), a arbitrariedade do signo não é contestada por ninguém e esse princípio domina a linguística da língua e suas consequências são inúmeras. O autor adverte que a palavra arbitrário não deve dar a ideia de que o significado dependa da livre escolha do que fala (... não está ao alcance do indivíduo trocar coisa alguma num signo, uma vez que esteja ele estabelecido num grupo linguístico); o significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade.

No que se refere à arbitrariedade do signo, Saussure (2006, p.152) reconhece que apenas uma parte dos signos é absolutamente arbitrária e que outra é relativamente motivada. O autor exemplifica dizendo que vinte é imotivado o que não acontece com dezenove, visto que é a junção de dez mais nove, portanto, relativamente motivado. E alerta que dez e nove, isoladamente, são imotivados tanto quanto vinte. Acrescenta também que a noção de relativamente motivado implica a análise do termo dado (relação sintagmática) e a evocação de um ou de vários termos (relação associativa).

Saussure antecipa possíveis objeções que poderiam ser feitas a este primeiro princípio: 1ª) o contraditor se poderia apoiar nas onomatopeias para dizer que a escolha do significante nem sempre é arbitrária. Ele mesmo desabona essa ideia ao afirmar que as onomatopeias não são jamais elementos orgânicos de um sistema linguístico. Menciona ainda que mesmo as onomatopeias autênticas (glu-glu, tic-tac) não passam de imitações aproximadas e, em certo modo, um ruído.

2ª) As exclamações, (próximas das onomatopeias) dão lugar a observações análogas e poderiam constituir ameaça a tese do autor, que sabidamente antecipa uma resposta dizendo “as onomatopeias e as exclamações são de importância secundária, e sua origem em parte é contestável”. (SAUSSURE, 2006, p. 83)

O segundo princípio é o caráter linear do significante e está para as relações sintagmáticas e relações associativas. Essas relações são retomadas no capítulo V do *Curso de Linguística Geral* de forma mais ex-

pansivas. Saussure (2006, p. 142-143) argumenta que, no discurso, os termos estabelecem um encadeamento de base linear, ou seja, um após outro, denominados sintagmas. Os sintagmas compõem-se de duas ou mais unidades consecutivas como em *re-ler, Deus é bom*. Explica o autor que colocado num sintagma, o termo adquire valor pela oposição ao seu antecessor e ao seu sucessor, ou ainda a ambos. Acrescenta que a relação sintagmática existe *in praesentia*. Já nas relações associativas, fora do discurso, as palavras que oferecem algo de comum se associam na memória e formam grupos de relações muito diversas (*enseignement/enseigner* etc.). Tem-se, assim, uma relação associativa unindo termos *in absentia*. Nessa esteira de informes, Saussure (2006, p. 145) ressalta que no domínio do sintagma não há limite categórico entre o fato de língua, testemunho de uso coletivo, e o fato de fala, que depende da liberdade individual.

Outra questão inerente ao signo diz respeito à imutabilidade e à mutabilidade. Quanto à imutabilidade, Saussure afirma que, se com relação à ideia que representa, o significante aparece como escolhido livremente, em compensação, com relação à comunidade linguística que o emprega, não é livre, é imposto. Lembra o autor: “nunca se consulta a massa social nem o significante escolhido pela língua poderia substituído por outro. Este fato, que parece encerrar uma contradição, poderia ser chamado de a “carta forçada”. Diz-se à língua: “Escolhe!”, mas acrescenta-se: “O signo será este, não outro.” (SAUSSURE, 2006, p. 85)

Vê-se que a língua nos é dada como herança e que as modificações da língua não estão ligadas à sucessão de gerações que, longe de se sobrepor umas às outras, como as gavetas de um móvel, se mesclam e interpenetram e contém cada uma indivíduos de todas as idades. (SAUSSURE, 2006, p. 86). O autor destaca que o caráter arbitrário do signo faz-se admitir a possibilidade teórica de mudança e acrescenta que “a própria arbitrariedade do signo põe a língua ao abrigo de toda tentativa que vise a modificá-la”.

Por outro lado, o signo está em condições de alterar-se porque se continua. O autor (2006, p. 90) argumenta que uma língua é incapaz de se defender dos fatores que deslocam, de minuto a minuto, a relação entre significante e significado. É uma das consequências da arbitrariedade do signo. Comenta ainda que essa evolução é fatal e cita: Quem cria uma língua, a tem sob domínio enquanto ela não entra em circulação; mas desde o momento em que ela cumpre essa missão e se torna posse de todos, fogue-lhe o controle. [...] o tempo altera todas as coisas; não existe

razão para que a língua escape a essa lei universal.” (SAUSSURE, 2006, p. 91).

Para Saussure (2006, p. 92), a língua é a linguagem menos a fala. É o conjunto dos hábitos linguísticos que permitem a uma pessoa compreender e fazer-se compreender. Argumenta também que é preciso uma massa falante para que a língua exista, pois sendo a língua um fenômeno semiológico, ela não existe fora do fato social. Registra que o fator tempo permite às forças sociais atuarem sobre a língua, portanto, ela não é tão livre. Tem-se, assim, o princípio da continuidade. A esse respeito, Saussure argumenta que: A língua não é agora livre, porque o tempo permitirá às forças sociais que atuam sobre ela desenvolver seus efeitos, e chega-se assim ao princípio da continuidade, que anula a liberdade. A continuidade, porém, implica necessariamente a alteração, o deslocamento mais ou menos considerável das relações (SAUSSURE, 2006, p. 93).

Corroborando a ideia de que a língua não é a fala em Saussure, Normand (2009, p. 55-57) assevera que a língua é o que se permite falar e que esse conceito de *língua* não é mais uma função, mas um funcionamento, aquele que, em cada caso específico, opera em uma comunidade dada. Adiciona a autora que o termo *língua*, conjunto de elementos que só pode ser estudado em sincronia, tem suas condições de existência sociais, mas é o seu modo de funcionamento que interessa ao linguísta-gramático.

Normand (2009, p. 139) acrescenta que os signos constituintes da língua são sentido e formas materiais postos em circulação na sociedade, esta os transforma, os altera, suprime alguns e produz outros novos. As mudanças ocorridas no uso social dos signos comprovam o caráter arbitrário dos signos. Destaca que a imbricação entre o social e arbitrário está bem presente no *Curso de Linguística Geral*, mas pouco notada devido ao estruturalismo ter acentuado o caráter estático da língua. Afirma que a força dessa circulação dos signos (em Saussure, vida semiológica) mesmo numa língua artificial não escaparia à mobilidade, conforme citação do *Curso de Linguística Geral*, trazida por Normand (2009, p. 140):

Aquele que cria uma língua artificial, a tem em mãos enquanto ela não é posta em circulação; mas desde o instante em que ela desempenha sua missão e se torna propriedade de todo mundo, o controle escapa. O esperanto é uma tentativa desse gênero, se tivesse êxito escaparia à lei fatal? Passado o primeiro momento, a língua entraria muito provavelmente em sua “vida semiológica”; ela se transmitirá através de leis que nada têm em comum com a criação refletida, e não se poderá mais voltar atrás. (111)

À guisa de sumarização dessa seção, podemos depreender que o signo é signo porque significa. A semiologia, ciência que estuda a vida dos signos, é notadamente relevante em Saussure. A língua é um sistema de signos que exprimem ideias. Os signos linguísticos unem não uma coisa e um nome, mas um conceito e uma imagem acústica. Tudo é arbitrário na língua porque não tem uma causalidade. Vê-se que a teoria saussuriana do signo não pode ser separada da teoria do valor que, por sua vez, se liga ao princípio da arbitrariedade.

2.3. O valor linguístico: ampliando horizontes

No campo da linguística saussuriana, um dos pontos relevantes é o que trata da teoria do valor. Considerando a complexidade em torno do valor linguístico em Saussure, passamos a releitura do assunto.

Saussure (2006, p. 130-131) assevera que a língua é um sistema de valores puros e que se devem considerar dois elementos que fazem parte do jogo de seu funcionamento, a saber: as ideias e os sons. Acrescenta que filósofos e linguistas reconhecem que, sem os recursos dos signos, fica incapaz de distinguir duas ideias de modo claro e constante. Informa que o papel característico da língua é servir de intermediário entre o pensamento e o som em condições tais que conduza a delimitações recíprocas de unidades. Para tanto, o autor chama a língua de o domínio das articulações, ou seja, “cada termo linguístico é um pequeno membro, um *articulus*, em que uma ideia se fixa num som e se torna um signo de uma ideia.” (SAUSSURE, 2006, p. 131). Lembra que o fato social pode, por si só, criar um sistema linguístico e que a coletividade é necessária para estabelecer os valores de forma consensual; já o indivíduo, por si só, é incapaz de fixar um valor que seja.

Para ilustrar a noção de valor, Saussure (2006, p. 95) faz uma comparação entre as políticas econômica e a linguística. “Nas duas ciências, trata-se de um sistema de equivalência entre coisas de ordens diferentes: numa, um trabalho e um salário; noutra, um significante e um significado”. Destaca que todas as ciências deveriam se interessar pelos eixos das simultaneidades (concernentes às relações de coisas coexistentes, de onde toda a intervenção do tempo se exclui) e das sucessões (sobre o qual não se pode considerar mais que uma coisa por vez, mas onde estão situadas todas as coisas do primeiro eixo com suas respectivas transformações).

Saussure (2006, p. 95-96) menciona que, para a ciência que trabalha com valores, a distinção é uma necessidade absoluta e prática. Já para a linguística, tal distinção é fundamental visto que a língua constitui um sistema de valores puros que nada determina fora do estado momentâneo de seus termos. Diante disso, apresenta a ideia de se estudar a língua seguindo os dois eixos dada à complexidade. Conforme o genebrino, a multiplicidade dos signos impede de estudá-los, ao mesmo tempo, as relações no tempo e no sistema. Ele sente a necessidade de distinção em duas linguísticas. Chama, então, os termos evolução e linguística evolutiva e, por oposição, pode-se falar da ciência dos estados da língua ou linguística estática. Nomina essa oposição de linguística sincrônica e linguística diacrônica. Esclarecendo que é sincrônico tudo quanto se relacione com o aspecto estático da nossa ciência e diacrônico tudo que diz respeito às evoluções.

Saussure (2006, p. 125), no capítulo III do *Curso de Linguística Geral*, alerta que, em linguística estática, qualquer noção primordial depende diretamente da ideia que se faça da unidade e se confunde inclusive com ela. Ele faz um questionamento “Que é uma identidade sincrônica? e responde que mesmo se uma unidade/palavra seja usada com sentido negativo “pas” em “*je ne sais pas*” (eu não sei) e “*ne dites pas cela*” (não diga isso), embora tenham a mesma significação não é o bastante essa afirmação. Explica o autor se a correspondência das porções fônicas e dos conceitos provam a identidade e a recíproca não é verdadeira, podendo haver identidade sem tal correspondência. Acrescenta que o uso da palavra “Senhores” numa conferência repetidas vezes com entoação diferente pode-se ter aí uma identidade; mesmo sabendo que em semântica “senhores” em usos diferentes não há identidade absoluta. Enfatiza o autor que “cada vez que emprego a palavra ‘senhores’, eu lhes renovo a matéria; é um novo ato fônico e um novo ato psicológico” (SAUSSURE, 2006, p. 126).

Ao questionar sobre o que é uma realidade sincrônica e elementos abstratos da língua, o autor menciona que a linguística trabalha com conceitos “forjados” pelos gramáticos e sem saber se eles correspondem realmente a fatores constitutivos do sistema da língua. O autor adverte que “nos sistemas semiológicos, como a língua, nos quais os elementos se mantêm reciprocamente em equilíbrio de acordo com regras determinadas, a noção de identidade se confunde com a de valor, e reciprocamente” (SAUSSURE, 2006, p. 128). Essa discussão implica a noção de valor em Saussure.

Prosseguindo nossa reflexão, percebemos uma abordagem um tanto quanto metodológica do autor. Ele apresenta o valor linguístico considerando três aspectos, a saber: a) conceitual, b) material e c) total.

Quanto ao valor linguístico considerado em seu aspecto conceitual, Saussure (2006, p. 132-133) argumenta que, quando se fala do valor de uma palavra, pensa-se na propriedade que ela tem de representar uma ideia. Ao indagar se valor e significação são sinônimos, o autor assevera que não e admite a complexidade dessa questão. Para ele, o valor, tomado em seu aspecto conceitual, constitui certamente um elemento da significação. Deprendemos daí que valor e significação não se excluem, mas que há um imbricamento de dependência.

O autor destaca que dois fatores são necessários para a existência de um valor, a saber: a) ser constituído por uma coisa dessemelhante, suscetível de ser trocada por outra cujo valor resta determinar; b) por coisas semelhantes que se podem comparar com aquela cujo valor está em causa. Nesse prisma conceitual, sentimos a necessidade da citação a seguir, a título de ilustração sobre o valor exposto pelo linguista suíço.

Alguns exemplos mostrarão que é de fato assim. O português *carneiro* ou o francês *mouton* podem ter a mesma significação que o inglês *sheep*, mas não o mesmo valor, isso por várias razões, em particular porque, ao falar de uma porção de carne preparada e servida à mesa, o inglês diz *mutton* e não *sheep*. A diferença de valor entre *sheep* e *mouton* ou *carneiro*, se deve a que o primeiro tem a seu lado um segundo termo, o que não ocorre com a palavra francesa ou portuguesa (SAUSSURE, 2006, p. 134).

Como se vê, os termos *carneiro* (português), *sheep* (inglês) e *mouton* (francês) estão para o animal; ao passo que *mutton*, do inglês, está para a carne de carneiro pronta para servir como alimento. Portanto, o termo inglês difere no interior da língua não equivalendo aos termos do francês e do português.

O próprio Saussure (2006, p. 135) adiciona que o valor de qualquer termo que seja está determinado por aquilo que o rodeia; nem sequer da palavra que significa “sol” se pode fixar imediatamente o valor sem levar em conta o que lhe existe em redor; línguas há em que é impossível dizer “sentar-se ao sol”. Com isso, podemos dizer que o valor só se constitui nas relações e, segundo Saussure (2006, p. 136), sua característica mais exata é ser o que os outros não são.

No que se refere ao valor linguístico considerado em seu aspecto material, Saussure (2006, p. 137) assevera que o que importa na palavra não é o som em si, mas as diferenças fônicas que permitem distinguir es-

sa palavra de todas as outras, pois são elas que levam a significação. Cada idioma compõe suas palavras com base num sistema de elementos sonoros em que cada um forma uma unidade delimitada e perfeitamente determinada e não confundíveis entre si. Tem-se, assim, os fonemas como entidades opositivas, relativas e negativas. Segundo o autor, os signos da escrita são arbitrários; nenhuma relação existe entre a letra *t* e o som que ela designa; o valor das letras é puramente negativo e diferencial; assim, a mesma pessoa pode escrever *t* de várias formas desde que, na escrita, não se confunda o signo do *l* e do *d*.

O linguista suíço destaca que os valores da escrita só funcionam pela sua oposição recíproca dentro de um sistema definido, sendo que o signo gráfico é arbitrário e sua importância se dá dentro dos limites impostos pelo sistema. Ademais, o meio de produção do signo é totalmente indiferente, pois não importa ao sistema.

Saussure (2006, p. 139), ao tratar do signo considerando sua totalidade, reforça a ideia de que tudo na língua é diferenças. No que se refere ao significado e ao significante, a língua não comporta nem ideias nem sons preexistentes ao sistema linguístico e sim diferenças conceituais e fônicas do próprio sistema. Sobre isso, afirma o autor:

Um sistema linguístico é uma série de diferenças de sons combinadas com uma série de diferenças de ideias; mas essa confrontação de um certo número de signos acústicos com outras tantas divisões feitas na massa do pensamento engendra um sistema de valores; e é tal sistema que constitui um vínculo efetivo entre os elementos fônicos e psíquicos no interior de cada signo. Conquanto o significado e o significante sejam considerados, cada qual à parte, puramente diferenciais e negativos, sua combinação é um fato positivo; pois o próprio da instituição bilinguística é justamente manter o paralelismo entre essas duas ordens de diferenças (SAUSSURE, 2006, p. 139-140).

Em consonância com Saussure no que tange a questão do valor, Normand (2009, p. 159) reforça que as relações constitutivas do signo, implicam a combinação de significante e significado que conduz ao termo significação. Acrescenta que essa relação não deixa de ser, enquanto constitutiva do signo, a contrapartida de termos coexistentes na língua. A autora também ressalta que falar de valor implica abordar léxico e gramática e que o conceito de valor e sua ligação com o de diferença definem, para Saussure, a verdadeira natureza da língua e o conteúdo do termo sistema.

Saussure (2006) afirma que o que é verdadeiro do valor é também da unidade. Para ele, na língua, como em todo sistema semiológico, o que distingue um signo é tudo o que o constitui. A diferença é o que faz a

característica, como faz o valor e a unidade. Com isso, reforça a ideia de que a língua é uma forma e não uma substância. Logo, no uso dos signos da língua se aciona o processo valorativo, visto que o sujeito falante utiliza os signos na sua totalidade.

3. *Considerações finais*

O exercício ora findo, na verdade, é mais uma leitura da obra *Curso de linguística geral* de Ferdinand de Saussure. No conjunto da obra, por uma questão metodológica, sentimos a necessidade de um recorte elegendo dois aspectos também basilares da teoria saussuriana: o signo linguístico e o valor linguístico. Acrescentamos que toda vez que se lê Saussure é uma oportunidade de ampliar conhecimento sobre a língua, sobre a linguagem e sobre a própria teoria linguística. Por vezes, a leitura atenta do *Curso de Linguística Geral*, salvo engano, é negligenciada nos cursos de letras e isso nos mostra o quanto se perde da abordagem linguística que nos legou o teórico genebrino.

Considerando a complexidade que abarca os estudos da linguagem, Saussure e o *Curso de Linguística Geral* devem ser pauta para a teoria linguística na contemporaneidade, mesmo quando pontos divergentes constituem núcleos de discussões. É sabido que Saussure influenciou e influencia várias áreas de diferentes ciências, como a antropologia, a filosofia, a psicologia e a psicanálise e a própria linguística. Não é demais dizer que ainda hoje os problemas da linguística geral esperam solução.

Fazemos coro a Normand (2009) quando ela alerta que buscar a última palavra de uma teoria e a verdade de um pensamento em Saussure é melhor renunciá-lo. Isso permite dizer que a leitura de Saussure sempre será um ponto de partida e não de chegada, mas que o leitor atento jamais sai ileso dos debates propostos por esse linguista.

A pergunta inicial desse texto nos parece respondida ao longo do próprio trabalho pela gama de informações obtidas nesse percurso. Ficamos que a língua é um sistema de signos que exprimem ideias. Os signos linguísticos unem não uma coisa e um nome, mas um conceito (significado) e uma imagem acústica (significante). Em torno do signo linguístico gravita a questão da arbitrariedade, da linearidade, da imutabilidade e da mutabilidade. Saussure (2006, p. 130-131) assevera que a língua é um sistema de valores puros e que se devem considerar dois elementos que fazem parte do jogo de seu funcionamento, a saber: as ideias e os sons.

Normand (2009, p. 139) acrescenta que os signos constituintes da língua são sentido e formas materiais postos em circulação na sociedade, esta os transforma, os altera, suprime alguns e produz outros novos.

Para Saussure, o valor linguístico envolve três aspectos: o conceitual, o material e sua totalidade como descrito no corpo desse artigo. Na língua, como em todo sistema semiológico, o que distingue um signo é tudo o que o constitui. A língua é um sistema de valores e estes só se constituem nas relações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COLOMBAT, B; FOURNIER, J-M; PUECH, C. *Histoire des idées sur le langage et les langues*. Paris: Klincksieck, 2010. [Questão 6– *Quelles ont été historiquement les réceptions du Cours de linguistique générale de Saussure?*]

NORMAND, Claudine. *Saussure*. São Paulo: Estação liberdade, 2009.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Organização de Charles Bally e Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger. Trad.: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

POR UMA VISÃO COMPREENSIVA DO PROCESSO DE RECOMPOSIÇÃO

Patrícia Affonso de Oliveira (UFRJ)

patiaffonso@yahoo.com.br

Carlos Alexandre Gonçalves (UFRJ)

carlexandre@bol.com.br

1. Considerações iniciais

Neste texto, abordamos o processo de recomposição em português, procurando mostrar que esse mecanismo de ampliação lexical compartilha propriedades da composição e da derivação, justificando, assim, a proposta de *continuum* defendida por autores como Kastovsky (2009) e Gonçalves (2011a). Procuramos mapear os formativos que participam desse processo, nos dias de hoje, mostrando em que aspectos se assemelham a radicais e que propriedades compartilham com afixos. Neste texto, focalizamos os elementos de primeira posição, a exemplo de *agro-*, *aero-*, *bio-* e *eco-*.

2. Sobre o processo de recomposição

Cunha & Cintra (1985) fazem uma análise das diferenças entre radicais neoclássicos³⁵ e pseudoprefixos³⁶, afirmando que estes têm um comportamento diferente, pois, apesar de adquirirem sentido especial nas línguas modernas, ainda se empregam com o significado etimológico em numerosas construções morfológicas do português. Para os autores, os radicais que adquirem nova carga semântica assumem o sentido global dos vocábulos de que antes eram constituintes. Portanto, distinguem-se

³⁵ Palavras neoclássicas não são simplesmente empréstimos. Como afirma Lüdeling (2009, p. 04), “tais construções são formadas por mecanismos que muitas vezes diferem da formação de palavras com radicais nativos, mesmo nas línguas românicas”. Na literatura morfológica, o termo neoclássico é utilizado em referência à composição com bases gregas e latinas, a exemplo das que ocorrem nos chamados internacionalismos. Internacionalismo, na visão de Ralli (2010, p. 03), é um termo usado como “descrição pragmática de palavras morfofonologicamente semelhantes em diferentes línguas, que, formadas com elementos do grego e do latim, expressam o mesmo conceito”.

³⁶ De acordo com Cano (1998), um pseudoprefixo, radical neoclássico ressemantizado, como *tele-*, “não exerce a função de preposição nem de advérbio próprias do prefixo e também não se enquadra entre os radicais em razão da deriva semântica e da alta produtividade”.

dos radicais neoclássicos por apresentar “deriva semântica”, o “que se evidencia quando processada a *decomposição*” (grifo dos autores): “os elementos ingressam em outras formações com sentido diverso do etimológico” (CUNHA & CINTRA, 1985, p. 112). Os gramáticos acreditam que a “deriva semântica” desses elementos decorre de um processo denominado recomposição por André Martinet³⁷, já que não se identificam com o processo de composição e tampouco com o de derivação. Os autores explicam que radicais como *bio-*, *foto-*, *eco-*, *eletro-* e *agro-*, entre tantos outros, são caracterizados

- a) por apresentarem um acentuado grau de independência;
- b) por possuírem “uma significação mais ou menos delimitada e presente à consciência dos falantes, de tal modo que o significado do todo a que pertencem se aproxima de um conceito complexo, e portanto de um sintagma;
- c) por terem, de um modo geral, menor rendimento do que os prefixos propriamente ditos. (CUNHA & CINTRA, 1985, p. 111-112)

Monteiro (2002, p. 191) trata a recomposição como um tipo específico de composição: constitui “mecanismo formador de novas palavras em que apenas uma parte do composto passa a valer pelo todo e depois se liga a outra base, produzindo uma nova composição”. O autor traz exemplos com *auto-*, *tele-* e *foto-*, mostrando que esses itens não atualizam mais os seus significados etimológicos “de/por si próprio”, “ao longe” e “luz, radiação magnética”, respectivamente. Segundo ele, tais elementos veiculam o significado dos compostos neoclássicos ‘automóvel’, ‘televisão/telefone’ e ‘fotografia’ e, ao se unirem a outras bases, formam, por exemplo, ‘autódromo’, “lugar de corrida de carros”; ‘telecine’, “filmes de cinema exibidos pela televisão” e ‘fotomontagem’, “montagem feita de fotografias”. Assim, ainda segundo Monteiro, a formação ‘autódromo’ se relaciona semanticamente com ‘automóvel’, não mais com o elemento grego *auto-* que aparece em exemplos como ‘autorretrato’ e ‘autodidata’, veiculando a ideia “de/por si próprio” (MONTEIRO, 2002, p. 192). Em relação à *auto-*, comparem-se as duas colunas de formas listadas em (01), a seguir³⁸:

³⁷ Martinet (1967, p. 135) afirma que a recomposição é “uma situação linguística particular que não se identifica nem com a composição propriamente dita, nem tampouco, de um modo geral, com a derivação, que supõe a combinação de elementos de estatuto diferente”.

³⁸ Neste artigo, usamos o hífen apenas para sinalizar, nos dados, uma fronteira morfológica. O emprego do hífen, portanto, não necessariamente é o preconizado pelo Novo Acordo Ortográfico.

(01)	autodidata	autopeças
	autoestima	autoescola
	autoimagem	autoesporte
	autoatendimento	autoestrada
	autoajuda	autorrádio
	autoavaliação	autosseguro
	autoexame	autoshopping

Na primeira coluna de (01), o formativo *auto-*, oriundo do substantivo grego *autós*, atualiza os significados “(de, pelo) próprio” e “(de, por) si mesmo” (CUNHA & CINTRA, 1985, p. 113). De acordo com Gonçalves & Andrade (2012: 133), “a forma automóvel, apesar de mais opaca, enquadra-se nesse grupo, pois foi criada para designar um veículo que se movimenta com motor próprio, em oposição aos carros antigos, todos com tração animal”. Na segunda coluna, aparecem formas recompostas, pois *auto-* deixa de veicular o significado etimológico e, nos termos de Belchor (2011, p. 161), é empregado em referência a alguma característica relevada no domínio “carro”. Desse modo, ‘autoesporte’ é o nome de um “programa de televisão dedicado a esportes automotivos” e ‘autosseguro’, um “seguro para veículos”.

Monteiro (1987) também faz referência ao formativo *tele-*, que, assim como *auto-*, impulsiona o processo de recomposição. Segundo ele, ‘telefone’, ‘televisão’ e ‘teleguiar’ não são itens recompostos, uma vez que cada componente vale por si, mas em ‘telenovela’, “tele – significa ‘televisão’, o que já é bastante diferente” (MONTEIRO, 1987, p. 192). O autor conclui que *auto-* (‘automóvel’), *tele-* (‘televisão’) e *foto-* (‘fotografia’) são os elementos morfológicos que configuram a recomposição em português. Portanto, a principal diferença entre composição neoclássica e recomposição é mudança de significado que uma base de origem greco-latina experimenta.

Cano (1998) afirma que existem termos técnico-científicos desconhecidos dos falantes em geral, pois são unidades morfológicas utilizadas em um domínio de especialidade e empregadas em situações de comunicação somente pelos especialistas. Segundo ela, esses termos podem migrar para a linguagem cotidiana, principalmente através dos meios de comunicação em massa. Esse movimento de um termo científico para a língua geral pode resultar em mudança ou extensão de sentido, ocorrendo o que Cano (*op. cit.*) denomina de “vulgarização lexical”. De acordo com a autora, “quando o termo passa para a língua geral, pode adquirir vários outros significados que se juntam ao significado original ou o substituem” e “foi exatamente isso que ocorreu com os elementos eruditos *auto-*,

eletro- e *tele-*, entre outros” (CANO, 1998, p. 13). A autora acredita que esses elementos estão situados à margem de qualquer classificação.

Analisando com mais vagar o formativo *tele-*, Cano (*op. cit.*) afirma que essa partícula passou a funcionar como pseudoprefixo, já que não funciona como prefixo nem como radical por conta de sua alta produtividade e pelo fato de ter passado por processo de especialização semântica. No entanto, a própria autora reconhece que “uma das dificuldades de adotar o conceito de ‘pseudoprefixo’ consiste em decidir onde colocar palavras como ‘teledependência’: se na derivação ou na composição” (CANO, 1998, p. 13). Ela acredita que *tele-* entrou para a língua geral com um novo sentido, distinto do etimológico, “através da televisão”, e usa como exemplo a palavra ‘telespectador’. Afirma, ainda, que, além do sentido de “pela televisão”, estão aparecendo novas formações com mais um sentido especializado, “pelo telefone”, e exemplifica com ‘telesaques’, ‘tele-entrega’ e ‘telecheque’. Cano, ao concluir a análise de *tele-*, afirma que, no português brasileiro, o formativo *tele-* pode significar “pela televisão”, “pelo telefone” ou “telecomunicação” (‘telebras’, ‘telemar’, ‘telesp’, ‘teletj’), além do sentido etimológico “à distância” (‘telégrafo’, ‘telegrama’, ‘telêmetro’, ‘telepatia’). Andrade (2013, p. 111) atenta, ainda, para a possibilidade de *tele-* funcionar como forma livre quando, sempre no plural, faz referência genérica “a um conjunto de empresas prestadoras de serviços de telecomunicação subsidiado pelo governo federal”, como se vê nos exemplos a seguir, extraídos da autora:

- (02) “Teles devem estreitar iPhone 5 no Brasil em 15 de dezembro”

<http://info.abril.com.br/noticias/blogs/trending-blog/apple>

“Fiscalização sobre as teles não deve gerar novas punições”

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado>

“Lei das antenas no Rio de Janeiro estabelece prazo para as teles”

<http://www.institutotelecom.com.br>

Belchor (2011) descreve o fenômeno da recomposição, selecionado para análise *auto-* e *moto-*, formativos oriundos dos compostos neoclássicos ‘automóvel’ e ‘motocicleta’, respectivamente. Para a autora, nos itens lexicais recompostos, as sequências encurtadas adquirem o significado da base de onde se desprenderam, e, para ilustrar, usa como exemplo o recomposto ‘autoescola’, em que a porção *auto-* significa “automóvel” e não “por si próprio”; tem-se, então, nesse caso, um vocábulo formado pelo processo de recomposição, uma vez que uma das bases consiste no “encurtamento de uma palavra matriz e não um radical isolado” (BELCHOR, 2011, p. 153). A autora acredita que os formativos

auto- e *moto-* estão adquirindo estatuto de prefixo, já que apresentam alta produtividade, característica que os aproxima dos afixos.

Afirmando que o processo de recomposição envolve o encurtamento da palavra matriz em um item que assume o significado do todo, Belchor (2011, p. 159) adverte que o encurtamento “consiste apenas em parte do processo, uma vez que, as sequências encurtadas não funcionam como unidades lexicais autônomas”. Argumenta, ainda, que “a base dos itens recompostos é uma sequência truncada que se caracteriza por ser presa, enquanto os produtos gerados pelo processo de truncamento que não integram posterior recomposição atuam como formas livres na língua” (BELCHOR, 2010, p. 159). A autora conclui sua análise afirmando que *moto-* funciona como item lexical autônomo, mas *auto-* não pode ser usado como item lexical autônomo, já que é uma forma presa.

Ferreira (2011, p. 134) aborda o processo de recomposição a partir do afixoide³⁹ *tele-*. Define a recomposição como “uma formação resultante de dois processos morfológicos em que primeiramente o falante reduz uma dada forma linguística que, por sua vez, passará a funcionar ‘representando’ a palavra da qual era parte”. Ferreira discorda da definição de Belchor (*op. cit.*), pois acredita não existir um processo de truncamento como condição necessária para a formação de recompostos. Explica que, no caso do truncamento, as formas reduzidas “funcionam” livremente na língua e, para comprovar sua afirmação, exemplifica com itens como ‘*refri*’ (<‘refrigerante’), ‘*Fla*’ (<‘Flamengo’) e ‘*Flu*’ (<‘Fluminense’) que funcionam como palavras autônomas na língua e são verdadeiros casos de truncamento. A autora afirma que, nos casos de recomposição, as formas reduzidas só aparecem ligadas à outra unidade lexical, não sendo “possível usarmos livremente na língua a forma *tele-* para falar de telefone ou televisão” (FERREIRA, 2011, p. 134), já que essa unidade morfológica é presa e não estabelece, por si só, comunicação suficiente, como atestam os exemplos a seguir, extraídos de Ferreira (*op. cit.*):

- (03) *Passei meu tele para a Janete me ligar à noite
*Vou assistir a uma tele para me distrair.

Ferreira (*op. cit.*) considera o formativo *tele-* como um elemento bastante usual nos dias de hoje. Para ela, *tele-* se assemelha a um prefi-

³⁹ Afixoide e pseudoafixo são sinônimos usados em referência às unidades do processo de recomposição. Optamos pelo primeiro termo, afixoide, por ser de uso mais generalizado na literatura morfológica.

xo, pois expressa um significado recorrente que não altera a classe das palavras a que se adjunge e tem alta produtividade.

Gonçalves (2011a) descreve o fenômeno da recomposição como “o mecanismo pelo qual se cria um composto a partir do encurtamento de outro” e que a recomposição é “um processo em que a parte truncada adquire o significado de todo o composto da base de onde se desprende” (GONÇALVES, 2011a, p. 68-69). Para o autor, “nas novas formações, entretanto, a base, numa espécie de metonímia formal, remete à acepção do composto que lhe deu origem, afastando-se, com isso, de seu significado original” (*op. cit.*, p. 68).

Gonçalves (*op. cit.*) acredita que os itens formados pelo processo de recomposição não constituem casos prototípicos de composição nem de derivação, pois afirma que os itens recompostos passaram por um processo de mudança morfossemântica e que a recomposição é um tipo de operação difusa, já que exibe características tanto da composição quanto da derivação. Por esse motivo, acredita que a recomposição está nos limites entre a derivação e a composição, ou seja, é um dos processos morfológicos que transitam no *continuum* morfológico que propõe com base em Bauer (2005), Kastovsky (2009), Ten Hacken (1994) e Baker (2000), entre outros teóricos.

Em outro artigo, Gonçalves mostra que, no processo de recomposição, “parte de uma palavra complexa é encurtada e adquire novo significado especializado ao se adjungir sistematicamente a formas com livrecurso na língua” (GONÇALVES, 2011b, p. 15). O autor acredita que o comportamento multifuncional dos compostos neoclássicos dificulta sua classificação em uma categoria própria (p. 08). Para o autor, elementos de primeira posição, como *eco-* e *homo-*, *auto-*, *moto-*, *foto-*, *aero-* e *agro-*, entre tantos outros, quando aparecem combinados com palavras, são casos típicos de recomposição.

Oliveira & Gonçalves (2011, p. 180) estabelecem a seguinte definição para o processo de recomposição:

A recomposição é o processo pelo qual há o encurtamento de uma palavra, outrora um composto neoclássico, em que o arqueoconstituente, nos termos de Corbin (2000), adquire o significado do composto erudito com alta relevância cultural. Esse radical se junta a uma forma livre da língua, formando nova palavra, agora menos formal por evocação a uma palavra tomada como modelo. Devemos entender que o radical encurtado não preserva o sentido etimológico da forma-gatilho de onde se desprende.

Os autores explicam que a forma encurtada é uma metonímia do composto e que o processo de recomposição utiliza como formativos dois tipos de radicais: aqueles que são presos e se comportam como prefixos, como é o caso de *eco-*, *auto-*, *tele-* *bio-*, entre outros, e aqueles que, pelo processo de *clipping*, funcionam como radicais livres, ou seja, são unidades lexicais autônomas com estatuto de palavra na língua, como é o caso de *homo-*, *foto-* e *moto-*. Os autores afirmam que o formativo *eco-* hoje se comporta mais como um prefixo, pois se adjunge a formas de livre curso na língua, formando novas palavras em série – não mais com o sentido etimológico de “casa, habitat” (como em ‘ecologia’, ‘economia’), mas com novos significados que adquiriu dos compostos ‘ecologia/ecológico’: “ecológico”, “meio ambiente” e “reciclagem”. Assim, formas como ‘ecoatitude’ (“atitude ecológica”) e ‘ecopicareta’ (“pessoa desonesta que desvia verbas públicas destinadas ao tratamento de questões ambientais”) são dados que os autores utilizam para exemplificar recompostos em *eco-*.

Os autores acreditam que *eco-* se assemelha a um prefixo por que

(a) não altera a classe das palavras a que se liga, (b) é bastante produtivo nos dias de hoje, e, além disso, (c) é uma forma, que, sozinha, não funciona como palavra e (d) fixou-se na margem esquerda nas estruturas morfológicas dos português (OLIVEIRA & GONÇALVES, 2011, p. 182).

Acrescentam, ainda, que, nas estruturas recompostas em *eco-*, o padrão relacionado à posição da cabeça lexical é DT-DM⁴⁰, já que “*eco-* funciona como determinante do termo recomposto: em ‘ecoterrorista’, *eco-* é modificador do nome ‘terrorista’, que designa “pessoa que faz terrorismo sobre as questões ambientais” (p. 182).

De acordo com Gonçalves (2011b), as formações recompostas caracterizam o que pode ser denominado de compactação (zipagem), termo que corresponde, em inglês, a *secretion* (JERPERSEN, 1925; WARREN, 1990)⁴¹: um arqueoconstituente, aqui entendido como um radical neoclássico, adquire, numa relação de metonímia formal, o significado do composto de que era constituinte e atualiza esse conteúdo especializado na

⁴⁰ Abreviações de DeterMinado e DeterminanTe, respectivamente. O primeiro termo faz referência ao núcleo (cabeça) de uma construção morfológica e o segundo, ao adjunto, modificador.

⁴¹ Em inglês, o termo *secretion* remete ao ato ou ao processo de separação, elaboração e envio de substância que preencha adequadamente alguma função, motivo pelo qual traduzimos *secretion* por compactação.

combinação com novas palavras. Casos mais recentes de recomposições no português contemporâneo envolvem os formativos *agro-*, de ‘agronomia’/‘agricultura’, *bio-*, de ‘biologia’/‘biológico’ e *aero-*, de ‘aeronave’, como se vê nos dados a seguir:

(04)	agronegócio	biopirataria	aeroLula
	agroexportação	biodegradável	aeroporto
	agroflorestal	biocombustível	aeromodelismo
	agroeconomia	bioterrorismo	aeromoça

Gonçalves & Andrade (2012, p. 135) classificam a recomposição como um processo morfológico que faz uso de afixoides, os quais, segundo os autores, são elementos neoclássicos caracterizados pela compactação do significado de um composto de que eram constituintes. Para Gonçalves & Andrade (*op. cit.*), afixoides compartilham propriedades de afixos e de radicais, o que dificulta a categorização como compostas ou derivadas das novas formações de que participam, justificando assim, a proposta de *continuum* morfológico que propõem para o português, na esteira de Gonçalves (2005).

3. *Sobre a natureza dos afixoides: abordagens teóricas e usos em português*

Os chamados radicais neoclássicos são considerados um problema para a teoria morfológica, pois, segundo Bauer (2005, p. 105), não está claro se os compostos neoclássicos devem ser incluídos, em sua totalidade, no processo de composição, já a maioria não constitui lexemas em inglês, pois vários deles não se atualizam como palavras nessa língua.

Segundo Booij (2005), o termo afixoide foi introduzido na literatura morfológica para denotar morfemas que parecem peças de compostos e ocorrem como lexemas, mas com um significado específico e mais restrito, quando usado como parte de um composto. O autor explica que a ascensão dos afixoides é um caso típico de gramaticalização:

como sabemos, a partir do estudo de gramaticalização, a mudança semântica precede a mudança formal. No caso dos afixoides, a mudança semântica já aconteceu, mas não há ainda nenhuma mudança formal: eles são formalmente como compostos reais, normalmente não há enfraquecimento fonológico envolvido. (BOOIJ, 2005, p. 118)

A gramaticalização, nesse caso, evidencia que a composição e a derivação não devem ser vistas como dois mecanismos morfológicos radicalmente diferentes, já que há uma forte semelhança entre os dois pro-

cessos de formação de palavras, o que nos leva a concluir que afixos derivacionais são componentes da estrutura morfológica, assim como constituintes de compostos (BOOIJ, 2005, p. 129). O autor afirma que a noção de afixoide recebe

uma interpretação formal em termos de padrões de vinculação no léxico e, portanto, [afixoide] não é visto apenas como um termo teórico que introduz uma terceira classe de morfemas, além de morfemas lexicais e morfemas presos. Um afixoide é um lexema que ocorre em um subesquema de compostos em que a outra posição ainda é uma variável, sem uma especificação lexical. Tais esquemas são intermediários entre compostos concretos individuais e esquemas totalmente abstratos para estruturas compostas. O significado específico e recorrente de um lexema na estrutura do composto é especificado neste nível intermediário. (BOOIJ, 2005, p. 121)

Para Booij (*op. cit.*), afixoide são formas que parecem partes de um composto e podem ocorrer como lexemas, mas apresentam um significado mais geral e podem aparecer em séries de palavras. Booij conclui que a postulação de afixoide é uma descrição conveniente para o fato de a fronteira entre derivação e composição ser turva, independentemente de formarem ou não uma classe separada. Essa evidência o levou a propor que a derivação e a composição devem receber o mesmo tratamento na morfologia, sendo igualmente analisadas numa perspectiva construcional (p. 117).

Ten Hacken (1994) afirma que o aumento na produção de novas formas e a diminuição da especificidade semântica fazem com que afixoide se assemelhem a afixos; por outro lado, sua vinculação a uma forma livre os aproxima dos radicais. Gonçalves (2011a) observa que afixoide têm características tanto de radicais quanto de afixos e afirma que o termo remete para algo “semelhante a um afixo” (*op. cit.*), o que, segundo o autor, “implica afirmar que essa entidade partilha de certas semelhanças com um afixo, ao mesmo tempo em que ostenta diferenças em relação a esse elemento morfológico” (2011, p. 65). Gonçalves & Andrade (2012) entendem que afixoide justificam a proposta de *continuum* e constituem evidência empírica de que as fronteiras entre composição e derivação são maleáveis de ambos os lados, não havendo, portanto, uma “muralha da China” separando esses dois principais processos de formação de palavras.

4. A natureza dos afixoides e o continuum radical-afixo

Ralli (2010) observa que, em abordagens mais antigas, afixoides são considerados como pertencentes a uma classe diferente, situada entre lexemas e afixos, sendo denominados de várias formas, a depender do autor, como, por exemplo, pseudoprefixos (KENESEI, 2007; SCHMIDT, 1987), semiafixos (MARCHAND, 1967, 1969), semipalavras ou radicais eruditos (SCALISE, 1984), confixos (MARTINET, 1979). Atualmente, informa Gonçalves (2011b), também há enorme variação terminológica para esse tipo de elemento: arqueconstituintes (CORBIN & PAUL, 2001), formas combinatórias iniciais/finais (BAUER, 1988; LEHRER, 1998), raízes de fronteira (TEN HACKEN, 1994).

Na literatura sobre o português, também predomina a imprecisão terminológica, pois afixoide é usado em referência às seguintes entidades:

- (a) encurtamentos que remetem, metonimicamente, ao significado da palavra complexa de origem e não concorrem com nenhuma palavra pré-existente (DUARTE, 1999; 2008), a exemplo de *bio-*, *aero-* e *foto-*;
- (b) elementos plenos (não encurtados) que, necessariamente, coexistem com uma palavra da língua (SANDMANN, 1989; 1992), seja ela uma preposição (*sem-*, *entre-*), um advérbio (*não-*) ou mesmo um substantivo (*-mania*, *-metro*);
- (c) formas encontradas numa única construção complexa (ROCHA, 1998), como o *-ebre* de ‘casebre’ e o *-ujo* de ‘marujo’.

Como a referência em (c) é encontrada exclusivamente em Rocha (1998) e não apresenta respaldo na literatura morfológica, preferimos denominar entidades como as listadas em (05), a seguir, de casos de *hapax legomenon* (expressão grega que significa “dito uma vez só”), como o faz Gonçalves (2012), entendendo que tais elementos não podem ser afixoides pelo simples fato de não serem recorrentes, caracterizando formações únicas, isoladas:

(05)	casebre	carniça	corpanzil	copázio
	marujo	ferrolho	sanduba	pelanca

Neste artigo, procuramos analisar mais de perto a situação em (a), por ser esta a referência mais representativa ao termo afixoide na literatura. Remetemos o leitor interessado aos trabalhos de Gonçalves & Thompson (2013) e Gonçalves & Almeida (no prelo), sobre, respectivamente,

as formas *X-mania* e *X-metro* em português, textos em que se analisa a situação dos elementos de segunda posição em relação às formas livres correspondentes. Neste artigo, portanto, o termo afixoide cobre a mudança de significado experimentada pelos radicais neoclássicos que deixam de participar da composição de base presa para atuar no processo de recomposição, tal como definido na seção 2. Como destaca Gonçalves (2012), é bem maior produtiva a promoção de radicais neoclássicos a prefixos, razão pela qual nos concentramos nos formativos de primeira posição.

Em Iordan & Manoliu (1980), apresentam-se várias propriedades que diferenciam prefixos de prefixoides, unidades que, em comum, são formas presas e se antepõem às bases a que se adjungem. A primeira diferença diz respeito à origem das duas entidades, pois prefixos tendem a evoluir, sobretudo, de advérbios e preposições (CAMARA Jr, 1970), enquanto prefixoides provêm de radicais (DUARTE, 1999). Em segundo lugar, prefixoides têm origem clássica (grega ou latina) e foram introduzidos mais recentemente nas línguas românicas, sendo usados primeiramente para cunhar termos técnicos e científicos. Além disso, prefixos têm rendimento bem maior na língua, aplicando-se a um conjunto mais numeroso de formas linguísticas. Por fim, prefixos são semanticamente mais estáveis e veiculam significados mais gerais, enquanto prefixoides exibem conteúdos mais específicos (lexicais) e apresentam, nos termos dos autores, “sentido menos estável que os prefixos” (IORDAN & MANOLIU, 1980, p. 123).

Os critérios apresentados em Iordan & Manoliu (*op. cit.*), embora sirvam de guia à distinção que interessa, são passíveis de questionamento. Sem dúvida alguma, a primeira propriedade (origem) e a última (natureza do significado) são, de fato, aspectos que diferenciam as duas unidades ora contrastadas. Por outro lado, do mesmo modo que Duarte (1999), não concordamos com a alegação de que prefixoides têm baixa rentabilidade em português. Na verdade, formas morfologicamente relacionadas por recomposição são extremamente aplicáveis na língua, o que as torna parecidas, nesse aspecto, com a prefixação. Ferreira (2011) chegou a recolher o surpreendente montante de quase 450 construções *tele-*. O mesmo vale para as formações com *eletro-*, analisadas em Tavares da Silva (2013), 270 dados, e para as construções com *bio-*, descritas em Vivas (no prelo) – 350 formas. Embora o número de ocorrências com *auto-* e *moto-* seja menor, também chama atenção a quantidade de recompostos que Belchor (2011) conseguiu reunir: cerca de 100 exemplares.

Em Oliveira & Gonçalves (2011), foram analisadas mais de 100 formações em *eco-* e 80 em *homo-*. Como se vê, os poucos trabalhos sobre o fenômeno mostram a alta aplicabilidade das formas examinadas, o que, de modo algum, confirma a ideia de Jordan & Manoliu (1980), pelo menos para o português.

Vejam, a seguir, como se comportam os prefixoides em relação a alguns dos critérios propostos em Gonçalves & Andrade (2012) para diferenciar radicais de afixos. Em relação ao parâmetro *fixidez*, a classe dos afixoides não é homogênea, pois alguns são formas presas e, por isso mesmo, não funcionam, isoladamente, como palavras, nem mesmo a partir do processo de *clipping*. Em (06), a seguir, listam-se os prefixoides que aparecem apenas no interior de palavras morfológicamente completas; em (07), relacionam-se os prefixoides que, em função do truncamento, têm estatuto nominal, podendo ser utilizados sozinhos como comunicação suficiente, nos termos de Bloomfield (1933). Observe-se que o volume de formas presas – que, nesse aspecto, portanto, comportam-se como afixos – é bem maior que o de formas potencialmente livres, que mais se assemelham a radicais:

(06) *eco-* (< ecologia, ecológico), *auto-* (< automóvel), *tele-* (< telefone, televisão), *bio-* (< biologia), *agro-* (< agrícola), *aero-* (< aeronave), *petro-* (< petróleo), *tecn-* (< tecnologia, tecnológico).

(07) *foto-* (< fotografia), *homo-* (< homossexual), *moto-* (< motocicleta), *eletro-* (< eletrônico).

Como destacamos mais acima, a rentabilidade é um aspecto que aproxima afixos de afixoides, já que ambos formam séries de palavras. Além disso, tanto prefixos quanto prefixoides dificilmente revelam o impacto pragmático do falante em relação ao enunciado, ao referente ou ao interlocutor, não apresentando, portanto, o que Basílio (1987) chama de função expressiva de avaliação. Em outras palavras, ao contrário dos sufixos, não manifestam a modalização apreciativa, *através da qual o locutor imprime sua marca ao enunciado, inscrevendo-se, explícita ou implicitamente, na mensagem* (GONÇALVES, 2005, p. 45). Prefixos e prefixoides são neutros do ponto de vista expressivo, sendo raras formações como ‘desprefeito’, em que o falante põe em xeque a eficiência do administrador público, e ‘submundo’, termo usado em referência a uma espécie de “mundo inferior”, de que fazem parte marginais ou delinquentes, vistos como grupo social organizado (HOUAISS, 2007).

Do ponto de vista fonológico, prefixos e prefixoides não afetam a posição do acento lexical da palavra à qual se agregam, como se observa

em ‘eletrochoque’ e ‘bioalisamento’ (casos de recomposição) e ‘pré-natal’ e ‘pós-parto’ (casos de prefixação). Ainda em relação a questões de natureza fonológica, pode-se afirmar que a maior parte dos prefixos, da mesma maneira que a totalidade dos prefixoides, projeta palavra prosódica independente, fazendo com que a construção morfológica resultante se realize sob dois acentos⁴². Na proposta de Mattoso Câmara Jr. (1970), para a representação dos graus de acento em português, tanto prefixos quanto prefixoides portariam acento 2, índice que sinaliza a existência de duas palavras fonológicas:

(08)	ecotaxa	antirugas
	2 0 3 0	2 0 3 0

Tanto prefixos composicionais quanto prefixoides são sensíveis à regra de redução de coordenação (KENESEI, 2007). Como se constata nos exemplos em (09), para prefixos, e em (10), para prefixoides, quando duas formas são postas em paralelo, a cabeça lexical da primeira pode não se realizar.

(09)	pré e pós-operatório	bi- e tricampeonato
	inter- e subcutâneo	ex- e vice-presidente
(10)	auto- e aeromodelismo	tele- e autoatendimento
	agro- e econegociação	homo- e heterossexual

Por outro lado, a paridade entre forma encurtada e forma plena indicia o processo de composição (GONÇALVES, 2011a), já que *petro-* e *homo-*, por exemplo, evocam “petróleo” e “homossexual”, nessa ordem. Acrescente-se, também, o fato de prefixos combinarem-se exclusivamente com palavras, de modo que essa é, nos termos de Villalva (2000), a única variável lexical com que se combina esse tipo de formativo. Afixoides, por sua vez, podem combinar-se com vários tipos de constituintes, além de palavras: *splinters* (porções não morfêmicas oriundas de cruzamentos e truncamentos), como em (11), radicais (12) e xenoconstituintes (*splinters* do inglês), cujos exemplos aparecem em (13):

(11) eletronejo aerobu agrorocínio telerda

⁴² Diferenciam-se, por essa propriedade, dois tipos de prefixos do português (SCHWINDT, 2001): (a) os PCs, prefixos composicionais, como *pós-*, *pré-*, *ex-* e *sub-*; e (b) os PLs, prefixos legítimos, como *in-*, *des-* e *re-*. PCs funcionam fonologicamente como palavras autônomas, isto é, portam acento, pois são dissílabos paroxítonos, como *contra-*, *anti-*, *mega-* e *super-*, ou monossílabos tônicos, a exemplo de *pró-*, *ex-* e *pré-*. Já os PLs, em número significativamente menor na língua, configuram sílabas inacentuadas que funcionam, na realidade, como pretônicas em relação à base, como se observa em ‘injusto’, ‘desentupir’ e ‘rever’.

- | | | | | |
|------|-----------|---------|-----------|-------------|
| (12) | biotério | ecopata | fototeca | motonauta |
| (13) | agroleaks | ecotube | homocyber | eletropedia |

5. *Palavras finais*

Podemos afirmar, com base nessa descrição geral, que afixoides realmente ostentam propriedades de radical e afixo, não se nivelando, no entanto, com nenhuma dessas categorias, já que apresentam características próprias, que legitimam o reconhecimento de uma classe distinta de formativos. Além disso, defendemos, com base nesta pequena contribuição, que são tênues as fronteiras entre composição e derivação, pois vários processos morfológicos, como a recomposição, podem ser dispostos num *continuum* em que essas duas operações sejam encaradas como os polos prototípicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKER, Marker. On Derivational Asymmetries in Derivational Morphology. In: BENDJABALLAH, Sabrina; DRESSLER, Wolfgang U.; PFEIFFER, Oskar E.; VOEIKOVA, Maria D. (Eds.), *Morphology 2000: Selected Papers from the 9th Vienna Morphology Meeting*. Amsterdam, John Benjamins, 2000, p. 21-104.

BASÍLIO, Margarida. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.

BAUER, L. *Introducing Linguistic Morphology*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1988.

BAUER, L. The borderline between derivation and compounding. In: DRESSLER, W. et al. (Eds.). *Morphology and its demarcations*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005, p. 97-108.

BELCHOR, A. P. V. O processo de recomposição no português do Brasil a partir de auto e moto. *Cadernos do NEMP*, Rio de Janeiro, n. 2, 2011.

BLOOMFIELD, Leonard. *Language*, New York: Holt, 1933.

BOOIJ, G. Compounding and Derivation. Evidence for Construction Morphology. In: DRESSLER, W. et al. (Eds.). *Morphology and its Demarcations*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005, p. 109-131.

CÂMARA Jr, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

CANO, W. M. O formativo tele- e suas variantes no português atual do Brasil. *Alfa*, São Paulo, n. 42, p. 9-22, 1998.

CORBIN, D. French (Indo-European: Romance). In: BOOIJ, G.; LEHMANN, C.; MUGDAN, J. (Eds.). *Encyclopédie Internationale de Morphologie*, Article 121, Berlin: Walter de Gruyter, 2000.

CORBIN, Danielle; PAUL, Jérôme. Aperçus sur la créativité morphologique dans la terminologie de la chimie. *La banque des mots*, n. 60, 2000, p. 51-68.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DUARTE, P. M. Sobre o conceito de prefixoide em morfologia. *Palavra*, v. 5, n. 1, p. 171-91, 1999.

DUARTE, P. M. T. Fronteiras lexicais: sugestão para uma delimitação dos prefixoide em português. *Revista Philologus*, ano 14, n. 42. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2008.

FERRARI, Lilian. *Introdução à linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.

FERREIRA, R. G. Da telepatia ao telejornal: um estudo morfossemântico da recomposição a partir de tele. *Cadernos do NEMP*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 135-153, 2011.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. *Flexão e derivação em português*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

_____. Composição e derivação: polos prototípicos de um continuum? Pequeno estudo de casos. *Domínios de Lingu@gem*, n. 5, p. 62-89, nov.2011a.

_____. Compostos neoclássicos: estrutura e formação. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, vol. 9, n. 5, p. 6-39, nov.2011b.

_____. Prefixação: composição ou derivação? Novos enfoques sobre uma antiga polêmica. *Matraga*, v. 19, n. 30, 2012.

_____; ANDRADE, K. E. *O estatuto dos constituintes morfológicos e o continuum composição-derivação em português*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011c.

_____; ALMEIDA, M. L. L. (no prelo). Morfologia construcional: principais ideias, aplicação ao português e extensões necessárias. *ALFA. Revista de Linguística*, São Paulo, vol. 57, n. 3, 2013.

_____; THOMPSON, H. G. Uma morfomania: análise das construções X-mania por meio de um *continuum* composição-derivação. *Fórum Linguístico* (UFSC), Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 18-28, jan./mar. 2013.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

HOUAISS. *Dicionário digital da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JORDAN, Iorgu; MANOLIU, Maria. *Manual de lingüística románica*, Madrid: Gredos, 1980.

JESPERSEN, O. *Die Sprache, Ihre Natur, Entwicklung und Entstehung*. Heidelberg: Carl Winters Universitaetsbuchhandlung, 1925.

KASTOVSKY, Dieter. Astronaut, astrology, astrophysics: about combining forms, classical compounds and affixoids. In: MCCONCHIE, R. W. et al. (eds.). *Selected Proceedings of the 2008 Symposium on New Approaches in English Historical Lexis* (HEL-LEX 2). Somerville: Cascadia Proceedings Project, 2009, p. 1-13.

KENESEI, István. Semiwords and affixoids: the territory between word and affix, Budapest, *Research Institute for Linguistics*, 2007.

LEHRER, Adrienne. Scapes, holics and thons: the semantics of combining forms, *American Speech*, v. 73, n. 1, p. 3-28, 1998.

LÜDELING, Anke. *Neoclassical word-formation*. Berlin: Universität zu Berlin, 2009.

MARCHAND, Hans. *The Categories and Types of Present-day English Word-formation*. München: Beck, 1969.

MARCHAND, H. *The Categories and Types of Present-day English Word-formation*. München: Beck, 1967.

MARTINET, A. *Elements de linguistique générale*. Paris: Didier, 1967.

MARTINET, A. *Grammaire fonctionnelle du français*. Paris: Didier, 1979.

MONTEIRO, J. L. *Morfologia portuguesa*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

OLIVEIRA, P. A.; GONCALVES, C. A. O processo de recomposição e os formativos eco- e homo- no português brasileiro: compressão semântica e análise estrutural. *Cadernos do NEMP*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 171-184, 2011.

RALLI, Angela. Compounding versus derivation. In: SCALISE, S.; VOGEL, I. (Eds.). *The Benjamins Handbook of Compounding*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2010.

ROCHA, L. C. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: UFMG, 1988.

SANDMANN, A. J. *Formação de palavras no português contemporâneo brasileiro*. Curitiba: Scentia & Labor, 1989.

SANDMANN, Antônio José. *Morfologia lexical*, São Paulo: Contexto, 1992.

SCALISE, Sergio. *Generative Morphology*. Foris: Dordrecht, 1984.

SCHMIDT, Günter Dieterich. Das Affixoid: Zur Notwendigkeit und Brauchbarkeit eines beliebten Zwischenbegriffs der Wortbildung. In: GABRIELE, H. (ed.). *Deutsche Lehnwortbildung*. Tübingen: Narr, 1987, p. 53-101.

SCHWINDT, Luiz Carlos. *O prefixo no português brasileiro: análise Morfofonológica*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2001.

TAVARES DA SILVA, J. C. *O estatuto morfológico do formativo eletro- em português*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. Disponível em: <<http://www.letras.ufrj.br/posverna/mestrado/SilvaJCT.pdf>>.

TAYLOR, J. R. *Linguistic Categorization*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

TEN HACKEN, Pius. *Defining Morphology: a principled approach to determining the boundaries of compounding, derivation, and inflection*. Hildesheim: Olms, 1994.

VILLALVA, A. *Estruturas lexicais do português*. Coimbra: Almedina, 2000.

VIVAS, V. M. Outro enfoque sobre bio-: a recomposição em português (no prelo). *Cadernos do NEMP*, vol. 3, n. 1, 2013.

WARREN, Beatrice. The importance of combining forms. In: DRESSLER, Wolfgang U., OSKAR, Hans C.; PFEIFFER, Luschützky E.; RENNISON, John R. (Eds.). *Contemporary morphology*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1990, p. 111-132.

REFERENCIAÇÃO LEXICAL EM TEXTOS BÍBLICOS

Mayra Machado Silva (UFES)

maychado@hotmail.com

Maria da Penha Pereira Lins (UFES)

penhalins@terra.com.br

1. Introdução

Este trabalho pretende verificar a correlação existente entre seleção lexical e progressão referencial, por meio da reconstrução de objetos de discurso presentes em parábolas bíblicas. A partir de uma perspectiva não referencial da linguagem e adotando uma posição que prevê a dinamicidade dos objetos de discurso, pois uma vez introduzidos, são constantemente modificados sendo construídos e reconstruídos no curso da progressão referencial (KOCH, 2009); objetivamos observar a importância da seleção de determinados itens lexicais e de expressões referenciais no processo de referenciação, visto que, estes recursos linguísticos são determinantes na construção de sentido do texto sagrado.

Para tanto, adotaremos a posição que concebe a linguagem não como um reflexo das coisas do mundo, mas como um elemento que irá reforçar nossa percepção da realidade. Segundo Blinkstein (*apud* KOCH, 2009, p. 53) “[...] o que vejo como real é transformado em referente por meio da percepção e/ou cognição ou da interpretação humana.”

O interesse em fazer uma investigação da linguagem, tendo como *corpus* parábolas bíblicas, deve-se ao fator de ser a *Bíblia Sagrada* um dos livros mais traduzidos, distribuídos e lidos até hoje, que apresenta uma linguagem metafórica e rebuscada que atrai a atenção dos fiéis (COMFORT, 1998). Dentro desse contexto, concebemos existir uma complexidade do texto bíblico que perpassa por uma visão imanente do texto, mais voltada para um sentido literal, pois não contempla os aspectos contextuais e característicos desse gênero textual, gerando um olhar ingênuo do texto (FIGUEIREDO, 2009). Partindo desse pressuposto, acreditamos que analisar os dispositivos linguísticos da progressão referencial auxiliará a descortinar este cenário nebuloso em relação aos textos sagrados.

Para um melhor delineamento do trabalho, organizamos nossa exposição em três momentos: no primeiro momento, fizemos uma apresentação sobre a referenciação como fenômeno de categorização e recatego-

rização de objetos de discurso; no segundo momento, falamos sobre parábolas bíblicas e sua classificação como gênero textual; e para finalizar, tecemos um estudo sobre léxico e progressão referencial através de análises em parábolas bíblicas.

2. *Referenciação*

No cenário dos estudos, acerca da linguística textual recente, estiveram como cerne os apontamentos sobre a *referenciação*. Isso porque estudiosos como Mondada e Dubbois (*apud* CAVALCANTI; RODRIGUES; CIULLA, 2003, p. 20) estabeleceram uma diferença no uso dos termos *referência* por *referenciação*. Na verdade trata-se de uma mudança de olhar. A referência é uma visão tradicional, que tomou base nos pressupostos teóricos da lógica-semântica: concebe a linguagem como uma representação da realidade, como uma forma de representação do mundo, ou seja, concebe uma relação direta entre as palavras e as coisas. Mas, com o advento dos estudos linguísticos de teor sociocognitivo e interacional, passou-se a conceber uma visão não referencial da língua e da linguagem, a referenciação (KOCH, 2009). A linguagem, então, é vista como uma atividade interativa e sociocognitiva; e a referenciação como uma operação efetuada pelos sujeitos sociais à medida que o discurso se desenvolve. A diferença terminológica deve-se ao fato de a referenciação ser entendida como diversas formas de introdução de referentes no texto; não só como uma localização de palavras do mundo extramental, como concebia a corrente tradicional. Os referentes (objetos de discurso) de que falamos, não são rótulos para designar coisas no mundo, mas se constroem e reconstróem de acordo com a nossa “percepção” do mundo.

Assumindo a posição defendida por Apothéloz & Reichler-Béguelin (*apud* KOCH, 2009, p. 60) ao defenderem que a referenciação como também a progressão referencial consistem em processos de construção e reconstrução de objetos de discurso. Entendemos que a referenciação é um fenômeno textual e discursivo; e os objetos de discurso são entidades que são construídas interativamente e discursivamente pelos participantes no ato de enunciação. Segundo Koch (2009, p. 61):

[...] os processos de referenciação são escolhas do sujeito em função de um querer-dizer. Os objetos-de-discurso não se confundem com a realidade extralinguística, mas (re)constróem-na no próprio processo de interação. Ou seja: a realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente,

te, interagimos com ele: interpretamos e construímos nossos mundos por meio da interação com o entorno físico, social e cultural.

A partir desse pressuposto, interessou-nos ver, como ocorre a categorização e recategorização de referentes em meio às formas lexicais dentro de um texto bíblico. Uma vez que, observar a relação entre seleção lexical e progressão referencial por meio da construção de objetos de discurso nas parábolas, nos fez ver a importância dessas formas referenciais em relação ao contexto das interpretações dos textos sagrados.

3. *Gênero textual parábolas bíblicas*

Marcuschi considera os gêneros textuais como fenômenos históricos vinculados aos fatos sociais (MARCUSCHI, 2003). Os gêneros são mecanismos fundamentais para a socialização, pois por meio deles os indivíduos se inserem nas mais diversas atividades comunicativas e se capacitam a interagir com o mundo por meio dos gêneros delas resultantes.

Segundo o *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*, (2008, p. 948) parábola é “uma narrativa alegórica que envolve um preceito moral”. Para Sant’anna (2010) parábola é uma narrativa curta e essencialmente alegórica, cuja principal função é veicular princípios morais e religiosos.

No que tange a classificação das parábolas bíblicas como específicas de determinados gêneros, percebemos que no Brasil, este assunto foi pouco estudado e/ou discutido, uma vez que poucos trabalhos são encontrados e as discussões existentes classificam as parábolas bíblicas ora como uma narrativa literária,⁴³ ou como um gênero do discurso⁴⁴. Para buscarmos enriquecer os estudos linguísticos contemporâneos, definimos a parábola a partir de uma perspectiva do gênero textual. Nossa intenção aqui, não é de nos prolongarmos em discussões que diferem os modelos

⁴³ Concepção de parábolas segundo (SANT’ANNA, 2010, p. 1441). O autor no livro *O Gênero da parábola* classifica a parábola a partir das manifestações bíblicas do Novo Testamento.

⁴⁴ Nesse contexto vale ressaltar, os estudos do grupo de pesquisa *Linguagem Gêneros Discursivos e Leitura* orientados pela professora Dra. Vânia Lúcia Menezes Torga (UESC). Esse grupo tem como foco a linha de pesquisa “Gêneros discursivos, narrativa literária, divulgação científica e cultural”, e através de textos disponibilizados *online* nos deparamos com os estudos de Aliana Geórgia Carvalho Cerqueira (UESC/FABESP) que tece algumas considerações sobre a parábola como um gênero discursivo.

de análises de gêneros em discursivos e textuais; mas, ao adotarmos uma metodologia de gênero do texto pretendemos apresentar as características observáveis nas parábolas bíblicas que nos permite classificá-las como inerentes ao gênero de texto.

Vale ressaltar que para tal análise, não buscamos identificar-classificar a parábola apenas observando as propriedades linguísticas internas do texto, mas procuramos observar como esse gênero se constitui como ferramenta para realizar *ações de linguagem*. Dessa forma, nos deparamos com a perspectiva interacionista e sociodiscursiva de Bronckart (1999), que utiliza a terminologia gênero de texto diferente do termo gênero do discurso oriundo de Bakhtin.

Apesar de Bronckart não tomar o gênero como unidade de análise, isso porque, para ele os gêneros procedem de atividades de linguagem de números ilimitados e, portanto, tal classificação não poderia ser feita com base em um único critério facilmente observável; ele defende que nos textos podem ser identificadas unidades linguísticas que traduzem a criação de mundos discursivos específicos, que poderão ser articuladas entre si por mecanismos de textualização e por mecanismos enunciativos, os *tipos de discurso* (BRONCKART, 1999, p. 149). Os *tipos de discurso* são classificados como: *interativo, teórico, relato interativo, narração*. Estes, são formas dependentes de um leque de recursos morfossintáticos de uma língua, são de número limitado e, portanto, podem ser formas constitutivas para uma classificação do gênero.

Outro elemento que auxilia na identificação e classificação dos gêneros é a noção de sequência apresentada por Adam (1992) aproveitada e reformulada por Bronckart (*apud* MEURER, 2005) ao considerar sequência como macroestrutura disponível simultaneamente na memória, que se desenvolve em formas possíveis de planificação dos conteúdos, que são distribuídas em seis tipos: *dialogal, descritiva, narrativa, explicativa, argumentativa e injuntiva*.

Concordamos com Machado (*apud* MEURER, 2005) ao afirmar, com base nos estudos de Bronckart, que os tipos de discurso e os tipos de sequência não seriam critérios exclusivos para classificar gêneros de texto. Entretanto, uma identificação dos tipos de discurso e sequências aliada a outros critérios, tais como: o contexto de produção, o conteúdo temático, entre outros, poderão ser determinantes na categorização de um gênero.

Como nossa proposta aqui, prioriza uma análise no âmbito dos estudos da referenciação, não nos prolongaremos na apresentação dos modelos de análise de textos e sua classificação como gênero. Todavia, reconhecemos e utilizamos o método de análise de texto, efetuado por Machado (*apud* MEURER, 2005) ao fazer uma releitura de Bronckart.

A parábola, então, vai ser classificada aqui, como um gênero textual, que apresenta como situação de ação de linguagem, uma estratégia comunicativa em construção, ou seja, ela tem como objetivo levar o seu interlocutor a construir um conceito moral que subjaz a esse texto.

O tipo de discurso produzido nas parábolas poderá ser em alguns casos essencialmente narrativo, devido à apresentação em maior recorrência das seguintes características: apresenta-se monologado, unidades que remetem ao caráter disjuncto-autônomo (o conteúdo temático verbalizado não é concomitante ao momento da produção do agente está na ordem do expor; não há uma explicitação do agente produtor, interlocutor e situação de espaço tempo), verbos no pretérito perfeito e imperfeito do indicativo (associados ao mais-que-perfeito e do futuro do pretérito), organizadores espaço temporais e frases declarativas. Como exemplo, constituinte desse tipo de discurso citamos a *parábola do Filho pródigo* (Lc. 15: 11-32).

As parábolas bíblicas também poderão apresentar um tipo de discurso de caráter relato interativo: apresenta-se monologado em situação de interação (real ou encenada), unidades que remetem ao caráter disjuncto-implicado (o conteúdo temático verbalizado não é concomitante ao momento da produção do agente está na ordem do expor; pode haver uma explicitação do agente produtor, interlocutor e situação de espaço tempo), organizadores temporais, adjetivos e pronomes que remetem a 1ª ou 2ª pessoa do singular ou plural, frases declarativas. Como exemplo, temos a parábola do *Bom Pastor* (Jo. 10:11-18).

Quanto ao tipo de planificação, relacionamos às seqüências aos tipos de discurso mencionados acima, vistos serem estes os mais recorrentes. Sendo assim, para as narrações e os relatos interativos, Bronckart (1999, p. 240) apresenta três modalidades que poderão ser alternadas e combinadas de múltiplas maneiras: *o script, a seqüência narrativa e a seqüência descritiva*. O script reflete a cronologia efetiva dos acontecimentos narrados. Nas seqüências narrativas e descritivas os acontecimentos são organizados em fases e sustentados por uma operação de caráter dialógico.

Em relação às escolhas lexicais, a parábola bíblica apresenta um texto, cujo léxico deve ser acessível a situação histórico social do leitor ouvinte da parábola, já que este deveria responder prontamente a conclusão moral que lhe seria imposto pelo contador da parábola. Segundo Locyer, estudioso teólogo de parábolas bíblicas, os homens não esqueceriam as parábolas, porque Jesus foi bastante sábio ao apresentar suas palavras de uma forma que fosse mais fácil e seguro para lembrar a narração (LOCYER, 1999, p. 150).

Em suma, podemos dizer que nosso estudo sobre a definição do gênero parábola, teve como objetivo enfatizar elementos relacionados à estrutura textual, a análise do texto em uma situação de ação de linguagem em detrimento de uma dimensão discursiva que focaliza o enunciado. Nosso intento em delimitar as metodologias de análise do gênero, é justamente para não flutuarmos no uso das terminologias. Sabemos que não temos como identificar e classificar todos os gêneros existentes em nossa sociedade. Mas, vemos ser relevante para os estudos da linguagem, sabermos como operar com as parábolas bíblicas, a partir de uma perspectiva de gênero de texto. Ressaltamos que os critérios aqui analisados são apenas algumas das formas que podemos utilizar para classificar o gênero parábola, e estas, foram relevantes para a análise do objeto em foco.

4. *Léxico e progressão referencial em parábolas bíblicas*

Segundo Locyer (1999) as parábolas bíblicas do *Novo Testamento* poderiam ser agrupadas da seguinte forma:

1º) as parábolas teocráticas ou didáticas, proferidas por Jesus na qualidade de Mestre ou Rabi aos discípulos. Estas teriam como propósito instruir e treinar;

2º) as parábolas evangélicas ou da graça, proferidas por Jesus em caráter evangélicos, que visam a alcançar os pobres;

3º) as parábolas proféticas ou de juízo, que proclamam as grandes verdades de governo e do juízo moral de Deus. Essa classificação para nós é interessante, uma vez que nos auxiliará na forma como iremos observar a construção e reconstrução dos objetos de discurso no interior dos textos por meio da referenciação.

Nossa análise teve como foco observar a relação do léxico e da progressão referencial. Nosso *corpus* se constitui de três parábolas do Novo Testamento, proferidas por Jesus como ensinamentos a seus fieis. São elas: parábola do grão de mostarda, parábola da árvore e dos frutos, parábola do joio, que serão vistas respectivamente pela análise do uso de anafóricos correferenciais sem recategorização por sinonímia ou parassinonímia; uso de anafóricos correferenciais sem recategorização por repetição total ou parcial e uso de anafóricos definidos e indefinidos.

5. *Uso de anafóricos correferenciais sem recategorização por sinonímia ou parassinonímia*

A retomada de um antecedente pode efetuar-se por meio de expressões sinônimas ou parassinônimas, que seriam expressões quase sinônimas (KOCH, 2005). Veremos como a escolha de expressões sinônimas irão constituir uma opção estilística do produtor do texto.

A parábola do grão de mostarda

Novamente ele disse: “Com que compararemos o *Reino de Deus*? Que parábola usaremos para descrevê-lo? É como um *grão de mostarda*, que é a menor *semente* que se planta na terra. No entanto, uma vez plantada, cresce e se torna uma das maiores plantas, com ramos tão grandes que as aves do céu podem abrigar-se à sua sombra”. (Mc. 4: 30-32)

Nessa parábola do *Grão de Mostarda* o “*Reino de Deus*” foi focalizado como um referente do mundo extramental, cujos atributos foram negociados no processo de referenciação desse *objeto de discurso*. Nesse caso, podemos observar que o *objeto de discurso* foi retomado por meio de expressões sinônimas como em: “*grão de mostarda*” e “*a menor semente*”. A utilização de sinônimos de implicação anafórica, de natureza correferencial, na retomada do referente, atribui um novo valor a ele:

É comum que um anafórico apreenda o referente sob uma denominação que constitui um sinônimo mais ou menos aproximado da designação presente no co-texto (parassinonímia), podendo trazer, inclusive, informações inéditas a respeito dele, justamente por designá-lo por outro nome [...] (KOCH, 2005).

Na parábola o “*Reino de Deus*” é categorizado como um grão de mostarda atribuindo um novo valor metafórico, que corresponde à propagação do evangelho que é semeado pelo Filho de Deus, e logo depois cresce com dimensões gigantescas, pois “*a menor semente*” vira uma grande árvore capaz de abrigar grandes aves. Entendemos que esse novo

valor é um fator argumentativo, pois assim, Jesus exemplifica a analogia do *Reino de Deus* com o *grão de mostarda*.

A seleção de termos que fazem parte do mesmo campo lexical garante a progressão referencial, portanto, a continuidade de sentidos no texto. Segundo Ingedore Koch “[...] A ativação de elementos componentes do mesmo esquema cognitivo, por meio da utilização de um mesmo campo lexical é responsável pela manutenção do tema ou tópico discursivo” (KOCH, 2009, p. 84). Na parábola, “*a menor semente*” mantém a ideia do tamanho diminuto do “grão de mostarda”. Ambos os termos fazem referência com o “*Reino de Deus*” caracterizando estratégias de negociação, marcadas sociocognitiva e historicamente, visto que, para ter o entendimento dessa parábola deve-se levar em conta o contexto histórico e social do texto, na época de Cristo.

Também é relevante observar que essa seleção lexical tem uma função expressiva, pois observamos que o gênero textual parábola, cujo viés é ensinar por meio de elementos simbólicos, de certa forma, poderá ser propício para utilização de léxico sinonímico: “A seleção lexical de um sinônimo adequado, para operar a remissão é, em grande parte, determinada pelo gênero textual e/ou pela variedade de língua utilizada podendo ainda constituir uma opção estilística” (KOCH, 2005, p. 265).

6. *Uso de anafóricos correferenciais sem recategorização por repetição total ou parcial*

Neste caso teremos anáforas com retomadas de antecedentes textuais feitas por meio de formas nominais, onde o núcleo desta poderá consistir na repetição total ou parcial do antecedente. Na parábola abaixo, podemos constatar que a repetição do termo *uma árvore* vai ser significativa, pois Jesus utiliza-se da analogia *árvore* e *frutos* para exemplificar o caráter do homem, no qual será ruim se a árvore for ruim e bom se a árvore for boa.

Parábola da árvore e dos frutos

Considere: *Uma árvore* boa dá fruto bom, e *uma árvore* ruim dá fruto ruim, pois *uma árvore* é conhecida por seu *fruto*. *Raça de víboras* como podem vocês, que são maus, dizer coisas boas? Pois a boca fala do que está cheio o coração. *O homem bom* do seu bom *tesouro* tira coisas boas, e *o homem mau* do seu mau *tesouro* tira coisas más. Mas eu lhes digo que, no dia do juízo, os homens terão que dar conta de toda *palavra* inútil que tiverem falado. Pois por suas palavras vocês serão absolvidos, e por suas *palavras* serão condenados (MT 12: 33-37)

A repetição parcial dos termos uma árvore nos primeiros períodos está em paralelo com a repetição dos termos o homem nos períodos posteriores. Dessa forma, poderíamos até considerar, ser a correferenciação por repetição parcial como uma estratégia de construção do sentido, observe que, a analogia árvore e homem será construída por essa repetição.

Outro fator a ser considerado é a repetição do termo *frutos*, já que este estará no mesmo nível de relação semântica com os termos *tesouro* e *palavras*. O homem que produz bons frutos possui um bom tesouro, pois o seu coração está cheio de coisas boas e ele falará coisas boas. Observe que, a transmissão desse ensino, torna-se mais fácil na forma alegórica como é contada. Essas repetições auxiliam em como o ensino moral que Jesus propunha vai sendo construído textualmente.

7. *Uso de anafóricos definidos e indefinidos*

Veremos que na parábola abaixo, as descrições definidas ou indefinidas terão uma função avaliativa, ou seja, “[...] vão trazer ao leitor/ouvinte informações importantes sobre as opiniões e crenças sobre o produtor do texto, auxiliando-o na construção de sentido” (KOCH, 2005, p. 269).

A parábola do joio

Jesus lhes contou outra parábola, dizendo: “*O Reino dos céus é como um homem que semeou boa semente em seu campo. Mas enquanto todos dormiam, veio o seu inimigo e semeou o joio no meio do trigo e se foi. Quando o trigo brotou e formou espigas, o joio também apareceu.*”

Os servos do dono do campo dirigiram-se a ele e disseram: “O senhor não semeou boa semente em seu campo? Então, de onde veio o joio?”

“Um inimigo fez isso”, respondeu ele.

Os servos lhe perguntaram: “O senhor quer que o tiremos?”

Ele respondeu: “Não, porque, ao tirar o joio, vocês poderiam arrancar com ele o trigo. Deixem que cresçam juntos até a colheita. Então direi aos encarregados da colheita: juntem primeiro o joio e amarrem-no em feixes para ser queimado; depois juntem o trigo e guardem-no no meu celeiro”. (Mt 13: 24-30)

A progressão dos objetos de discurso nos permite chegar a uma construção de sentido do texto como um todo. Essa parábola tem como temática a mistura do *mal* com o *bem*, que vão ser categorizados como o *trigo* e o *joio*. Note que, nesse contexto, as descrições definidas (Det +

nome) *o joio e o trigo* apresentam propriedades avaliativas: o bem ou o mal.

As descrições definidas *o Reino dos céus, Os servos, o senhor, o seu inimigo*, vão trazer informações importantes para a compreensão do ensinamento que Jesus queria demonstrar. *Os servos* poderão ser representados por aqueles que farão parte do Reino dos céus, ou seja, os filhos de Deus. Isso porque, partimos do pressuposto que o termo *o senhor* estará se referindo ao próprio Jesus, que seria o *dono do campo*, neste caso, *campo* significa a Igreja, e, portanto Jesus, o senhor dos servos. Jesus, *o senhor*, orientará aos seus *servos* em como será a colheita, sendo que o joio (os maus) será queimado e o trigo (os bons) guardado no celeiro. Neste caso podemos entender que a descrição definida *O Reino dos Céus* vai ser retomada pela expressão *celeiro*. A expressão *o seu inimigo* faz referência ao Diabo, já que este é representado no contexto bíblico como o inimigo de Jesus e da sua igreja. É interessante notar que, primeiramente, no texto, a referência ao inimigo aparece de forma definida *o seu inimigo*. Sendo depois retomado pela descrição indefinida *um inimigo*. Essa análise nos possibilitou a entender que *um homem*, mencionado logo no início do texto, refere-se a Jesus, que é quem planta *a boa semente*, em seu campo a Igreja. O uso proposital da expressão indefinida *um homem* cria não só um efeito de suspense em relação ao referente, mas também, o efeito de ocultar o referente. Ou seja, Jesus falava por meio de parábolas, não só porque era de fácil entendimento para as pessoas, mas porque também, não eram todos que poderiam ouvir e entender o que Ele estava falando. É bom lembrarmos que no contexto dessa parábola, Jesus ainda, não tinha se manifestado para as pessoas como o Filho de Deus e salvador. Ele teve todo um cuidado para falar sobre as profecias divinas, principalmente, em relação ao reino dos céus, para não correr o risco de ser pego pela acusação dos fariseus.

Sendo assim, fechamos o quebra-cabeça dos termos alegóricos presentes na parábola e chegamos a uma construção de sentido coerente a partir da progressão dos objetos de discurso.

8. Considerações finais

Analisar a correlação e implicação do léxico e da progressão referencial na reconstrução de objetos de discurso, em parábolas bíblicas, nos fez ver a importância do léxico no âmbito dos estudos sobre referencialização, e na construção de sentido do texto. Percebemos que a seleção lexi-

cal nas formas nominais de implicação anafórica pode atuar como um importante mecanismo de referenciação, trazendo informações de caráter avaliativo ou informacional para a construção de sentido desses textos sagrados.

Sabemos que, no contexto atual, os textos bíblicos são sobrepostos a diversas interpretações, muitas vezes, incoerentes com o contexto original que lhe é proposto. Portanto, nosso estudo teve como uma das potenciais vantagens descortinar esse cenário nebuloso das interpretações bíblicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA Brasileira de Letras. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2008.

ADAM, J.-M. *Les textes: types et prototypes*. Paris: Nathan, 1992.

BRONCKART, J.-P. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: Educ, 1999.

COMFORT, Philip Wesley. *A origem da Bíblia*. Rio de Janeiro: CPAD, 1998.

FIGUEIREDO, M. F. A competência metagenérica na leitura de textos bíblicos. *Web-Revista Discursividade: Estudo Linguísticos*, v. 5, p. 1-10, 2009. Disponível em:

<<http://www.discursividade.cepad.net.br/edicoes/05/5.htm>>. Acesso em: 23-10-2012.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. Léxico e progressão referencial. In: RIO-TORTO, Graça Maria; SILVA, Fátima; FIGUEIREDO, Olívia Maria. (Orgs.). *Estudos em homenagem ao professor doutor Mário Vilela*. 1. ed. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, v. 1, p. 263-276.

LOCYER, Herbert. *Todas as parábolas da Bíblia*. São Paulo: Vida, 1999.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. B. R.; BEZERRA, M. B. A. (Orgs.). *Gêneros textuais & ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola, 2005. p. 208-236.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referência. In: CAVALCANTI, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Orgs.). *Referência*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-51.

SANT'ANNA, Marco Antônio D. *O gênero da parábola*. São Paulo: UNESP, 2010.

**YLÊ AYÊ⁴⁵ ORUM UBUNTU:
BEBENDO DAS FONTES DA AFRICANIDADE**

Jose Geraldo da Rocha (UNIGRANRIO)
rochageraldo@hotmail.com

Cristina Conceição da Silva (UERJ)

Gabriela Girão de Albuquerque (UNICAMP)
gabriela.albuquerque@unigranrio.br

1. Introdução

O presente artigo objetiva articular as terminologias, proferidas pelos africanos com vistas à criação de possibilidades de construir um modo diferente de estar no mundo, realçando valores e concepções que foram ficando relegados no processo histórico da sociedade brasileira.

Logo, nos deteremos a observar a força das palavras para os povos do continente africano e que, por conseguinte fazem parte da sociedade brasileira, as palavras que neste artigo vamos abordar estão relacionadas ao universo religioso dos povos africanos, como também representam lições de solidariedade, respeito e fraternidade.

Tendo em vista que a palavra representa a passagem de experiência, dentro de um grupo, o que afiança a sobrevivência dos mesmos, são as palavras que transitam por toda uma vivência que orienta esse vai e vem dialético, onde a vivência ecoa na palavra, onde essas uma vez ditas repercutem na vivência do grupo.

Assim sendo buscaremos através das palavras *ilê*, *Aiê*, *Orum*, *Ubuntu*, todas de origem africanas, suas forças dentro de um grupo e sua representatividade para os mesmos, trazendo em pauta as questões místicas e lendárias que envolvem, essa estrutura fonológica tão diferente da língua portuguesa. Mostrando que nenhuma palavra é neutra e que todas vêm carregadas de uma história e que a fonte oral para os povos oriundos da África é de uma riqueza imensurável. E que esta fonte nos abastece de conhecimentos e nos permite discutir nos espaços acadêmicos fatos e representações expressivas que estão relacionadas aos significados das palavras dos povos africanos.

⁴⁵ Nesta edição, foi feita a atualização ortográfica. [NE]

Neste sentido compreendemos que ao estarmos abertos a discutirmos o legado fonológico dos povos africanos, estaremos proporcionando a disseminação de suas palavras e significados, de forma que possamos contribuir com os aspectos relacionados à riqueza proporcionada pela diversidade étnica existente no mundo contemporâneo.

2. *A força das palavras na cultura africana*

África, berço da humanidade. Os estudos recentes têm demonstrado a relevância do continente africano na formação da humanidade. Não só é a África berço da humanidade, mas para muitos países e até mesmo continentes inteiros, ela representa uma fonte inesgotável de onde é possível e necessário beber. No caso particular do Brasil, a sede do povo brasileiro não consegue desvincular a trajetória do país das raízes da África. Beber dessa fonte em suas múltiplas dimensões e nos seus variados sentidos e significados e afirmar a própria identidade de nação.

Quero beber das águas da mãe África!
Sou filho de lá, e sem suas águas não posso ficar!
Quero beber das águas da mãe África
Estou nas terras da cá, mas tenho certeza sou da África.
África mãe, fonte de águas. África mãe, águas da fonte
África mãe, beber de ti minha África, é meu horizonte

(Rocha, 2013)

A palavra tem sentido, a palavra tem força. A palavra é a fonte da oralidade nas culturas africanas.

As contribuições do continente africano para o Brasil estão para o povo brasileiro como a água da fonte está para o caminhante sedento que caminha nas estradas da vida. Beber das águas que nascem das fontes africanas é alimentar e regar um conjunto de valores que subjaz na raiz da formação de nossa gente. Alguns termos das línguas africanas, vez por outra são inseridos na cotidianidade da vida em função do cordão umbilical que garante a conectividade entre Brasil e África. São termos carregados de significados, muitas vezes uma verdadeira filosofia de vida, a ser ensinada e aprendida na história da humanidade. São essas palavras, segundo Barros (2007), que permitem a transferência de experiência, dentro de um grupo, o que garante a sobrevivência dos mesmos, são as palavras que transitam por toda uma vivência que orienta esse vai e vem dialético, onde a vivência ressoa na palavra, onde essas uma vez ditas repercutem na vivência do grupo. Trata-se de palavras especializadas na

transferência espaço-temporal de experiência de grupo e se inscrevem na trajetória da vida dos mesmos. E essas se constituem de conjunto de tradição oral, embora concebidas no anonimato, os textos orais se apresentam sempre como palavras densas adequadas à vida do grupo, à de ontem, à de hoje e à de amanhã. (BARROS, 2007)

Neste universo das palavras, o primeiro termo por nós aqui abordado é *ilê* – Termo que, na língua iorubá significa casa. É nela que tudo começa no processo de interação entre as pessoas. Os primeiros ensinamentos, os mais ternos gestos de carinho, dedicação, convivência, crescimento, transmissão de saberes. É a morada dos indivíduos. O recanto seguro para o desenvolvimento humano, desenvolvimento do caráter, assimilação dos valores, da ética. No Brasil esse termo ficou restrito à designação do espaço de realização das cerimônias religiosas. *Ilê* passou a ser sinônimo de terreiro, que, por sua vez, passou a significar o barracão onde acontecem os cultos religiosos de matrizes africanas. Obviamente, em virtude dos processos de discriminação, foi perdendo o seu alcance terminológico e sua significância. Herdamos a palavra, o termo, mas restringimos o seu significado. Ao proferir o termo, este já é concebido envolto em uma pejoratividade tamanha que oculta a realidade que o mesmo encerra: um jeito de zelar pelo humano que habita o *ilê* situado no *aiê* sob o *orum*. Aqui reside a possibilidade de construção da harmonia da humanidade. Ao recebermos alguém em nossa casa, para que a pessoa se sinta bem, costumamos dizer a elas “sinta-se em casa”. Isto é, fique à vontade como se voce estivesse em sua própria casa. Estar na sua própria casa é sinônimo de ficar à vontade. E isso é de fundamental importância no processo de zelar pela vida. É corrente também, em um mundo de tantas correrias, o desejo de voltar para casa que acomete cada um. Não raras são as vezes que entramos em casa e respiramos aliviados. “Ufa, até que enfim em casa”! O corpo cansado, muitas vezes quase dilacerado, encontra na casa o lugar de descanso, repouso, tranquilidade e paz. A busca desse sentido profundo do termo *ilê*, presente na africanidade implica associá-lo ao segundo termo: *Aiê*. Em princípio o termo significa terra. Daí ser os humanos, os filhos do *aiê*. São os filhos do *aiê* que levantam seus *ilês* para construir relações, vidas e sonhos. Em sua compreensão mais abrangente, por obra de *Olorum*, vive e deve conviver em harmonia com o *aiê*, pois é o lugar onde são construídas suas casas. Ademais, é intrínseco à natureza humana, sintonizar e harmonizar-se com a terra e tudo o que nela repousa, corre, desenvolve sobre ela, dentro dela ou abaixo dela. O *ilê* e o *aiê* vão tornar-se realidades indissociáveis na perspectiva africana de realização do ser humano. Lugar de vivenciar

e compartilhar a energia vital, também, denominada de Axé, entendido aqui como força vital que dá vida a todas as coisas, presente especialmente em objetos ou seres sagrados, também nome de objeto sagrado. Essa energia, do ponto de vista da religiosidade, expressa força espiritual cujo espaço privilegiado de sua comunicabilidade é o terreiro. Segundo Beniste,

ao ser escolhido o espaço onde será erguido um candomblé, os senhores do invisível, donos do espaço são devidamente reverenciados, assim como a terra é devidamente consagrada através de um ritual específico. Faz-se uma abertura no solo para nele serem depositados os mesmos elementos com que são consagradas as pessoas quando de sua iniciação [...] o templo é símbolo do espaço sagrado (BENISTE, 2008, p. 26-27)

O ilê deve ser um espaço de colaboração e partilha. É importante que as pessoas dentro da casa sintam que as suas opiniões e ideias têm alguma importância para a comunidade. Se for verdade que duas cabeças pensam melhor do que uma, então um ilê é o melhor exemplo disso, mesmo sacerdotes e sacerdotisas intelectualmente reconhecem que é assim que funciona a lógica o ilê.

Então como podemos observar a palavra ilê vem carregada de significados que não só compreendem o espaço físico, mas também uma forma de se conceber a vida e o compartilhamento dentro de um grupo de religiosos de matriz africana.

3. *A força do Orum o espaço infinito de Olorum expressadas no contexto religioso*

A articulação do ilê com o aiê se dá sob o Orum. Segundo a tradição da cultura iorubá, tal terminologia é empregada para designar o céu. Daí que, em iorubá, o Deus do Céu é chamado de Olorum. Esse é o Deus único e criador de tudo.

Reza uma história africana, originária de Ketu, que no início de tudo havia o Orum, o espaço infinito, e lá vivia o deus supremo Olorum. Certo dia, Olorum criou uma imensa massa de água, de onde nasceu o primeiro orixá: Oxalá, o único capaz de dar vida. Olorum mandou Oxalá partir e criar o aiê, o mundo. Só que Oxalá não fez as oferendas necessárias para a viagem e enfrentou sérios problemas no caminho⁴⁶ (A cor da cultura)

⁴⁶ Cf. MOJUBÁ. Disponível em: <http://www.acordacultura.org.br/mojuba/orixa/ponte-entre-o-orum-e-o-aiy%C3%AA>. Acesso em: 16-04-2013.

Tudo o que existe no orum, foi criado por Olorum e foi concebido para viver e relacionar de modo harmônico na concepção das culturas africanas. O céu, representado em forma de concha virada para baixo nessa concepção cultural, emborca-se sobre a terra, outra metade do mundo também em forma de concha mas virada para cima como que formando com o céu duas abóbadas. No íngético das representações parece que um cuida do outro, ao mesmo tempo em que um complementa o outro. E nesse “jogo” de complementariedade encontra-se mergulhada a humanidade. Hora protegida pela terra, hora pelo céu e quase sempre pelas duas realidades.

E neste contexto entre a criação do mundo, entre céu e terra a letra do samba da Beija Flor de Nilópolis em 1978, faz uma leitura poética acerca da criação do mundo

Olorum senhor do infinito! Ordena que Obatalá⁴⁷
Faça a criação do mundo
Ele partiu desprezando bará⁴⁸
E no caminho adormecendo se perdeu...Odudua⁴⁹.
A divina senhora chegou
E ornada de grande oferenda;
Ela transfigurou
Cinco galinha d'angola e fez a terra
Pombos brancos criou o ar
Um camelão dourado transformou em fogo
E caracóis no mar
Ela desceu por cadeias de prata
Em viagem iluminada
esperando Obatalá chegar
Ela é a rainha ele e rei e vem lutar...

(Neguinho da Beija Flor, Mazinho e Gilson – intérprete– Neguinho da Beija Flor – LP Sambah de Enredo das Escolas de Samba do Grupo A – Gravadora Top Tape, faixa 8)

É neste universo místico lendário que os termos, somente usados por seguidores dos cultos afros, é que personagens lendários explicam a criação do universo e todas as dádivas existentes nele, assim sendo Obatalá é um orixá que afirma que a fêmea nasceu no mar e o macho na terra e essa união formou a espécie humana. E que Olorum foi um rei africano valoroso que viveu cerca de 2000 anos antes de cristo, e que seu nome de

⁴⁷ O Grande rei pai de todos (oxalá).

⁴⁸ Orixá relacionado as forças energéticas

⁴⁹ O grande senhor do Ylê

batismo era Nimrad, ele não conhecia limites territoriais e assim dominou muitos reinos, o nome Obatalá, foi adotado por ele cultuar uma divindade de nome Odúa, e esta seria a representação feminina da criação, ou seja, aquela que tem o poder de gestação. Na tradição iorubá, os orixás são entidades sobrenaturais, forças da natureza emanadas de Olorum, uma das divindades da criação. Guiam a consciência dos vivos e protegem as atividades de manutenção da comunidade. Ainda nesse mundo místicos de explicações do universo através dos termos temos Bará, um ser que estabelece a extensa ligação dos seres humanos com a natureza.

É esse modo de ver a criação do mundo, através de uma visão místicas e até mesmo poética que os nossos ancestrais do continente africano explicam a nossa relação com o universo que atuamos como seres humanos. Os povos africanos produziram uma infinidade de mitos sobre a criação do mundo e as forças espirituais. Isso porque a necessidade de explicar o mundo em que vivemos através das palavras, é praticamente tão antiga quanto à própria humanidade.

É nesse jogo de explicar o mundo que a oralidade na vida do negro se faz presente ao longo da existência humana, tendo em vista que sua cultura pouco importou em um mundo eurocêntrico, a partir de algumas décadas atrás é que esse universo de jogo de palavras e terminologias veem ganhando espaço no mundo das escritas.

E assim Mãe Beata explica em entrevista a Passos, 2007p.105

A palavra é o nosso fogo. Nosso axé. Sem ela não somos nada. Por isso é a oralidade que ensina. A oralidade é o fundamental, foi com ela que chegamos até aqui. A vida inteira eu mantive meu axé através da palavra. Só comecei a publicar agora, a escrita vem para complementar isso. Imagina se nós negros tivéssemos dependido da escrita para não perder nossa fé, nossa cultura, nossa história? A abolição não garantiu nosso direito de ler e escrever. Sobrevivemos graças à nossa oralidade. Mas mesmo na escrita, a palavra tem que ser carregada de axé e da nossa história, se não se perde e o candomblé nunca vai ser perder. Por isso precisamos contar e nos contar.

Logo, como revela Bakhtin (2002), ao defender que nenhuma palavra é neutra e que toda ela vem carregada de uma história e de experiência social e que ela é sempre fruto da expectativa daquele que exprime em torno de seu grupo social. Assim sendo Bakhtin destaca que a palavra é carregada de intenções e de tensões.

Neste sentido o contexto em que se encontram as palavras expressadas pela comunidade do candomblé, que acontece através da oralidade é que um texto escrito se diferencia, pois no contexto religioso suas his-

tórias passam através da oralidade, logo, o contexto escrito, muitas vezes não obedecem a lógica da língua negro-africana, pois se faz necessário termos especiais para descrever suas mestiças histórias, que consiste em informações sobre as lendas dos orixás.

4. Ubuntu termo rico em simbologia na concepção africana

É nesse contexto que Ubuntu ganha relevância e sentido. Aqui o termo torna-se mais uma fonte de água cristalina a ser descoberta e disponibilizada na caneca de cada indivíduo e ou coletividade que habita o aiê. Trata-se de um termo extremamente rico em sentido e simbologia, mas que nossos determinismos culturais acabaram tornando sua compreensão tão distante. O famoso “penso, logo existo” proferido por Descartes, onde a existência do ser humano está condicionada ao pensamento, é aqui na “filosofia ubuntu” contraposto por algo eminentemente diferenciado, “sou por que vós sois”.

Enquanto Descartes afirmava “cogito ergo sum” – penso logo êxito, como forma de estabelecer os fundamentos do conhecimento, no universo de uma epistemologia afro, à luz do ubuntu tal afirmação seria modificada pelo “sou porque vós sois”. O fundamento do conhecimento está no sentido da existência, não está no pensar. E o sentido da existência está no relacionar-se. Ora, do ponto de vista filosófico, isso encerra uma enorme riqueza presente numa matriz cultural na sociedade. Entretanto para que isso se torne algo a ser partilhado nos espaços privilegiados de produção de conhecimento, necessário se faz um redimensionamento da inclusão presencial e relacional da diferença.

A sociabilidade é a conseqüência imediata das faculdades mais ligadas ao ser do homem, que são: o conhecimento, a corporeidade, a linguagem, a liberdade e o amor. O conhecimento põe-no em contato com todo o mundo que o circunda, particularmente com o mundo humano. A linguagem permite-lhe trocar com os outros as suas idéias próprias, os próprios sentidos, os próprios projetos. O corpo dá lhe a possibilidade de trabalhar, jogar, divertir-se etc. junto com os outros. O amor e a liberdade colocam-no à disposição para dar-se aos outros e para fazê-los participantes das próprias coisas e do próprio ser. (MONDIN, 2005, 170-171)

É uma lógica diferente, fundada na relação. A minha existência existe por que o outro existe. Essa é a dinâmica do termo Ubuntu. Assim se referia o Bispo Anglicano Negro da Africa do Sul sobre o conceito de Ubuntu:

Ubuntu é um conceito que temos em nossas línguas bantu em casa. Ubuntu é a essência de ser uma pessoa. Isso significa que somos pessoas através de outras pessoas. Nós não podemos ser plenamente humano sozinho. Nós somos feitos para a interdependência, que são feitas para a família. Quando você tem o Ubuntu, você abraça os outros. Você é generoso, compassivo. Se o mundo tivesse mais ubuntu, não teríamos a guerra. Nós não poderíamos ter esta enorme lacuna entre os ricos e os pobres. Você é rico, de modo que você pode fazer o que está faltando para os outros. Vocês são poderosos, de modo que você possa ajudar os fracos, assim como uma mãe ou um pai ajuda os filhos. Este é o sonho de Deus. (Desmond Tutu)

Essa compreensão é muito difícil quando nossos referenciais estão pautados nas culturas européias. A título de exemplificação destacamos um pequeno texto que circula nas redes sociais falando sobre um pesquisador em meio a um povo que tem ubuntu.

Contam que um antropólogo estava estudando os usos e costumes de uma tribo da África chamada Ubuntu e, quando terminou seu trabalho, teve que esperar pelo transporte que o levaria até o aeroporto de volta pra casa. Sobrava muito tempo e ele resolveu propor uma brincadeira para as crianças, que achou ser inofensiva. Comprou uma porção de doces e guloseimas na cidade, botou tudo num cesto bem bonito com laço de fita e tudo e colocou debaixo de uma árvore. Ele chamou as crianças e combinou que quando ele dissesse "já!", elas deveriam sair correndo até o cesto e, a que chegasse primeiro, ganharia todos os doces que estavam lá dentro. As crianças se posicionaram na linha demarcatória que ele desenhou no chão e esperaram pelo sinal combinado. Quando ele disse "Já!", instantaneamente todas as crianças se deram as mãos e saíram correndo em direção à árvore com o cesto. Chegando lá, começaram a distribuir os doces entre si e a comerem felizes. O antropólogo foi ao encontro delas e perguntou por que elas tinham ido todas juntas se uma só poderia ficar com tudo que havia no cesto e, assim, ganhar muito mais doces. Elas simplesmente responderam: "Ubuntu", tio. Como uma de nós poderia ficar feliz se todas as outras estivessem tristes? (Projeto África de todos nós⁵⁰)

O termo ubuntu, segundo Nogueira, 2007 abarca, compõe e regula várias comunidades africanas bantúfonas. Todavia é importante salientar as bases racistas, os processos históricos e as implicações da escravização impetrada por árabes e europeus de povos negro-africanos a partir do século VIII que provocaram a diáspora. As migrações de povos negro-africanos na qualidade de pessoas escravizadas inicialmente para o próprio continente europeu e, em seguida, para colônias européias, fato que aconteceu entre os séculos IX e XIX. Além das relações entre elites européias e classes dirigentes da elite africana, estabeleceram relações as-

⁵⁰ Disponível em: <<http://projetoafricadetodosnos.blogspot.com.br/2011/07/ubuntu-uma-licao-facil-de-aprender.html>>. Acesso em: 16-04-2013

simétricas que foram decisivas no estabelecimento do modelo europeu de Estado– Nação e subdesenvolvimento dos países africanos no cenário mundial.

Mesmo diante da afrodiáspora, de acordo com Nogueira(2007) as sociedades falantes de idiomas do tronco linguístico bantu compartilham a noção de que a comunidade dimensões: relacionadas aos ancestrais, os vivos e os que ainda não nasceram. A ética deve levar em consideração essas dimensões. Se a materialização de uma pessoa está sempre na interação com todas as outras pessoas. É imperativo levar em conta os ancestrais e os que estão por vir. No idioma swahili existe um princípio chamado *kuumba*, a palavra significa, literalmente, criatividade. O que, em termos de princípio, remete a competência de criar, inventar e usar toda nossa aptidão para deixar tudo os legados de nossos ancestrais – a comunidade, os bens, o meio ambiente e toda a cultura – mais belas, belos, confortáveis e funcionando adequadamente para os que virão.

O provérbio Gikuyu, *Kiumuhu gitruagwo* (a avareza não alimenta) diz muito da perspectiva ubuntu e pode facilmente ser associado à moral ubuntu, porque se a realização de uma pessoa passa pelas outras, significa que a capacidade de partilhar com as outras é fator indispensável na construção individual. Neste sentido, a bondade é exaltada num sentido cada vez menos convencional, não se trata de ofertar, doar recursos ou fazer das outras pessoas um objeto da caridade individual. Mas, significa trabalhar junto e fazer do resultado dos esforços um campo vasto para movimento e proveito de todas as pessoas. Em outros termos, num sentido afroperspectivista, não ser mesquinho é compreender que o resultado de um trabalho individual nunca é realmente obra de uma pessoa; mas, sempre contou com a participação direta e indireta de outras pessoas. Portanto, o valor das coisas precisa ser compartilhado para reconhecermos as diversas faces de nossa existência junto com os outros. A esta causa se dedica o termo Ubuntu.

5. *Considerações finais*

Considerando que as palavras transmitem a vivência e a história de um grupo, nos debruçamos através deste artigo nas terminologias que para os nossos irmãos africanos representam fé, esperança solidariedade e que explicam o universo, tal qual se apresenta. Assim sendo, observamos que a oralidade tão presente na vida desses povos oriundos do conti-

nente africano, tem uma força tão expressiva quanto a escrita para o homem eurocêntrico.

Logo, o presente texto nos sugere inúmeras possibilidades de análise no contexto que envolve o universo das palavras, assim sendo beber das fontes de africanidades não é algo que se consegue apenas no âmbito da pesquisa científica. Pode ser também isso, mas vai além! É reeducar-se para redimensionar valores, reconhecer e assimilar novas concepções de vida, de práticas solidárias, de jeitos de estar no mundo, de modos de gostar e dirigir a vida. Ubuntu como fonte de água a ser bebida ensina a dimensão da realização por meio da coletividade. Não sou nada sem que o outro seja também e não faz sentido a competição para ter mais se o outro não puder ter também. A minha felicidade não se dá no campo da individualidade, como nos faz buscar as sociedades capitalistas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁFRICA de Todos Nós. *Ubuntu, uma lição fácil de aprender, melhor ainda de viver*. Disponível em:

<<http://projetoafricadetodosnos.blogspot.com.br/2011/07/ubuntu-uma-licao-facil-de-aprender.html>>.

BARROS, Elizabeth Umbelino de. *Línguas e linguagens do candomblé da nação angola*. São Paulo: USP, 2007.

BARROS, José Flávio Pessoa de. *Na minha casa: prece aos orixás e ancestrais*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2002.

BENISTE, José. *Mitos Yorubás. O outro lado do conhecimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

BENJAMIN, Roberto. *A África está em nós: história e cultura afro-brasileira*. João Pessoa: Grafset, 2006.

FRISOTTI Heitor. *Comunidade Negra – Evangelização e Ecumenismo*. Caderno de pesquisa 1, Salvador: 1992.

MOJUBÁ. *A ponte entre o orum e o aiyê*. Disponível em:

<<http://www.acordacultura.org.br/mojuba/orixa/ponte-entre-o-orum-e-o-aiy%C3%AA>>.

MONDIN, Battista. *O homem, quem é ele?* Elementos de antropologia e filosofia. 12. ed. São Paulo: Paulus, 2005.

NOGUERA, Renato. *Ubuntu como modo de existir*: elementos gerais para uma ética afroperspectiva. *Revista da ABPN*, v. 3, n. 6, nov. 2011-fev. 2012, p. 147-150.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PASSOS, Stela Guedes Caputo Mailsa. Cultura e conhecimento em terreiros de candomblé: lendo e conversando com Mãe Beata de Yemonjá. Universidade do Estado do Rio de Janeiro Rio de Janeiro. *Currículo sem Fronteiras*, v. 7, n. 2, p. 93-111, jul./dez.2007

ROCHA, José Geraldo da. *Teologia e negritude*: um estudo sobre os agentes de pastoral negros. Santa Maria: Pallotti, 1998.

_____. (Org.). *Diversidade & ações afirmativas*. Rio de Janeiro: CEAP, 2007.

SILVEIRA, Renato. Dossiê África reinventada. Do calundu ao candomblé. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 1, n. 6, dez. 2005.

SODRE, Muniz. *O terreiro e a cidade*: a forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes, 1988.

VERGER, Pierre Fatumbi. *Orixas*: Deuses iorubás na África e no Novo Mundo. Salvador: Corrupio Edições e Promoções Culturais, 1981.

A TERRA PROMETIDA: UMA METÁFORA DESLOCADA

José Severino da Silva (UNIGRANRIO)

cap.prof_jose@yahoo.com.br

Idemburgo Pereira Frazão Félix (UNIGRANRIO)

professorifrazao@uol.com.br

Jacqueline de Cássia Pinheiro Lima (UNIGRANRIO)

1. Considerações iniciais

Não falo aqui de uma diáspora hebraica, mas de uma diáspora interna, de um deslocamento migratório dentro do próprio território, estes sujeitos sofreram outras angustias e tristezas, neste caso, não foi escravidão tampouco perseguição, foi a fome, a seca, a miséria. A este deslocamento dou o nome de diáspora nordestina. Muitos se deslocam em busca de uma terra fértil, abundante e produtiva e neste lugar se aporta descarregando sonhos, promessas, tristezas, esperanças que por muito tempo alimentou suas entranhas, ambições básicas de sobrevivência. Este lugar, longe de tudo, de suas raízes culturais do seu “locus” com o passar do tempo vai moldando, se ajustando, lapidando e formatando este sujeito ora forasteiro, ora andarilho, ora navegante, ora migrante, ora nordestino, ora parte integrante desta metáfora deslocada. A terra, o campo ou a roça é o lugar da plantação, da colheita e da conservação que produz e reproduz cultura. Essa terra traçada, rebolida, mexida, depois de semeada e cultivada é responsável pela disseminação de produtos culturais que circulam regiões e territórios aonde a diversidade cultural ainda não chegou efetivamente, mas com o passar do tempo ela se torna parte integrante da culinária local e da própria cultura material e simbólica. Essa “terra é prometida” quando se torna possível o sucesso da colheita no final de cada rotação e quando isso não acontece, os sertanejos buscam uma Nova Canaã a “terra prometida” onde ‘há leite e mel’. “Se o Senhor nos for propício, introduzir-nos-á nela e no-la dará; é uma terra onde corre leite e mel” (Nm 14:8). A expressão “terra onde corre leite e mel” quer dizer um local fértil, rico, abençoado e abundante em alimentos e oportunidades. Os nordestinos que não deixam sua gente, sua terra, sua cultura, apenas se deslocam em busca de oportunidades, não são forasteiros, pois não estão fugindo de ninguém, apenas da fome, da seca, da sede e da pobreza, estes são, migrantes.

Apesar do crescimento industrial e comercial que vem transformando o nordeste brasileiro, a partir do início da última década deste sé-

culo, o processo migratório ainda se dar por conta de questões não resolvidas, e uma delas é o processo de desertificação que a cada ano vem aumentando. Este fenômeno vem contribuindo para que parte dos moradores do agreste e do sertão nordestino deixem suas casas e se desloquem para a região sudeste onde já se encontram amigos e familiares migrantes.

2. *O pau de arara*

Este termo “*pau de arara*” tem vários significados, dentre eles

[...] o pau de arara era uma estrutura metálica desmontável, [...] constituído de dois triângulos de tubo galvanizado em que um dos vértices possuía duas meias-luas em que eram apoiados e que, por sua vez, era introduzida debaixo de seus joelhos e entre as suas mãos que eram amarradas e levadas até os joelhos.⁵¹

O pau de arara também tem sua origem no costume de se amarrar aves, para a venda nas feiras livres, numa vara, onde elas ficam penduradas para o transporte, prática muito utilizada também no comércio ambulante no interior do nordeste. Mas neste caso, o pau de arara representa um caminhão com uma carroceria de madeira usada como transporte pessoal, muito utilizado ainda hoje na área rural transportando alimento e pessoas para as feiras.

Mesmo em plena globalização onde os meios de transporte são mais rápidos, o sofrimento de quem deixa sua terra e seus familiares ainda é muito visível. A tristeza de deixar para trás tudo o que construiu ao longo da vida continua marcando este sertanejo ora nordestino ora sudestino. A memória é resgatada e guardada a sete chaves, a poesia alimenta sua alma, o cordel preserva sua história, o trabalho é o seu principal lema e seu maior sonho é um dia voltar ao seu torrão. Veja a letra da música o último pau de arara de abaixo:

⁵¹ José Milton Ferreira de Almeida, 31 anos, engenheiro, Rio; auto de qualificação e interrogatório, 1976: BNM nº 43, V. 2º, p.421 a 430. Retirado do livro Brasil: Nunca Mais / Cardeal Arns, 1986.

Último pau de arara

(Fagner)

A vida aqui só é ruim
 Quando não chove no chão
 Mas se chover dá de tudo
 Fartura tem de montão.

Tomara que chova logo
 Tomara, meu Deus, tomara
 Só deixo o meu Cariri
 No último pau de arara
 Só deixo o meu Cariri
 No último pau de arara.

Enquanto a minha vaquinha
 Tiver o couro e o osso
 E puder com o chocalho
 Pendurado no pescoço

Vou ficando por aqui
 Que Deus do céu me ajude
 Quem sai da terra natal
 Em outro canto não para
 Só deixo o meu Cariri
 No último pau de arara
 Só deixo o meu Cariri
 No último pau de arara

Estes migrantes buscam na fé a resistência para não ter que deixar sua história, seus hábitos e seus costumes. “*Tomara que chova logo / Tomara, meu Deus, tomara*” esta frase representa um pedido, um grito, um socorro, pois já há mais forças e condições para suportar a dor de ver o pouco que se tem se perder. A questão climática tem sido ao longo das últimas décadas responsável por tantos deslocamentos, a ausência do Estado e de políticas pública tem também contribuído e massacrado o povo do agreste e do sertão nordestino. Nos versos “*Só deixo o meu Cariri / No último pau de arara*” a resistência está presente, pois é esta característica é muito e tem freado ainda mais o deslocamento em direção as grandes cidades.

A resistência física e a fé do povo nordestino é uma marca. Desistir não é uma tarefa fácil, o nordestino transita na pós-modernidade sofrendo esse mal-estar sem perceber que ao passar por um processo difícil e sofrido permite também que parte de sua cultura e tradições sejam disseminadas e agregadas a outras culturas locais e inter-regionais possibilitando o reconhecimento e aceitação de culturas de diferentes num espaço onde a diversidade é muito presente. Essa experiência única também

agregada a sua identidade possibilita ao nordestino um olhar mais crítico a respeito da formação identitária de sua gente, de sua nação ancorada no tripé cultural.

3. *A migração*

A migração nordestina em direção ao sudeste data de 1945. Neste período histórico chegam ao Rio de Janeiro em cima dos caminhões chamados, pau de arara, retirantes nordestinos. Aqueles que não desceram para a Baixada Fluminense se aportaram no campo de São Cristóvão, estes migrantes deixaram suas terras, gados, cachorros, gatos, galinhas e parte dos familiares fugindo da seca e da fome que assolava o agreste e o sertão nordestino, em sua maioria vinham para trabalhar na construção civil. Em seu deslocamento trouxe suas manifestações culturais, hábitos, música, culinária, tradições e esperanças de viver dias melhores.

Francisco Barboza Leite é um desses migrantes nordestinos, não refugiado, mas sim, deslocado. O legado deixado por este ora: poeta, artista plástico, cronista, jornalista e cenógrafo têm um valor contributivo e imensurável e representa para a cidade de Duque de Caxias um artista múltiplo diversificado. Este artista contribuiu com suas histórias, nativas, crônicas, telas, ensaios e cordéis, sempre retratando o cotidiano da cidade de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense, como um lugar de possibilidades, de progresso, de encontros e reencontros, resgatando seus valores simbólicos e materiais descrevendo sobre a fauna, a flora, hábitos sociais, do cotidiano da população e do crescimento desta cidade plural em todas as formas, erguida pelos braços de migrantes nordestinos que se aportaram na década de 1940 na cidade do Rio de Janeiro e aos poucos foram descendo para a Baixada. Este migrante deixou um legado histórico não só para a cidade de Duque de Caxias, mas para o Estado do Rio de Janeiro, que hoje reconhece este cearense como um verdadeiro caense.

Francisco Barboza Leite, nordestino, chegar a Baixada Fluminense seus hábitos comerciais foram colocados em práticas e as feiras de ruas passaram a fazer parte do cotidiano da população. A feira assim como: a rodoviária, o aeroporto e a estrada, segundo Augé (1994), o “*não lugar*”, é um espaço rico por conta das influências das culinárias, dos dialetos, das manias, das manifestações étnico culturais entre outras. É um local onde as identidades estão em mobilidades constantes, desconfortá-

veis, sofrendo ao mesmo tempo um mal-estar e agregando valores de outras culturas locais e exteriores. O conceito de lugares e não-lugares é fundamental para a compreensão da sociedade contemporânea que perdeu sua “solidez” (BAUMAN, 2005) e a cada dia agrega valores externos. Nos dias atuais encontrasse o cordel nas feiras livres penduradas ainda nos barbantes. A feira de Duque de Caxias surgiu no início da década de 50, os agricultores que habitavam esta região e os pequenos fabricantes de tecidos e de roupas, todos migrantes nordestinos que foram condicionados a desceram para a Baixada Fluminense durante a reforma urbana da cidade do Rio de Janeiro iniciou esta atividade econômica muito tradicional no nordeste brasileiro que tem como objetivo aumentar a renda familiar usando os excedentes da lavoura e das produções artesanais como fonte de renda. Esta característica muito visível que tem o nordestino como comerciante que vende e que troca alimentos e objetos o aproximam do comerciante (mascate) e do andarilho (migrante). A prática da troca muito presente nas feiras livres também é uma característica do comerciante escambista (escambo) muito praticado durante o processo de ocupação do Brasil do século XVI. Estas práticas são frutos das tradições nordestinas e da representatividade de um povo oriundo do tripé cultural que ainda preserva os costumes e tradicionalidades de um Brasil colonial que de fato, ainda é visualizada como colônia por questões diversas. A preservação das raízes e da nordestinidade são disseminadas no local e no habitat natural como forma de traduzi-las e perpassá-las para as gerações vindouras. Todas estas práticas contribuíram para que a Feira de Duque de Caxias se tornasse um celeiro da cultura.

Pensar em cultura nordestina é transitar na multiplicidade cultural e na diversidade de suas produções artísticas. Este sujeito ao se deslocar também desloca o cordel, a arte, a oralidade, os contos e os mitos existentes nesta cultura construída na fusão das raças que compõem este povo.

Segundo Ecléa Bosi, não adianta pensarmos no que se perdeu durante os deslocamentos, mas o que pode se reconstruir e preservar o que ainda resta das múltiplas raízes, ou seja, como pensar em cultura popular num mundo migrantes e num mundo globalizado? O migrante perde a paisagem natal, a roça, as águas, as matas, a caça, a lenha, os animais, a casa, os vizinhos, as festas, a sua maneira de vestir, o entoado nativo de falar [...]. Suas múltiplas raízes se partem. Será que se partem mesmo? A observação de Ecléa Bosi é muito interessante, mas sabemos que a mobilidade social, a perda da liquidez na sociedade contemporânea e comple-

xidade da mesma nos remetem a uma incerteza do que se perdeu e do que se ganhou. Acreditamos que refletir sobre essas questões torna-se fundamental para não recairmos no lugar comum do(a) pesquisador(a) que investiga a literatura de cordel pelo viés do resgate, em que o “povo é ‘resgatado’, mas não conhecido” (CANCLINI, 1998, p. 210). Canclini retrata o deslocamento migratório e suas implicações a respeito das raízes culturais enquanto sua preservação e ou mobilidade. Segundo Gutemberg Cardoso dos Santos, secretário de Cultura do município, ‘Duque de Caxias é como se fosse um pedacinho do nordeste’. A cidade de Duque de Caxias é de fato uma cidade de nordestinos. Em sua formação, a participação do migrante na construção desta cidade foi imprescindível. Vale ressaltar, o valor deste povo cordial, (emocional) trabalhador e honesto que ao deixar o seu ‘locus’ busca construir um novo, com a esperança de um breve retorno a sua casa, embora dure quase a sua vida, o desejo do retorno permanece.

Nos dias atuais, estes migrantes representam não mais o trabalho braçal, ou o comerciante ambulante, estes representam um grupo social diversificado em suas qualificações profissionais, atuando na televisão, no cinema, no teatro, na música, na poesia e nas academias. Buscam no sudeste uma alternativa e oportunidade de mostrar seus talentos e suas habilidades, muitos destes transitam em busca manifestações identitárias de sua gente, seus hábitos alimentícios, músicas, danças, artesanatos e coisas simples como uma prosa resgatando suas “memórias individuais e coletivas” (HALBWACHS, 2004), que os levam a lembrar de sua terra natal, do temperado, da carne de sol, do aipim, da manteiga de garrafa, da rabada, buchada de bode, da feijoada, do queijo de coalho, do feijão de corda, da cachaça nordestina, do doce de garrafa e das garrafadas.

Nos dias atuais, não só nordestinos frequentam as Feiras livres para matar saudades e preservar parte de suas manifestações, como também cariocas e turistas de todo o país. Todos estes sujeitos ao resgatar esta memória se emocionam e renovam suas forças ao ouvir um sotaque ou até mesmo uma música. “A migração e os deslocamentos dos povos têm constituído mais a regra que a exceção, produzindo sociedades étnicas ou culturalmente ‘mistas’” (HALL, 2008, p. 52). O movimento migratório quase sempre é carregado de emoções por causa das perdas materiais, distanciamento dos familiares entre outros e quando estas memórias são acionadas a carga emocional fica muito visível no sujeito.

4. A terra prometida

A busca pela terra prometida começou com os hebreus na Antiguidade. Nos dias atuais esta busca ainda persiste, os deslocamentos continuam, a busca pelo sucesso, por condições de vida, por oportunidades tem provocado ao longo da história a migração e a imigração. Vejamos o conceito de diáspora. *Diáspora judaica* (no hebraico *tefutzah*, "dispersado", ou תולג *galut* "exílio") refere-se aos judeus espalhados pelo mundo e da consequente formação das comunidades judaicas fora do que hoje é conhecido como território de Israel (por dois mil anos).

Sabe-se que, diáspora pode significar a dispersão de qualquer povo pelo mundo. Entretanto o termo foi criado para designar o que hoje nos chamamos de migração. A diáspora não pode ser analisada fora de contextos sociais ou históricos definidos. Seja no Império Romano, seja no mundo grego, no mundo judeu e/ou no período pós-guerra, a diáspora assume contornos e organizações diferentes de acordo com suas complexidades e dimensões locais e globais.

Na perspectiva de Hall, o termo se presta a dar conta especialmente dos fenômenos relativos a migrações humanas dos ex-países coloniais para as antigas metrópoles. Para o teórico, "o conceito fechado de diáspora se apoia sobre uma concepção binária de diferença. Está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um "outro" e de uma oposição rígida entre o de dentro e o de fora. Neste trabalho, especificamente, destaco uma migração interna, um deslocamento regional apoiada numa concepção humanitária e de sobrevivência.

5. Considerações finais

Os estados da região nordeste do Brasil são considerados os mais carentes, principalmente em termos econômicos e sociais. Com seca ou sem seca, o nordeste continua sendo a região mais pobre do país. Sabe-se que essa pobreza tem causas históricas, climáticas e naturais. A decadência das atividades econômicas desta região é resultante da seca que há décadas vem contribuindo para desvalorização das terras e o aumento da pobreza dos nordestinos. Em virtude dos fatos mencionados, ocorreu o início do processo migratório (êxodo rural) em direção ao Sudeste do país que vem aumentando desde a década de 50. A falta de investimentos por parte dos empresários, a falta de ações sociais por parte do poder pú-

blico também tem contribuído para que busquem em outras regiões mais dignidade e oportunidades de trabalho.

A região Sudeste, foi a que mais recebeu migrantes nordestinos nas últimas décadas, esse deslocamento foi possível devido ao crescimento urbano, à modernização da cidade do Rio de Janeiro e o avanço industrial. Grande parte destes migrantes alocou-se nas periferias, contribuindo para o crescimento populacional e econômico dessa região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Trad.: Maria Lúcia Pereira. Campinas: Papyrus, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Trad.: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BHABHA, H. K. Como o novo entra no mundo. O espaço pós-moderno, os tempos pós-coloniais e as provações da tradução cultural. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 292-325, 2003.

BÍBLIA Sagrada. 179. ed. São Paulo: Ave-Maria, 2008.

BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo. *Cultura brasileira: temas e situações*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999, p. 16-41.

GARCIA, Canclini N. *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp. 1998, p. 17-66 e 284-372.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 24, ano 1982, p. 68-75. Rio de Janeiro, 1996.

José Milton Ferreira de Almeida, 31 anos, engenheiro, Rio; auto de qualificação e interrogatório, 1976: BNM nº 43, V. 2º, p. 421 a 430. Retirado do livro Brasil: Nunca Mais / Cardeal Arns, 1986.

**“ARTE DE COZINHA”:
ESTUDO LÉXICO-SEMÂNTICO
DE UM DOCUMENTO PORTUGUÊS DO SÉCULO XVII**

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (UEFS)
rcrqueiroz@uol.com.br

...os alimentos, além de nutrir, “significam” e “comunicam”... (PROENÇA, 2010, p. 43)

1. Introdução

A alimentação sempre foi, durante toda a história da humanidade, essencial. O ato de comer traz em si o profano e sagrado, pois representa não só o saciar das necessidades físicas, mas também a comunhão entre os homens e, neste sentido, é um ato cultural no qual deixa refletir a sua identidade, enquanto indivíduo e membro de um grupo. Deste modo, a “cozinha” e todos os elementos com os quais se relaciona fazem parte, no universo linguístico do qual partimos, do léxico, ou seja, do patrimônio vocabular da língua. Aqui tomaremos como *corpus* para as nossas análises léxico-semânticas o livro intitulado *Arte de Cozinha*, do português Domingos Rodrigues, cuja edição *princeps* data de 1680. No entanto, lançamos mão da edição realizada em 1987 pelas pesquisadoras Maria da Graça Pericão e Maria Isabel Faria, publicada pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda. As referidas autoras tomaram como texto de base a edição de 1732, impressa em Lisboa na Oficina Ferreiriana. O estudo do vocabulário contido nessa obra tem como teoria de base o que propôs Eugênio Coseriu (1986) quanto aos campos lexicais. Assim, tomamos o capítulo VI (que trata de manjar-real e manjar branco), da segunda parte do livro *Arte de Cozinha*, de Domingos Rodrigues, para aplicação dos campos lexicais, com o intuito de mostrarmos as relações estabelecidas na língua, através do léxico, entre cultura e sociedade, pois a alimentação pode ser considerada um meio através do qual se conhece um verdadeiro emaranhado cultural, no qual estão intrincados mitos, crenças, ideologias que, segundo Proença (2010, p. 43), envolve “[...] aspectos econômicos, sociais, científicos, políticos, psicológicos e culturais fundamentais na dinâmica da evolução das sociedades.”

2. *Léxico, cultura e sociedade*

As relações que se estabelecem entre léxico, cultura e sociedade são incontestes, pois o léxico é o reflexo do *modus vivendi* de toda e qualquer sociedade, na qual se manifestam as diversas culturas. Neste sentido, toda e qualquer língua carrega em si as diversas aquisições culturais do(s) povo(s), exprimindo o espírito humano em movimento. Destarte, os elementos que compõem o léxico, isto é, as palavras, representam as ideias, os sentimentos, as emoções veiculados pela comunidade, sendo, assim, sempiternas, pois o ciclo vital, ideológico e cultural não tem limites, é infinito. Seguindo nessa direção, pode-se dizer que o léxico de uma dada língua é o repositório da experiência do povo que a fala, como corrobora Biderman (1981, p. 134):

O acervo verbal de um idioma é o resultado de um processo de categorização secular e até milenar, através do conhecimento das semelhanças e das diferenças entre os elementos da experiência humana, tanto a experiência resultante da interação com ambiente físico como com o meio cultural.

Estudar e analisar as palavras que integram o universo vocabular do campo semântico da alimentação, a partir de um livro de receitas publicado pela primeira vez no século XVII em Portugal, faz-se de suma importância, dada a relevância que o tema encerra, pois como está na epígrafe que abre este artigo, os alimentos “significam” e “comunicam” (PROENÇA, 2010, p. 43), bem como, segundo Biderman (2001, p. 179), “Qualquer sistema léxico é a somatória de toda experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades.” Destarte, o léxico é o nível linguístico no qual as transformações sociais são apresentadas, sendo a parte menos conservadora, pois os elementos lexicais surgem e desaparecem naturalmente, refletindo os processos de mudança social e os fenômenos culturais.

Destarte, comer sempre foi um ato no qual se misturam o sagrado e o profano, haja vista que muitas religiões, em seus rituais, utilizam a comida como símbolo de comunhão com Deus. Profanamente, os homens também fazem uso do ato de comer para não só saciar suas necessidades vitais, mas para interagir socialmente.

3. *O corpus: Arte de Cozinha, de Domingos Rodrigues*

O autor da *Arte de Cozinha*, Domingos Rodrigues, nasceu em Vila Cova, bispado de Lamego, no ano de 1637, falecendo em Lisboa, em 20 de dezembro de 1719. Foi mestre de cozinha da Casa Real durante o

reinado de D. Pedro II. Não há muitas informações biográficas a seu respeito, sabendo-se, no entanto, que não era qualquer um que chegava ao posto de cozinheiro real.

Quanto à sua obra, consta que haveria a edição *princeps*, contendo a primeira e a segunda partes, impressa em Lisboa por João Galvão, em 1680. Haveria também uma segunda edição, impressa também por João Galvão, em 1683. Gilberto Freire, em *Casa grande e senzala*, cita a edição de 1692, sendo o único a fazer menção a esta obra. Desde então, saíram as seguintes edições: 1693 (Manuel Lopes Ferreira), com o acréscimo da terceira parte; 1732 (Officina Ferreiriana); 1741 (Carlos Esteves Mariz); 1754; 1758 (Manuel António); 1765 (João António da Costa); 1794 (João António dos Reis); 1804 (João António dos Reis); 1814 (Eugénio Augusto e Impressão Régia); 1821 (viúva de Lino da Silva Godinho); 1836 (J.N. Esteves e Filho).

A *Arte de cozinha* está dividida nas seguintes partes: Prólogo, I Parte, II Parte, Forma de como se hão de dar os banquetes em todos os meses do ano, Índice de todas as coisas, que nas duas partes desta arte se ensinam e Índice de acrescentamento.

3.1. Os campos lexicais

Para o estudo léxico-semântico da obra *Arte de cozinha*, de Domingos Rodrigues, foi selecionado o capítulo VI da II Parte, no qual constam as seguintes receitas: manjar-real, manjar-branco, manjar-branco amarelo, manjar-branco banhado, manjar-branco de pêros, manjar-branco assado e fruta de manjar-branco, totalizando sete receitas. Nestas foram elencados cinco macrocampos, a saber: dos utensílios, das unidades de pesos e medidas, dos processos e métodos, dos ingredientes e dos qualificadores, sendo selecionadas cinquenta e três lexias, conforme se pode verificar no quadro a seguir.

CAMPO LEXICAL	EXEMPLOS	NÚMERO DE LEXIAS
Dos Utensílios	Tacho Colher Prato Faca Tigela Tábua da massa Carretilha Bacia	8

Das Unidades de Pesos e Medidas	Vintém Quarta Arratel Canada Oitava Dúzia	6
Dos Processos e Métodos	Deitar Desfazer Misturar Bater Por Cozer Engrossar Mandar Mexer Refrescar Meter Despegar Tirar Cortar Corar Ferver Esfriar Sovar Frijir	19
Dos Ingredientes	Galinha Pão Amêndoas Açúcar Leite Farinha de arroz Água-de-flor Ovos Gemas Pêros Manteiga	11
Dos Qualificadores	Meio cozido Desfiado Ponto de espadana Bem pisada Brando Liso Pela Mole Grande	9

Quadro 1: Dos campos lexicais

3.2. A organização do vocabulário

Para a organização do vocabulário foram adotados alguns critérios, a saber:

- As lexias foram apresentadas em letras maiúsculas e em negrito e dispostas na ordem em que aparecem na obra;
- As lexias compostas foram classificadas como locução;
- As entradas dos substantivos foram feitas no masculino ou feminino singular;
- As entradas dos verbos estão no infinitivo;
- Após a entrada e a classificação foi apresentada a significação da lexia ou locução dentro do contexto específico, seguida por exemplos extraídos da obra, com a lexia em destaque.

Para este trabalho, tomaram-se apenas dois macrocampos, a saber: Dos utensílios e dos ingredientes.

3.2.1. *Dos Utensílios*

BACIA – s.f. ‘Vaso de barro ou metal, redondo ou oval, de bordas largas, geralmente raso, utilizado para vários usos domésticos.’

“[...] como estiver cozido, deite-se em uma *bacia*, faça-se em bolinhos do feitio de ameixas saragoçanas, [...]”.

CARRETILHA – s.f. ‘Pequena roda, presa a um cabo, com a qual se corta ou pontilha a massa para pastéis, biscoitos, etc.’

“[...] e cortando-se com a *carretilha* a modo de fartes, frijam-se em manteiga, e passados por açúcar, mandem-se à mesa.” (Receita Fruta de manjar-branco)

COLHER – s.f. ‘Utensílio formado de uma concha rasa e de cabo, usado para levar o alimento à boca, misturar, mexer, provar ou servir.’

“[...] delindo-a no mesmo tacho com a *colher*: [...]” (Receita Manjar-real)

“[...] em um tacho com a *colher* deitem-lhe duas canadas de leite, [...]”. (Receita Manjar-branco)

“Logo que estiver mais de meio cozido um peito de galinha, desfiado e desfeito com a *colher* em um tacho [...]”. (Receita Manjar-branco amarelo)

“[...] deitem-se em um tacho, desfaçam-se com a *colher*, [...]”. (Receita Manjar-branco de pêros)

“[...] vá-se deitando *colher*, e *colher* em uma *torteira* [...]”. (Receita Manjar-branco assado)

FACA – s.f. ‘Instrumento constituído por lâmina cortante presa a um cabo.’

“[...] como estiver cozido (que se pode conhecer, se metendo-lhe a ponta de uma **faca**, despegar liso) [...]”. (Receita Manjar-branco)

PRATO – s.m. ‘Utensílio de forma circular, mais ou menos largo, pouco fundo, em que se põe a comida.’

“[...] como estiver grosso, deite-se nos *pratos*, e mandem-se à mesa.” (Receita Manjar-real)

“[...] e depois de cozidos, água-de-flor: tire-se do lume, e deite-se nos *pratos*.” (Receita Manjar-branco amarelo)

“[...] como estiver cozido, deitem-lhe água-de-flor, tirem-no do lume, e ponham-no nos *pratos*.” (Receita Manjar-branco de pêros)

“[...] e como estiver assado, ponha-se no **prato** com açúcar de pedra raspando por cima: e mande-se à mesa.” (Receita Manjar-branco assado)

TÁBUA DA MASSA – loc. subs. ‘Peça de madeira serrada, plana, de pouca espessura e relativamente larga.’

“[...] como estiver sovada, façam-se dois bolos, e estendam-se na *tábua da massa* até que fiquem bem delgados [...]”. (Receita Fruta de manjar-branco)

TACHO – s.m. ‘Recipiente largo e pouco fundo, de cobre, latão, barro, com asas ou não.’

“Deite-se em um *tacho* um peito de galinha meio cozido [...]”. (Receita Manjar-real)

“[...] em um *tacho* com a colher deitem-lhe duas canadas de leite, [...]”. (Receita Manjar-branco)

“Logo que estiver mais de meio cozido um peito de galinha, desfiado e desfeito com a colher em um *tacho* [...]”. (Receita Manjar-branco amarelo)

“[...] ponha-se a cozer em um *tacho* com canada e meia de leite, [...]”. (Receita Manjar-branco banhado)

“[...] deitem-se em um *tacho*, desfaçam-se com a colher, [...]”. (Receita Manjar-branco de pêros)

“Batam-se em um *tacho* seis tigelas de manjar-branco, [...]”. (Receita Fruta de manjar-branco)

TIGELA – s.f. ‘Recipiente côncavo, de barro, louça, com asas ou não, no qual se servem sopas, caldos, etc.’

“Batam-se em um *tacho* seis *tigelas* de manjar-branco, [...]”. (Receita Fruta de manjar-branco)

3.2.2. Dos Ingredientes

ACÚCAR – s.m. ‘Produto alimentar, de sabor doce, extraído sobretudo da cana-de-açúcar ou da beterraba.’

“[...] dois arrátéis e meio de *açúcar* em ponto de espadana: depois de batido tudo isto, [...]”. (Receita Manjar-real)

“[...] deem-lhe duas canadas de leite, dois arrátéis de *açúcar*, e arrátel e quarta de farinha de arroz [...]”. (Receita Manjar-branco)

“[...] com canada e meia de leite, dois arrátéis de *açúcar*, e um arrátel de farinha de arroz, [...]”. (Receita Manjar-branco amarelo)

“[...] enquanto se for cozendo vão-se-lhe deitando três arrátéis de *açúcar* em pedra pouco a pouco, [...]”. (Receita Manjar-branco banhado)

“[...] e deitando-lhe duas canadas de leite, dois arrátéis de *açúcar*, e um arrátel de farinha de arroz [...]”. (Receita Manjar-branco de pêros)

“[...] e como estiver assado, ponha-se no prato com *açúcar* de pedra raspando por cima: e mande-se à mesa.” (Receita Manjar-branco assado)

“Batam-se em um tacho seis tigelas de manjar-branco, com doze gemas de ovos, e um arrátel de *açúcar* em pó, [...] amasse-se uma oitava de farinha com meio arrátel de manteiga, quatro gemas de ovos, e uma quarta de *açúcar* [...] frijam-se em manteiga, e passados por *açúcar*, mandem-se à mesa.” (Receita Fruta de manjar-branco)

ÁGUA-DE-FLORES – loc. subs. ‘Solução de água com perfume de flores de laranjeira, de rosas, etc.’

“[...] deem-lhe *água-de-flor*, tire-se do lume, e corte-se em pelas.” (Receita Manjar-branco)

“[...] como estiver cozido, deem-lhe ovos-moles, quantidade de uma dúzia de gemas: e depois de cozidos, *água-de-flor*: tire-se do lume, e deite-se nos pratos.” (Receita Manjar-branco amarelo)

“[...] como estiver cozido, deem-lhe *água-de-flor*, tirem-no do lume, e ponham-no nos pratos.” (Receita Manjar-branco de pêros)

AMÊNDOA – s.f. ‘Fruto da amendoeira.’

“[...] misture-se com o miolo de um vintém de pão ralado, uma quarta de *amêndoas* bem pisadas, [...]”. (Receita Manjar-real)

FARINHA DE ARROZ – loc. subs. ‘Pó a que se reduz o arroz.’

“[...] deem-lhe duas canadas de leite, dois arrátéis de açúcar, e arrátel e quarta de *farinha de arroz*, [...]”. (Receita Manjar-branco)

“[...] com canada e meia de leite, dois arrátéis de açúcar, e um arrátel de *farinha de arroz*, ponha-se a cozer: [...]”. (Receita Manjar-branco amarelo)

“[...] ponha-se a cozer em um tacho com canada e meia de leite, e arrátel e meio de *farinha de arroz*: [...]”. (Receita Manjar-branco banhado)

“[...] e deitando-lhe duas canadas de leite, dois arrátéis de açúcar, e um arrátel de *farinha de arroz* [...]”. (Receita Manjar-branco de pêros)

GALINHA – s.f. ‘Ave galiforme, doméstica, utilizada na alimentação humana.’ “Deite-se em um tacho um peito de *galinha* meio cozido, [...]”. (Receita Manjar-real)

“Depois que um peito de *galinha* estiver meio cozido, desfiado, e desfeito em um tacho [...]”. (Receita Manjar-branco)

“Logo que estiver mais de meio cozido um peito de *galinha*, desfiado e desfeito com a colher em um tacho [...]”. (Receita Manjar-branco amarelo)

“Desfiado um peito de *galinha* meio cozido, ponha-se a cozer [...]”. (Receita Manjar-branco banhado)

GEMA – s.f. ‘Parte central amarela do ovo das aves.’

“[...] como estiver quase cozido, deem-lhe ovos-moles, quantidade de uma dúzia de *gemas*: e depois de cozidos, água-de-flor: tire-se do lume, e deite-se nos pratos.” (Receita Manjar-branco amarelo)

“Batam-se em um tacho seis tigelas de manjar-branco, com doze *gemas* de ovos, [...]”. (Receita Fruta de manjar-branco)

“[...] amasse-se uma oitava de farinha com meio arrátel de manteiga, quatro *gemas* de ovos, [...] frijam-se em manteiga, e passados por açúcar, [...]”. (Receita Fruta de manjar-branco)

LEITE – s.m. ‘Líquido opaco, branco, segregado pelas glândulas mamárias das fêmeas dos animais mamíferos para alimentação dos filhotes, usado na alimentação humana.’

“[...] deem-lhe duas canadas de *leite*, dois arrátéis de açúcar, e arrátel e quarta de farinha de arroz [...]”. (Receita Manjar-branco)

“[...] com canada e meia de *leite*, dois arrátéis de açúcar, e um arrátel de farinha de arroz, [...]”. (Receita Manjar-branco amarelo)

“[...] ponha-se a cozer em um tacho com canada e meia de *leite*, [...]”. (Receita Manjar-branco banhado)

“Ponham-se a cozer em meia canada de *leite*, meia dúzia de pêros grandes, [...]”. (Receita Manjar-branco de pêros)

MANTEIGA – s.f. ‘Substância alimentícia, gordurosa, que se extrai da nata do leite, em especial de gado bovino.’

“[...] amasse-se uma oitava de farinha com meio arrátel de *manteiga*, quatro gemas de ovos, [...] frijam-se em *manteiga*, e passados por açúcar, [...]”. (Receita Fruta de manjar-branco)

OVO – s.m. ‘Elemento de casca dura e arredondada que as aves põem e que se utiliza na alimentação humana.’

“[...] como estiver quase cozido, deem-lhe *ovos*-moles, quantidade de uma dúzia de gemas: e depois de cozidos, água-de-flor: tire-se do lume, e deite-se nos pratos.” (Receita Manjar-branco amarelo)

“Depois que estiver batido muito bem um pouco de manjar-branco com um, ou dois ovos [...]”. (Receita Manjar-branco assado)

“Batam-se em um tacho seis tigelas de manjar-branco, com doze gemas de ovos, [...]”. (Receita Fruta de manjar-branco)

“[...] amasse-se uma oitava de farinha com meio arrátel de manteiga, quatro gemas de ovos, [...] frijam-se em manteiga, e passados por açúcar, [...]”. (Receita Fruta de manjar-branco)

PÃO – s.m. ‘Alimento feito com massa de farinha de trigo e outros cereais, água e fermento, assado ao forno.’

“[...] misture-se com o miolo de um vintém de pão ralado, uma quarta de amêndoas bem pisadas, [...]”. (Receita Manjar-real)

PÊRO – s.m. ‘Variedade de maçã doce e oblonga.’

“Ponham-se a cozer em meia canada de leite, meia dúzia de pêros grandes, [...]”. (Receita Manjar-branco de pêros)

4. Considerações finais

Buscou-se, com este trabalho, dar a conhecer ao público brasileiro um dos livros sobre receitas mais importantes para a história da alimentação portuguesa, sendo a primeira obra impressa sobre esse tema. Ressalte-se que apresentá-la sob a ótica do estudo lexical é de suma importância para se evidenciar as interfaces língua, cultura e sociedade, nas quais estão imbricadas as relações homem e universo.

Deste modo, espera-se ter contribuído, mesmo que de forma breve, para a ampliação dos estudos sobre o léxico, na vertente da teoria dos campos lexicais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. *Um estudo lexical do primeiro manuscrito da culinária portuguesa medieval: O livro de cozinha da Infanta D. Maria*. Salvador: Quarteto, 2009.

BIDERMAN, Maria Tereza. A categorização léxica. In: _____. *Teoria linguística: Teoria lexical e linguística computacional*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 179-185.

_____. A estrutura mental do léxico. In: *Estudos de filologia e linguística*. Homenagem a Isaac Nicolau Salum. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1981.

COSERIU, Eugenio. *Princípios de semântica estrutural*. 2. ed. Trad.: Marcos Martínez Hernández, rev. por el autor. Madrid: Gredos, 1986.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; MELLO FRANCO, Francisco Manoel de. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

PROENÇA, Rossana Pacheco da. Alimentação e globalização: algumas reflexões. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 62, n. 4, p. 43-47, out. 2010. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252010000400014&script=sci_arttext>. Acesso em: 22-07-2013.

RODRIGUES, Domingos. *Arte de cozinha*. Leitura, apresentação, notas e glossário de Maria da Graça Pericão e Maria Isabel Faria. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.

**COORDENAÇÃO, SUBORDINAÇÃO E CORRELAÇÃO:
TRÊS PROCESSOS DISTINTOS
DE FORMAÇÃO DO PERÍODO COMPOSTO**

Ana Cecília dos Santos Santoro (UFF)

anacsantoro@ig.com.br

Gabriela Barreto de Oliveira (UFF)

gabrielaboliveira@hotmail.com

1. Introdução

O presente trabalho aborda a correlação, que, embora não seja considerada pela Nomenclatura Gramatical Brasileira e pela gramática tradicional como um tipo específico de ligação de orações, é um fenômeno linguístico complexo e rico.

Apenas José Oiticica, em seu livro *teoria da correlação*, lançado em 1952, estuda de forma mais detalhada esse tema. Por isso nossa pesquisa adotará como pressuposto teórico essa obra, porque certamente é a obra da língua portuguesa que apresenta mais contribuições para a análise desse fenômeno.

A gramática tradicional, ao abordar a correlação, a considera um simples recurso retórico pertencente à correlação e à subordinação que têm a função de enfatizar igualmente os termos conectados. A Nomenclatura Gramatical Brasileira, por sua vez, nem mesmo menciona esse processo sintático, apenas a menciona em seu anteprojeto, como uma forma de oração coordenada assindética.

Chediak (1960), por exemplo, quando foi consultado à época da elaboração da Nomenclatura Gramatical Brasileira, expressou seu lamento por o anteprojeto ter excluído a correlação como um dos processos de composição de período.

Tendo em vista que a correlação foi e ainda é hoje muito pouco estudada pela Academia, temos como objetivo reacender a discussão sobre o tema, diferenciando-o da coordenação e da subordinação. No entanto entendemos que correlação, coordenação e subordinação são processos de articulação sintática que formam um *continuum* e, sendo assim, possuem muitos pontos em comum.

A distinção entre a coordenação e a subordinação há tempos ocupa gramáticos e linguistas. Mas, mesmo sabendo que há muitos pontos

controversos na distinção entre tais processos, nosso estudo não se aprofundará nesses aspectos, pois não os julgamos essenciais para esse trabalho.

2. Processos de estruturação do período composto

Sobre a estruturação do período composto, a Nomenclatura Gramatical Brasileira e a gramática tradicional citam apenas dois processos, a coordenação e a subordinação. É o que verificamos em Luft (1983, p. 45)

O período composto pode ser estruturado de dois modos, conforme a natureza das orações que o compõem: a) apenas com orações independentes, b) com oração principal e oração(es) subordinada(s). Daí a classificação do período composto:

- a) por coordenação;
- b) por subordinação.

Temos, assim, a oposição: coordenação/subordinação.

Rocha Lima (1998, p. 259) adota a mesma concepção quando diz que: “apresenta o período duas estruturas típicas: a coordenação e a subordinação”. A primeira se caracterizaria pela independência sintática das orações formadoras do período; a segunda, por sua vez, seria marcada pela interdependência sintática entre a oração dita principal e a(s) subordinada(s).

Já Azeredo (2002, p. 155) considera que há três tipos fundamentais de conexões entre orações: justaposição, subordinação e coordenação.

Dois ou mais constituintes do enunciado se dizem unidos por justaposição quando não há qualquer marca formal – concordância, palavras gramaticais – dessa união. As palavras gramaticais que servem de instrumento a estes processos são os conectivos.

Para Bechara (2004, p. 48), a coordenação (também chamada por ele de parataxe) consiste

na propriedade mediante a qual duas ou mais unidades de um mesmo estrato funcional podem combinar-se nesse mesmo nível para constituir, no mesmo estrato, uma nova unidade suscetível de contrair relações sintagmáticas próprias das unidades simples deste estrato. Portanto o que caracteriza a parataxe é a circunstância de que unidades combinadas são equivalentes do ponto de vista gramatical, isto é, uma não determina a outra, de modo que a unidade re-

sultante da combinação é também gramaticalmente equivalente às unidades combinadas.

No entanto, para alguns estudiosos, a coordenação e a subordinação são os principais recursos para a montagem de orações complexas, mas não os únicos. Oiticica, Ney, Chediak e Melo, por exemplo, apresentam pelo menos mais um recurso: a correlação.

A abordagem tradicional costuma distinguir os processos de estruturação sintática do período a partir do tipo de relação estabelecida entre as orações do período: a coordenação apresentaria uma relação de independência sintática, em que as orações constituintes seriam de mesmo estatuto, portanto autônomas; enquanto a subordinação, pelo contrário, apresentaria uma relação de dependência, em que uma delas funcionaria como parte da outra. No entanto José Oiticica (1945; 1952) considera a correlação um mecanismo sintático diferente da coordenação e da subordinação. Ela seria o processo de composição do período em que existe interdependência das orações.

Luft (1983, p. 47), por sua vez, afirma que não há motivo algum para classificar a correlação como um processo especial de composição do período. Não que ela não exista, mas seria apenas um tipo especial de ligação que se estabelece dentro da coordenação e da subordinação.

Assim, julgamos útil a apresentação do quadro abaixo, que é uma versão ampliada por nós do quadro de Rodrigues (2007, p. 230), visto ser uma sistematização do tratamento dado à correlação na gramática tradicional.

Gramático	Explicitação da nomenclatura ORAÇÕES CORRELATAS	Menção indireta à correlação
Bechara (1987, p. 216)	_____	_____
Bechara (2004, p.321)	_____	Não tem uma explicitação da nomenclatura, mas diz que “A expressão enfática da conjunção aditiva e pode ser expressa pela série <i>não só... mas também</i> e equivalentes”
Cunha (1990, p. 539) Cunha & Cintra (1985, p. 578-601)	_____	Orações comparativas, consecutivas e, às vezes, proporcionais podem estar em correlação com um membro da oração principal.
Rocha Lima (1998, p.259-284)	_____	Menciona “fórmulas correlativas” e “expressões correlativas” (cf. orações subordinadas comparativas, proporcionais

		e coordenadas aditivas)
Luft (1983, p.45-64)	Orações correlatas aditivas, comparativas, consecutivas e proporcionais (p.46)	_____
Kury (2002, p.62-109)	Orações consecutivas correlatas (p.98) e orações proporcionais correlatas (p. 104)	Menciona: <ul style="list-style-type: none"> • aditivas com correlação (p.66) • palavra ou locução correlativa (p. 91 – orações comparativas) • comparativas quantitativas se acham em correlação com uma palavra intensiva da oração principal (p.92)
Azeredo (2008, p. 289-351)	_____	A correlação é um expediente retórico, de rendimento enfático no discurso, e não um processo sintático distinto da coordenação e da subordinação (p.351).

3. Coordenação e subordinação

Segundo a gramática tradicional, o período composto apresenta apenas duas formas de se estruturar: a coordenação e a subordinação, que se distinguem pelo modo como se dispõem e se relacionam entre si.

Para Celso Cunha (1985, p. 578), a coordenação apresenta dois aspectos que a diferenciam da subordinação: as orações que constituem o período são autônomas entre si, ou seja, são independentes umas das outras, e têm sentido próprio. Sendo assim uma oração coordenada não pode funcionar como termo da outra oração, sendo possível apenas que ela interligue o sentido de outra oração.

Já para Garcia (1969, p. 13), a coordenação

é um paralelismo de funções ou valores sintáticos idênticos, as orações se dizem da mesma natureza, devem ter a mesma estrutura sintático-gramatical e se interligam por meio de conectivos chamados conjunções coordenativas. É um processo de encadeamento.

Carone (2008, p. 23) acrescenta ainda que, além de os elementos coordenados terem a mesma função sintática, eles pertencem a um mesmo paradigma; formam sequências abertas e não sintagmas; e que é possível coordenar tanto orações quanto termos de uma oração.

Ou seja, quanto à identidade funcional dos termos coordenados não há discordâncias entre os autores tradicionais.

Para Mattoso Câmara (1968, p. 362), a construção que se opõe à coordenação é a subordinação, que é “a construção sintática em que uma

oração, determinante, [...] se articula com outra, determinada por ela e principal em relação a ela”.

Celso Cunha (1985, p. 579), por sua vez, diz que

as orações sem autonomia gramatical, isto é, as orações que funcionam como termos essenciais, integrantes ou acessórios de outra oração chamam-se SUBORDINADAS. O período constituído de orações subordinadas e uma oração PRINCIPAL denomina-se COMPOSTO POR SUBORDINAÇÃO.

Assim sendo, de forma geral, a coordenação é o processo de composição do período em que uma oração é posta ao lado de outra que possui a mesma natureza que ela e a mesma função sintática, as orações do período composto por coordenação são, portanto, autônomas. Já a subordinação é o processo em que uma oração exerce função sintática em outra, chamada principal, não tendo, portanto, autonomia, pois faz parte de outra oração.

4. *Correlação*

Para a gramática tradicional, “a correlação é um expediente retórico, de rendimento enfático no discurso, e não um processo sintático distinto da coordenação e da subordinação” (AZEREDO, 2008, p. 351). Rocha Lima (199, p. 261), por exemplo, afirma que a correlação é apenas uma forma de “dar mais vigor à coordenação”. Já Bechara (2009, p. 321) diz que a “expressão enfática da conjunção aditiva *e* pode ser expressa pela série *não só... mas também* e equivalentes”.

No entanto vários autores, tanto antigos (Chediak, Melo, Ney) quanto mais modernos (Castilho, Rodrigues), defendem a ideia de que a correlação é um processo de formação do período composto. Ela seria distinta dos outros dois, pois, enquanto a subordinação é marcada pela dependência sintática das orações e a coordenação é marcada pela independência entre elas, a correlação é marcada pela interdependência das orações. É o que encontramos em Rodrigues (2010, p. 18) quando cita Castilho:

Castilho (1988), ao apresentar os tipos de ligação sentencial, utiliza-se do conceito de sentenças complexas – duas ou mais sentenças que funcionam como constituintes de uma unidade maior, estruturando-se tais constituintes coordenada, subordinada ou correlatamente. Tais sentenças envolvem três tipos de relação intersentencial: (I) estruturas independentes ou coordenadas; (II) estruturas dependentes ou subordinadas; (III) estruturas interdependentes ou correlatas.

O período composto por correlação difere do composto coordenado e do por subordinação não só pelas relações que se estabelece entre as orações formadoras do período mas também quanto a sua estrutura. Na correlação, cada elemento gramatical na primeira oração corresponde a outro elemento gramatical na segunda, ou seja, a união sintática de dois sintagmas ou de duas orações é feita através de um par de palavras ou locuções que separadamente assinalam cada um dos termos conectados. Essa relação é estabelecida por meio de expressões correlatas, sendo que, conforme ressalta Azeredo (2002, p. 156) “a maior parte das palavras gramaticais que a realizam é emprestada de outras classes, como os advérbios tanto quanto, mais e também”.

Quanto à classificação das orações correlatas há divergência entre os autores. Oiticica (1952), o primeiro gramático brasileiro a considerar a correlação como um processo sintático autônomo, divide as orações correlatas em aditiva, comparativa, consecutiva e quantitativa.

Assim, segundo, esse autor as orações correlatas se dividem em:

I – Comparativas:

- Qualitativas – “as orações se prendem uma à outra por comparação, com paralelismo na apresentação dos dois conceitos”. Este é estabelecido pelo uso do pronome tal no início das duas orações.

Exemplo: Tal era o pai, tal hoje é o filho.

- Quantitativas –

- ✓ de igualdade

Exemplo: Tanto gritava a mulher quanto gritava o filho.

- ✓ de superioridade

Exemplo: O velho trabalha mais do que o moço.

- ✓ de inferioridade

Exemplo: Nós vendemos menos do que vocês.

II – Aditivas:

Exemplo: Não somente procederam mal, mas também acusaram dois empregados inocentes.

III – Consecutivas:

Exemplo: O susto foi tal, que a moça desmaiou.

Já Castilho (2011, p. 143), afirma que, a correlação pode ser aditiva, alternativa, consecutiva e comparativa. Normalmente, as duas primeiras, na gramática tradicional são diluídas na coordenação e as duas últimas na subordinação.

Para Melo (1968, p. 238), no entanto, a correlação pode ser consecutiva, comparativa, equiparativa e alternativa. Para nós essa proposta parece ser a mais adequada.

5. Conclusão

Assim, como vimos, os autores da gramática tradicional consideram que a correlação não se encontra no mesmo plano da coordenação e subordinação, pois estas dizem respeito ao valor sintático de independência ou de dependência em que se acham as orações dentro do período. Já a correlação seria apenas um modo de se ligarem entre si estas mesmas orações.

No entanto discordamos desse ponto de vista, que entende a correlação como um tipo especial de conexão que se estabelece dentro da coordenação e da subordinação, pois entendemos, assim como Melo (1968, p. 237), que a correlação “é um processo sintático irreduzível a qualquer dos outros dois, um processo mais complexo, em que há, de certo modo, interdependência”.

Sabemos que a hipótese de a correlação ser um processo distinto da coordenação e da subordinação é muito controversa e por isso merece ser estudada mais a fundo. Logo se faz necessário prosseguir com as pesquisas nessa área com o intuito de testá-la melhor, aprofundando a discussão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, José Carlos. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Houaiss/Publifolha, 2008.

_____. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1987.

_____. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BRASIL. MEC. *Nomenclatura gramatical brasileira*. Rio de Janeiro, 1959.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de filologia e gramática*. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1968.

CARONE, Flávia de Barros. *Subordinação e coordenação: confrontos e contrastes*. São Paulo: Ática, 2008.

CASTILHO, Ataliba T. de. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 2011.

CHEDIAK, Antônio José (Org.). *Nomenclatura gramatical brasileira e sua elaboração*. Rio de Janeiro: CADES, 1960.

CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: FAE, 1990.

_____; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1969.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 2002.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. 4. ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Globo, 1983.

MELO, Gladstone Chaves. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1968.

NEY, João Luiz. *Guia de análise sintática*. Rio de Janeiro: [s. ed.], 1955.

OITICICA, José. *Manual de análise léxica e sintática*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1945.

_____. *Teoria da correlação*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952.

ROSÁRIO, Ivo da Costa do. *Construções correlatas aditivas em perspectiva funcional*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2012.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 36. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

RODRIGUES, Violeta Virginia (Org.). *Articulação de orações: pesquisa e ensino*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

_____. Correlação. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo (Orgs.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007.

**DO BOMBERO AO MERGUIADÔ:
A NOMEAÇÃO DAS FUNÇÕES
DOS TRABALHADORES NO GARIMPO DE DIAMANTES**

Gabriela Guimarães Jeronimo (UFG)

gabriela.ggj@gmail.com

Maria Helena de Paula (UFG)

mhpcat@gmail.com

1. Introdução

Primeiramente, gostaríamos de fazer uma breve apresentação do objeto de estudo que constitui o presente estudo: o vocabulário utilizado pelos garimpeiros no garimpo artesanal de diamantes no município de Três Ranchos (GO).

A escolha pelo município de Três Ranchos não diz respeito a uma hipótese de que o falar dos homens que ali garimpam seja distinto dos falares dos garimpeiros de outras cidades em que esta atividade também foi/é marcante. Seria deveras algo a ser pesquisado, no entanto, para um estudo nesta perspectiva, demandaríamos mais tempo e fôlego para sua realização.

Desta forma, a escolha pelo município supracitado foi motivada por três aspectos importantes:

- i) as suas peculiaridades com relação aos outros municípios, em que na construção de sua história possui quatro figuras importantes: as quebradeiras de coco, os ferroviários, os tropeiros e os garimpeiros;
- ii) a importância de se realizar uma pesquisa em nível lexical sobre vocabulário de garimpo diamantino;
- iii) as questões metodológicas, pois devido ao tempo que demandaria a pesquisa, foi necessária a realização de um recorte, em que focalizamos apenas neste município, o que não descarta a possibilidade de haver outra cidade com características semelhantes em sua constituição, apesar de que, em se tratando do sudeste goiano, não encontramos outros municípios em que, no imaginário dos seus moradores, a importância do garimpo esteja tão arraigada e atrelada à sua história e à memória dos falantes.

Desta feita, a partir da gravação de entrevistas com senhores que garimpam diamante no rio Paranaíba, especificamente nas margens que

circunscreviam Três Ranchos, tivemos conhecimento do vocabulário por eles utilizado na nomeação de todo o universo extralinguístico a eles restrito⁵², fazendo destes homens entendedores e guardadores não apenas da prática do garimpo em si, mas da memória e da importância que esta atividade teve na construção da identidade e da cultura dos cidadãos trirranchenses.

Para discorrermos sobre a história do garimpo no Brasil, buscamos respaldo nas pesquisas de Luciano Rodrigues Costa (2007) e Sonilda Aparecida de Fátima Silva (2006) que fazem uma abordagem de toda a trajetória desta prática, desde o descobrimento do Brasil até a modernização com o surgimento de novas ferramentas e organização do trabalho.

Segundo os autores, a mineração no Brasil teve seu início no descobrimento, nos séculos XVI e XVII, com a grande procura e exploração das minas de ouro e diamante, o que futuramente, resultaria no esgotamento do primeiro. Mas foi a partir do século XVIII que a história do garimpo iniciou-se, quando os mineradores,

[...] desrespeitando a legislação da coroa portuguesa, mineravam as jazidas localizadas em pontos ermos do território, escondidas nas “grimpas” das serras. Neste sentido, a própria etimologia da palavra garimpeiro já denotava ilegalidade, marginalidade e repressão da força de trabalho (COSTA, 2007, p. 254).

Assim, percebemos que o nome da prática (garimpagem), como também o nome que é dado à função de quem a pratica (garimpeiro), carregam consigo parte da nossa história e cultura, que com o tempo, foram se modificando juntamente com elas, adquirindo outros significados.

A partir do século XX, a identidade deste trabalhador clandestino sofreu algumas modificações, agora, não mais colono de Portugal, passa a ser um nômade, “[...] indivíduos, que por sua conta e risco, enfrentavam os perigos dos sertões em busca de riqueza e sustento próprio [...]” (COSTA, 2007, p. 251), ou:

[...] pessoas que abandonam famílias e se deslocam para onde foi descoberto um novo garimpo. Lá trabalham, se ganharem dinheiro, logo buscam a família. Caso não encontrem o bamburro esperado, saem à procura de um novo garimpo (SILVA, 2006, p. 29).

⁵² Neste estudo, focaremos na nomeação das funções de cada trabalhador no garimpo.

Percebemos, então, que socialmente, os garimpeiros são vistos como aventureiros, “[...] homens corajosos, que nos abismos dos garimpos, vê a sua vida andar por um fio [...]” (SILVA, 2006, p. 30).

Atualmente, com o discurso que circula sobre a preservação ambiental, a identidade do garimpeiro passou por mais uma modificação, o de poluidor e destruidor do meio ambiente, “[...] agentes de poluição mercurial, destruidores de sociedades indígenas e várias outras formas de enfrentamento” (SILVA, 2006, p. 33).

Aires da Mata Machado Filho (1964), em sua obra *O negro e o garimpo em Minas Gerais*, trata especificamente do garimpo de diamantes; mesmo que sua discussão não seja direcionada especialmente ao estado de Goiás e precisamente a Três Ranchos, o autor traz informações que nos são preciosas. Segundo ele, o diamante no Tijuco, futuramente, município de Diamantina, foi descoberto em 1729, sendo estabelecido pelo Governador da Capitania, na época, D. Lourenço de Almeida, o imposto da capitação, em que “Eram proibidas lojas e vendas nas lavras, e duas léguas em derredor delas nem se podia comprar diamante em mãos de escravos, sob pena de confisco de todos os bens” (MACHADO FILHO, 1964, p. 11).

No entanto, mesmo a fiscalização sendo rigorosa, não foi o suficiente para evitar que homens se aventurassem à mineração clandestina, pois “[...] As terras diamantinas, além de extensas, eram muito acidentadas e, em vários lugares, quase intransitáveis. E foi nesses pontos escusos que surgiram os primeiros garimpeiros” (MACHADO FILHO, 1964, p. 12).

Percebemos, assim, que esta afirmação de Machado Filho (1965) vai ao encontro do que Silva (2006) propõe: na época da colonização o garimpeiro era aquele cuja prática (a garimpagem) era ilegal, pois, de acordo com a fiscalização da época, de tudo que era extraído, boa parte deveria ser repassada obrigatoriamente para a Coroa, construindo assim, uma identidade cunhada na ilegalidade, fazendo do garimpeiro, naquele momento sócio-histórico e cultural, um fora da lei, um infrator que deveria ser severamente punido.

Neste ínterim, o garimpeiro se aliou ao quilombola, pois, de certa forma, ambos encontravam-se em condições semelhantes: o primeiro fugindo do fisco e o segundo do cativo, mas Machado Filho (1964) defende que mesmo estando nesta situação de ilegalidade, o garimpeiro ja-

mais deveria ser confundido ou comparado ao bandido, pois se tratavam, em sua maioria, de homens honestos.

Estas discussões nos auxiliaram nos momentos de investigação de campo ao entrarmos em contato com os senhores ex-garimpeiros, como também sustentam, aqui, nossas discussões sobre a prática do garimpo artesanal.

Deste modo, entendemos que a prática da garimpagem em Três Ranchos faz parte da história deste lugar, por muito tempo sendo uma das únicas formas de subsistência das pessoas que ali habitavam.

2. O vocabulário no garimpo: a nomeação das funções

Sabemos que todos os atos culturais precisam ser nomeados para materializarem-se em linguagem e serem passados adiante para as próximas gerações, da mesma maneira que todo o sistema semiótico não existiria, nesta forma que o conhecemos, se não existisse também a cultura e tudo que dela é imanente. Assim, se as práticas culturais são produzidas e compartilhadas pelo grupo tacitamente, não existe outra forma de materialização se não for através das formas de linguagem, já que a “[...] linguagem é tanto símbolo como veículo transmissor [...]” (GEERTZ, 1997, p. 170).

Assim, fazer um estudo linguístico que considera a cultura é uma tentativa de compreender a história do lugar a partir do vocabulário deste grupo de falantes, perseguindo a hipótese da comunidade de que a identidade cultural de Três Ranchos é grandemente marcada pela história da garimpagem.

No que se refere ao processo de nomeação no ambiente do garimpo, notamos que existe uma relação muito estreita com o referente, isto é, com o extralinguístico, o que explicita a necessidade do ser humano de apreender a realidade a sua volta dando nome às coisas, um nome dotado de significados e carregado de história.

Diante dos novos objetos e práticas a serem nomeadas, o garimpeiro, na maioria dos casos, recorre a palavras já existentes na língua, ressignificando-as, como no caso do substantivo *parasita*, que no garimpo se trata do homem que fica em uma canoa à parte sendo responsável para descarregar o cascalho que não tem serventia ou que não é diamantino. Temos, então, a utilização de palavras que já existem e fazem parte

do uso corrente da língua, mas que são reutilizadas através de significados diferentes, tornando-se específicas neste universo extralinguístico.

Estas considerações sobre a “reciclagem” de palavras já existentes na língua com o intuito de nomear referentes outros, na maioria das vezes por analogia, estão em concordância com a discussão que Silva (2000) propõe no artigo *O dinamismo lexical: o dizer nosso de cada dia*, em que discorre sobre a mobilidade muito característica ao léxico, devido à capacidade que uma unidade lexical tem de se engendrar, inserir-se numa língua, desaparecer, reaparecer, ganhar novos significados, entrar em processo de arcaização e ser substituída por outra através da concorrência lexical.

O léxico, ao contrário da gramática, é flexível, isto acontece porque é por meio deste acervo que a língua acompanha as mudanças históricas e culturais da sociedade à qual ela serve e pela qual é servida, mesmo que estas modificações, na língua, não aconteçam simultaneamente às sociais, pois para que mudanças ocorram no nível da coletividade é preciso que elas sejam aceitas e compartilhadas pelo grupo repetidamente, até que aquele signo linguístico consiga se inserir na norma, porque como foi discutido, por mais que o sistema ofereça as possibilidades, para que uma palavra faça parte do uso corrente da língua, ela precisa estar de acordo e dentro dos padrões da norma imposta e partilhada pelo grupo.

Quando a autora levanta as questões a respeito da produção neológica, ela toca no assunto sobre o que Isquierdo (2001) chama de *ressemantização*, que em determinadas “[...] situações, confere-se uma acepção nova a uma palavra já conhecida, a qual [...] tem o seu campo significativo ampliado de sorte a ser empregada, com produtividade, em outros contextos situacionais” (SILVA, 2000, p. 143-144). Ou seja, na tentativa de se comunicar e dar nome ao que está em sua volta, muitas vezes o indivíduo busca na língua corrente os termos que melhor lhe servirão, ressignificando-os, o que apenas comprova a flexibilidade própria do léxico e as riquezas que ele carrega e acumula no decorrer da história.

No que se refere à nomeação das funções no garimpo, antes de tudo, é preciso compreender a lógica da *escala* que é organizada para a realização da extração do diamante no leito do rio (garimpo de escafandro). Segundo os entrevistados, é preciso necessário cerca de oito a dez homens, a depender da profundidade do local onde será feita a retirada das

pedras. Dentre eles, é escolhido um para ficar na função de *gerente*, sendo, geralmente, o mais experiente, porque:

[...] o gerente é pá oiá tudo, num dexá acontecê nada [...] suponhamo uma vez o cara tava assim mais divagá na bomba, toca mais depressa, toca mais dipressa, num pó pará não [...] ficava oiانو né, às vez tinha o manguerero também né pá num... num discuidá do bom´ da da manguera né [...] não, esse lá já era o manguerero né... o gerente ficava só ali só pá tá olhando né [...] é... vigiano l´em cima [...] (G4E1).

Além disto, é o gerente quem organiza a escala, delegando a cada um a posição em que ocupará em cima da balsa, ressaltando que, a princípio, todos são mergulhadores. Esta balsa é construída com duas canoas que são emparelhadas e, em cima, são fixadas tábuas para que possa ser colocada a máquina que fornecerá o ar para aquele que está no fundo do rio. Os responsáveis para tocar as manivelas da bomba são eram os *bombeiros*. Entre os bombeiros havia o *vice-parasita* que, além de tocar bomba, ajudava a jogar fora as pedras que não eram úteis, sendo que na próxima escala ele quem ficava na função de *parasita*.

Ao lado desta balsa, colocava-se mais duas canos, uma para depositar o cascalho diamantino e, a outra, para as pedras que não teriam utilidade alguma, o entulho, e o homem que faz o seu descarregamento é chamado de *parasita*.

Na outra canoa, ficavam o *canoeiro* e o *corre-dinheiro*, o primeiro, utilizando a peneira de nome *suruca*, deve limpar o cascalho que acaba de ser retirado do fundo do rio, para separá-lo do que for apenas entulho. O segundo aguardava o saco de cascalho chegar até a superfície e também “[...] ficava só no mei do sarilho pá atendê o sinal do mergulhadô [...]” (G2E1) e enviava sinais para informar sobre a qualidade do cascalho.

O oxigênio que era produzido pela bomba chegava até o garimpeiro que estava no fundo da água através de uma mangueira que ficava diretamente conectada ao capacete do escafandro. Caso acontecesse qualquer coisa que ameaçasse a sua vida ele deveria sinalizar por esta mangueira e, em cima da balsa, ficava o *manguereiro* segurando-a, sempre atento a qualquer movimentação. Por fim, temos o *mergulhador* que era o homem que estava trabalhando na extração do cascalho, deixando sua vida entregue à responsabilidade dos que ficam na superfície.

Quando o que estava mergulhando retornava para cima, acontecia um movimento que eles denominavam de *corrê a escala*, em que todos mudavam de função, como bem explica um dos entrevistados:

[...] Que aquele que sai do fundo, vai lá... o canoero mais o mergulhadô, pega canoa vai pô um... o produto dele, do mergulho lá no barranco. Aí volta os dois. Aquele que saiu do fund'água, primera coisa dele, era batê bomba, mais entre os três bombero, tem dois na frente dele, intão aqui ali, quando ele... ele... mergulhava os dois que tava na frente dele bateno bomba, aí ele já ia pra que? Já ia pra... pro parasita, o canoa de pedra {...} é... a hora que chegou a vez dele, dele saí da escala de bomba, primero ele ia pra parasita, canoa de pedra, depois ele ia pá cordinha, depois pá canoa de cascalho de novo e assim por diante, até corrê a roda [...] (G3E1).

Desta forma, o *mergulhadô* que saía do fundo iria para o final da escala, na função de *bombero*, e um dos bombeiros, no caso, o *vice-parasita*, iria para a canoa de entulho na posição de *parasita*. O *parasita* passava para a função de *canoero*, este se encarregaria, agora, dos afazeres do *corre-dinheiro* que, por sua vez, sairia da canoa de cascalho para tomar conta da mangueira, como *manguerero* que, finalmente, seria o próximo a mergulhar. A escala durava o tempo em que o mergulhador se encontrava no fundo ou até *matar a canoa*, que significava que a canoa já estava cheia e já não caberia mais nada.

Podemos notar, assim, que os nomes das funções que cada garimpeiro exercia possuem uma forte ligação com o referente, como o *bombeiro*, por ser aquele que movimenta as manivelas da bomba, em que percebemos que não existe uma ligação com a profissão de bombeiro, aquele responsável para apagar incêndios e prestar demais socorros. O *vice-parasita* que seria uma espécie de auxiliar do *parasita*, o *canoero* por ficar em cima da canoa limpando o cascalho, o *corre-dinheiro* por ser o primeiro a ter um contato direto com o cascalho que vem do fundo, podendo conter ali, diamantes, como também pelo movimento que ele faz ao puxar o saco de couro para a superfície, o *manguereiro* devido à sua função de responsabilidade em tomar conta da mangueira por onde o oxigênio é fornecido ao garimpeiro que está trabalhando.

Quanto ao *parasita*, temos um caso de ressemantização, pois o garimpeiro que fica nesta posição na ordem da escala é chamado assim por ser o responsável pela canoa que receberá o cascalho que não é diamantino. No entanto, a palavra *parasita* na léxico geral remete a um organismo que se alimenta à custa de outro. Percebe-se que, no ambiente do garimpo, trata-se do trabalhador que deverá se desfazer do entulho. Sobre o *mergulhador*, poderíamos dizer que teríamos aqui a ocorrência de polis-

semia, em que seria necessário apenas acrescentar ao verbete já dicionarizado esta definição, como rubrica do garimpo.

Esta relação com o referente no momento da nomeação geralmente é comum em se tratando de comunidades restritas e isto não seria diferente com o garimpo artesanal por se tratar de uma prática histórica realizada por homens, que a partir dos seus conhecimentos e do que a língua pode lhes oferecer, foram nomeando o seu trabalhar.

3. *Considerações finais*

Procuramos trazer neste estudo que, como já dito, se trata de um recorte de uma pesquisa maior, uma discussão que envolvesse história, língua e cultura, por acreditarmos que se trata de três aspectos importantes para uma comunidade, como também por estarem interligados de formas muito específica e unidos por linhas muito tênues.

Assim, pudemos explicitar um pouco da história de Três Ranchos, um município, como muitos outros, esquecido pela história dita oficial. Este estudo só se tornou possível através dos homens que ali garimpavam e de seus depoimentos sobre o seu modo de viver e trabalhar, em que focamos especialmente no vocabulário por eles utilizado no ambiente de trabalho, apresentando, aqui, as lexias utilizadas para nomear a função que cada um exercia no correr da escala.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Luciano Rodrigues. Os garimpos clandestinos de ouro em Minas Gerais e no Brasil: tradição e mudança. *História e perspectivas*, Uberlândia, n. 37-37, p. 247-279, jan./dez. 2007.

FERREIRA, Manuela Barros. Língua e patrimônio: a palavra como lugar de onde se vê o mundo. In: ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). *Estudos geolinguísticos e dialetais sobre o português: Brasil-Portugal*: Campo Grande: Edufms, 2008, p. 289-311.

GEERTZ, Clifford. *O saber local*. Trad.: Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 1997.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Vocabulário do seringueiro: campo léxico da seringa. In: _____. *As ciências do léxico: lexicologia lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Edufms, 2001, p. 91-100.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

MARCONI, Marina de Andrade. *Garimpos e garimpeiros*. São Paulo: Conselho Estadual de Arte e Ciências Humanas, 1978.

SILVA, Maria Emília Barcellos da Silva. O dinamismo lexical: o dizer nosso e cada dia. In: AZEREDO, José Carlos de. *Língua portuguesa em debate: conhecimento e ensino*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 142-146.

ICONICIDADE EM FORMAS NEOLÓGICAS SUBSTANTIVAS

Maria Noêmi F. C. Freitas (UERJ/SMERJ)

freitas.noemi@gmail.com

1. Introdução

O que nos moveu para este estudo foi a pesquisa sobre a iconicidade do substantivo desenvolvida durante o nosso mestrado em língua portuguesa, concluído em 2008, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ao examinar a seleção de nomes (substantivos) em textos, para a escolha do *corpus* da pesquisa, observamos uma forte produtividade do potencial icônico nas formas neológicas. O neologismo é, para Rifaterre (1989), “a palavra própria”, criada para a necessidade da causa. Seja uma palavra nova, seja uma acepção nova para uma palavra já existente, o substantivo neológico surge para preencher uma lacuna de forma ou de sentido num processo de nominalização, ou ainda para cumprir uma função expressiva, a partir de uma espécie de luta entre os diversos interpretantes (possibilidades de sentido) e os diversos paradigmas disponíveis, na qual um novo elemento ou um novo sentido deverá destacar-se como o mais apropriado para a finalidade da ocasião. Além disso, o neologismo é a forma subjetiva que, na sua essência, é capaz de revelar elementos participantes da enunciação e a “inserção do sujeito na linguagem” (POSSENTI).

Cabe observar o processo de construção de identidades que faz com que o enunciador escolha uma forma (neológica, nesse caso) e não outra para nomear o objeto em questão. Para nós, esse processo decorre do aspecto metafórico da linguagem, no sentido de que, considerada a iconicidade, as palavras (os substantivos neológicos em especial) são signos icônicos que representam seus objetos (*referentes*) por similaridade, ou seja, a partir de “identidades postas à mostra” (SANTAELLA, 2002, p. 18), percebidas pelo enunciador na relação significante – significado.

Desse modo, cumpre-nos a tarefa de investigar a iconicidade das formas neológicas substantivas selecionadas, a fim de tentar captar as posições discursivas e os processos de discursivização que motivaram essas criações para a função de designar e orientar o sentido. Para tanto, fundamentamos nosso trabalho em questões relacionadas com a iconicidade verbal (SIMÕES), com base na semiótica de Peirce (SANTAELLA e

SIMÕES), considerados os processos semânticos (ULLMAN e MARQUES), discursivos (BAKTHIN e POSSENTI) e textuais (linguística textual).

Nosso texto também buscou inspiração na leitura do *Crátilo*, de Platão (vs. 1994).

2. *Sobre a preocupação com os nomes*

Já na antiguidade grega, Sócrates preocupava-se com a “justeza” dos nomes, a qual dizia ser “obra de artista” e julgava consistir “na expressão da natureza das coisas, com vistas a instruir”. Ele analisava a aptidão para a arte de atribuir e criar nomes. A “justeza dos nomes” a que se referia diz respeito mais à adequação do que propriamente à exatidão, e está ligada sempre a uma qualidade – a “natureza” – do objeto. Assim, *Agamémnon* (nome próprio) deve significar “um homem capaz de empreender o que uma vez lhe pareceu bem e de com perseverança e denodo o levar a cabo”; *gênio* (nome comum) deve designar “homens sensatos e sábios (PLATÃO, 1994, p. 47) e *herói*: “protetor”, segundo Boisacq (PLATÃO, 1994, p. 48), “senhor” ou “homem livre”, segundo Dr. W. Pape’s (PLATÃO, 1994, p. 48), mas também, empregado como título honorífico de soldados ou de reis, teria sido aproveitado por Homero para designar aqueles que se distinguiam por sua valentia ou outras qualidades. E, como Homero considerava os guerreiros dos tempos antigos *uma raça de homens semideuses (Ilíada, XII, 23)*, isto teria dado origem a que os heróis fossem elevados à categoria de entes sobre-humanos e, a que, depois, os colocassem entre os deuses e os homens (cf. PLATÃO, 1994, p. 48).

Mas, para Sócrates, o nome tem uma qualidade que lhe é própria e que o objeto não tem, que é a qualidade mesmo de ser nome. Do contrário, “Tudo seria duplo e não se poderia dizer qual é o objeto e qual o nome” (SÓCRATES, cf. PLATÃO, 1994, p. 139). As coisas têm sua própria realidade, independentemente de nós. Mas, assim como as coisas, são os atos referentes a elas. Eles são também uma determinada forma da realidade. Nomear é um ato do qual o nome é um instrumento. Ajustado, então, o ato ao objeto nomeado, eis a essência do nome.

A habilidade a que se refere Sócrates de “fitar os olhos no nome natural a cada objeto” lembra a imprecisão dos signos. No espaço que se situa entre a afirmação de Protágoras de que “o homem é a medida de to-

das as coisas” (SÓCRATES, cf. PLATÃO, 1994, p. 14), na qual os objetos são o que parecem a cada um (imprecisão), e a opinião de Eutídemus (PLATÃO, 1994, p. XCIII) de que as coisas são “para toda a gente sempre e exatamente iguais” (convenção) está a iconicidade dos nomes. É nessa base que se produzem os sentidos, latentes até que, na interação, dado o contexto, se atualizem.

Já aqui, podemos concluir que a “justeza” dos nomes é relativa.

3. *A categoria da qualidade em Peirce*

Na semiótica de Peirce, a categoria da qualidade é a iconicidade. Nessa perspectiva, o ícone é um estágio do signo que sugere ou evoca algo, porque a qualidade que ele exhibe se assemelha a uma outra qualidade (cf. SANTAELLA, 2002, p. 17).

O signo é entendido, em Peirce,

Como algo que representa *alguma coisa (objeto)* que ali não pode estar; signo é, portanto, um representâmen, algo que, sob certo aspecto ou de algum modo, representa alguma coisa para alguém; isto é, cria na mente do intérprete (receptor, decodificador) um sinal equivalente ou talvez um signo melhor desenvolvido ao qual chamou de *interpretante* do primeiro signo. (SIMÕES, 1999, in SIMÕES, 2004, p. 8)

Interpretante é “o conjunto de valores sociais que regula a compreensão das mensagens” (SIMÕES, 2004). Pode ser entendido, grosso modo, como “senso comum” (*Idem, ibidem*). Na visão peirciana, é

Uma espécie de supersigno ou supercódigo, individual ou coletivo, que reelabora constantemente o seu repertório de signos em confronto com a experiência, conferindo aos signos, em última instância, o seu significado real, prático. O interpretante, assim, não é uma coisa, mas antes o processo relacional pelo qual os signos são absorvidos, utilizados e criados. (PIGNATARI, 1976, *apud* SIMÕES, 2004, p. 10-11)

Neste ponto de vista, os significados não estão “presos” aos textos ou às palavras, são reconstruídos ou atualizados no processo de produção de sentido. Este processo constitui-se pela produção ininterrupta de uma cadeia de signos, que se inicia na seleção dos constituintes textuais, passando pela combinação e organização desses elementos, e se completa na interpretação. Nesse percurso, estabelecem-se as relações entre as palavras, expressões e símbolos e seus usuários, baseados em ‘princípios de cooperação’, sem os quais não é possível interpretar. Esses princípios e essas relações são objetos de estudo da pragmática. Cabe à semântica,

nesta perspectiva, analisar os signos “como unidades capazes de reunir traços suficientes à orientação do intérprete na direção dos significados e sentidos próximos ou apropriados para o texto”, rumo à textualidade (cf. SIMÕES, 2004, p. 16-18).

Pela ótica peirciana, é possível resgatar o caráter simbólico da linguagem, ou seja, a sua condição de produto histórico-ideológico que reflete a participação dos sujeitos na construção da realidade social, por meio do discurso, visto em Simões (2004, p. 21) como a “materialização textual de formas de ver o mundo”. Por este caminho, também chegamos ao *signo ideológico* de Bakhtin (1979, p. 34), que é o “resultado da enunciação concreta e da compreensão ativa”, que “traz para o primeiro plano as relações (...) entre sujeitos” (cf. CEREJA, 2005, p. 202). Para identificá-lo, é preciso que se leve em conta: o momento histórico e a situação de enunciação – os elementos extraverbaís que participam da construção de sentido, como, por exemplo, a identidade e o papel dos interlocutores, na esfera de circulação do signo, e a finalidade do ato enunciativo.

4. Iconicidade verbal

O signo icônico é um hipoícone, ou seja, um ícone degenerado, impuro, que “procura representar os fenômenos que se presentificam na consciência (...) por meio de imagens-ideias corporificadas em sinais perceptíveis que estariam no lugar da coisa que propulsionou a ação da consciência” (SIMÕES, 1999, p. 32).

Na ótica da iconicidade verbal (SIMÕES, 2009, p. 86), o produtor do texto encarrega-se de ativar signos que possam representar (ícones) ideias ou conduzir (índices) o interlocutor à mensagem básica prevista no projeto comunicativo. A representação do pensamento será tão mais icônica quanto mais proficiente for o enunciador. A iconicidade textual é, desse modo, uma qualidade do texto bem produzido, ou seja, do texto no qual a seleção e a combinação dos elementos linguísticos sejam capazes de “instruir” devidamente a leitura, em conformidade com o projeto do texto.

A iconicidade é um elemento deflagrador de fatores como: subjetividade, intencionalidade, ideologia, conhecimento de mundo, identidade, etc., que concorrem na negociação dos sentidos entre o emissor e o receptor. Tratar a linguagem em seu aspecto icônico é investigar a interferência desses fatores na produção de sentidos. O texto é um objeto-

imagem e as palavras são “âncoras textuais” ou “bússolas” na orientação desses sentidos.

5. Valor referencial

Na nossa perspectiva, a qual tem em vista a interação verbal, ou seja, a efetiva correspondência entre produção e recepção, supõe-se que a iconicidade seja o valor discursivo que motiva e orienta a escolha de uma ou outra forma em enunciados concretos e deve, por isso, ser interpretada. Essa hipótese reflete uma preocupação com a inserção social dos sentidos construídos e a relação dos enunciados com os sujeitos discursivos neles presentes, o que justifica a investigação no âmbito da Pragmática. Nesse sentido, a relação entre *nome* e *objeto nomeado* constitui-se num ato de referenciação.

Mas os estudos dos processos de referenciação também têm seu lugar na linguística textual. Koch (2004) apresenta uma análise desses processos centrada, principalmente, nas construções nominais e na nominalização, baseando-se numa concepção de percepção/interpretação focada no *ponto de vista* (já sugerida por Saussure), na prática social, na escolha intencional, na memória discursiva e na (re)construção interativa da realidade através da linguagem. Essa visão põe em foco a figura do *referente*, que se distingue da noção de *referência*, e inclui a percepção/cognição no aparelho teórico da semântica, de acordo com Blikstein (1985). O referente é visto como *objeto do discurso*, a referência é “aquilo que designamos, representamos, sugerimos quando usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com essa finalidade” (KOCH, 2004, p. 57).

Para Mondada e Dubois (1995), “aquilo que é considerado um ponto de vista estável de referência para as categorias pode ser decategorizado, tornado instável, evoluir sob o efeito de uma mudança de contexto ou de ponto de vista”. Para Apothéloz & Reichler-Béguelin (1995), tanto a referenciação como a progressão referencial consistem na construção e reconstrução de *objetos de discurso*, que são produtos fundamentalmente culturais da atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes. Dessas atividades decorre a (re)construção do próprio real.

6. Orientação metodológica

Investigar a iconicidade nas formas neológicas substantivas é tentar captar as posições discursivas ou processos de discursivização que motivam essas criações para a função de designar e instruir, ou seja, de orientar o sentido. Possenti (2001, cap. 10-11) já observara a necessidade de uma mudança teórico-metodológica na gramática, considerando, numa abordagem estilístico-discursiva, a busca de um “espaço de inserção do sujeito” e as relações entre forma e conteúdo, ou seja, a constituição dos enunciados e a sua interpretação.

7. Indeterminação semântica

Marques (2003, p. 61) considera inerente ao processo de significar certo grau de indeterminação: de um lado, considerando que uma palavra tem tantos sentidos quantas sejam as suas realizações contextuais e, de outro, que a indeterminação inerente ao significado decorre do fato de uma palavra ter um sentido básico a que se somam fatores circunstanciais.

Dependendo do grau dessa *indeterminação*, a palavra pode variar entre dois extremos de significado: a denotação e a *hipersementização* (MARQUES, 2003, p. 62), que é o grau máximo de conotação, podendo chegar ao esvaziamento da denotação da palavra. Como exemplo disso, estariam os casos de motivação fônica, que levam uma palavra a adquirir valores simbólicos próprios, independentemente do seu sentido referencial. Nesta visão, o sentido denotativo é o significado básico da palavra. No sentido conotativo, estão incluídos os valores contextuais ou situacionais do significado: “combinatória linguística, circunstâncias e finalidades, funções e intenções de seu emprego e fatores intersubjetivos presentes no ato de comunicação” (MARQUES, 2003, p. 62). Podemos pensar nisso especialmente em relação aos neologismos semânticos.

8. Evolução semântica

A escolha e, como consequência desta, o uso contribuem para a evolução semântica dos signos linguísticos.

Ullmann (1987, p. 411-438) aponta as seguintes causas da evolução semântica das palavras, na perspectiva histórica, dando destaque às designativas – os nomes:

causas linguísticas, em que sobressaem mudanças de sentido por contágio, entre termos que se associam sintagmática ou paradigmaticamente; causas históricas, que interferem no processo civilizatório e linguístico, através do progresso material e científico e da pluralidade cultural: nomes passam a ter novos referentes e vice-versa; causas sociais, que identificam alterações no uso de termos gerais com sentido restrito e outros, de uso especializado, que passam a ter novos sentidos e o âmbito de seu emprego ampliado; causas psicológicas, que abrangem mudanças decorrentes de fatores emotivos, tabus, usos metafóricos e metonímicos.

Além dessas causas, Ullmann menciona ainda: a influência estrangeira – empréstimos semânticos (cf. ULLMANN, 1987, p. 345 e seg. e 354 e seg.) e a necessidade de um nome novo (*Idem*, p. 436 e seg.).

Já para Bakhtin, tanto a seleção como o fenômeno da evolução semântica estão associados a um julgamento de valor.

9. Análises

9.1. Análise I:

(Trecho)

Ele urge odiosamente, como se fôssemos todos criminosos (o país ainda tem duas ou três pessoas que não o são), numa publicidade sempre grosseira, e humilhante pro contribuinte (leia-se extorquido). Fim com ele, Leon-liberalismo! (MILLÔR. O leão. *Veja*, 25 de abril de 2007, p. 20)

Temos aí um substantivo masculino: *Leon-liberalismo*. A letra maiúscula inicial e a função de vocativo dão ao termo status de nome próprio. A palavra compõe-se de “leon” (forma original de “leão”, empregada estilisticamente, por ‘trocadilho’, e definida no dic. Houaiss, no uso informal, regionalista bras., por metáfora, como “órgão responsável pela arrecadação do imposto de renda”) + “liberalismo” (por associação pejorativa com o termo neoliberalismo (doutrina político-econômica, do século XX, reguladora e assistencialista, que, na definição do dic. Houaiss, desde a década de 1970 “defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia”). A associação também ocorre no nível fonológico, com a recuperação do ditongo aberto /eo/, de neo (neoliberalismo), no primeiro elemento da forma neológica, de considerável efeito estilístico.

O termo é relativo à arrecadação do imposto de renda, a qual é socialmente representada pelo símbolo “leão”, visto como animal “predatório” e “o mais prepotente, odioso, animal das fábulas” e que, historica-

mente, só entrava “na arena para perseguir, mutilar e devorar os pobres, os famintos, os cristãos”. Toda essa definição do animal, dada no contexto, constitui e justifica a referência metafórica ao objeto nomeado.

Assim, esse neologismo define-se, por derivação, como doutrina – “conjunto de princípios adotados num determinado ramo do conhecimento” (HOUAISS) – neste caso, do sistema de arrecadação do imposto de renda. Não há sinônimo correspondente.

9.2. Análise II:

(Título)

O apagão é do governo.

(PIRES, Adriano e SCHECHTMAN, Rafael. O apagão é do governo. *O Globo*, 10 de maio de 2007, p. 7: Opinião)

O substantivo comum masculino *apagão* é um caso de neologismo semântico. O sentido literal é “blecaute” (‘interrupção no fornecimento de energia elétrica’), de acordo com o dic. Houaiss, e “risco de déficit de energia’, de acordo com o texto de referência. Entretanto, o autor, recuperando esse sentido denotativo e as qualidades que a ele se associam, metaforiza o termo, que evolui, no contexto dado, para falta de ação do governo em relação à situação da oferta de energia no Brasil, na época.

Esta palavra, com o mesmo tipo de emprego (metafórico-neológico) aparece também na seguinte frase de Zuenir Ventura, sobre o “caos aéreo” de 2007:

(Trecho)

É um apagão crônico, sem luz no fim do túnel.

(VENTURA, Zuenir: O desafio pós-Pan?. *O Globo*, 25 de julho de 2007, p. 7: Opinião)

Em ambos os casos, significa “falta de ação”. Com este sentido, pode ser sinônimo de: omissão, descuido, inércia, passividade, esquecimento, negligência, despreocupação. As imagens “apagão crônico” e “sem luz no fim do túnel” são metáforas e associam-se semanticamente – as expressões são, praticamente, sinônimas.

Luiz Garcia também usa o termo com significado expandido para “falta de” (ética), numa referência ao “mau” uso político da ocupação dos quadros de governo, em:

(Título)

Antes, o apagão ético

(GARCIA, Luiz: Antes, o apagão ético. *O Globo*, 3 de agosto de 2007, p. 7: Opinião)

9.3. Análise III:

(Título)

Vai ser uma tsunami no Rio

(*O Globo*, 10 de julho de 2007)

O neologismo semântico *tsunami* explica-se no próprio contexto, segundo o qual, o presidente da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH-RJ), Alfredo Lopes, teria se referido aos “efeitos catastróficos” da iminente greve da Polícia Civil e de outras categorias durante os Jogos Pan-americanos, com a seguinte frase: “Vai ser uma *tsunami* no Rio de Janeiro”. O termo aparece com mudança de gênero que é como, comumente, é visto na versão neológica.

O significado da palavra oscila, ao ser aproveitado, no título da matéria jornalística, recuperando apenas uma parte (eclipse parcial) do enunciado original: “Vai ser uma *tsunami* no Rio”. Nesta construção, além de remeter ao referente catafórico *Rio de Janeiro* (que aparece no corpo do texto), apesar da letra maiúscula da palavra *Rio*, evoca também a ideia de que tsunamis, ao que se sabe, acontecem no mar, mas, desta vez, estaria acontecendo no “rio”, recorrendo ao nosso conhecimento de mundo. Assim, o “trocadilho” afeta o significado e o referente do termo em análise, os quais têm sido semanticamente explorados, desde que um tsunami, em dezembro de 2004, atingiu a costa asiática devastando áreas imensas e provocando milhares de mortes. (Observe-se o gênero masculino do termo empregado no seu sentido original, denotativo.)

O sentido denotativo de *tsunami*, originalmente substantivo comum masculino, é “vaga marinha volumosa, provocada por movimento de terra submarino ou erupção vulcânica” (HOUAISS). No contexto dado, evolui para um neologismo semântico, ao ser empregado na forma feminina, podendo significar “tragédia, catástrofe, desgraça, infortúnio”

(por associação de qualidades), quando se refere ao Rio de Janeiro. Entretanto, na forma como aparece no título, se interpretado como visto acima, contrapondo-se “tsunami no rio” a “tsunami no mar”, retoma seu sentido original, apesar da forma feminina.

Vejam os outros casos em que essa palavra tem o âmbito de seu emprego ampliado, passando a um novo sentido no próprio contexto de ocorrência:

(Texto – grifos nossos)

O QUE NUNCA ACONTECEU ANTES

Luís Fernando Veríssimo (*O Globo*, 2/1/2005)

Deve haver poucas coisas mais aterrorizantes do que uma *tsunami*, a onda gigante causada por um maremoto. A visão de uma parede de água vindo na direção da praia é um pesadelo comum da Humanidade, mesmo de quem nunca esteve perto do mar. Li que ter que fugir de ondas gigantes e estar no meio de uma multidão são as angústias mais recorrentes nos maus sonhos de todo mundo, interpretações à vontade. O terror da grande onda talvez tenha a ver com a nossa origem oceânica: ficou nas nossas células o medo secreto de que, cedo ou tarde, o mar virá nos pegar de volta.

Um dado que eu não sabia e que aumenta o terror: a velocidade da *tsunami* é quase igual à de um jato. Foi, em parte, por isso que as ondas atingiram as costas de surpresa, sem aviso, e que houve tantas mortes. Mas foi também porque a área mais atingida não tinha nenhum sistema de alarme. A Austrália recebeu um aviso do maremoto, a Índia e os outros países do Oceano Índico não. Porque não pertenciam ao sistema. Em tudo, o serviço nos países ricos é sempre melhor que nos países pobres. Resultado estimado, quando escrevo: 20 mil mortos. Outra razão para a tragédia foi o simples fato de que nada parecido tinha acontecido antes na região. Para quem acha que fenômenos naturais são sinais no código em que é anunciado nosso destino, ainda mais tão perto da passagem de ano, então a mensagem destas ondas é clara. Em 2005 vão acontecer coisas que nunca aconteceram antes.

Estávamos preparados para um ano novo. Estaremos preparados para um ano inédito?

Nada a ver, mas o ano brasileiro também terminou com algo que nunca tinha acontecido antes, se não era um delírio. Durante alguns dias parecia estar-se discutindo se o problema do povo brasileiro era comer de menos ou comer demais. O IBGE dizendo que tinha medido o povo e que ele estava obeso, o que equivalia a uma *tsunami* estatística varrendo todos os nossos pressupostos sociológicos, e o Lula dizendo que a obesidade era disfarce, ou coisa parecida. Já se estaria até falando em suspender todos os programas de combate à miséria – “Não precisa mais, gente!” – e substituí-los pela distribuição de cartilhas da dieta Atkins. Se o episódio aconteceu mesmo ou se foi um delírio induzido, mostra que entramos num ano de graves riscos. Para o bom senso, antes de mais nada.

Fique atento ao inédito em 2005, portanto. Bichos nascendo com cara de gente, gente nascendo com rabo, jurois caindo, tudo que for estranho e não for marquetchim. E preste atenção, muita atenção, no nível do mar.

Apesar do emprego no feminino, as duas primeiras ocorrências da palavra remetem ao significado denotativo, expresso no texto como “onda gigante causada por um maremoto” – o feminino decorre, possivelmente, da associação com “onda”, é comum ver-se esse emprego. Na terceira ocorrência, há uma mudança na atitude discursiva e o termo evolui, passando ao status de neologismo semântico, graças a um processo que se pode dizer metafórico, a partir de identidades postas à mostra, como a qualidade de fato inesperado que “varre” o que está pela frente, mudando o estado de coisas. Passa, então, a significar “surpresa, fato inédito ou inesperado”. Com isso, o termo é recategorizado, graças a um processo de reavaliação e reconstrução da realidade.

Há, ainda, a possibilidade de um neologismo dar origem a outro, o que demanda, para a sua interpretação, o acionamento do nosso conhecimento de mundo e da história da palavra. O caso a seguir ilustra bem esse fato: o primeiro dá origem ao segundo, por associação (imagética) e, ao mesmo tempo, por oposição de qualidades. A frase, que minimizou discursivamente os efeitos da crise econômica americana no Brasil, é de 2008, do então Presidente Lula:

Lá (nos EUA), ela é um tsunami; aqui, se ela chegar, vai chegar uma marolinha que não dá nem para esquiar.

(Publicação de Ricardo Galhardo – *O Globo*, 4/10/2008. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410>>. Acesso em: 27-09-2013.

10. Conclusão

O ato de nomear é mais do que uma atividade de designar, é um modo de conceituar as coisas e o mundo que nos cerca, de (re)construir a própria realidade. A capacidade de concisão dos nomes (de reunir todos esses ingredientes vistos e qualidades) parece ter seus melhores modelos na criação neológica. Este talvez seja, mesmo, o campo mais fértil de realização das potencialidades icônicas do substantivo. Os neologismos são signos fortemente motivados, criados propriamente para os seus contextos de ocorrência, buscando atingir o grau máximo de expressividade.

Quanto aos seus criadores, cabe destacar mais esta reflexão de Sócrates em seus diálogos:

Por consequência, Hermógenes, a formação de um nome não parece, como tu julgas, obra de pouca monta nem de gente medíocre ou de um homem qualquer. Quanto a Crátilo, tem razão, ao afirmar que os nomes são inerentes, naturalmente, às coisas e que nem todo homem é artista de nomes; mas só aquele que fitar os olhos no nome natural a cada objeto e for hábil lhe reduz a forma a letras e sílabas. (SÓCRATES, cf. PLATÃO, 1994, p. 26.)

As criações neológicas substantivas pressupõem uma atividade cognitiva produtora de iconicidade, da qual decorre um valor estilístico-discursivo relevante na interpretação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Ieda Maria. *Neologismo: criação lexical*. São Paulo: Ática, 2004.

APOTHÉLOZ, Denis; REICHLER-BÉGUELIN, M.-J. Construction de la référence et stratégies de désignation. In: BERRENDONNER, A. E REICHLER-BÉGUELIN, M.-J. (Eds.). *Du syntagme nominal aux objets-de-discurs*. Neuchâtel: Université de Neuchâtel, 1995, p. 363-397.

BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1979.

BLIKSTEIN, Isidoro. *Kaspar Hauser ou A fabricação da realidade*. São Paulo: Cultrix, 1985.

CEREJA, William. Significação e tema. In: BRAIT, Beth. (Org.): *Bakhtin, conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 201-220.

FREITAS, Maria Noêmi F. da Costa. *Cigarras, formigas, severinos & cia.: um olhar atento para a iconicidade do substantivo*. 2009. Dissertação de mestrado, UERJ, Instituto de Letras, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.05. Instituto Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MARQUES, Maria Helena Duarte. *Iniciação à semântica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, D. Construction des objets du discours et catégorisation: une approche des processus de référenciation. In: BERRENDONNER, A.; REICHLER-BÉGUELIN. *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*. Neuchâtel: Université de Neuchâtel, 1995, p. 273-305.

PLATÃO. *Crátilo*. Versão do grego, prefácio e notas: Pe. Dias Palmeira. 2. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1994.

POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RIFATERRE, Michel. *A produção do texto*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

SANTAELLA, Lucia. *Semiótica aplicada*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SIMÕES, Darcília. Leitura e produção de textos: subsídios semióticos. In: VALENTE, André. (Org.). *Aulas de português: perspectivas inovadoras*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Coesão, coerência e cognição em perspectiva semiótica. *Caderno Seminal*, ano 8, n. 13: Semiótica – ciência, método e interdisciplinaridade. Rio de Janeiro: UERJ/Dialogarts, 2002.

_____. Subsídios para a análise dos conteúdos textuais. *Matraga*, v. 16. Rio de Janeiro, 2004, p. 101-124.

_____. *Iconicidade verbal: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2009.

ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Lisboa: Calouste Gulbekian, 1987.

**INSTRUMENTOS LEXICOGRÁFICOS REGIONAIS:
ESTUDO DE AMARAL (1920)⁵³, TEIXEIRA (1944)
E ORTÊNCIO (2009)**

Rayne Mesquita de Rezende (UFG)

raynemesquita@hotmail.com

Maria Helena de Paula (UFG)

mhpcat@gmail.com

1. Considerações iniciais

O trabalho que hora se apresenta assenta-se nos estudos do léxico, mais precisamente na lexicologia e na lexicografia, com enfoque na lexicografia regional.

Sabemos que os resultados do labor lexicográfico, sob as formas de dicionários de variadas tipologias, enciclopédias, vocabulários e glossários constituem um amplo acervo sistematizado das unidades lexicais da língua, seja no que diz respeito a explicações e definições relacionadas a fatores internos do sistema língua (dicionários, vocabulários e glossários), bem como as explicações relativas a informações exteriores à língua (enciclopédia); por isso, configuram-se objetos basilares para pesquisas que possibilitam o estudo da língua em diversos níveis (morfológico, lexical, semântico, gramatical, sintático, fonético etc.).

Assim, tendo como ponto de partida a observação de três produtos lexicográficos de cunho regionalista, sendo o vocabulário registrado por Amadeu Amaral (1976) na obra *O Dialeto Caipira*; o glossário presente em *Estudos de Dialectologia Portuguesa: Linguagem de Goiás*, de José Aparecido Teixeira (1944) e por fim o *Dicionário do Brasil Central – subsídios à filologia*, da autoria de Waldomiro Bariani Ortêncio (2009) é que teceremos algumas considerações sobre como a lexicografia, quando voltada para a esfera regional, torna-se um subsídio de grande valia para a legitimação da variação linguística das unidades lexicais, que adquirem sentidos diferentes conforme o âmbito regional em que é utilizada.

⁵³ Citaremos sempre pela edição de 1976.

2. Os estudos do léxico: classificações e subdivisões

Ao conjunto das unidades lexicais que denominam os elementos concretos e abstratos, que abarcam o universo de uma comunidade linguística intitulamos de léxico. Assim sendo,

O léxico de uma língua é que mais reflete nitidamente o ambiente físico e social dos falantes. O léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as idéias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade (SAPIR, 1969, p. 3).

É através da investigação do léxico que podemos identificar a construção dos signos e os significados que designam por meio das palavras a totalidade de seres, objetos, sentimentos e ações recebidas e praticadas pelos indivíduos partícipes de uma sociedade organizada.

Em relação ao estudo do léxico, enquanto subsistema da língua e objeto de estudo da ciência linguística, há duas áreas que se debruçam sobre as questões advindas desse subsistema, a lexicologia e a lexicografia. Bideman (1984) distingue com clareza as particularidades de cada uma que, embora tenham o mesmo objeto de análise, têm enfoques diferentes.

A *lexicologia* estuda o léxico enquanto sistema e seus elementos constitutivos, já a *lexicografia* descreve o léxico, elaborando dicionários, dentre outros tipos de produtos, para a consulta e esclarecimento dos usuários da língua (BIDERMAN, 1984). Então, o traço distintivo entre ambas concentra-se nos seus objetivos e metodologia; ao passo que a primeira investiga os processos de formação, estruturação e desenvolvimento do léxico, a segunda registra e tenta organizar por meio de seus produtos, o mesmo léxico servindo-se dos pressupostos teóricos e dados apresentados pela lexicologia.

Feitos esses breves apontamentos acerca das ciências do léxico nos deteremos a partir desse ponto a tratar da lexicografia, de sua funções e a importância da atuação para a legitimação de unidades lexicais como parte do acervo lexical da comunidade linguística.

Dentre as ciências do léxico, a lexicografia surgiu antes da lexicologia. A finalidade de desvendar os significados das palavras, se dá desde a Grécia antiga, através da produção dos glossários anexados aos livros, os quais representavam o nascimento da lexicografia (KRIEGER, 2006).

Welker (2011) destaca que a lexicografia opera nos eixos prático e teórico, sendo considerada por alguns autores uma subdivisão, entre a

produção de dicionários e instrumentos lexicográficos diversos e metalexigrafia ou lexicografia teórica, pesquisas sobre dicionários.

Então, ao estudo de técnicas para a confecção e classificação de dicionários fazem parte do campo de pesquisa da metalexigrafia, enquanto que a produção do dicionário, é parte da lexicografia prática. Passemos a seguir para uma breve distinção entre os tipos de produtos lexicográficos. Restringimo-nos nesse trabalho a discorrer com mais afinco apenas sobre os tipos que presentes no mesmo.

A classificação tipológica dos instrumentos lexicográficos constitui um processo bastante complexo, uma vez que dentro de um dos seus tipos, os dicionários, existem vários subtipos. Partimos então para a classificação geral dos tipos de instrumentos que são basicamente as que seguem: enciclopédia, dicionário, glossário e vocabulário (COELHO, 2008).

Nosso *corpus* de investigação neste estudo se compõe de três tipos desses objetos, que descreveremos a seguir:

- a - **vocabulário**: apresenta o conjunto das palavras de um determinado campo da língua ou ainda de uma norma linguística, de um segmento qualquer da língua (regional social, técnico etc.). O que o distingue do dicionário é que as informações apresentadas nos seus verbetes são mais reduzidas trazendo na maioria dos casos apenas o lema e a definição. Sua macroestrutura também é menor, pois descreve apenas uma fração da língua.
- b - **glossário**: este é definido por Biderman (1984, p. 139) como uma relação de palavras que ajuda o leitor na compreensão de um texto. Estes aparecem geralmente nos finais de livros ou textos;
- c - **dicionário**: constitui uma organização sistemática do léxico de uma língua, por meio do registro e da definição das unidades lexicais de que o mesmo é composto (BIDERMAM, 2001). Consoante à afirmação feita acima, de que a categoria dicionário subdivide-se em diversos tipos, de acordo com a proposta lexicográfica, temos então os tipos; geral/padrão, parciais (de regionalismos, gírias, jargões etc.), especializados (técnico ou terminológico), escolar, histórico, *thesaurus*, multilíngues, dentre outros, estruturados semasiologicamente. Quanto aos onomasiológicos, temos o analógico, o ideológico e o temático.

Feita a distinção entre os tipos de objetos lexicográficos em que nos basearemos, seguem apontamentos gerais, no que diz respeito a sua forma e conteúdo.

3. Breves apontamentos sobre produção lexicográfica regional

Nesta seção, faremos a descrição de cada um dos três instrumentos lexicográficos que constituem o *corpus* desse estudo, ressaltando suas principais características. Em seguida, discutiremos sobre como a lexicografia pode contribuir para o estudo e a legitimação dos regionalismos, uma vez que o registro de uma unidade lexical em um acervo lexicográfico, independentemente de sua natureza, lhe confere a autenticação de como se dá parte dos usos de uma comunidade linguística.

De início esclarecemos que a tanto o “Vocabulário” de Amaral (1976), como o “Glossário Regional” de Teixeira (1944), são partes integrantes de obras cuja temática é a variação linguística diatópica⁵⁴.

O primeiro traz uma investigação acerca do dialeto caipira no interior do estado de São Paulo. Já o segundo tem como foco a variação linguística no estado de Goiás.

Quanto ao último elemento que integra essa tríplice, trata-se do *Dicionário do Brasil Central*, de Ortêncio (2009), obra também de caráter regionalista cujos traços principais mais adiante destacaremos.

O “Vocabulário” que compõe o quinto capítulo da obra *O Dialeto Caipira*, da autoria de Amadeu Amaral (1976), apresenta uma descrição da proposição do autor ao elaborá-lo, qual seja, reunir os “brasileirismos”, correntes no estado São Paulo, usados pelos roceiros e caipiras, destacando que o seu linguajar diferia dos falantes que viviam na cidade, ainda que fossem incultos (AMARAL, 1976). Totaliza 1.720 verbetes, em ordem alfabética, com orientação semasiológica.

A estruturação dos verbetes tem a seguinte ordem: 1º) o lema, em letras versais e foram grafadas conforme o autor ouvia de seus informan-

⁵⁴ O conceito de variação diatópica/regionalismo em que nos embasamos parte da proposição de Bidedam (2001, p. 136) “creio que se pode definir como *regionalismo*: qualquer fato linguístico (palavra, expressão, ou seu sentido) próprio de uma ou de outra variedade regional do português do Brasil, com exceção da variedade usada no eixo linguístico Rio/São Paulo, que se considera como *português brasileiro padrão*, isto é, a variedade de referência [...]”.

tes. Em alguns casos, quando há uma diferença considerável entre esse registro e as regras ortográficas da época (1920), Amaral traz escrito em itálico a grafia correta após o registro da lexia como fora pronunciada; 2º) em seguida, a categorização léxico-gramatical; 3º) a definição, que apresenta os sentidos que as unidades adquiriram dentro do contexto caipira; 4º) por fim, para uma quantidade considerável de verbetes, coloca algumas abonações retiradas de obras literárias que, segundo Amaral (1976), têm a função de demonstrar situações reais de uso.

Observemos os verbetes a seguir, retirados do vocabulário caipira de Amaral (1976):

ESPARRAMO, s. m. – ato ou efeito de esparramar; desordem, confusão: “Vacêis num me atente num me atente que sinão ainda faço um *esparramo*” (p. 131).

PESCOCEÁ (R), v. t. – dar pescoção: “Quelemente *pescoceou* a Mariona”. (C. P) (p. 164).

É interessante atentar que, embora Amadeu não fosse lexicógrafo ou dicionarista, o mesmo demonstra ter um cuidado metodológico apurado, quanto à estruturação dos verbetes. É fato que devido a suas condições de produção, no início da década de 20, o vocabulário contém algumas lacunas, mas que não interferem no sucesso de sua proposição de inventariar as palavras mais recorrentes na fala dos caipiras paulistas.

Há que se considerar, ainda, que os estudos sobre a metodologia empregada na produção de dicionários no período contemporâneo a esse autor, no Brasil, nem dava seus primeiros passos.

No intuito de fazer a descrição do segundo instrumento observado, destacamos que José Aparecido Teixeira (1944) tem como base a variação linguística no estado de Goiás nos níveis diatópico e diastrático em meados das décadas de 30 e 40. Durante a sua investigação sobre o linguajar goiano, este considera também a variação dos falares de acordo com as classes sociais dos observados, as quais ele divide em culta, semiculta e analfabeta.

A divisão geográfica do estado de acordo com a linguagem registrada foi feita por cidades e zonas (central, nordeste e norte), ou então a unidade lexical era classificada como de uso geral. Teixeira (1944) aponta 23 cidades goianas, dentre as quais duas atualmente fazem parte do estado do Tocantins. Isso se explica porque na época da publicação de *Estudos de Dialectologia Portuguesa: Linguagem de Goiás*, Tocantins ainda não havia sido desmembrado de Goiás.

As 253 unidades lexicais inventariadas por Teixeira (1944) no “Glossário Regional” apresentam uma forma peculiar, não são estruturadas como verbetes, e sim dispostas em uma tabela, na ordem alfabética e semasiologicamente. Ademais, as páginas do glossário não são enumeradas.

Figuram nessa sequência: 1º) as marcas de uso que se segmentam em neologismo, neologismo semântico, brasileirismo, portuguesismo e arcaísmo; em certos casos, ainda que não conste na lista de abreviaturas do glossário, o autor classifica as lexias como “etm. pop.”, logo, etimologia popular; 2º) o lema; 3º) a classificação léxico-gramatical; 4º) a significação/definição, acompanhada da abonação na célula ao lado. Por vezes, a abonação aparece cumprindo o papel da definição, quando ao que tudo indica, o autor não encontra como sinônimo uma lexia semelhante no léxico geral para colocar como acepção; 5º) por fim, o local onde a ocorrência da unidade lexical foi registrada, dividido em cidades, ou no caso de mais de um lugar, zonas. A tabela a seguir ilustra nossa observação:

Classificação	Vocabulo		Significação		Local
Brasileir.	Briquitar	v.	Lutar, pelear	Em Minas significa – matar o tempo, entreter-se. C. Figº. propõe o último: briquitar, brincar.	Ipameri
Neolog.	Butelo e bitelo	s.m.	Pessoa ou objeto de enormes proporções		Geral

Tabela 1 – Demonstrativo da estruturação dos verbetes na seção “Glossário Regional”, de Teixeira (1944).

Passamos agora para a descrição do último objeto lexicográfico que compôs nosso *corpus* o *Dicionário do Brasil Central – subsídios à filologia* (2009), em sua segunda edição.

Salientamos que as exposições feitas aqui partem da observação da macro e da microestrutura do referido item na versão digital, que acompanha o formato impresso, embora em alguns momentos tivemos que recorrer ao formato tradicional a fim de sanar algumas dúvidas, posto que ambos os formatos apresentam algumas diferenças, no que diz respeito às seções apresentação/proposta lexicográfica, que não constam na forma digital.

O dicionário traz o registro de regionalismos do Centro-oeste brasileiro retirados de *corpora* de origem diversificada (oral e escrita). Trata-se de um acervo semasiológico com cerca de 9.000 verbetes na versão impressa⁵⁵.

Ao abrirmos o aplicativo do dicionário, surgem listadas a esquerda de tela todas as entradas. Os significados aparecem à direita, quando clicamos em um dos lemas. Na parte superior há a barra de tarefas, que contém uma caixa de pesquisa funcionando como mais uma alternativa para a procura dos verbetes, seguida das seções *ajuda*, *guia do leitor*, *ficha técnica*, *bibliografia* e *autores consultados*.

Em relação a sua microestrutura, temos à esquerda o lema e à direita a definição que, por vezes, é dada de simplesmente através de uma abonação retirada em grande parte dos casos de obras literárias, implicando a ausência da definição por sinonímia ou paráfrase do termo definido.

A transcrição do verbete abaixo contempla nossas considerações:

Verbete	Aceção
Lorota	Mentira; conversa fiada: "... Brito caçava lugar firme para pregar a lorota." H. Borges, CM, 74.

Tabela 2 – Demonstrativo de verbete retirado de Ortencio (2009), em versão eletrônica.

Feita a exposição das particularidades que observamos em cada um dos elementos que serviram de *corpus* para nosso trabalho, constatamos que a contribuição da lexicografia para o estudo dos regionalismos é bastante válida, mas que precisa seguir alguns paradigmas de produção para que se torne fonte de pesquisa confiável. Sobre essa temática, Frubel e Isquerdo (2004) asseveram que,

Diversamente dos dicionários gerais que descrevem a língua escrita e registram o repertório lexical da modalidade padrão da língua, os dicionários de regionalismos reúnem o acervo lexical de uma subnorma, funcionando como documentação dos usos dialetais – variação linguística no eixo horizontal[...] (FRUBEL; ISQUERDO, 2004, p. 153).

⁵⁵ Devido a algumas disparidades nas seções que citamos no texto anteriormente, não podemos afirmar com certeza se o dicionário digital contém a mesma quantidade de verbetes do que o formato tradicional. Ademais, o autor não fornece nenhuma informação que nos permita elucidar essa questão.

Considerando os dicionários de regionalismos, bem como os glosários e vocabulários produzidos com esse teor como documentos, visualizamos a importância desses acervos, que muito além de listas de palavras e seu significados, guardam as peculiaridades linguístico-culturais de uma comunidade, sua memória e seus costumes denotando também as mudanças que ocorridas no âmbito extralinguístico, que inevitavelmente são absorvidas pelo léxico. “E é pelo léxico que se pode avaliar a ideologia vigente num determinado grupo social, numa determinada época” (BORBA, 2003, p. 307).

4. Palavras finais

Ao longo desse trabalho, procuramos discorrer sobre como a ciência lexicográfica e seus instrumentos contribuem para o registro e legitimação de uma unidade lexical com regionalismo.

No encaixe de tal objetivo, investigamos três tipos diferentes de obras lexicográficas, elaboradas em épocas distintas (dois na primeira metade do século XX e o outro consiste numa edição ampliada da primeira década do século XXI).

Durante nosso percurso teórico-metodológico, percebemos que todas as três obras, apresentam algumas disparidades no que tange a micro e macroestrutura, partes que integram objetos lexicográficos de variada tipologia, uma vez que a sua produção requer uma série de etapas que vão desde a seleção do *corpus*, passando pelo recorte da língua que se enseja recobrir, a seleção da quantidade de palavras, da qual resultará a nomenclatura da obra, até a estruturação do verbete.

Contudo, nosso enfoque não era o de fazer uma análise prioritariamente metalexiconográfica, mas demonstrar que a lexicografia contribui para além do estudo do léxico, que sejam repensadas as questões como a das várias normas linguísticas, sua legitimação e reconhecimento enquanto formas válidas de realização da língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. 3. ed. São Paulo: HUCITEC / Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.

BIDERMAN, Maria Teresa Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida. Negri. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: Edufms, 2001, p. 13-22.

_____. Os dicionários na contemporaneidade: arquiteturas, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida. Negri. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Edufms, 2001, p. 131-144.

_____. O dicionário padrão da língua. *Alfa*. São Paulo, vol. 28 (supl.), n. 42. p. 27-43, 1984b.

BORBA, Francisco da Silva. Montagem de dicionários de língua. In: _____. *Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia*. São Paulo: Unesp, 2003, p. 301-333.

COELHO, Braz José. Dicionários – estrutura e tipologia. In: _____. *Linguagem: lexicologia e ensino de português*. Catalão: Modelo, 2008, p. 13-43

FRUBEL, Auri Claudionei Matos; ISQUERDO, Aparecida Negri. Vocabulário do falar sul-mato-grossense: aspectos lexicográficos e socioculturais. In: ____; KRIEGER, Maria da Graça. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Edufms, 2004. p. 153-166.

ISQUERDO, Aparecida Negri. A propósito de dicionários de regionalismos do português do Brasil. In: ALVES, Ieda Maria; ISQUERDO, Aparecida Negri. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Edufms; São Paulo: Humanitas, 2007, p. 283-293.

_____. Acheegas para a discussão do conceito de regionalismos no português do Brasil. *Alfa*, São Paulo, v. 50, n. 2. p. 9-24, 2006.

KRIEGER, Maria da Graça. Lexicografia: o léxico no dicionário. In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. (Org.). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p. 158-171.

ORTÊNCIO, Bariani. *Dicionário do Brasil Central: subsídios à filologia*. 2. ed. rev. e ampl. Goiânia: Kelps, 2009.

SAPIR, Edward. Língua e ambiente. In: _____. *Linguística como ciência*. Acadêmica, 1969, p. 43-62.

TEIXEIRA, José Aparecido. *Estudos de dialectologia portuguesa: linguagem de Goiás*. São Paulo: Anchieta, 1944.

WELKER, Herbert Andreas. Conversando com estudiosos de lexicografia. In: XATARA, Cláudia; BEVILACQUA, Cleci Regina; HUMBLÉ, Philippe René Marie (Orgs.). *Dicionários na teoria e na prática: como e para quem são feitos*. São Paulo: Parábola, 2011, p. 27-133.

LETRAMENTO: UM TEMA ENTRE VÁRIOS AUTORES⁵⁶

Álvaro Vinícius de Moraes Barbosa Duarte (UFPE)
viniciuscac@ig.com.br

1. Introdução

Ao se escolher um tema para a construção de um ensaio, pensa-se, primeiramente, na relevância que a discussão sobre esse tema pode ter e também nas conclusões às quais podemos chegar ao cruzarmos as diferentes ideias e pontos de vistas de autores que discutem sobre a temática em questão.

Nesse sentido, letramento é um desses temas em que se há uma necessidade de aprofundamento teórico e um cruzamento de ideias, que visam a esclarecer dúvidas teóricas e práticas que giram ao redor desse conceito, ainda não muito claro para alguns estudiosos e principalmente para muitos professores. Também nos parece interessante destacar a não concordância entre os autores sobre a definição do que é o letramento.

Partindo dessa “indefinição” teórica, tentaremos esclarecer o que alguns autores entendem por letramento. Será que esse conceito se confunde em alguns momentos com o conceito de alfabetização? Que relação existe entre letramento e alfabetização? São processos distintos e precisam ser diferenciados na prática do professor?

As perguntas elencadas no parágrafo anterior talvez sejam comuns a muitos estudiosos e principalmente a muitos professores que trabalham com o ensino de língua. Por esse motivo, nos parece interessante revisitar o que alguns autores dizem sobre a discussão da temática sobre letramento, para tentar nos posicionar crítica e teoricamente sobre o tema.

2. Origem do termo letramento

A primeira ocorrência do termo “letramento” data da década de 80. Segundo Soares (2009), uma de suas primeiras ocorrências está em uma obra de Mary Kato, em 1986, cujo título é *No Mundo da Escrita*:

⁵⁶ Intertextualidade explícita na obra de Magda Soares *Letramento: um tema entre três gêneros*.

Uma Perspectiva Psicolinguística. Nessa situação a autora cita a palavra sem fazer nenhuma definição a seu respeito, não havendo uma exploração de seu conceito, na verdade poderíamos dizer que Kato redigiu, talvez, o termo em questão a partir de um processo de textualização, ao sentir a necessidade de criar uma palavra que definisse o sentido do que pretendia dizer.

Já em 1988, Leda Verdiani Tfouni, em *Adultos Não Alfabetizados: O Avesso do Avesso*, diferencia alfabetização de letramento. Usa o termo letramento, pondo-o em um cenário de discussão conceitual. Segundo Soares (2009), depois dessa publicação, a palavra letramento adquiriu estatuto de termo técnico, passando a figurar no discurso de muitos especialistas da área. Nessa ocasião, Tfouni (1988) apresenta uma definição para o termo e introduz a palavra nos debates da área.

Já na introdução da obra supracitada, Leda Verdiani Tfouni marca as definições de escrita, alfabetização e letramento, como podemos comprovar no trecho abaixo:

Apesar de estarem indissolúvelmente e inevitavelmente ligados entre si, escrita, alfabetização e letramento nem sempre têm sido enfocados como um conjunto pelos estudiosos. Diria, inicialmente, que a relação entre eles é aquela do produto e do processo: enquanto que os sistemas de escritura são um produto cultural, a alfabetização e o letramento são processos de aquisição de um sistema escrito. (TFOUNI, 1988. p. 9)

Já antes de Kato (1986) e de Tfouni (1988), Magda Soares, em um artigo publicado em 1985, intitulado “As muitas facetas da alfabetização”, cujo objetivo era apontar algumas facetas do processo de alfabetização que vinham sendo estudadas e pesquisadas, já tinha levantado uma discussão sobre o que hoje se entende por letramento, mas não havia usado a nomenclatura “letramento”, já que o termo era desconhecido e não havia discussões sobre ele naquela época.

Para Soares (2003), no artigo citado acima, o conceito em discussão era o de alfabetização, que à época estava sendo comumente associado a um significado, segundo a autora, muito abrangente, considerando-a um processo permanente, que se estenderia por toda a vida, que não se esgotaria na aprendizagem da leitura e da escrita. (SOARES, 2003, p. 15).

Segundo as ideias levantadas por Magda Soares, alfabetização era entendida de duas formas: a primeira como aquisição da língua (oral e

escrita) e a segunda como processo de desenvolvimento da língua (oral e escrita), que, segundo a autora, nunca é interrompido.

Ao discutir sobre essas duas facetas, a autora afirma que não parece apropriado atribuir à alfabetização a característica de processo de desenvolvimento da língua, já que etimologicamente alfabetizar significa “levar a aquisição do alfabeto” (p. 15) e que, “atribuir um significado muito amplo à alfabetização seria negar-lhe a [sua] especificidade”. (p. 15). Essa segunda forma de se entender a alfabetização é o que chamamos, hoje, de letramento, conceito discutido pela própria autora em publicações posteriores. (SOARES, 2009)

A partir do que foi dito anteriormente, não pretendemos afirmar que Soares (2003) não levava em conta a importância do desenvolvimento da língua, mas que essa dimensão extrapola o conceito de alfabetização defendido pela autora. Essa visão mais abrangente que Soares tinha da necessidade do desenvolvimento da língua pode ser comprovado quando a autora afirma que “a escola desconhece a alfabetização como forma de pensamento, processo de construção do saber e meio de conquista do poder político”. (p. 22)

Quase 20 anos depois da publicação desse artigo, em 2003, Magda Soares reúne, em uma coletânea, textos de sua própria autoria, publicados entre o período de 1985 e 1998, no livro *Alfabetização e Letramento*. Nessa obra a autora propõe uma releitura de seus artigos, assumindo que esse gênero textual tem um caráter efêmero e que por isso seria interessante realizar uma “releitura”. Nessa coletânea, a autora, ao analisar o artigo supracitado, adiciona algumas notas⁵⁷ nas quais explica o que em 1985 não era muito claro, ou seja, a diferença entre os conceitos de alfabetização e letramento.

É importante destacar também que, em um artigo publicado em 1995, dez anos após o anteriormente comentado, Magda Soares faz uso do termo “alfabetismo”⁵⁸ para fazer referência às dimensões e relações com a escrita. Para a autora,

⁵⁷ “Nos anos seguintes àquele em que esse texto foi produzido (1985), essa diferenciação entre aquisição e desenvolvimento da língua oral e escrita foi-se tornando cada vez mais clara, concretizando-se, hoje, na diferenciação entre alfabetização e letramento” (SOARES, 2003[1985])

⁵⁸ Esse termo é usado por Soares (em 2011) como sinônimo de letramento.

o alfabetismo é o que as pessoas fazem com as habilidades e conhecimentos de leitura e escrita, em determinados contextos, e é a relação estabelecida entre essas habilidades e conhecimentos e as necessidades, os valores e as práticas sociais.

A autora propõe duas dimensões para o processo de alfabetismo: a individual e a social. De acordo com a primeira, “o alfabetismo é visto como um atributo pessoal de habilidades de leitura e escrita” (SOARES, 2003, p. 30). Já na dimensão social, o alfabetismo é visto como “um fenômeno *cultural*, referindo-se a um conjunto de atividades sociais, que envolvem a língua escrita, e um conjunto de demandas sociais de uso da língua escrita”. (p. 30)

Em 1991, ao publicar o artigo “Em busca da qualidade em alfabetização: “em busca... de quê?”, Magda Soares, em uma nota explicativa do texto, marca a diferença entre os conceitos de alfabetização e alfabetismo. Nessa nota a autora faz referência ao termo “letramento”, colocando-o como sinônimo do termo alfabetismo, marcando sua preferência por esse último, como podemos verificar no trecho abaixo:

Torna-se necessário, aqui, um esclarecimento conceitual: estou entendendo por alfabetização, nesta exposição, a aquisição básica de leitura e de escrita e dos usos fundamentais da língua escrita na sociedade em que o indivíduo vive; uso o termo alfabetismo (outros preferem “letramento”) para designar o estado ou condição de domínio e uso pleno da escrita, numa sociedade letrada. (SOARES, 2003)

Partindo de 1985, quando Magda Soares já fazia referência ao conceito de letramento, sem o uso da nomenclatura específica, chegando às discussões mais modernas, percebemos que os conceitos de alfabetização e de letramento vêm mudando, devido o avançar das discussões, e também pela concepção que cada autor tem dos termos em questão.

Para dar continuidade à discussão, a seguir, analisaremos o que pensam alguns autores que mais têm contribuído com a definição de letramento e de alguns termos correlatos a ele.

3. *Conceitualizando alfabetização e letramento*

Nessa seção, voltaremos à discussão sobre alfabetização e letramento, revendo a concepção que alguns autores têm desses termos. Nesse sentido, podemos voltar a comentar as ideias de Tfouni (1988), que propõe uma distinção teórica entre os conceitos de escrita, alfabetização e de letramento, fazendo uma caracterização desses três termos.

Sobre a escrita, a autora nos diz que ela é um produto cultural por excelência e que sua existência data de cerca de 5.000 anos antes de Cristo, atribuindo-lhe duas características principais: a de difusão e a de ocultação de ideias.

A partir da primeira característica, costuma-se atribuir à escrita um importante papel de difusora do conhecimento produzido pela sociedade, principalmente se pensarmos no poder que a escrita impressa adquiriu em algumas sociedades mais modernas. Pensando pelo lado da ocultação, a escrita também serviu para guardar informações, garantindo o poder àqueles que a ela tinham acesso.

Ao falar sobre a alfabetização, Tfouni a coloca como um processo referente à aquisição da escrita enquanto habilidades de leitura e escrita, que se dá em âmbito individual. Já o letramento, segundo a autora, focaliza os aspectos sócio-históricos do processo de aquisição da escrita.

Tratando mais especificamente sobre a alfabetização, a autora afirma que esse conceito normalmente é entendido de duas formas. “Ou como processo de aquisição individual de habilidades requeridas para a leitura e escrita ou como processo de representação de objetos diversos, de naturezas diferentes”. (p. 12)

Sobre a primeira forma, a qual vamos discutir no presente ensaio, a autora afirma que há um mal-entendido quando se vê esse processo como algo que se chega a um fim, colocando a alfabetização como um processo contínuo, afirmando que

de um ponto de vista sociointeracionista, a alfabetização, enquanto processo individual, não se completa nunca, visto que a sociedade está em contínuo processo de mudança e a atualização individual para acompanhar esse processo de mudança é constante. (p. 13)

e chega a propor níveis ou graus de alfabetização, ao invés de simplesmente alfabetização.

Pensando a partir dessa definição, não conseguimos enxergar o caráter individual atribuído por esta autora ao processo de alfabetização, principalmente quando liga um processo, descrito por ela mesma, como individual a um ponto de vista sociointeracionista. Até que ponto a alfabetização se configura um mecanismo individual estando atrelado a um processo de mudança social? Como falar em alfabetização como processo de aquisição de habilidades escritas que nunca se completa?

O que na verdade a autora defende é a oposição do conceito tradicional de alfabetização escolar a uma nova definição proposta por ela, combatendo a ideia de se reduzir a alfabetização a um processo mecânico de habilidades de aquisição do código escrito. Nesse sentido, ao referir-se ao processo de alfabetização a autora utiliza a expressão “práticas sociais”, em vários momentos do texto.

A partir desse entendimento, podemos concluir que para esta autora o conceito de alfabetização está relacionado à discussão levantada por Magda Soares em 1985, quando a essa discutia sobre o sentido de alfabetização como desenvolvimento da língua, comumente debatida na época e coincide com o conceito de letramento proposto por outros autores, como por exemplo, a própria Magda em 2009, quando a autora dizia que um indivíduo é letrado, ou seja, está inserido em práticas de letramento, quando “faz uso da escrita, envolvendo-se em prática sociais de leitura e de escrita”. (p. 24)

Sobre o conceito de letramento, relacionando-o com o conceito de alfabetização, Tfouni nos diz que “enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade.” (p. 16) Para a autora, a diferença entre alfabetização e letramento é que este último relaciona a inserção de habilidades individuais, mesmo sendo consideradas como práticas sociais, em um meio social mais amplo, ou seja, o impacto que o domínio de habilidades de uso da linguagem teria em uma sociedade específica.

Outra autora que merece destaque em meio às discussões sobre o letramento é Angela Kleiman. A autora foi organizadora de “Os significados do letramento” (1995), uma importante obra que contribuiu demasiadamente para a construção de reflexões para o debate sobre o letramento e suas implicações para o ensino e as pesquisas. No capítulo inicial, de sua própria autoria, Kleiman, discute o conceito de letramento, bem como seus modelos dominantes e suas implicações para o processo de ensino e de produção de pesquisas.

Acerca do conceito de letramento, Kleiman (1995) inicia a discussão afirmando que

o conceito de letramento começou a ser usado nos meios acadêmicos numa tentativa de separar os estudos sobre o impacto social da escrita dos estudos sobre alfabetização, cujas conotações escolares destacavam as competências *individuais* no uso e na prática da escrita. (p. 16)

Essa afirmação nos remete ao conceito de letramento, discutido anteriormente, adotado por Toufoni (1988), no início das discussões teóricas acerca da temática, quando a autora destacava o impacto da inserção de práticas de escrita nas sociedades, contrapondo com as práticas individuais de aquisição da alfabetização escolar como simples habilidades de apropriação do código escrito.

Voltando à discussão proposta por Kleiman (1995), essa autora afirma que o conceito de letramento foi se expandindo e passou a não só estudar o impacto universal que práticas de escrita tinham sobre as sociedades, mas também passou a considerar práticas de grupos minoritários, pressupondo que “os efeitos estariam correlacionados às práticas sociais e culturais dos diversos grupos que usavam a escrita.” (p. 16)

Seguindo com a discussão, Kleiman (1995) nos diz que, devido à complexidade de definição do conceito de letramento, o termo ainda não estava dicionarizado na data de publicação da obra (1995).

Segundo Soares (2003), somente em 2001 o Dicionário Houaiss dicionarizou tanto a palavra letramento quanto a palavra letrado, adjetivo que a ela se refere (p. 29). Hoje, em 2013, os dicionários já trazem algumas definições para o termo, como podemos ver os sentidos trazidos pelo dicionário Priberam:

letramento

(*letra + -ar + -mento*)

s. m.

1. Conjunto de conhecimentos de escrita e leitura adquiridos na escola. = ALFABETIZAÇÃO
2. Capacidade de ler e de escrever ou de interpretar o que se escreve. = LITERACIA ≠ ALITERACIA, ILITERACIA

De acordo com a definição 1 apresentada acima, letramento é visto como sinônimo de alfabetização escolar, ou seja, práticas de uso da língua escrita adquiridas em ambiente pedagógico. Já a definição 2 se aproxima mais dos debates teóricos atuais sobre a temática, destacando a habilidade da interpretação do que foi escrito.

Ao voltarmos à definição 1 apresentada pelo dicionário, a qual vê letramento como sinônimo de alfabetização, destacamos a posição de Kleiman (1995) sobre essa definição. Para a autora, a alfabetização é considerada uma prática de letramento “– de fato a dominante – que de-

envolve alguns tipos de habilidades, mas não outros, e que determina uma forma de utilizar o conhecimento sobre a escrita”. (p. 19)

Após discussões iniciais sobre a temática em questão, a autora ancora sua definição sobre letramento, afirmando que “podemos definir hoje o letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”. (p. 19)

Ao falar em contextos específicos, objetivos específicos e principalmente em práticas sociais, somos levados à necessidade de se fazer uma diferenciação, baseados em Kleiman (1995), das definições de alfabetização e de letramento. Para a autora, podemos encontrar crianças que, mesmo ainda não sendo alfabetizadas, já são letradas, no sentido que elas já participam de *eventos de letramento* e de estarem inseridas em *práticas discursivas letradas*.

Em relação aos “ambientes” de aprendizagem, a autora afirma que, se entendemos o letramento como prática social de uso da escrita, não podemos restringir as práticas de linguagem a determinados ambientes, como se costuma fazer, principalmente quando nos referimos à escola. A instituição escolar é apenas uma das muitas *agências de letramento*, que, segundo a autora, não se preocupa com o letramento, mas sim com a alfabetização enquanto uma das práticas de letramento.

Talvez devêssemos repensar nessa afirmação acima de Kleiman (1995), trazendo para uma realidade mais contemporânea, pois podemos encontrar em muitas escolas práticas de linguagem que visam ao trabalho com contextos sociais e buscam, através do estudo da língua, a inserção dos alunos em práticas discursivas, a partir do entendimento de que a linguagem é um fenômeno sociodiscursivo e do trabalho com os inúmeros gêneros textuais que compõe a nossa vida cotidiana.

Além da escola, podemos destacar outras importantes agências de letramento das quais participamos no nosso dia a dia, entre elas destacamos a família, a igreja, o ambiente de trabalho.

Ainda sobre a discussão do conceito de letramento, podemos destacar as contribuições de Magda Soares. Uma importante obra da autora, já anteriormente citada, é *Letramento: Um Tema em Três Gêneros*, publicada em 1998. Nesse livro a autora apresenta a discussão sobre o tema utilizando-se de três gêneros (verbete, texto didático e ensaio), que, segundo a autora, são “três diferentes textos produzidos em três diferentes

condições discursivas, com três diferentes funções e objetivos, para três diferentes tipos de leitores”. (SOARES, 2009).

No primeiro capítulo, a autora traz a definição de letramento como forma de verbete de um dicionário. Inicia a discussão fazendo um pequeno histórico do uso do termo e logo em seguida contextualiza seu uso em relação a outros conceitos, como por exemplo, “alfabetização”, “analfabeto”, fazendo uma comparação entre a palavra usado no Brasil (letramento) e suas correspondentes lusa (literacia) e inglesa (literacy), esta última, segundo a autora, deu origem, através da tradução “ao pé da letra”, a nossa palavra do português brasileiro.

Segundo Soares (2009) a etimologia da palavra inglesa, “literacy” vem do latim *litera* (letra) + *cy* (sufixo que denota qualidade, condição, estado físico) – *Literate* (letrado). Nesse sentido, letramento significa o “estado” ou a “condição” que o indivíduo ou o grupo social passa a ter, sob o impacto das mudanças advindas do uso da escrita. (p. 18).

No segundo capítulo, Magda Soares nos apresenta o conceito de letramento através do gênero “texto didático”, que como o próprio nome já sugere, de uma maneira extremamente didática. Dentre as ideias exposta nessa parte do livro, o que gostaríamos de chamar atenção, é a diferença que a autora faz entre os conceitos de alfabetização e letramento. Para ela, há uma distinção entre esses conceitos e isso fica claro quando afirma que entende

alfabetizar e letrar como duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse ao mesmo tempo *alfabetizado e letrado*. (p.47)

Essa postura da autora em diferenciar esses dois conceitos já poderia ser vista desde 1985, como já foi discutido anteriormente, quando ela afirmava que alfabetização correspondia à aquisição da língua e não ao seu processo de desenvolvimento, sem nomear esse fenômeno como “letramento”.

Outro importante ponto debatido por Soares (2009) é a ideia de que o “*letramento* envolve dois fenômenos bastante diferentes, a leitura e a escrita” (p. 48). Para a autora, tanto a leitura quanto a escrita compõe um *continuum* de habilidades que um indivíduo pode desenvolver, concluindo-se que “há diferentes tipos e níveis de letramento” (p. 49)

4. Dimensões e modelos de letramento

Ao chegarmos ao terceiro capítulo de “letramento: um tema em três gêneros”, encontramos um debate muito pertinente sobre as dimensões e os modelos de letramento. Nesse sentido, Soares (2009) coloca em debate a importância, para a discussão sobre letramento, de se considerar a suas dimensões individual e social, discorrendo sobre o que se entende por leitura e escrita nessas duas dimensões.

Ao tratar sobre a dimensão individual do letramento, a autora coloca que tanto a leitura quanto a escrita, consideradas tecnologias, são habilidades linguísticas e psicológicas. A leitura estende-se “desde a habilidade de decodificar palavras escritas até a capacidade de compreender textos escritos” (p. 68) e a escrita, estende-se “da habilidade de registrar unidades de som até a capacidade de transmitir significado de forma adequada a um leitor potencial” (p. 69).

Ao discorrer sobre o letramento na perspectiva social, contrapondo-a à dimensão individual, a autora argumenta que

ele [o letramento] não é um atributo unicamente ou essencialmente pessoal, mas é, sobretudo, uma prática social: letramento é o que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e escrita, em um contexto específico, e como essas habilidades se relacionam com as necessidades valores e práticas sociais. Soares (2009, p. 72)

Seguindo na perspectiva da dimensão social, a autora elenca dois posicionamentos contraditórios acerca da definição de letramento. Uma primeira corrente, chamada de “liberal” ou “fraca” entende que o letramento serve basicamente para fazer o indivíduo “funcionar” na sociedade, ou seja, o processo serve para que o sujeito consiga inserir-se nas situações comunicativas pré-existentes e nelas consiga interagir. Já a segunda corrente, chamada de “revolucionária” ou “forte”, entende que o indivíduo, a partir do uso do letramento, pode interferir na realidade e não somente adaptar-se (funcionar) a ela. Para Street (1984) apud Soares (2009), esse último modelo é caracterizado como “modelo ideológico” em oposição ao “modelo autônomo”.

Kleiman (1995) também traz essa classificação, baseada em Street (1984), sobre os dois modelos de letramento. Como forma de ampliar o debate sobre esses modelos, traremos algumas considerações feitas pela autora supracitada.

De acordo com o primeiro modelo, a escrita seria “um produto completo em si mesmo, que não estaria preso ao contexto de sua produ-

ção para ser interpretado” (KLEIMAN, 1995, p. 22). A discussão levantada por essa concepção de letramento atribui superpoderes à escrita, colocando-a como grande divisor de águas dos processos cognitivos, ou seja, atribuía-se à aquisição e ao uso da escrita o desenvolvimento de processos cognitivos superiores.

Essa concepção, durante muito tempo, fundamentou várias pesquisas e disseminou essa ideia no campo de ensino, quando se buscava inserir ao máximo as pessoas no processo de aquisição e desenvolvimento da escrita, acreditando que, isso mudaria radicalmente a vida das pessoas.

Com o resultado de pesquisas que propuseram a diferenciação entre escolarização e aquisição da escrita, ficou claro que o que na verdade influenciava no desenvolvimento das nossas estruturas mentais não era propriamente o domínio do código escrito, mas sim o resultado do processo de escolarização, que na maioria das vezes acontece simultaneamente à aquisição da escrita, e que “o tipo de ‘habilidade’ que é desenvolvido depende da prática social em que o sujeito se engaja quando ele usa a escrita”. (KLEIMAN, 1995, p. 25).

Além da supervalorização do domínio da escrita para o desenvolvimento cognitivo derivado dessa concepção, há também o mito de que o desenvolvimento econômico, igualdade social e modernização estão diretamente relacionados ao domínio da escrita. Mais uma vez, resultado de pesquisas nos mostram que essa relação não é verdadeira, colocando em xeque o caráter autônomo que a escrita teria em relação aos processos sociais.

Já para o segundo modelo, denominado por Street (1984, 1993, *apud* KLEIMAN, 1995) como modelo ideológico, destaca-se explicitamente o fato de que todas as práticas de letramento são aspectos não apenas da cultura, mas também das estruturas de poder numa sociedade. (p. 38)

Nesse sentido, a aquisição e o desenvolvimento da escrita por um indivíduo ou por um grupo não teria que necessariamente representar um avanço nos processos cognitivos, no desenvolvimento da qualidade de vida ou ascensão social das pessoas. Na verdade a necessidade da inserção de práticas de letramento em alguma sociedade muda segundo o contexto social e, principalmente, pelas suas necessidades.

Após ter percorrido sobre os dois modelos, Kleiman (1995) conclui que

O modelo que determina as práticas escolares é o do modelo autônomo de letramento, que considera a aquisição da escrita como processo neutro, que, independentemente de considerações contextuais e sociais, deve promover aquelas atividades necessárias para desenvolver no aluno, em última instância, como objetivo final do processo, a capacidade de interpretar escrever textos abstratos, dos gêneros expositivo e argumentativo, do qual o protótipo seria o texto ensaio (p. 44)

Concordamos com o argumento exposto acima, mas entendemos que hoje, em 2013, já encontramos práticas escolares que fogem às características descritas acima e que não privilegiam um modelo autônomo de letramento, dando primazia a modalidade escrita da língua, muito menos a determinadas tipologias textuais.

5. Considerações finais

Após ter realizado um pequeno histórico sobre o uso do termo “letramento”, ou pelo menos do conceito sem sua explicitação, como vimos em Soares (2003), tentamos compreender como alguns autores entendem, ou entendiam, o conceito do termo em discussão. Dizemos “entendem ou entendiam”, no passado, porque percebemos que o conceito mudou, ampliou-se ou teve o seu nome alterado, no caso de “alfabetismo” e “letramento”, percebendo-se assim a evolução na produção do conhecimento científico.

Tentamos esclarecer também o que alguns autores entendem/ entendiam sobre a diferença entre letramento e alfabetização, e nesse sentido percebemos que o que para Tfouni (1988) entendia como alfabetização, correspondia ao conceito de letramento proposto por Soares (2009).

Também colocamos em debate alguns conceitos que estão envolvidos no processo do letramento, como por exemplo, *agência de letramento*, *práticas de letramento*, entre outros.

Explicitamos também que o fenômeno de letramento envolve as habilidades de leitura e escrita, essas entendidas de maneira diferente a partir da dimensão que se toma o letramento. De acordo com a dimensão individual, leitura e escrita são habilidades linguísticas e psicológicas, cada uma com suas especificidades. Já a dimensão social entende que essas habilidades estão indissociavelmente atreladas ao contexto de uso.

Ainda dentro dessa dimensão social, podemos destacar duas interpretações, uma mais “fraca” e outra “forte”. Segundo a primeira, o letramento, ainda que em uma perspectiva social, é definido como conceito fundamental para que o indivíduo funcione na sociedade. Já a vertente forte, vê as práticas de leitura e escrita como possibilidade de “questionar ou reforçar valores, tradições e formas de distribuição de poder presentes no contexto social”. (SOARES, 2009). Segundo Street (1984 *apud* KLEIMAN, 1995), essas duas vertentes se caracterizam, respectivamente, como *modelo autônomo* e *modelo ideológico* de letramento.

Ao final de dessa pequena discussão, vemos que não é tarefa simples conceituar “letramento”, pois concordamos com Soares (2009) quando esta nos diz que

O letramento é uma variável contínua e não discreta ou dicotômica; refere-se a uma multiplicidade de habilidades de leitura e escrita, que devem ser aplicadas a uma ampla variedade de materiais de leitura e escrita; compreende diferentes práticas que dependem da natureza, estrutura e aspirações de determinada sociedade. (p. 112)

Dessa forma, pretendíamos com esse texto, levantar uma discussão, mais uma, sobre esse conceito tão necessário e complexo que passa, não só as práticas pedagógicas, mas o dia a dia da nossa interação mediada pela linguagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Dicionário Priberam. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo>>. Acesso em: 01-05-2013.

KATO, Mary Aizawa. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986.

KLEIMAN, A. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: _____. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

LEAL, R. *Abordagem didática: um olhar sobre o ensino de leitura*. Dissertação de Mestrado em Educação. Recife: UFPE, 2011.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 3. ed. Belo horizonte: Autêntica, 2009.

_____. *Alfabetização e letramento*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

TFOUNI, Leda Verdiani. *Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso*. Campinas: Pontes, 1988.

**MAGRO, ESQUÁLIDO, ENGELHADO, VITORIOSO:
UM ESTUDO DO VOCABULÁRIO
EM TEXTOS DOS SÉCULOS XIX E XX**

Maria da Conceição Reis Teixeira (UNEB/SALT)
conceicaoreis@terra.com.br

1. Introdução

Segundo Sapir (1980, p. 165), “[...] a língua não existe isolada de uma cultura, isto é, de um conjunto socialmente herdado de práticas e crenças que determinam a trama de nossas vidas”. Dentro desta perspectiva, a língua, dentre outras coisas, registra e acumula as aquisições culturais, perenizando fatos e dados que o tempo e as mudanças estruturais impõem à vida da sociedade oferecendo, elementos para uma leitura da sociedade.

O léxico é o subsistema da língua responsável pela organização da experiência do povo que a fala. Estudar o léxico de uma comunidade linguística é adentrar no acervo do saber vocabular desvendando aspectos da sua cosmovisão reveladores de valores, de crenças, de hábitos e de costumes sociais, linguísticos e culturais.

No presente texto, objetiva-se apresentar alguns aspectos culturais da sociedade baiana, especialmente do sertão baiano, a partir de um estudo do vocabulário realizado em textos resgatados de periódicos que circularam na Bahia durante o século XIX e início do século XX.

2. Sobre o corpus

Na esteira de alcançar a meta explicitada no parágrafo anterior, teremos algumas considerações sobre o trabalho de pesquisa que desenvolvemos, mais especificamente sobre *O Imparcial*, periódico objeto de análise do recorte aqui focado.

O Imparcial, periódico fundado em 1918, circulou diariamente em Salvador de maio de 1918 até 1947. Inicialmente apresentava sete colunas distribuídas nas suas três folhas. Abordava assuntos variados, com algumas seções fixas e outras flutuantes. Dentre as primeiras destacam-se a coluna “Informações rápidas”, “Reportagens municipais” e “Folhetim” d’*O Imparcial*.

Nas primeiras décadas do século XX, acompanhando o desenvolvimento econômico do país, a imprensa na Bahia se inseriu na fase industrial, por conseguinte, os jornais passaram a ampliar seu leque de atuação, realizando cobertura de fatos do cotidiano da cidade e fazendo circular um volume significativo de informações divulgadas pelas agências de notícias internacionais. Era necessário adequar-se à nova conjuntura e ser autossustentável e versátil. Faziam parte da grande imprensa baiana deste período o *Diário da Bahia*, *Diário de Notícias*, *A Tarde* e *O Imparcial*.

Dentre os jornais baianos apenas *A Tarde* e *O Imparcial* surgiram na condição de modernas empresas jornalísticas, adequando-se aos novos reclamos da imprensa jornalística. Este último, fundado por pelo criminalista, jornalista e escritor Lemos Britto, durante os anos 20, passou por grave crise financeira chegando a deixar de circular em 1928, ressurgindo em 1929, sob a direção de Mário Monteiro e Mário Simões. Apesar dessa situação, não deixou de reservar um espaço para a publicação de textos literários ou sobre a literatura baiana.

Utilizaram-se de *O Imparcial* para veicular sua produção intelectual literária ou crítica literária escritores, como Castro Alves, Rui Barbosa, Carlos Chiacchio, Lemos Brito e outros não tão consagrados pela crítica, como Arthur de Salles, Xavier Marques, Eugênio Gomes, Maria Dolores, João Paraguaçu, Wilson Lins.

Destes os escritores e os críticos literários que têm sua produção inscrita neste período destacamos aqui Lemos Brito, que publicou, dentre outras, os seguintes livros: *O Crime e os Criminosos na Literatura Brasileira*, *Pontos de Partida para a História Econômica do Brasil*, *A Questão Sexual nas Prisões*, *A Gloriosa Sotaina do Primeiro Império*, *Rui Barbosa e a Igualdade das Soberanias*. Em *O Imparcial*, além de ser o gerente-redator, usou do espaço para veicular sua prosa literária na seção intitulada “Folhetim” d’*O Imparcial*.

Todos os textos recolhidos do periódico em questão receberam tratamento filológico. Como são textos com características específicas – textos de imprensa, éditos, versão única – foram submetidos às normas editoriais preconizadas para a edição interpretativa, seguindo especialmente aquilo que nos recomenda Duarte (1997). Para este especialista, a edição interpretativa corresponde a:

[2] Edição de um texto de testemunho único, ou de um determinado testemunho isolado de uma tradição, destinada a um público não diferenciado;

para além da transcrição e correção de erros, o editor atualiza a ortografia e elabora notas explicativas de caráter geral. (DUARTE, 1997, p. 77)

A edição interpretativa permite ao editor proceder a correção de erros óbvios, a atualização de grafia e a inserção de comentários à margem, quando for necessário. Advertimos que todas as intervenções devem, por questões de fidelidade à obra, ser registradas no aparato, localizado à margem direita ou abaixo do texto.

A análise do vocabulário aqui empreendida incide sobre o romance *A Torrente: Um Aspecto Sertanejo*, de José Gabriel de Lemos Britto (1886-1963), publicado na seção “Folhetim” de *O Imparcial* em 1918.

3. Língua, léxico, cultura e rotas entrecruzadas: breves considerações

Compreendendo cultura como um complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e de outros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade, poder-se-á afirmar que a cultura estabelece uma relação intrínseca com a língua.

A língua, dentre outras coisas, registra e acumula as aquisições culturais; pereniza fatos e dados que o tempo e as mudanças estruturais impõem à vida da sociedade; assegura a continuidade do conhecimento e avança e recua no tempo; espelha a vida do povo; é meio das manifestações culturais; retrata as influências pelas quais passam os grupos humanos; traduz as ansiedades que assinalam as diferentes épocas; evidencia as tendências que marcam cada momento; fornece, sempre e em qualquer época, elementos para uma leitura da sociedade. Inclusive a influência de outras culturas fica marcada na própria língua.

As sociedades são dinâmicas, dinâmicas também são as culturas. A língua sendo um dos maiores legados de um grupo social não poderia ser diferente: acompanha todos os processos de transformação por que passam estes agrupamentos sociais. Por conseguinte, o léxico é o domínio da língua que constitui um sistema aberto, diversamente da fonologia, da morfologia e da sintaxe, que constituem, por assim dizer, sistemas fechados porque, apesar de estarem sujeitos as mudanças, não acompanham a grande velocidade por que passam as culturas, especialmente as do mundo contemporâneo. Entretanto, quanto mais dinâmico for o pro-

cesso de transformação por que passa uma comunidade, maior será a velocidade que o léxico de uma língua se renova.

Biderman (1998) afirma que, no espaço contínuo do conhecimento, a função referencial da linguagem mapeia um repertório discreto e enumerável de símbolos, isto é, o léxico. Nessa perspectiva, o conhecimento do universo é transferido para o léxico. Carvalho (2002, p. 32) assevera que “Uma língua, através do vocabulário que a liga ao mundo exterior, reflete a cultura da sociedade à qual serve de meio de expressão”. Nessa direção, Sapir (1980) assegura que o léxico de uma língua é responsável pela organização da experiência do povo que a fala.

Desse modo, o patrimônio lexical de um grupo sintetiza a sua maneira de ver a realidade e a forma como seus membros estruturam o mundo que os rodeiam e designam os diferentes campos do conhecimento. Portanto, o léxico de uma língua natural pode ser identificado como o patrimônio vocabular de uma dada comunidade linguística, acumulado ao longo de sua história.

4. O estudo do vocabulário

Coseriu (1982) afirma que a linguagem é um fenômeno multifacetado e permeia as demais manifestações do homem. É, portanto, através da língua e da relação estabelecida que o indivíduo se adapta e reconhece um ambiente como sendo seu. Assim sendo, a construção da identidade dá-se por meio da linguagem.

Conforme se afirmou anteriormente, o léxico é o nível da língua que melhor representa o saber de um grupo sócio-linguístico-cultural, pois representa a via de acesso para ver e representar o mundo, deixando, portanto, transparecer os valores, as crenças, os hábitos e os costumes de um grupo social do qual faz parte. Por conseguinte, o estudo dos qualificadores empregados por Lemos Britto, em *A Torrente: Um Aspecto Sertanejo*, permite compreender a construção identitária do povo sertanejo no início do século XX.

Entende-se aqui vocabulário como o subconjunto do léxico de uma língua em estado de uso efetivo por um dado grupo de falantes, em determinada circunstâncias, dizendo em outras palavras, o vocabulário é o conjunto de palavras empregadas por determinado grupo. O léxico, por sua vez, é o conjunto das unidades significativas de uma determinada

língua, em um determinado momento de sua história e, em sentido lato, pode ser tomado como sinônimo de vocabulário.

Cumprido destacar que o recorte lexicológico apresentado restringe-se à observação dos qualificadores coletados nos capítulos 1 e 2 do romance *A Torrente: Um Aspecto Sertanejo*. Adverte-se ainda que as lexias, aqui analisadas, não correspondem à totalidade do léxico do povo sertanejo, pelo contrário, representa tão somente aquelas postas em funcionamento por Lemos Britto, em 1918, na referida obra, expressando tão somente a sua carga cultural, linguística e ideológica do autor naquele momento.

5. Os qualificadores em *A Torrente: Um Aspecto Sertanejo*, de Lemos Britto

Em função da natureza do presente estudo e do tempo disponível para a sua apresentação, necessário se fez selecionar uma pequena amostra do estudo empreendido com os qualificativos na obra em questão. O recorte incide apenas sobre nos qualificativos empregados para designar atributos para ser humano, atitudes e comportamentos humanos, para seres inanimados e animais.

As lexias pertencentes aos qualificadores foram organizadas em cinco microcampos, a saber: qualificadores para seres humanos, qualificativos para atitudes, comportamentos humanos, qualificativos para elementos da natureza (vegetação/paisagem etc.), qualificativos para animais e qualificativo para seres inanimados.

Os significados das lexias aqui arroladas foram elaborados a partir de Freire (1954), Aulete (1974) e Ferreira (1975). No caso das lexias não dicionarizadas, os significados foram depreendidos do contexto linguístico em que foram empregadas, no texto, pelo autor. Seguido a esteira de Garcia (2003), sempre que se deseja saber o sentido de uma palavra recorre-se ao dicionário, mas pode acontecer que ela não esteja averbada ou que a definição dela não se ajuste ao sentido da frase. Nessas situações, só o contexto permite chegar a uma acepção mais adequada.

Na organização dos verbetes que aqui serão apresentados, adotamos os seguintes procedimentos:

- 1) As lexias encontram-se organizadas em ordem alfabética.

2) As lexias de entrada são impressas em maiúsculas e em negrito, os adjetivos se apresentam na forma masculina singular.

3) A indicação do significado vem logo após a palavra de entrada. Se a lexia não foi encontrada nos dicionários consultados, usa-se a abreviatura ND.

4) A contextualização vem após o significado, em itálico.

A seguir temos as 49 lexias que integram o *corpus* aqui focado organizadas nos cinco microcampos.

5.1. Qualificadores para seres humanos

AFLITO. Preocupado, inquieto. “[...] a cujas portas a multidão *aflita* se aglomerava.”

AFOBADO. Cansado, ofegante. “[...] o escrivão do grande juri, *afobado* e suarento, narra, de primeira mão, o ocorrido.”

AFOITO. Precipitado. “O promotor, mais *afoito*, é que ia deixando transparecer a paixão [...]”

APATACADO. Endinheirado. “Era o predileto do *apatacad[o]* tabareu.”

ARGUTO. Engenhoso. “[...] foi que o coronel logrou impor-se, [...] como *arguto* sabedor da língua e conceituado filósofo.”

ÁSPERO. Ríspido. “Quando regressava era sem garbo, *áspero* no trato, ríspido, pelo demorado convívio com os camaradas da tropa e a gente rústica das caatingas.”

BRONCO. Rude, inculto. “Logo em pós, no extremo da rua principal, s[a]picada de *brancos* matutos, apar[e]ceu um;”

CABOCLO. Indivíduo de epiderme morena e cabelo liso. “A Joana, velha *c[a]bocla* do [M]iguel Arcaño, espirrava de momento a momento, [...]”

COVARDE. Traíçoeiro, desleal. “[...] mas nunca assassino *covarde*, que mate por dinheiro ou por satisfazer a vingança dos mandões políticos.”

DEDICADO. Devotado, abnegado. “Marcondes, continuando, fez a apologia do sertanejo, sóbrio e *dedicado*, valente [...]”

- DESCONJUNETADO.** Desorganizado. “[...] à medida que agitava o brazeiro com a *desconjunetada* f[o]galeira[...]”
- DESEMPENADO.** Sem refinamento. ND. “[...] Belinha, [...] morena e *desempenada*, que havia sido educada nas normas de uma civilização já tocad[a] de vício [...]
- ENGELHADO.** Encolhido, com rugas. “Enquanto a vida é possível, ele trabalha, magro, esqualido, *engelhado*, cantando sempre.”
- ESQUÁLIDO.** Descorado e fraco. “Enquanto a vida é possível, ele trabalha, magro, *esqualido*, engelhado, cantando sempre.”
- INSÓLITO.** Anormal. “Belinha não se deixav[a] vence[r] pelo *insólito* marido[...]”
- LÉPIDO.** Ágil. “N[i]sto o Maneca, [...] *lépido*, sumid[i]co, [...] meteu-se a esga[r]avatar a massa grossa do salitre.”
- LUZIDO.** Brilhante. “[To]do no “pé da serra” a fim de merendar com o séquito *luzido* que ali o aguardara.”
- MAGRO.** Esguio. “[...] ele trabalha, *magro*, esqualido, engelhado, cantando sempre.”
- MALIGNO.** Perverso. “Só o Maneca, a *maligna* criança, escapara com vida [...]
- MEIGO.** Delicado. “[...] tornava-se aind[a] mais meiga, dominando-o sempre pela superioridade de sua cultura e de seu talento.”
- RÍSPIDO.** Grosso, bruto. “Quando regressava era sem garbo, áspero no trato, *ríspido* [...]
- RÚSTICO.** Inculto, agreste. “[...] pelo demorado convívio com os camaradas da tropa e a gente *rústica* das caatingas.”
- SERTANEJO.** Campestre. “[...] a incorrigível sizania da família *sertaneja* [...]
- SIMPLEIRONO.** Sem sofisticação. “[...] revoluteava à notícia da tragédia que havia abalado aquela *simpleirona* gente do sertão”
- SÓBRIO.** Simples. “[...] fez a apologia do sertanejo, *sóbrio* e dedicado[...]

SUARENTO. Que expele muito suor. “[...] o escrívão do grande juri, afobado e *suarento*, narrava, de primeira mão, o ocorrido.”// “[...] já de ilhargas sangrentas, *suarento*, metido [...]

SUMÍDICO. Que desaparece rapidamente, escorregadio. “N[ist]o o Maneca, último filho do [c]asal, um pequeno de maus bofes, vivo, lépido, *sumid[i]co*[...]”

TRÊFEGO. Sagaz, astuto. “[...] Belinha, um tipo miúdo e *trêfego* de sertaneja [...]

TRIBUNÍCIO. Relativo a tribunal. “O homem apareceu [...] Augurava-se[-]lhe um desastre *tribúnico*.”

VALENTE. Vigoroso, ativo. “[...] fez a apologia do sertanejo, sóbrio e dedicado, *valente*, [...]

VIVO. Esperto, ligeiro. “N[ist]o o Maneca, último filho do [c]asal, um pequeno de maus bofes, *vivo*, lépido, [...]

5.2. Qualificativos para atitudes, comportamentos humanos

CRIMINOSO. Condenável. “[...] que o animava e mal disfarçava às visitas indagadoras e profanas aquele sentimento *criminoso*.”

ESTREITO. Mesquinha. “São lutas sem ideais, *estreitas*, rastejantes, ditadas pelo interesse ou pela paixão[...]

FARFALHANTE. Relativo à ostentação. “[...] C[om] esses vocábulos farfalhantes e sonoros, [...]

FURTIVO. Dissimulado. “Ela era ele; e Belinha abriu a pálpebra para *furtivas* lágrimas[...]

INDAGADORO. Perguntador, questionador. “[...] que o animava e mal disfarçava às visitas *indagadoras* [...]

PAVOROSO. Apavorante. “Ouv[i]u-se [d]a cidade o *pavoroso* fragor da explosão.”

PROFANO. Não sagrado. “[...] mal disfarçava às visitas indagadoras e *profanas* aquele sentimento criminoso.”

RASTEJANTE. De sentimentos baixo, vil. “São lutas sem ideais, *estreitas*, *rastejantes*, ditadas pelo interesse ou pela paixão[...]

5.3. Qualificativos para elementos da natureza (vegetação/paisagem etc.)

APETECENTE. Desejoso, que desperta apetite. ND. “[...] cujas espigas madurecia[m], algumas entreabrindo a coifa [l]oirada para [s]e mostrem *apetecentes* [...]”

CARASQUENHO. Relativo a vegetação composta de arbustos de caule e ramos esguios. ND. “[...] velada à orla da mata *carasquenha*, anunciou [...]”

VITORIOSO. Forte, escaldante. “O sol vitorioso faiscava num caldeirão de [c]obre areiado[...].”

5.4. Qualificativos para animais

ESTRIDENTE. Diz-se daquilo que emite sons agudos. [...] só terminou quando o grito de uma araponga, *estridente* [...]”

5.5. Qualificativo para seres inanimados

COLMADO. Coberto. “[...] uma cabana *colmada* de palmas catolés.”

DESCOLMADA. Sem cobertura. “A esc[o]nsa casita, *descolmada*, fez-se um montão de ruínas[...].”

ESCONSO. Escondida. “A *esc[o]nsa* casita, *descolmada*, fez-se um montão de ruínas[...].”

ESTALANTE. Muito quente que sai fagulhas e estalos. “[...] fez alvo nas peneiras cheias de pólvora e remessou a grande brasa *estalante* [...]”

MELANCÓLICO. Abatido. “E o pilão continuava no seu *pu, pu, pô* singular, rítmico, [...] melancólico e [t]ristonh[o] como as loas do sertão.”

METÁLICO. Seco, estrepitoso. “[...] só terminou quando o grito de uma araponga, *estridente* e *metálico* ecoou no salão, [...]”

TRISTONHO. Que denota tristeza. “E o pilão continuava [...], melancólico e [t]ristonh[o] como as loas do sertão.”

6. Considerações finais

Optou-se por trabalhar com os qualificadores usados por Lemos Britto por acreditar que sua realização pode trazer à tona a forma de pensar, de ver e representar o mundo dos homens daquela época. Além disso, acredita-se ainda que a coleta lexical em textos lavrados em diferentes épocas e regiões do país pode contribuir para evidenciar variedades existentes na língua portuguesa falada no Brasil e apontar os aspectos lexicais e semânticos que a caracterizam.

Da pequena amostra aqui apresentada, foram levantadas 49 lexias relativas a qualificadores, sendo 30 lexias designativas de qualificadores para seres humanos, 08 lexias para atitudes, comportamentos humanos, 03 lexias para designar qualificativos para elementos da natureza (vegetação/paisagem etc.), 01 lexia para qualificar animais e 07 lexias para qualificar seres inanimados. Apenas 03 lexias não foram abonadas pelos dicionários consultados – apetecente, carasquenho e desempenado. A seguir apresentamos o quadro resumo dos qualificadores analisados.

QUALIFICADORES	res humanos	AFLITO AFOBADO. AFOITO APATACADO ARGUTO ÁSPERO BRONCO CABOCLO COVARDE DEDICADO DESCONJUNETADO DESEMPENADO ENGELHADO ESQUÁLIDO INSÓLITO	LÉPIDO LUZIDO MAGRO MALIGNO MEIGO RÍSPIDO RÚSTICO SERTANEJO SIMPLEIRONO SÓBRIO SUARENTO SUMÍDICO TRÉFEGO TRIBUNÍCIO VIVO
	Atitudes, comportamentos humanos	CRIMINOSO ESTREITO FARFALHANTE FURTIVO	INDAGADORO PAVOROSO PROFANO RASTEJANTE
	Elementos da natureza	APETECENTE CARASQUENHO VITORIOSO	
	Animais	ESTRIDENTE	
	Seres inanimados	COLMADO DESCOLMADO ESCONSO ESTALANTE	MELANCÓLICO METÁLICO TRISTONHO

Quadro 1. Qualificadores em a torrente: um aspecto sertanejo

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. 3. ed. brasileira, rev., aum. por Hamílcar de Garcia, exposição da pronúncia normal brasileira por Antenor Nascentes. Rio de Janeiro: Delta. 1974, 5 v.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria linguística: linguística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1998.
- _____. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: UFMT, 2001. p. 13-22.
- BRITTO, José Gabriel de Lemos. *A torrente: um aspecto sertanejo, O Imparcial*, 1918.
- BRITTO, José Gabriel de Lemos. *Obras completas. Assistência a Menores – Direito Penal – Ciência e Prática Penitenciárias*, v. I, 1959.
- COSERIU, Eugenio. *Gramática, semântica, universales: estudios de lingüística funcional*. Madrid: Gredos, 1987.
- _____. *O homem e a sua linguagem*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: EDUSP, 1982.
- DUARTE, Luiz Fagundes. *Crítica textual*. Relatório apresentado a provas para a obtenção do título de agregado em estudos portugueses, disciplina Crítica Textual. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1997, p. 66-90.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- FREIRE, Laudelino. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1954.
- OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: UFMT, 2001.
- SAPIR, Edward. *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. Trad.: J. Mattoso Câmara Júnior. São Paulo: Perspectiva, 1980.

**METÁFORAS
DO CURSO DE LINGUÍSTICA GERAL, DE SAUSSURE**

Marlon Leal Rodrigues (UEMS)

marlon@uems.br

Nataniel dos Santos Gomes (UEMS)

natanielgomes@uol.com.br

Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros (UEMS)

chaves.adri@hotmail.com

Cem anos após sua morte, Saussure continua suscitar artigos e livros se acumulam, em todas as partes do mundo. Porque tamanho interesse por um linguista, no momento em que a Linguística, segundo se diz, está mergulhada no tédio? Porque a longa meditação de Saussure sobre a linguagem e as línguas é uma das mais profundas levadas a cabo até hoje.

(Michel Arrivé, 2010)

1. Introdução

No centenário da morte de Ferdinand de Saussure há um movimento mundial de releitura de sua obra. São inúmeras discussões, reflexões do *Curso de Linguística Geral* – e os manuscritos descoberto recentemente, grupos de pesquisa que se espalham como “o fogo na palha”. Diante disso, vale lembrar que ele utilizou de “metáforas” (PÊCHEUX, p. 301) para ajudar seus alunos a entender a ciência da linguagem que estava nascendo naquele momento. Nesse sentido, as metáforas são formas de transformar no processo de elaboração conceitos de difícil entendimento em noções mais palatáveis. Saussure faz isso muito bem, usando metáforas como a do papel, a do xadrez, a da biologia, a da mecânica, a do método, a da física e tantas outras áreas do conhecimento que contribuíram para que os seus alunos, a princípio, e leitores, *a posteriori*, pudessem entender “verdades” da linguística que em suas aulas tomavam configurações de ciência.

Claro que nem todas são perfeitas, algumas foram e são questionáveis, mas sem dúvida, foram os primeiros recursos disponíveis para elaboração da teoria da linguagem naquele momento histórico. Saussure chega a afirmar que a linguística é a rainha das ciências humanas. Afirmção metafórica que, de Claude Lévi-Strauss a psicologia/neurologia/fonologia, entre todas as demais áreas de ciências humanas, nos ajuda a

entender junto às teorias linguísticas propostas por ele, a reflexão acerca do homem com sujeito “falante”. É possível questionar e até refutar algumas de suas metáforas, mas talvez impossível de negar o quanto elas foram/são didáticas e fruto das primeiras elaborações de uma ciência que em suas aulas se constituía.

2. *Saussure e o Curso de Linguística Geral*

Comentar algo sobre após o seu centenário pode parecer até redundante, mas não é dado a sua importância teórica para a compreensão dos estudos da linguagem e de tudo que dela decorre, pensar o próprio sujeito falante. Se em muitos momentos estudar a língua foi sinônimo de estudo gramatical enquanto apenas regras do bem dizer, com o *Curso de Linguística Geral* em sua linguagem quase que corrente Saussure não apenas funda a ciência da língua, mas, sobretudo contribui para as áreas de humanidades ao propor que é o olhar do pesquisador que cria o objeto. Hoje ao constatar tal fato nos dá o “sentido” (ORLANDI, 2001) de banalidade, simplicidade, pois, parece e é obvio definir uma ciência: delimitar seu objeto em relação aos outros, delimitar seu campo de atuação, defini-lo de forma restrita, propor um método de análise desse objeto para que se tenha acesso ao seu funcionamento e suas características fundamentais, a acima de tudo, descrevê-lo de forma universal situando em relação aos outros objetos do conhecimento do qual faz parte.

Essa orientação metodológica percorre todo o *Curso de Linguística Geral*, discernindo ao definir, comparar, classificar e demonstrar o funcionamento da língua que não se confunde com o estudo gramatical e outras áreas do conhecimento, como a fisiologia, a psicologia entre outras tão bem comentadas por Saussure naquilo que cabe a cada uma delas o estudo do homem na relação com a língua e seu funcionamento. Ainda que muitos aspectos ficaram por definir, aprofundar etc. o gesto fundador foi o suficiente não apenas para o estudos da língua enquanto ciência, mas sem sombras de dúvidas, para toda a área de humanidades cuja definição do objeto foi como uma fórmula “mágica”, uma orientação não tardou a abrir novas perspectivas de construção do objeto, de interpretação e até mesmo metodológicas.

Pode-se considerar que a linguística transbordou a si mesmo não apenas como o campo teórico do estudo das línguas, mas como estudo da linguagem de forma amplo, ou seja, a linguística parte do estudo das lín-

guas e é a ciência que estuda o campo a qual ele pertence: a linguagem de forma ampla e geral.

3. *As metáforas*

Os novos estudos sobre a metáfora a dividem em duas vertentes: a metáfora linguística (estruturando sistemas conceituais a partir da forma como a compreendemos o mundo e como agimos no mesmo), que se materializa verbalmente e a metáfora conceitual, estruturada no pensamento humano (LAKOFF & JOHNSON, 1980). Para Black (1979), as metáforas linguísticas podem ser classificadas como: “mortas” e “vivas”. Sendo a “metáfora morta” uma expressão que não tem mais um uso metafórico.

Pollio, Smith, Pollio (1990) atribuem as seguintes características às metáforas.

- 1- figuras de linguagem não ocorrem frequentemente na fala, escrita ou pensamento;
- 2- o uso figurado tem o papel de ludibriar o pensamento ou de embelezar as ideias prosaicas;
- 3- linguagem figurada, anomalia, tolice, e uso literal são categorias psicológicas que não têm relação com a linguagem;
- 4- a paráfrase de uma figura de linguagem tem o mesmo sentido da figura;
- 5- a linguagem figurada depende ou se origina da forma literal;
- 6- as crianças não entendem o uso figurado até os 11 ou 12 anos;
- 7- há universais figurados nas línguas, nas eras históricas e nos grupos culturais.

Para muitos pesquisadores, a linguagem cotidiana é plena de metáforas, que nem se percebe do uso (COHEN, 1979; LAKOFF & JOHNSON, 1999), o mesmo acontecendo com a linguagem científica.

Com o tempo, os pesquisadores começaram a ver a metáfora como algo importante no processo de entendimento da humanidade e não como um elemento estético (LAKOFF & JOHNSON, 1999).

Neste sentido, a metáfora é uma ponte que liga domínios semânticos diferentes, criando novos caminhos para a compreensão do sujeito,

indo do literal ao abstrato, sendo também uma maneira de expressar o pensamento abstrato usando do simbólico.

Assim a função da metáfora é de estender a comunicação e a conceitualização do ser humano.

Para Pêcheux (1997) a metáfora é um deslizamento de sentido, sendo que esse “é produzido no “*non sens*””, lugar que a metáfora se sobre põe sobre o sentido, no entanto a sobreposição não acontece sem deixar “marcas e rastros” de sua identificação. Um dizer deslizante significando algo diferente, mas apontando para um outro algo que de fato sempre procurar expressar no jogo da língua enquanto possibilidade de combinação e no jogo do discurso enquanto efeito de sentidos. Nisso, a definição de Pêcheux, é peculiar na medida em que se concebe “uma palavra por outra” em que ocorre o deslizamento para recair sobre o mesmo.

Os conceitos e noções de metáforas aqui abordadas representam o quanto de jogo há no significar os mesmo sentidos com materialidades linguísticas diferentes a despeito dos rituais e processo que as engendram. O processo metafórico diz respeito muito mais a ordem do discurso do que propriamente a ordem da língua visto que em si as palavras não sustentam suas significações e nem demandam efeitos de sentidos, é no processo metafórico que se constrói a tensão entre o que se quer significar de forma deslizante seja enquanto estratégia ou jogo no/no discurso/língua, seja como processo de construção e elaboração de sentidos que pode ser definido como “uma palavra por outra” entendendo metaforicamente.

3.1. Metáfora do aglomerado confuso de coisas heteróclitas (SAUSSURE, 1996, p. 17)

Segundo Saussure “a linguagem tem um lado individual e um lado social” (SAUSSURE, 1996, p. 16), pode ser considerada um todo “multiforme”, uma vez que diz respeito, ao mesmo tempo, a um sistema estabelecido e a uma “evolução”/desenvolvimento. Como o próprio autor afirma, a linguagem

é um aglomerado confuso de coisas heteróclitas sem liame entre si”, o que sugere que, tomada em sua totalidade, a linguagem é incognoscível, ou seja, desconhecida, de difícil explicação e incapaz de fornecer “um ponto de apoio satisfatório para o espírito (SAUSSURE, 1996, p. 16-17).

Sendo a fala, a utilização da língua, ou seja, a que “vem antes da língua e a faz evoluir” (SAUSSURE, 1996, p. 16), aquela que tem caráter individual, momentâneo e heterogêneo, múltipla, imprevisível, irredutível a uma pauta sistemática e que, portanto, não pode ser objeto de estudo da ciência. Já a língua é a parte do estudo da linguagem privilegiado por Saussure.

3.2. Metáfora do cavaleiro de diferentes domínios (SAUSSURE, 1996, p. 17)

Para Saussure, a linguagem pode ser analisada por diferentes perspectivas: “um verdadeiro cavaleiro de diferentes domínios”, ou seja, pode ser matéria de estudo de outras ciências, como por exemplo, a psicologia, filologia e a sociologia. Convém ressaltar que enquanto método, o mestre genebrino nos legou que “o ponto de vista” cria o objeto ao mesmo tempo que a abordagem sobre o mesmo objeto pode ser compreendida por outros domínios mas sem perder a referência do que se é: a linguagem. Após um século do *Curso de Linguística Geral*, as proposições saussurianas encontram vigor em sus concepções não apenas metaforicamente, mas sobretudo, de sentidos.

3.3. Metáforas do contrato e da massa (SAUSSURE, 1996, p. 22)

Conforme o linguista, a língua é “a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude de uma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade” (p. 22). Então, a língua “não está completa em nenhum [indivíduo], e só na massa ela existe de modo completo” (p. 21); ela é, “ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (p. 17). Nesse sentido, as palavras “contrato” e “massa” que de certa forma pertencem ao domínio da direito e sociologia, as palavras se inscrevem metaforicamente no domínio da linguística para significar no processo de elaboração conceitual o quanto a noção de língua vem romper com a concepção de língua enquanto gramática e ao mesmo tempo fundar uma nova proposta e definição de língua e seu funcionamento.

3.4. Metáforas da imagem acústica (SAUSSURE, 1996, p. 23)

Segundo o autor, a língua é “um sistema de signos distintos correspondentes a ideias distintas” (p. 18); é um código, um sistema onde, “de essencial, só existe a união do sentido” e da “imagem acústica” (p. 23). A imagem acústica pode ser interpretada como a forma verbal arquivada na memória e o conceito, como o significado do signo de um modo mais abstrato e, em certo sentido, mais próximo da referência. Há duas questões importantes a destacar metaforicamente. A primeira diz respeito que para compreender a ideia de propagação do som, a expressão “imagem acústica” é uma construção de uma outra área do conhecimento: a física que nesse momento se aproxima do que se quer expressar na definição da produção do som. Já em segundo, a expressão é uma descrição quase que semiótica da produção do som.

3.5. Metáforas do jogo de xadrez (SAUSSURE, 1996, p. 34)

No que concerne à linguística, interna, as coisas se passam de modo diferente: ela não admite uma disposição qualquer; a língua é um sistema que conhece somente sua ordem própria. Uma comparação ao jogo de xadrez fará compreendê-lo melhor. Nesse jogo, é relativamente fácil distinguir o externo do interno; o fato de ele ter passado da Pérsia para a Europa é de ordem externa; interno, ao contrário, é tudo quanto concerne ao sistema e às regras. Se eu substituir as peças de madeira por peças de marfim, a troca será indiferente para o sistema; mas se eu reduzir ou aumentar o número de peças, essa mudança atingirá profundamente a “gramática” do jogo. Não é mesmo verdade que certa atenção se faz necessária para estabelecer distinções dessa espécie. Assim, em cada caso, formular-se-á a questão da natureza do fenômeno, e para resolvê-la, observar-se-á esta regra: é interno tudo quanto provoca mudança do sistema em qualquer grau. (SAUSSURE, 1996, p. 34)

Com a metáfora do jogo de xadrez, o autor afirma que no estudo da linguagem, como em uma partida de xadrez, há dois pontos de observação e interesse possíveis: a perspectiva sincrônica, que se interessa por cada sistema linguístico, no caso do jogo, por cada etapa isoladamente; ou a perspectiva diacrônica, que se interessa pela a dinâmica das transições entre cada sistema linguístico, no caso do xadrez, pela transição de uma etapa para a outra ao longo do tempo do jogo.

A utilização do jogo de xadrez pertencente a ordem do lúdico vem colaborar para abordar os aspectos combinatórios próprios da língua e a possibilidade de fazê-lo sem alterar as estabilidade, no entanto, se essa estabilidade for alternada, altera-se todo um sistema de jogo que logo encontra o seu ponto e equilíbrio e funcionamento.

É possível constatar o funcionamento do jogo de xadrez em seus aspectos lúdico em relação ao funcionamento da língua em sua forma lúdica de expressar ou mesmo na coloquialidade. Talvez a metáfora do jogo de xadrez seja a que melhor representa alguns dos aspectos de funcionamento da língua no processo de elaboração teórica e conceitual do *Curso de Linguística Geral*.

3.6. Metáforas comparativas: astronomia, geologia e direito

A astronomia verificou que os astros sofrem mudanças notáveis; não está obrigada, por isso, a cindir-se em duas disciplinas (p. 94);

A geologia raciocina quase constantemente acerca das sucessões (p. 94);

Existe uma ciência descritiva do direito e uma história do direito; ninguém opõe uma a outra (p. 94).

Saussure para explicar alguns dos aspectos do funcionamento da língua em uma tentativa de definir a linguística enquanto ciência, mas ao mesmo tempo sem dividi-la em partes distintas, mas apenas com partes distintas que compõem um todo, a utilização do processo metafórico da astronomia, geologia e do direito representa uma disciplina mesmo que tenha perspectivas diferentes e aparentemente paradoxais, não quer dizer que represente disciplinas distintas, mas “faces” e perspectivas distintas sem serem contraditórias ou incoerentes entre si. Ao abordar as faces distintas da astronomia, geologia e direito, pode considerar que para uma disciplina que está em processo de definição, algo “novo” que emerge como “acontecimento” (PÊCHEUX, 2001) necessita de descrições, definições coerentes no molde das disciplinas com certas estabilidades de funcionamento e descrição de seus múltiplos aspectos, ora, uma definição de um de seus aspectos não pode em alguma medida contradizer outros. É nesse sentido que a metáfora da astronomia, geologia e direito vem como argumento referencial que para conceber que os aspectos sincrônicos e diacrônicos da língua não são contraditórios, mas formas de se abordar a língua.

4. Considerações finais

Após um século de publicação do *Curso de Linguística Geral* ainda se faz de forma ritualística o retorno ao Mestre, não naquilo que

deixou de definir ou abordar, mas sobretudo naquilo que ele abordou e definiu, seja de forma metafórica conceitual em suas aulas que foram compiladas por seus alunos, ou nos seus manuscritos que nos apresentam um outro Saussure. Apesar de todo o desenvolvimento da linguística atualmente e sua multiplicação em tantas disciplinas quantas são as indagações dos diversos aspectos da língua e seu funcionamento, ainda voltamos ao mais elementar, no caso deste texto, tentar compreender a utilização e significação das metáforas no processo de elaboração teórica de uma disciplina.

Definir e conceituar algo que de alguma forma é de conhecimento compartilhado, há de se considerar que o esforço intelectual depreendido atinge outra instância de elaboração e explicitação, no entanto, quanto se trata de algo que apenas o pesquisador está elaborando/se deparando em seu processo de reflexão e síntese, também há de se considerar que algo que ainda não existe e precisa de descrições, definições, comparações, elucidações e mesmo uma nomenclatura apropriada, isso não se faz sem ter outras áreas do conhecimento como referência, é nesse momento que a metáfora enquanto “uma palavra por outra” no processo de deslizamento de sentido para tentar significar algo que nasce, mas não é qualquer significação, estamos nos referindo ao nascimento de uma disciplina e como tal, as metáforas não podiam e nem poderiam serem sofisticadas de um lado, um forte argumento de autoridade do outro, pois, se contestar o objeto metaforizado, deve-se também questionar o objeto que serviu de base para a metaforização.

Nesse sentido, as metáforas aqui elencadas e comentadas, podem nos ajudar as compreender não necessariamente a linguística enquanto ciência, mas o processo de elaboração, definição, conceituação de que se valeu Saussure para dizer algo da língua que provocou uma ruptura de quatro séculos de concepção de língua desde Arnauld e Lancelot.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLACK, M. More about metaphor. In: ORTONY, A. *Metaphor and thought*. CUP, 1979.

COHEN, Ted. Metaphor and the cultivation of intimacy. In: SACKS, S. (ed.). *On Metaphor*. Chicago: The University of Chicago, 1979.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago, 1980.

ORLANDI, E. P. *Discurso e texto*. Formulação e circulação dos sentidos. São Paulo: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. *Semântica discursiva*. Uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. *O discurso, estrutura ou acontecimento*. 3. ed. São Paulo: Pontes, 2001.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 19. ed. São Paulo: Cultrix, 1996.

O SAMBA EM SÃO PAULO: OMISSÕES E ESQUECIMENTOS

Mario Santin Frugiuele (USP)
mariosfru@gmail.com

1. Introdução

Este estudo pretende investigar, dentro do universo sociocultural da região central do estado de São Paulo, as características lexicais que envolvem uma modalidade de samba ali surgida em meados do século XIX e que, em virtude de fatores diversos, vem sofrendo apagamento ao longo de mais de meio século. A modalidade, tipicamente paulista e contrastante com os famosos moldes carioca e baiano, é cunhada de acordo com a época e localidade específica de seu surgimento. No campo acadêmico, por sua vez, seguindo clássico ensaio de Mário de Andrade (1937) e abrangendo características coincidentes, costuma-se denominá-la Samba Rural Paulista.

De modo a realizar esta tarefa, o *corpus* objeto de trabalho será fundamentalmente constituído por entrevistas e produções lítero-musicais encontradas no *Acervo Cachuera!*⁵⁹ e que atendem ao nosso objetivo. Com base nesse *corpus* e, ainda, na bibliografia encontrada sobre o tema, coletamos unidades lexicais que nos permitiram realizar um breve estudo semântico-lexical do vocabulário utilizado pelos participantes do Samba Rural. Dentre as diversas unidades lexicais que dizem respeito a este tipo de samba, no presente artigo demos preferência àquelas mais utilizadas para designá-lo, totalizando três.

A lexicologia, teoria compreensiva do fato lexical, tanto no nível das estruturas quanto das unidades (REY, 1977, p. 159-161), dar-nos-á o suporte necessário para a construção de uma lista com as unidades lexicais selecionadas. Em um segundo passo, consultaremos algumas obras lexicográficas de língua portuguesa, a fim de construir tabela comparati-

⁵⁹ Este acervo pertence ao Grupo Cachuera!, "um coletivo de práticas e estudos das tradições populares de música e dança do Sudeste brasileiro, centrado na divulgação de duas vertentes principais desse repertório: os batuques de terreiro e as congadas. Todo trabalho desenvolvido pelo grupo baseia-se nas viagens de campo, na pesquisa teórico-bibliográfica e nos ensaios, realizados ao ar livre no campus da USP". (CACHUERA, [s.d.])

va, contendo as acepções dadas por estas obras às unidades retiradas do material bibliográfico.

Primeiramente, no entanto, será preciso delimitar brevemente o campo de estudo, uma vez que o samba rural paulista, também conhecido como samba de bumbo ou samba de roda, vem desaparecendo paulatinamente e, quando encontrado, costuma não mais preservar suas características originárias. Para tanto, importa percorrer a história do ritmo, averiguando o contexto histórico de seu surgimento e propagação – cujo auge ocorreu no início do século XX –, até o início brusco de seu forçado processo de apagamento, que se dá a partir da Era Vargas e permanece nos dias de hoje, ainda que de modo menos acentuado.

2. *O samba rural: origens do samba paulista*

Conforme já mencionado, o samba rural paulista recebeu nomenclaturas diversas⁶⁰, a depender do local, período de seu desenvolvimento e particularidades ritualísticas: samba de bumbo, samba lenço, samba de roda, samba antigo, samba caipira, samba campineiro, samba de Pirapora, samba de terreiro, samba de umbigada ou, entre seus tradicionais praticantes, apenas samba e batuque (ANDRADE, M. de, 1937). Dentre essa significativa variedade de designações, é possível apontar aquelas tradicionalmente mais empregadas – conforme veremos adiante –, e que serão objeto da presente análise.

A cidade de Pirapora do Bom Jesus, grande centro religioso situado à beira das águas do rio Tietê, tornou-se uma espécie de balaio generoso em relação a todas estas variedades – não foi ali que o samba de São Paulo plantou sua semente, mas foi onde suas raízes fincaram mais profundamente. As diferenças coexistiam nas grandiosas festas do Bom Jesus, com cada grupo valorizando os atributos peculiares de sua região, enfatizando seu modo de fazer batuque. Nos festejos as trocas prevaleci-

⁶⁰ Situação esta que, já nos anos 50, Roger Bastide (1961, p. 9) evidenciava em seus ensaios: "(...) não existe no Brasil uma terminologia uniforme; conforme as regiões, nós nos encontramos diante de léxicos folclóricos diferentes, quer uma mesma dança, por exemplo, tome nomes diversos, como batuque, jongo, samba rural, coco, chegança de marujos, Nau Catarineta, quer o mesmo nome designe realidades muito diversas, o que quase sempre acontece com um desses termos vagos que acabamos de citar, o que é ainda mais grave. O batuque, por exemplo, designa, em várias regiões, danças que só têm em comum a mesma origem africana sendo quanto ao mais totalmente estranhas umas às outras."

am e, ao contrário dos sambas baiano ou carioca, cuja participação era majoritariamente de negros, havia uma significativa presença de caboclos e até de brancos (CUÍCA; DOMINGUES, 2009, p. 25), espelhando a estruturação racial das fazendas paulistas.

A festa católica, realizada entre os dias 3 e 6 de agosto, ao atingir certa notoriedade passou a receber frequentadores interessados em conhecer e participar dos batuques. Os romeiros que não contavam com muitos recursos alojavam-se em barracões de alvenaria afastados das atenções do clero. Estes barracões, uma vez distantes, possuíam condições adequadas para manifestações alheias às censuras da igreja da cidade, que não escondia sua rejeição pelos encontros (CUÍCA; DOMINGUES, 2009, p. 25). No entanto, com seus sambas e rituais, a parcela “profana” da festa não demorou a ser abolida, tendo a igreja decidido pela interdição e demolição dos barracões, que a ela pertenciam (CUNHA, 1937). Tal fato ocorreu em 1936, conjuntamente a outra decisão conservadora e de fundo racista: a proibição dos desfiles de cordões carnavalescos (como o Vai-Vai e o Camisa Verde e Branco) pelas ruas de Santana de Parnaíba. Também na década de 30, aliás, o regime varguista, preocupado em se apropriar do samba praticado no Rio de Janeiro e tomá-lo como a representação cultural do povo brasileiro, acaba por impor novas barreiras à sobrevivência do samba de São Paulo, menos “mercadológico”. Siqueira (2012, p. 3) sustenta, ao tratar da identidade nacional arquitetada na Era Vargas, que o samba (carioca) “passa a ser cooptado pela cultura oficial, tornando-se símbolo de uma brasilidade e identificador do elemento nacional a serviço do Estado”. Esta cooptação pelo discurso nacionalista, segundo o autor, se daria em virtude da utilização do ritmo como meio disciplinador da multidão. Junto às imposições da Sé, o Estado dificultava a sobrevivência (e desenvolvimento) do samba em São Paulo.

Com o término dos festejos realizados em Pirapora do Bom Jesus, e o conseqüente declínio do histórico recinto, tem início o empobrecimento (e hoje quase “extinção”) do samba rural. No interior paulista, este desaparecimento paulatino se dá, ainda, em função da modificação do padrão de vida da cultura caipira tradicional (CANDIDO, 2001). De outra parte, adentrando o meio urbano, o samba rural unifica-se ao processo de formação dos cordões carnavalescos e, posteriormente, constitui parte da origem das escolas de samba (HORI, 1981) se despojando, enfim, de seus padrões tradicionais.

O momento anterior, quando a modalidade ainda pertencia, juntamente com os incipientes cordões, a uma mesma realidade cultural da comunidade negra de São Paulo, reflete importante quadro histórico poucas vezes aprofundado quando comparado a seus correspondentes mais famosos. Tanto é que a própria denominação deste tipo de samba, conforme visto no início deste capítulo, nunca foi propriamente estabelecida, com cada grupo nomeando-o de maneira distinta. Ao adentrar o campo acadêmico, à exceção de alguns pesquisadores, acaba-se simplesmente por reproduzir a conceituação de Mário de Andrade, sem contextualizá-la devidamente, o que evidencia a falta de estudos aprofundados sobre o tema – quanto ao uso linguístico do samba em território paulista, os trabalhos rareiam ainda mais. Este trabalho, na esteira de outros estudos em andamento sobre o tema, pretende auxiliar a preencher este vazio histórico sobre o estado de São Paulo.

Na atualidade, ante as imposições – em grande parte midiáticas – de certos preceitos generalizantes, o processo de transformação do samba é pouco refletido, ignorando-se comumente o contexto de opressão cultural vivenciado por seus formuladores. A profunda historicidade que emana de um estudo pormenorizado sobre o gênero, acabou sendo substituída pelo entendimento genérico – e errôneo – que reduz as particularidades das manifestações musicais e coreográficas trazidos pelos africanos para o Brasil, desde o início da escravidão.

Isso posto, para proceder à análise das unidades lexicais coletadas, este trabalho se apoiará basicamente na lexicologia, realizando os recorres adequados nesta e em outras áreas.

3. *Lexicologia e definição terminológica*

Antes de nos aprofundarmos neste campo de estudo, é importante clarificar alguns conceitos-chave, que constituem a base fundamental para uma correta interpretação desta e das outras ciências do léxico. Passo primeiro, portanto, é compreender seu objeto de estudo: o léxico.

Conjunto de signos usados pelos membros de determinada comunidade linguística, sincronicamente estruturado por subconjuntos específicos diassistemicamente marcados, o léxico é a “soma organizada de todas as unidades da língua” (ALVES, 1999, p. 70). De acordo com Biderman (2001, p. 13), ele “constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo”.

O homem, ante a necessidade de nomear tudo à sua volta, acaba por utilizar uma das funções do léxico, a de dar nome às coisas. O ambiente humano, contudo, modifica-se, e por isso faz-se necessário criar novas interpretações, novos nomes para novos fenômenos – não é por menos que toda língua que funciona varia, e esta variação implica no seu funcionamento. O léxico, entendido como o conjunto de unidades que nos permite pensar, definir, interpretar, codificar e decodificar o mundo, acaba, por outro lado, não sendo a cópia fiel deste mundo que se faz retratar por meio dele, “mas uma forma particular de percebê-lo por uma determinada comunidade e até mesmo por cada indivíduo que compõe esse grupo” (BRITO, 2013, p. 83).

Na tentativa de dar significado à sua realidade, o ser humano manipula o sistema léxico. As mudanças sociais e culturais, os conceitos do mundo em que cada sujeito está inserido, refletem-se neste sistema, já que é ele a estrutura linguística que exprime as alterações socioculturais de uma comunidade.

Diferentemente do léxico, que abrange todos os signos utilizados pelos membros de uma comunidade linguística, o vocabulário pode ser entendido como o conjunto, passível de descrição, de unidades lexicais usadas por um determinado grupo de falantes, em determinada circunstância, para fins comunicativos. É, portanto, um subconjunto do léxico, mais palpável e delimitável, assim como afirma Barbosa (1995, p. 21): “uma parte do léxico, que representa uma área de conhecimento”. Apoiando-nos neste conceito de vocabulário, que já representa uma certa “área de conhecimento”, decidimos por não utilizar a definição vocábulo-termo, oriunda da etnoterminologia, e sim vocábulo, compreendido como a unidade de léxico. Nesse sentido, temos os “termos”, enquanto unidades lexicais científicas e técnicas (plano do código), e os vocábulos, como unidades atualizadas no discurso, que “assumem diferentes valores significativos de acordo com o contexto” (ALVES, 1999, p. 70). Vê-se, dessa forma, o porquê de tratarmos do vocabulário do samba rural paulista, atendo-nos às comunidades e praticantes que preservam o gênero no estado de São Paulo.

O levantamento de unidades lexicais que nos permitam conhecer a realidade desses grupos, não poderia, certamente, anteceder a conceitualização linguística de *palavra*. Nesse sentido, é rica a literatura sobre a unidade lexical, mas uma designação específica e amplamente aceita é algo ainda inexistente. Biderman (1999, p. 82), face a esta problemática, conclui que “não é possível definir a palavra de um modo universal”, e só se

pode identificar a unidade léxica, delimitá-la e conceituá-la no interior de cada língua.

Fica assim evidente a dificuldade em definir precisamente o conceito de palavra. Martinet (1974), por exemplo, abandona essa noção em proveito de *monema* (lexicais e gramaticais) e *sintagma*, ocupando-se somente de parte da palavra. Antes dele, Leonard Bloomfield, em *Language* (1966), aplica o termo *morfema* para designar a menor unidade significativa, distinguindo as formas livres (toda forma que pode ser um enunciado) das formas presas (toda forma que não pode ser um enunciado). Oriundo da escola norte-americana, Câmara Jr. segue os ensinamentos de Bloomfield, acrescentando o conceito de formas dependentes (sintaticamente), como artigos, preposições e pronomes átonos, mas, assim como Bloomfield, não dedicou maiores considerações sobre a *palavra*.

Bernard Pottier (1974), por sua vez, elaborou uma proposta a partir do termo *lexia*, que pode ser simples, composta ou complexa⁶¹. A *lexia* simples é monolexêmica (constitui-se de um único lexema) e coincide com a noção de palavra simples da gramática tradicional: casa, de, um, mestre, etc. Resultado da combinação de *lexias* simples ou derivadas, a *lexia* composta é polilexêmica, e contém mais de um tema ou radical: guarda-chuva, pão de queijo etc. A *lexia* complexa, enfim, também resultado de uma sequência lexêmica – e, portanto, polilexêmica –, em virtude de seu uso constante na língua, acaba por se transformar em construções fixas, num processo de lexicalização semântica, adquirindo significado único, em graus diversos: máquina de escrever, caderneta de poupança, cesta básica, etc. Nesse sentido, Biderman (1999, p. 91-2) afirma que se “a combinatória lexical refere um referente único e perfeitamente identificável no universo extralinguístico, é quase certo que o sentimento linguístico dos falantes os induzirá a considerar esse sintagma lexicalizado como uma *lexia complexa*”.

Com base nisso, importa retomar o conceito de *palavra*, de modo a restringir sua definição. Biderman (1999, p. 87), na mesma obra, elenca três critérios com que podemos operar para delimitar a *palavra*: critério fonológico, critério morfossintático, e critério semântico. Apesar de considerar a pertinência dos dois primeiros critérios, a autora sustenta que o critério decisório final é o semântico: “no topo da hierarquia, a se-

⁶¹ Há ainda a *lexia* textual, que ultrapassa o nível do léxico (canção, oração, hino etc.), mas que não será aprofundada no presente trabalho.

mântica vem congregar as demais informações de nível inferior para nos oferecer a chave do mistério da palavra”.

Tendo isso em vista, parece-nos mais adequado, como se pôde notar desde o início deste trabalho, a utilização de *unidade lexical* para referir esta “unidade semântica mínima do discurso”, indecomponível; enfim, a *palavra*, seja ela simples, composta ou complexa.

Uma vez introduzidos os conceitos-chave, cabe agora nos deter na ciência que estuda o léxico, alicerce capital deste estudo. Tendo por objetivo a análise do vocabulário do Samba Rural, isto é, de determinados vocábulos enunciados durante a manifestação e por seus praticantes, a lexicologia é de suma importância, vez que é a ciência que estuda e descreve o léxico de uma variedade linguística. Tem como essência o estudo de um conjunto de unidades lexicais de determinado sistema, ou de um grupo de indivíduos, como universo léxico ou conjunto vocabulário (BARBOSA, 1990). Esta análise pode ser feita em perspectivas diversas, “de acordo com o recorrente no tempo e no espaço: ponto de vista sincrônico, diacrônico, ou ainda pancrônico, sintópico e diatópico” (BARROS, 2004). Com efeito, enquanto estudo científico do léxico, a lexicologia tem contribuído para delimitar os vocabulários específicos de uma ciência ou, no presente caso, de uma determinada área. Conforme mencionado anteriormente, parece-nos que a definição de Rey é capaz de introduzir o conceito e evita reduzi-lo: “*L’objet de la lexicologie est une théorie compréhensive du fait lexical, tant au niveau des structures (lexique, vocabulaires) que des unités (mot, idiole).*” (REY, 1977, p. 159)

A lexicologia nos auxiliará, portanto, na elaboração de lista que subsidiará a construção de tabela comparativa das palavras selecionadas, contendo as acepções dadas pelas obras lexicográficas e o contexto de uso dado pelos sujeitos. É premente a necessidade de se estudar o léxico pretendido em seu contexto de uso, caso contrário não haveria como assegurar o levantamento do vocabulário em questão, vez que a interação pode ser considerada a realidade fundamental da língua (BAKHTIN, 2003, p. 265).

Paralelamente à lexicologia, importa ressaltar a lexicografia e a dicionarística, ciências também significativas na identificação do léxico que envolve o campo semântico do samba rural. Enquanto a primeira é o estudo teórico e análise dos dicionários, da sua elaboração (metodologia) e da sua estrutura (metalexigrafia); a segunda tem por âmbito o domínio complexo do dicionário, constituído por todos os tipos de dicionários

e por tudo que lhe diz respeito, recobrando simultaneamente o campo do dicionário-observação e do dicionário-objeto de estudo (produção) (Cf. QUEMADA, 1987).

4. Estudo semântico-lexical do samba rural paulista

Atualmente, o samba rural paulista sobrevive graças à colaboração e incentivo de grupos como o “Samba Lenço”, de Mauá; o “Teatro Popular Solano Trindade”, de Embu das Artes; o “Samba de Roda”, de Pirapora; o “Samba de Cururuquara”, em Santana do Parnaíba, dentre outros poucos. Com efeito, algumas destas comunidades foram objeto de levantamento de dados etnográficos, a fim de se averiguar os obstáculos enfrentados e oriundos, em grande medida, do trauma mercadológico e caricatural por que passou (e passa) o mundo do samba.

Em um destes trabalhos, realizado por Manzatti e disponibilizado no *Acervo Cachuera!*, encontramos uma farta coleta de entrevistas livres *in loco* e, ainda, a documentação da produção lítero-musical dos grupos praticantes do samba rural, que corresponde a cerca de 80% do repertório conhecido por estes mesmos grupos (MANZATTI, 2005, p. 10). Estes materiais orais, extremamente ricos em vocábulos utilizados na manifestação, foram cotejados juntamente a materiais escritos, que retratam a história do samba paulista e brasileiro.

A partir desta primeira coleta, selecionamos três unidades lexicais que dizem respeito, especificamente, às designações que recebe o samba rural paulista, ressaltando-se o fato de serem as unidades mais comumente empregadas tanto por praticantes quanto por estudiosos. Sendo assim, contamos com vocábulos (i) encontrados no falar de alguns praticantes deste tipo de samba, coletados durante entrevistas livres realizadas por Manzatti (2005); (ii) presentes nas letras de suas músicas; e ainda localizados na (iii) bibliografia sobre o tema. Cabe mencionar, neste ponto, a dificuldade em se contar com fontes não somente em relação ao samba paulista, mas quanto ao samba em geral. Certamente a modalidade de samba analisada neste trabalho é ainda mais difícil de se investigar, mas Siqueira (2012, p. 7) aponta para uma problemática presente em qualquer estudo relacionado ao samba, ainda que urbano: “Um primeiro problema refere-se às fontes (...) pois o lado obscurecido não foi esquecido, mas omitido. A história não se esquece e, portanto, não merece ser culpada pelos interesses daqueles que a escrevem.”

Buscamos superar as adversidades nos restringindo aos vocábulos mais utilizados (MANZATTI, 2005) para denominar o samba rural, ainda que não analisemos a quantidade de itens por nós inicialmente desejada. Pautados nessa lista, faremos a análise apresentando uma acepção de cada uma das unidades lexicais escolhidas, seja em material de tipo oral ou escrito, seguida por uma tabela comparativa com o registro encontrado nas obras lexicográficas pesquisadas. Por último, analisaremos e comentaremos brevemente os dados apresentados.

É certo que o dicionário reflete um dado momento histórico e não podemos esperar que englobe todo o léxico de uma comunidade; nesse sentido, escolhemos as obras lexicográficas citadas a seguir, em meio a tantas outras, por abrangerem dois séculos (XX, XXI) e permitirem, desse modo, uma comparação histórica das unidades lexicais. Além disso, optamos por inserir obras de conteúdo específico, voltadas para o folclore e música brasileiros. Outrossim, deixamos de lado obras clássicas, como as de Pe. Raphael Bluteau (de 1712- 1728), Antônio de Moraes Silva (de 1813) e Luiz Maria da Silva Pinto (de 1832), tendo em vista o período de sua elaboração, anterior à consolidação do samba pesquisado. Seguem as obras, por ordem cronológica:

1. Laudelino Freire – 1957;
2. Francisco Júlio de Caldas Aulete – 1964;
3. Adalberto Prado e Silva (Michaelis) – 1976;
4. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira – 1980;
5. Mário de Andrade – 1989;
6. Luis da Câmara Cascudo – 1984;
7. Francisco da Silva Borba – 2004;
8. Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar – 2007.

As acepções apresentadas nas tabelas a seguir foram transcritas assim como as encontramos nas obras consultadas. Outrossim, utilizamos as seguintes abreviações, de modo a ganhar espaço:

m. Masculino

s.Substantivo

Os quadros listados abaixo⁶² contêm a descrição de cada uma das unidades lexicais selecionadas e encontradas em nosso *corpus*, assim como sua abonação por praticantes e estudiosos do Samba Rural Paulista. A respectiva tabela comparativa e uma breve análise/comentário dos dados apresentados complementam estes quadros.

Quadro 1: Samba de Bumbo

Conforme relatado anteriormente, tal qual *samba rural paulista*, a unidade lexical *samba de bumbo* abrange as manifestações relacionadas ao samba germinado no interior do estado de São Paulo, desde meados do século XIX. Juntamente com o batuque de umbigada e o jongo, o samba de bumbo compõe a trilogia das manifestações culturais negras de terreiro originadas no tempo da escravidão e que ainda permanecem sendo praticadas em São Paulo. Representam, ao lado dos zé pereiras, boizinhos, caiapós e cordões, as matrizes culturais formadoras do carnaval paulista (MANZATTI, 2005, p. 59).

É, por certo, a unidade lexical *mais utilizada* para especificar o samba aqui analisado, seguida por *samba de roda* ou *samba-roda*. Conforme esclarecido ao longo deste trabalho, utilizamos a unidade lexical *samba rural paulista* em detrimento a *samba de bumbo*, cientes de que a primeira, apesar de academicamente aceita, é praticamente olvidada pelos praticantes do samba paulista. *samba de bumbo*, por sua vez, é amplamente empregada pelos sambistas e participantes:

É. Que é o diferente, né? Porque, samba de roda... ‘cê fala samba de roda é da Bahia. Não, é partido alto, do Rio, e tal. Não, é o *samba de bumbo*, que você acaba diferenciando, mesmo pra levantá um pouco de interesse dessas pessoas em querê sabê o que é samba de bumbo. (MANZATTI, 2005, p. 299, grifo nosso)

Há, como é possível depreender, contradições imanentes quanto à nomenclatura exata. Osvaldinho da Cuíca, contudo, parece solucionar a contenda, ao afirmar que

A palavra “samba”, em São Paulo, só ganhava sentido comum, entendido por gente de qualquer parte do estado, quando se falava no *samba-de-bumbo* das popularíssimas festas de Bom Jesus de Pirapora. Aquela era, sem dúvida,

⁶² Tem-se a impressão de que o autor se esqueceu de incluir os referidos quadros, apesar de serem importantes as informações que oferece.

a manifestação mais popular que levava o nome de samba por essas bandas. (CUÍCA; DOMINGUES, 2009, p. 23, grifo nosso)

Samba de Bumbo: Modalidade paulista de samba, dançada ao som do bumbo; designação que agrupa diversas manifestações do samba do estado.

Aulete	Silva	Ferreira	Andrade	Cascudo	Borba	Houaiss
Não há registros.						

Tabela 4.9. Comparação da unidade lexical *Samba de Bumbo* entre os dicionários

A unidade lexical *samba de bumbo* não aparece em nenhuma das obras lexicográficas consultadas; apesar de, como vimos, ser uma das maneiras mais comuns (se não a mais) de se nomear o samba paulista. Nem ao menos obras especializadas, como o *Dicionário Musical Brasileiro*, de Mário de Andrade, e o *Dicionário do Folclore Brasileiro*, de Câmara Cascudo, registram a unidade.

Quadro 2: Samba de Roda / Samba-Roda

Outra nomenclatura empregada ao samba tipicamente paulista é *samba de roda*, ou sua variante *samba-roda*. Menos acadêmica que *samba rural paulista* e não tão usual quanto *samba de bumbo*, *samba de roda* é muito frequente em Pirapora do Bom Jesus, onde o único grupo praticante se intitula da mesma maneira. Apesar de suas diferenças congênicas, tal nome acaba por aproximá-lo do samba-de-roda baiano, causando confusão. Em seus estudos, Osvaldinho da Cuíca critica esse movimento:

O próprio nome “*samba-de-roda*” tem sido usado para qualificar aquela música, o que é um absurdo, pois, mesmo que alguns sambistas antigos chamassem o batuque assim, sua presente adoção é evidentemente baseada no conhecidíssimo ritmo da Bahia. (CUÍCA; DOMINGUES, 2009, p. 32, grifo nosso)

Entretanto, é bastante comum o uso desta unidade lexical por praticantes tradicionais do Samba Rural, pelo que devemos considerá-la no presente trabalho. Senão, vejamos:

E, de repente, o cara não se toca que é uma coisa diferenciada, daqui do estado de São Paulo. Então, eu sempre uso o termo samba de bumbo, mas aqui em Campinas o pessoal sempre falou *samba de roda*. Sempre. (MANZATTI, 2005, p. 299)

Samba de Roda/Samba-Roda: Diz-se do *samba de bumbo* ou, ainda, do *samba rural paulista*, em determinadas localidades do estado de São Paulo; modalidade típica do samba paulista.

As obras lexicográficas de Aulete, Ferreira, Mário de Andrade e Cascudo não registram esta unidade lexical. Todavia, as acepções dadas por Silva, Borba e Houaiss contêm características interessantes e que merecem maior atenção.

Aulete	Silva	Ferreira	An- drade	Cas- cudo	Borba	Houaiss
Não há registros.	s.m. Uma das modalidades do samba rural paulista já sincretizada com o fandango.	Não há registros.	Não há registros.	Não há registros.	s.m. Dança em ritmo de samba executada na Bahia e no interior paulista, onde já está sincretizada com o fandango.	s.m. Variedade de samba de ritmo bem marcado com palmas ou instrumentos, em que os dançarinos fazem grande roda e cada um deles dança e a seguir escolhe um substituo com uma umbigada.

Tabela 4.10.

Comparação da unidade lexical Samba de Roda ou Samba-Roda entre os dicionários

Silva, por exemplo, é aquele que mais se aproxima da acepção referida pelos sujeitos e encontrada em nosso *corpus*. Faz, inclusive, referência ao *samba rural paulista* (unidade lexical que deixará de registrar, como veremos adiante), mas acaba por conceber uma sincretização praticamente inexistente, vez que o fandango possui atributos bastante distantes da tradição do samba paulista. O fandango institui certos preceitos coreográficos e, por assim dizer, disciplinantes, que foram sim assimilados pelos negros caipiras do estado de São Paulo. É um equívoco, contudo, falar em incorporação do gênero. Borba, talvez influenciado pela obra de Silva, trata da mesma sincretização, mas o que nos interessa em sua definição é a confusão entre o samba baiano e o samba paulista. Osvaldinho da Cuíca já alertara para essa obscuridade causada pela denominação sinonímica, mas o músico Alceu Estevam é mais direto:

Porque, samba de roda... cê fala samba de roda é da Bahia. Não é partido alto, do Rio, e tal. Não é o samba de bumbo, que você acaba diferenciando, mesmo pra levantá um pouco de interesse dessas pessoas em querê sabê o que é samba de bumbo. Samba de roda, de repente pode até falá assim:

– “Ah, tá. samba de roda, eu vi lá em Salvador. Fui passá uma férias lá e eu vi muito samba de roda lá”.

E, de repente, o cara não se toca que é uma coisa diferenciada, daqui do estado de São Paulo. (MANZATTI, 2005, p. 299)

Vê-se, portanto, que a acepção dada por Borba carece de maior detalhamento.

Já Houaiss traz acepção relacionada diretamente ao samba da Bahia, explicitando algumas características daquele tipo de samba, distanciando-se do sentido atribuído pelos praticantes da modalidade paulista. Em 2004, contudo, em seu dicionário eletrônico, Houaiss assim define: “samba roda, s.m. tipo de samba rural paulista já fundido com o fandango”, significado este muito semelhante àquela de Silva, em que a unidade lexical *samba rural paulista* é também citada. Estranha-nos que alguns anos depois, em 2007, o lexicógrafo não faça mais menção ao samba rural, referindo-se unicamente ao samba de roda (ou samba-roda) baiano.

Quadro 3: Samba Rural Paulista

Na primeira metade do século XX, quando as manifestações populares paulistas passaram a ser observadas mais atentamente por estudiosos, os diversos tipos de samba do estado foram reunidos sob o nome samba rural. Vale dizer, uma vez mais, que foi Mário de Andrade, em 1937, que utilizou o adjetivo rural para designar a forma de samba por ele encontrada em Pirapora do Bom Jesus:

Mas, se não tenho a menor intenção de negar haja danças sexuais e que muitas danças primitivas guardam um forte e visível contingente de sexualidade. Não consigo ver neste *samba rural* coisa que o caracterize mais como sensual. (grifo nosso)

Todavia, ainda hoje esta unidade lexical é pouquíssimo empregada pelos praticantes da manifestação, servindo apenas como base acadêmica para sua conceituação precisa.

Samba Rural Paulista: O mesmo que samba de bumbo; designação acadêmica do samba praticado no interior do estado de São Paulo.

Aulete	Silva	Ferreira	Andrade	Cascudo	Borba	Houaiss
Não há registros.						

Tabela 4.11.

Comparação da unidade lexical *Samba Rural Paulista* entre os dicionários

Novamente, como em *samba de bumbo*, não há qualquer registro feito pelos dicionaristas. Há que se notar que, dentre as formas empregadas para designar o samba paulista (*samba de bumbo*, *samba de ro-*

da/samba-roda e *samba rural paulista*), a forma menos usual (*samba de roda/samba-roda*) foi a única encontrada nas obras analisadas. No mais, dois autores – Silva e Houaiss (em 2004) – anotam a unidade lexical quando tratam de *samba-roda*, para depois olvidarem, inexplicavelmente, sua apreciação. Isso aponta para uma inescusável lacuna nas obras lexicográficas do português brasileiro.

5. Considerações finais

Durante nossa pesquisa foi possível observar que as obras lexicográficas registram uma parcela ínfima das unidades lexicais selecionadas. Deve-se ressaltar que estas unidades lexicais básicas e inerentes à manifestação, isto é, aquelas que a nomeiam, não aparecem em mais de 90% das entradas pesquisadas. *Samba de bumbo* e *samba rural paulista* não constam em nenhuma das obras analisadas, e *samba de roda/samba-roda* está registrada de modo (relativamente) correspondente somente em Silva e Borba. Importa esclarecer, uma vez mais, que dentre as três nomenclaturas para o tipo de samba estudado, esta última unidade lexical é a menos frequente.

A lacuna, em um primeiro momento, parece-nos inescusável; mas há que se ressaltar o quase completo desaparecimento da manifestação logo após a propagação maciça do samba carioca nos anos 30. É provável que o ritmo do Rio de Janeiro tenha subjugado a tradição paulista, o que justificaria o registro de unidades lexicais comuns aos dois universos (como *batuque*, *samba*, *bamba*, *roda*, etc.) e a não contemplação daquelas estritamente pertencentes ao samba rural.

A manifestação paulista, enfim, aos poucos vem deixando de existir, e a falta de registros nos oito dicionários aponta para a necessidade de luta contínua por sobrevivência. Os grupos que ainda salvaguardam a memória do povo paulista precisam do apoio das comunidades que o circundam; e, dentre elas, está a comunidade científica. Apesar de, como diz Noel Rosa, não ser possível aprender samba no colégio, promover o encontro entre esses dois mundos é, hoje, um dever prestado à tradição cultural do país. São Paulo, berço do samba rural, precisa reivindicar sua vanguarda, esquecida, ou omitida, nas entrelinhas da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, I. M. A delimitação da unidade lexical nas línguas de especialidade. In: BASÍLIO, M. (Org.). *A delimitação de unidades lexicais*. Rio de Janeiro: Grypho, 1999.
- ANDRADE, M. de. *O samba rural paulista*. Separata da *Revista do Arquivo Municipal*. n. 41. São Paulo: Departamento de Cultura, 1937.
- _____. *Dicionário musical brasileiro*. Coordenação O. Alvarenga e F. C. Toni. São Paulo: Edusp, 1989.
- AULETE, F. J. de C. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Delta, 1964.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad.: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARBOSA, M. A. Lexicologia, lexicografia, terminologia, terminografia, identidade científica, objeto, métodos, campos de atuação. SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE TERMINOLOGIA E I ENCONTRO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA TÉCNICO-CIENTÍFICA, 2º, 1990, Brasília, *Anais...* p. 152-158.
- _____. Contribuição ao estudo de aspectos de tipologia de obras lexicográficas. *Revista Brasileira de Linguística*. São Paulo, v. 8, n. 1. 1995.
- BARROS, L. A. *Curso básico de terminologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.
- BASTIDE, R. *Sociologia do folclore brasileiro*. São Paulo: ECA, 1961.
- BIDERMAN, M. T. C. As ciências do léxico. In: ISQUERDO, A. N.; OLIVEIRA, A. M. P. P. de. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001.
- _____. Conceito linguístico de palavra. In: BASÍLIO, M. (Org.). *A delimitação de unidades lexicais*. Rio de Janeiro: Grypho, 1999.
- BLOOMFIELD, L. *Language*. Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston, 1966.
- BORBA, F. (Org.). *Dicionário UNESP do português contemporâneo*. São Paulo: UNESP, 2004.

BRITO, M. S. de. *Estudo do vocabulário do cururu em Piracicaba*. São Paulo, 2013. Dissertação (Mestrado). Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo.

CACHUERA. *Quem somos*. Disponível em: <http://www.cachuera.org.br/cachuerav02/index.php?option=com_content&view=article&id=81&Itemid=53>. Acesso em 07-07-2013.

CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Editora 34, 2001.

CASCUDO, L da. *Dicionário do folclore brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

CUÍCA, O.; DOMINGUES, A. *Batuqueiros da Paulicéia: enredo do samba de São Paulo*. São Paulo: Barcarolla, 2009.

CUNHA, M. W. V. da. Descrição da festa de Bom Jesus de Pirapora. *Revista do Arquivo Municipal*, XLI. São Paulo: Departamento de Cultura, 1937.

FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

FREIRE, L. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

HORI, I. M. *Samba na cidade de São Paulo (1900-1930): contribuição ao estudo da resistência e da repressão cultural*. São Paulo, FFLCH-USP, 1981.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário da língua portuguesa*. 2ª reimpr. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

MANZATTI, M. S. *Samba Paulista, do centro cafeeiro à periferia do centro: estudo sobre o samba de bumbo ou samba rural paulista*. 2005. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo.

MARTINET, A. *Elementos de linguística general*. Trad.: Julio Calonge Ruiz. 2. ed. Madrid: Gredos, 1974.

POTTIER, B. *Linguistique générale: théorie et description*. Paris: Klincksieck, 1974.

QUEMADA, B. *Notes sur lexicographie et dictionnaire*. Cahiers de Lexicologie. Paris: Didier, 1987.

REY, A. *Le lexique: images et modèles: du dictionnaire à la lexicologie*. Paris: Armand Colin, 1977.

SILVA, A. P. (Org.). *Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Mirador Internacional, 1976.

SIQUEIRA, M. B. *Samba e identidade nacional: das origens à Era Vargas*. São Paulo: Unesp, 2012.

O USO DO DICIONÁRIO COMO RECURSO DIDÁTICO

Dayane Carneiro Rocha (UFT)

dayane.dayane17@hotmail.com

Ana Beatriz Senna da Silva (UFT)

anabeatriz_@uft.edu.br

Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira (UFT)

luizpeel@uft.edu.br

1. Introdução

Este trabalho é esboço inicial do projeto de pesquisa (PIBIC) e tem, por objetivo, centrar-se no estudo do verbo; por ser a parte da oração que mais apresenta flexões, sendo uma das questões mais complexas em relação ao ensino-aprendizagem da gramática da língua portuguesa. Pretendemos fazer um levantamento de conceitos do verbo em livros didáticos de língua portuguesa e propor, no final da pesquisa, um glossário das formas verbais portuguesas. Tendo essa preocupação, nosso alvo é a criação de um dicionário de verbos (glossário), como já foi dito, para auxiliar, esclarecer e definir com mais precisão a noção de verbo, colaborando no entendimento de suas flexões.

Inicialmente a ferramenta a ser criada será uma base para professores e alunos envolvidos na disciplina de estágio em língua portuguesa do quinto semestre do curso de letras, da Universidade Federal do Tocantins; com o intuito de colaborar para que os alunos possam aperfeiçoar a compreensão, a interpretação e a conjugação de verbos.

2. Desenvolvimento

De acordo com o vídeo da emissora de TV, TVE Brasil, um estudo feito pelo programa “Livros etc...”, com o nome: *Os Livros Didáticos ontem e hoje*, apresenta, como foco, a história das gramáticas e dos livros didáticos, desde o princípio dos tratados gramaticais, que antigamente se chamavam cartilhas e depois cartilhas, e também dos livros didáticos, que foram analisados no tocante ao modo como apresentam o conteúdo, ou seja, o método de como são trabalhados conceitos e temas utilizando imagens, quadrinhos ou apenas o texto. Após essa retrospectiva, o vídeo apresenta entrevistas com professores que recomendam, além do livro didático, complementos como: enciclopédias, jornais, dicionários etc.

Por esse motivo, o glossário a ser criado pretende apresentar, aos alunos do ensino básico, o conjunto das formas verbais disponíveis na língua portuguesa, não apenas uma lista, mas uma rede de funções e de relações formais e significativas entre essas formas. Vamos nos centrar em um diálogo constante com gramáticos e filólogos tais como Rocha Lima, Luft, Bechara, Celso Cunha, Said Ali; nesse processo, pretende-se encontrar quais as lacunas apresentadas e em que concepções se baseiam.

Será considerado, no estudo do verbo, o advento de palavras novas, ou seja, um estudo sobre “neologismos verbais”; para saber suas causas e sua função na sociedade. Este estudo também terá foco na sociolinguística, como exemplificada na tirinha de Tom Gauld, na qual observamos, da esquerda para a direita, as seguintes frases: *Instituto de Neologismos*, que pode ser interpretada como a criação de neologismos por uma sociedade; *Departamento da Linguagem Cotidiana*, sobre uma determinada sociedade que usa os neologismos criados; *Sociedade de Preservação da Terminologia Antiquada*, quando os neologismos passam a serem preservados, ou seja, saindo de uso; e o *Cemitério de Palavras Esquecidas*, o momento em que não se usa os neologismos, sendo esquecidos pela sociedade. A tirinha busca transmitir a relação entre a língua e a sociedade, suas mudanças e usos. Visto que o estudo se trata de uma abordagem pancrônica, um bom exemplo desses neologismos são aqueles frequentemente encontrados em revistas e noticiários: *Autogolpear*, *Megainvestimento*, *Superataque* etc.

Outro norte será tratar da evolução (diacronia) e da formação dos tempos verbais, analisando outros fatores tais como “contexto, identidade dos falantes e outros”.

Apresentaremos, também, uma visão diacrônica sobre o desuso da ênclise. A análise atenta, do trecho transcrito abaixo, mostra que, desde o descobrimento do Brasil, apresentado na Carta de Pero Vaz de Caminha, a ênclise era bastante utilizada:

Posto que o *Capitão-mor* desta Vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a notícia do achamento desta Vossa terra nova, que se agora nesta navegação achou [...] (...) Logo, já de noite, *levou-os* à Capitania, onde foram recebidos com muito prazer e festa. (*Carta de Pero Vaz de Caminha*, 1963, p. 1, 2 – Grifo nosso)

Atualmente, o que se está em uso corrente, tanto nos textos orais quanto nos textos escritos, são verbos como: “xerocopiar/xerocar, printar, blogar, conectar”; dentre outros que, no decorrer dos estudos, observaremos e pontuaremos. A partir dessa evidência, abordaremos como a escola

trata essa abertura da língua e como a plasticidade da língua influencia este aspecto, colocando em relevo o foco de investigação deste trabalho.

Esta pesquisa tem os seguintes objetivos:

- Estudar o conceito do verbo no decurso da história da língua portuguesa (especificamente no decurso do século XX e início do século XXI), como aparece e é compreendido nos livros didáticos e suas implicações no ensino, para propor material didático para o ensino fundamental.
- Quais termos e conceitos deverão ser empregados no ensino da língua materna, no que se refere ao aprendizado da gramática enquanto norma, especialmente em relação ao verbo.
- Analisar “neologismos verbais” e entender os motivos que influenciam na formação dos deles sob a ótica da plasticidade do idioma em tese.
- Discutir a biografia da terminologia gramatical básica no que refere à noção de verbo, ou seja, estudar a terminologia gramatical desde as suas primeiras atestações até a gramática normativa contemporânea.
- Observar questões relacionadas ao conceito de “tempo verbal” e a presente atemporalidade em orações construídas com frequência na oralidade e até mesmo em textos escritos.
- Verificar a consideração ou não das características dos termos, dos textos e dos contextos de ocorrências pretendidos no ensino de língua portuguesa, especificamente no tocante ao aprendizado da gramática.
- Publicar material didático – dicionário de verbos, dirigido ao ensino fundamental, e *software* para o ensino lúdico do verbo, tanto de sua conceituação, quanto de seu uso e ainda de suas flexões.

A metodologia que está sendo utilizada se compõe de análise e leitura de livros didáticos que propiciem a definição do “verbo” no ensino da língua portuguesa, e da análise de dicionários, glossário e vocabulários que tratam do verbo e de suas flexões. Consequentemente, o *corpus* da pesquisa será composto por livros e cadernos didáticos que desenvolvam atividades relativas à definição do “verbo” no ensino de língua portuguesa a partir do século XX até meados de 2013 (século XXI).

3. Conclusão

Este trabalho busca uma forma qualitativa do conhecimento sobre verbos auxiliando professores e alunos. Nossas preocupações são didático-pedagógicas, já que os glossários, dicionários e vocabulários que são encontrados no mercado editorial brasileiro são todos voltados para o ensino médio e/ou para o ensino superior. E nosso desejo é publicar, ao final desta pesquisa, um glossário didático para alunos do ensino fundamental, com jogos e exercícios que facilitem, verdadeiramente, o aprendizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1977.

CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta a El Rei D. Manuel*. São Paulo: Dominus, 1963.

BRASIL. MEC. *Livros didáticos ontem e hoje – Educação*. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=QFI04kSfSro>>.

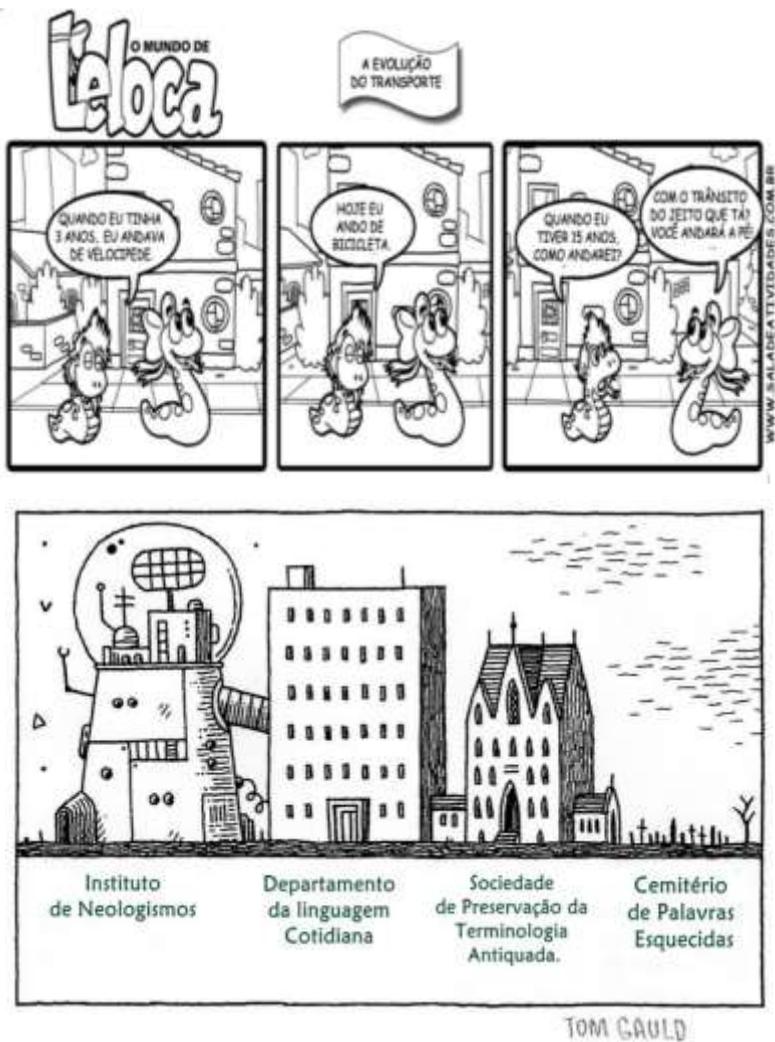
CUNHA, Celso. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: FENAME/MEC, s.d.

LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

LUFT, Celso Pedro. *Dicionário gramatical da língua portuguesa*. Porto Alegre: Globo, 1971.

NASCENTES, Antenor. *O problema da regência*. Rio de Janeiro: Nacional, 1955.

ANEXOS



Verbo Abranger					
• Gerúndio: abrangendo					
• Particípio passado: abrangido					
INDICATIVO					
Presente		Preterito perfeito		Preterito imperfeito	
eu	abranjo	eu	abranji	eu	abranjia
tu	abranjas	tu	abranjeste	tu	abranjias
ele/ela	abranja	ele/ela	abranjeu	ele/ela	abranjia
nos	abranjamos	nos	abranjemos	nos	abranjamos
vos	abranjais	vos	abranjastes	vos	abranjais
eles/elas	abranjam	eles/elas	abranjeram	eles/elas	abranjiam
Pret. mais-que-perfeito			Futuro		
		Futuro do presente		Futuro do preterito	
eu	abranjera	eu	abranjerei	eu	abranjeria
tu	abranjeras	tu	abranjeras	tu	abranjerias
ele/ela	abranjera	ele/ela	abranjera	ele/ela	abranjeria
nos	abranjéramos	nos	abranjeremos	nos	abranjeríamos
vos	abranjéreis	vos	abranjereis	vos	abranjeríeis
eles/elas	abranjeram	eles/elas	abranjerão	eles/elas	abranjeriam
SUBJUNTIVO					
Presente		Preterito imperfeito		Futuro	
que eu	abranja	se eu	abranjasse	quando eu	abranjer
que tu	abranjas	se tu	abranjasses	quando tu	abranjeres
que ele/ela	abranja	se ele/ela	abranjasse	Quando ele/ela	abranjer
que nos	abranjamos	se nos	abranjássemos	quando nos	abranjermos
que vos	abranjais	se vos	abranjásseis	quando vos	abranjerdes
que eles/elas	abranjam	se eles/elas	abranjassem	Quando eles/elas	abranjerem
IMPERATIVO			INFINITIVO		
afirmativo		negativo		PESSOAL	
ø	ø	ø		para abranger eu	
abranja tu	não abranjas tu	ø		para abrangeres tu	
abranja você	não abranja você	ø		para abranger ele/ela	
abranjamos nós	não abranjamos nós	ø		para abrangermos nós	
abranjai vos	não abranjais vos	ø		para abrangerdes vos	
abranjam vocês	não abranjam vocês	ø		para abrangerem eles/elas	
				IMPESSOAL	
				Abranger	

PARA A APLICAÇÃO DA TOPONÍMIA NA ESCOLA

Alexandre Melo de Sousa (UFAC)

alexlinguista@gmail.com

1. Considerações preliminares

A língua, como instituição social, reflete as manifestações socio-culturais, a cosmovisão e os ideais de um povo. O estudo da língua, portanto, permite a descoberta de episódios históricos, o conhecimento de características físico-geográficas de uma região, a identificação das crenças mítico-religiosas de um povo; relacionando, desse modo, diferentes campos do saber: linguística, história, geografia, antropologia, entre outros.

Para Biderman (1981, p. 134), “o acervo verbal de um idioma é o resultado de um processo de categorização secular e até milenar na cultura”, obtido através da experiência humana pela interação, seja com o ambiente físico, seja com o meio cultural.

Cultura, para Lyons (1982, p. 274), é o conjunto de conhecimentos adquiridos socialmente, ou seja, “o conhecimento que uma pessoa tem em virtude de ser membro de uma determinada sociedade”. Para ele, “cada sociedade tem a sua própria cultura e diferentes subgrupos dentro de uma sociedade podem ter sua própria subcultura distintiva”.

Diante do que postulam os autores supra, pode-se inferir que cada grupo social, que possui características culturais próprias, projeta, nos nomes escolhidos para identificação dos lugares, aspectos da sua realidade cultural, social, histórica, físico-geográfica etc.

A disciplina linguística que estuda a etimologia e a significação dos nomes próprios de lugares é a toponímia. Trata-se de uma subárea da Onomástica, que, por sua vez, tem como escopo o estudo dos nomes próprios em geral.

Embora seja evidente a importância dos estudos toponímicos, uma vez que sua característica interdisciplinar favorece a aquisição de múltiplos conhecimentos, sua aplicação tem ficado restrita, quando muito, às academias.

Dessa forma, este trabalho apresenta uma proposta de aplicação da toponímia no ensino básico. Miramo-nos no modelo de Valea (2003), que propõe a aplicação de estudos na referida área onomástica em escolas da Galícia (Espanha). Os pressupostos teóricos utilizados, por sua vez, baseiam-se nos estudos empreendidos por Dick (1990, 1992, 1996).

2. Toponímia: definição, objeto e campo de atuação

Segundo Dick (1990, p. 19), a toponímia é “um imenso complexo língu-cultural, em que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente. A proposta da toponímia, de acordo com Rostaing (1969, p. 05) é “rechercher la signification et l’origine des noms de lieux et aussi d’étudier leurs transformations”.

Complementando as definições apresentadas anteriormente, vale citar Salazar-Quijada (1985, p. 18):

[A toponímia é] aquella rama de la Onomástica que se ocupa del estudio integral, en el espacio y en tiempo, de los aspectos: geo-históricos, socioeconómicos e antroponímicos, que permitieron y permiten que un nombre de lugar se origine y subsista.

O topônimo – objeto de estudo da toponímia – ao ser criado, tal como um ser vivo, está sujeito às consequências do tempo: às influências, às modificações, e, até mesmo, ao desaparecimento do seu significado original, uma vez que escapa da consciência ou da memória do povo. Esses aspectos permitem afirmar que a toponímia possui uma dupla dimensão: do referente espacial geográfico (função toponímica) e do referente temporal (memória toponímica).

Dick (1990, p. 24) explica que:

[...] a aproximação do topônimo aos conceitos de ícone ou de símbolo, sugerido pela própria natureza do acidente nomeado, [...], vai pôr em relevo outras das características do onomástico toponímico, qual seja não apenas a identificação dos lugares mas a indicação precisa de seus aspectos físicos ou antropológicos, contido na denominação.

Considerando, portanto, o caráter pluridisciplinar do signo toponímico, é possível afirmar que ele constitui um meio para conhecer:

- a) a história dos grupos humanos que vivem ou viveram na região;
- b) as características físico-geográficas da região;
- c) as particularidades socioculturais do povo (o denominador);

- d) extratos linguísticos de origem diversa da que é utilizada contemporaneamente, ou mesmo línguas que desapareceram;
- e) as relações estabelecidas entre os agrupamentos humanos e o meio ambiente.

Vê-se, assim, que a toponímia estabelece uma estreita relação com o patrimônio cultural de um povo, e sua preservação constitui a perpetuação do histórico (aí envolvidos todos os aspectos físico geográficos e sócio-histórico-culturais inerentes) e dos valores desse mesmo grupo. André Malvoaux, citado por Legrá (2007) assevera:

[...] son los hombres los que han adquirido la responsabilidad de respetar, de hacer indivisibles e indestructibles las obras tanto físicas como no físicas del patrimonio, los que deben arrebatar de la muerte o del olvido, sitios, monumentos, ceremonias, músicas a lo que la autora incorpora, nombres de lugares que atesora la humanidad los cuales les pertenecen e identifican.

Como Dick (2007, p. 144) postula, o topônimo, como signo da língua “com forma expressiva e um conteúdo unívoco ou biunívoco, passa a incorporar, ele próprio, as características do espaço que nomeia”, ou seja, do ponto de vista semântico, “nome e coisa nomeada passam a significar o mesmo dado”.

3. *Toponímia e ensino*

De acordo com os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (doravante PCN) – documento elaborado com a finalidade de balizar as práticas aplicadas por educadores no processo ensino-aprendizagem, nos níveis fundamental e médio – é função da escola oferecer ao aluno, a partir de práticas didático-pedagógicas adequadas, subsídios (instrumentalização teóricas e práticas) para o efetivo exercício da cidadania, ou seja, viver e compreender de forma crítica seu tempo, nas diversas situações socioculturais.

Quanto ao ensino da língua materna, os PCN de língua portuguesa (1998, 2000) apresentam discussões a respeito dos conteúdos, objetivos e práticas relacionadas ao referido campo do saber, e propõem uma mudança de foco no ensino da língua materna: do excesso de regras e tradicionalismos estruturais para as diferentes práticas discursivas. O documento direcionado para o ensino fundamental (3º e 4º ciclos), PCN (1988, p. 23), assinala que a “educação comprometida com o exercício da

cidadania precisa criar condições para que o aluno possa desenvolver sua competência discursiva”.

Entre as orientações e propostas contidas nos PCN (1998, 2000), interessa-nos, de modo especial, a que diz respeito ao tratamento interdisciplinar no ensino da Língua Portuguesa. O documento direcionado ao ensino médio, PCN (2000, p. 21), esclarece:

Na perspectiva escolar, a interdisciplinaridade não tem a pretensão de criar novas disciplinas ou saberes, mas de utilizar os conhecimentos de várias disciplinas para resolver um problema concreto ou compreender um determinado fenômeno sob diferentes pontos de vista. Em suma, a interdisciplinaridade tem uma função instrumental. Trata-se de recorrer a um saber diretamente útil e utilizável para responder às questões e aos problemas sociais contemporâneos.

Na verdade, o que se propõe é uma abordagem relacional, ou seja, uma interconexão entre os conhecimentos, complementando-os, convergindo-os, divergindo-os; articulando e integrando, assim, informações que transitam entre as diferentes áreas do saber.

Nessa perspectiva, a inclusão dos estudos toponímicos no currículo escolar, entre os assuntos tratados nas aulas de Língua Portuguesa, permite a aplicação da referida orientação, já que essa disciplina onomástica caracteriza-se, exatamente, pela interdisciplinaridade inerente, e necessária, para a análise e compreensão do sentido que o topônimo possui. O trabalho com a toponímia articulará saberes geográficos, históricos, biológicos, antropológicos, além, é claro, de saberes linguísticos.

4. A toponímia no ensino básico: propostas de atividades

O trabalho com a toponímia no ensino básico pode ser realizado através de projetos que irão dividir-se, basicamente, em duas fases: na primeira propõe-se a recolha (seleção) e o armazenamento (catalogação) dos designativos; na segunda, a classificação e a análise dos topônimos coletados. As etapas do projeto serão descritas a seguir.

4.1. Apresentação da proposta de trabalho toponímico aos alunos

Neste momento inicial, o professor dará informações sobre a ciência toponímica (parte da Onomástica que estuda os nomes próprios de

lugares) e estabelecerá a diferença entre ela e a Antroponímia (parte da Onomástica que estuda os nomes próprios de pessoas)

Ainda nesta etapa, é importante definir o objeto de estudo da toponímia (o nome geográfico) e esclarecer que o referido designativo identifica (nomeia) acidentes humanos (municípios, bairros, ruas, vilas, favelas etc.) e acidentes físicos (rios, serras, lagos etc.).

Por fim, a partir de um debate, o professor fará com que os alunos entendam:

- a) a importância da pesquisa toponímica (por exemplo, para evitar que os motivadores para dado designativo se percam no tempo, exatamente por não ter um registro, uma pesquisa que os resgate); e
- b) a contribuição que eles darão, como pesquisadores toponímicos, para a comunidade presente e futura, na preservação do patrimônio toponomástico.

4.2. Familiarização com os termos básicos utilizados pelo pesquisador toponímico

Nesta segunda etapa, o professor deverá apresentar e propor atividades que envolvam o vocabulário técnico básico empregado pelo pesquisador toponímico:

- a) toponímia (ou toponomástica): disciplina que se ocupa dos nomes próprios de lugares;
- b) topônimo: nome próprio que identifica, nomeia os lugares, ou seja, os acidentes geográficos físicos e humanos;
- c) macrotopônimo (e macrotoponímia): topônimo que identifica um espaço mais extenso, em relação e outros menos extensos. Por exemplo, o topônimo que identifica um município será um macrotopônimo quando comparado com os topônimos que identificam os bairros que dele fazem parte.
- d) microtopônimo (e microtoponímia): topônimo que identifica um espaço menos extenso, em relação a outro mais extenso que dele faz parte. O topônimo que designa um bairro será um microtopônimo quando comparado com o topônimo do município do qual faz parte.

- e) natureza toponímica (topônimos de natureza física e topônimos de natureza antropocultural): Categoria maior que divide os topônimos de acordo com sua motivação. Se o motivador for um aspecto físico do próprio lugar, temos uma natureza de caráter físico, no entanto, se o motivador for um aspecto ligado ao elemento humano: cultura, história etc.; teremos um topônimo de natureza antropocultural.
- f) taxionomias toponímicas (taxes): categorias que classificam os topônimos de acordo com sua carga semântica, que por sua vez relaciona-se com o influenciador que motivou o denominador no ato da nomeação.
- g) nomeador: aquele que batizou (atribuiu) dado topônimo a determinado lugar.
- h) termo genérico do topônimo: é o elemento que nomeia o acidente geográfico de um modo geral, por exemplo: rio, serra, lagoa, cidade (município) seringal etc.
- i) termo específico do topônimo: é o elemento que individualiza o acidente. É o topônimo propriamente dito. Por exemplo, no sintagma rio Juruá: rio é o termo genérico e Juruá, o específico.
- j) Informante: é a pessoa que dará informações sobre o topônimo. É o entrevistado.
- k) carta topográfica (e mapa): representação (desenho), em superfície plana, dos espaços geográficos e seus elementos naturais, geralmente identificado por escalas: 1: 250 000, 1: 1000 000 etc.

4.3. Determinação das áreas de atuação de cada pesquisador (ou grupo de pesquisadores) e do modo de atuação

Esta etapa é dedicada à escolha dos locais onde os inquiridores (pesquisadores) atuarão. A escolha deve ser, de preferência, por locais próximos da residência dos pesquisadores, pois é importante que, tanto os pesquisadores, quanto os informantes tenham conhecimentos comuns quanto aos lugares (acidentes) selecionados para pesquisa. É importante que o professor estabeleça a dimensão da zona a ser pesquisada, e quais acidentes serão focados. Podem ser praças, ruas, vilas etc. A princípio, as questões a serem pesquisadas são:

- a) o nome pelo qual o informante conhece o lugar é o mesmo que está oficialmente registrado?
- b) o lugar, em questão, já possuiu outros nomes além do atual?

Cada inquiridor (ou grupo) deve, antes de entrar em campo, adquirir e estudar a localização geográfica dos locais de atuação em cartas topográficas, de preferência de escala 1: 25 000. A partir daí, o grupo deverá:

- a) identificar o seu lugar de atuação;
- b) verificar se os dados constantes nos mapas estão completos e correspondem com o conhecimento que eles têm do local;
- c) elencar os nomes geográficos dos lugares sobre os quais eles farão pesquisa (entrevista);
- d) registrar todas as incorreções ou omissões que há nos mapas – se houver.

Ao inventariar os nomes geográficos, os pesquisadores terão em mãos uma fonte para: comparar as informações dos informantes com as que constam nos mapas, certificar se os topônimos que são apresentados nos mapas ainda estão “vivos”.

4.4. Manuseio das cartas topográficas: o documento auxiliar de trabalho

Ferramenta obrigatória de qualquer pesquisa toponímica, as cartas topográficas permitem a localização exata e a delimitação precisa do espaço geográfico (e do topônimo) selecionado para pesquisa. Nesta etapa, é conveniente a intervenção de um professor de geografia, que explicará as relações estabelecidas pelas escalas e ainda a identificação dos elementos que constam no documento, como por exemplo, as legendas.

4.5. Apresentação das categorias taxionômicas

Nesta etapa, o professor deverá explicar sobre as categorias toponímicas e sobre a motivação inerente ao topônimo. Um bom modelo é o proposto por Dick (1992), uma vez que foi elaborado para a realidade toponímica brasileira. Sousa (2007), assim descreve e exemplifica as taxas propostas pela referida toponimista:

4.5.1. Taxionomias de natureza física

- a) Astrotopônimos: topônimos relativos aos corpos celestes em geral. Ex. Cruzeiro do Sul (AC);
- b) Cardinotopônimos: topônimos relativos às posições geográficas em geral. Ex. Avenida Leste-Oeste (CE);
- c) Cromotopônimos: topônimos relativos à escala cromática. Ex. Igarapé Preto (AC);
- d) Dimensiotopônimos: topônimos relativos às dimensões dos acidentes geográficos. Barra Longa (MG);
- e) Fitotopônimos: topônimos relativos aos vegetais. Ex. Flores (PE);
- f) Geomorfotopônimos: topônimos relativos às formas topográficas. Ex. Morros (MA);
- g) Hidrotopônimos: topônimos relativos a acidentes hidrográficos em geral. Ex. Cachoeirinha (RS);
- h) Litotopônimos: topônimos relativos aos minerais ao à constituição do solo. Ex. Areia (PB);
- i) Meteorotopônimos: topônimos relativos a fenômenos atmosféricos. Ex. Chuvisca (RS);
- j) Morfotopônimos: topônimos relativos às formas geométricas. Ex. Volta Redonda (RJ);
- l) Zootopônimo: topônimos referentes aos animais. Ex. Cascavel (CE)

4.5.2. Taxionomias de natureza antropocultural

- a) Animotopônimos (ou Nootopônimos): topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual. Ex. Vitória (ES);
- b) Antropotopônimos: topônimos relativos aos nomes próprios individuais. Ex. Barbosa (SP);
- c) Axiotopônimos: topônimos relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais. Ex. Coronel Ezequiel (RN);

- d) Corotopônimos: topônimos relativos a nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes. Ex. Seringal Quixadá (AC);
- e) Cronotopônimos: topônimos relativos aos indicadores cronológicos representados pelos adjetivos novo(a), velho(a). Ex. Nova Aurora (GO);
- f) Ecotopônimos: topônimos relativos às habitações em geral. Ex. Chalé (MG);
- g) Ergotopônimos: topônimos relativos aos elementos da cultura material. Ex. Jangada (MT);
- h) Etnotopônimos: topônimos relativos aos elementos étnicos isolados ou não (povos, tribos, castas). Ex. Capixaba (AC);
- i) Dirrematopônimos: topônimos constituídos de frases ou enunciados linguísticos. Ex. Passa e Fica (RN);
- j) Hierotopônimos: topônimos relativos a nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto. Ex. Capela (AL). Esse categoria subdivide-se em:
 - a. Hagiotopônimos: nomes de santos ou santas do hagiológico católico romano. Ex. Santa Luzia (BA)
 - b. Mitotopônimos: entidades mitológicas. Ex. Exu (PE);
- k) Historiotopônimos: topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico, a seus membros e às datas comemorativas. Ex. Plácido de Castro (AC);
- l) Hodotopônimos: topônimos relativos às vias de comunicação urbana ou rural. Ex. Ponte Alta (SC);
- m) Numerotopônimos: topônimos relativos aos adjetivos numerais. Ex. Dois vizinhos (PR);
- n) Poliotopônimos: topônimos relativos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. Ex. Vila Nova do Mamoré (RO);
- o) Sociotopônimos: topônimos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade, aglomerados humanos. Ex. Pracinha (SP);

- p) Somatopônimos: topônimos relativos metaforicamente às partes do corpo humano ou animal. Ex. Braço do Trombudo (SC).

Após a explanação, o professor deve propor exercícios de modo a verificar se os alunos assimilaram o processo classificatório dos topônimos, quanto à natureza e quanto à taxionomia.

4.6. Preparação das fichas do informante e das fichas lexicográfico-toponímicas e instrução sobre os preenchimentos

Neste momento, o professor deverá apresentar um modelo “uniforme” para a ficha do informante e para a ficha lexicográfico-toponímica (ou elaborar as fichas em conjunto com a turma), nas quais serão registradas as informações obtidas durante o trabalho de campo. É importante que as fichas sejam iguais para todas as equipes, e contenham os seguintes dados principais:

- a) Na ficha do informante: nome do pesquisador, nome do informante (atribuindo-se um código de identificação), atividade que exerce (e a possível relação da atividade com o acidente pesquisado), lugar onde a pesquisa foi realizada (na casa do informante, na beira do rio, na praia, no local de trabalho do informante), estado e município onde a pesquisa está sendo realizada, idade do informante, tempo de moradia no local, data da pesquisa, registro de topônimos e informações sobre os mesmos (origem, por exemplo), grau de instrução do informante, observações gerais sobre as informações obtidas (Cf. VALEA, 2003, p. 14-19).
- b) Na ficha lexicográfico-toponímica: localização do topônimo (município), o topônimo, nome popular (se houver), designativos anteriores, tipo de acidente geográfico (F: físico ou H: humano), classificação taxionômica e natureza, etimologia, histórico, contexto (obtido a partir da pesquisa com o informante), fontes (bibliográficas), nome(s) do(s) pesquisador(es), data da coleta. (Cf. DICK, 2004, p. 130)

Após elaborar (ou apresentar) as fichas e instruir os alunos quanto ao preenchimento, é positivo solicitar aos alunos uma entrevista-piloto, do modo a verificar seus desempenhos em relação à obtenção das informações e a posterior catalogação dos dados. Este é o momento para tirar as dúvidas e fazer os devidos reparos metodológicos.

Vale ressaltar que alguns dos itens constantes na ficha lexicográfico-toponímica serão preenchidos com a intervenção do professor de Língua Portuguesa, em sala de aula, auxiliado, se possível, por um professor de História: etimologia, histórico, contexto etc.

4.7. Atuação em campo

Nesta etapa os alunos farão as pesquisas de campo para a obtenção dos dados. O tempo destinado a esta etapa vai depender dos lugares destinados à coleta das informações.

O professor poderá, durante o tempo destinado à pesquisa, destinar momentos para monitoração das atividades: tirar dúvidas, fazer correções etc.

4.8. Tratamento linguístico do material coletado

De posse dos dados, o professor deverá dar instruções sobre os procedimentos de análise linguística (léxica e semântica) dos topônimos:

- a) estrutura morfossintática do topônimo: topônimo com estrutura simples (formado por uma única palavra: [bairro] Floresta), topônimo com estrutura composta (formado por mais de um elemento: [avenida] Leste-oeste), topônimo formado por enunciados linguísticos: [seringal] Vai-Quem-Quer, topônimo formado por derivação prefixal: [município] Descoberto – MG, topônimo formado por derivação sufixal: [município] Acrelândia – AC entre outras;
- b) composição semântica do topônimo: neste caso, deve-se recorrer às categorias taxionômicas, pois o aspecto semântico do topônimo é determinado pelo motivador que influenciou o denominador no ato da nomeação, que pode ser: a saudade da sua terra natal, questões religiosas, aspectos culturais, homenagens históricas ou políticas etc.

4.9. Socialização das experiências e dos resultados: apresentação de seminários

É importante que as experiências de cada grupo e os resultados alcançados sejam socializados em sala de aula, de forma que os grupos

saibam as dificuldades por que passaram os outros e assim possam pensar e sugerir novas estratégias para outras pesquisas de campo. É uma forma, também, de valorizar os trabalhos e os resultados obtidos. Propõe-se, neste caso, um momento para a apresentação oral dos grupos.

4.10. Documentação da pesquisa

O projeto pode ter como ponto de culminância a produção (registro) bibliográfica dos trabalhos finais, como meio de documentar as informações que os grupos coletaram, disponibilizando-as, por exemplo, na biblioteca da escola, para que sirvam como material de consulta para o público em geral.

5. Considerações finais

Através da proposta para a aplicação da toponímia no ensino básico aqui exposta pôde-se perceber o caráter pluridisciplinar que esta ciência alcança e a importância que têm as pesquisas desta natureza: além de envolver múltiplos saberes para a obtenção dos seus objetivos, contribuir para a preservação do patrimônio toponomástico e cultural de uma região, de um povo.

Aqui, vale citar as palavras de Marques (1950, p. 12), para quem a língua:

[...] é o reflexo da vida de um povo; quanto mais este progride na cultura das ciências, das letras e das artes, tanto mais se enriquece seu idioma; a língua é o espelho polido que retrata as qualidades cívicas e morais, os usos e costumes que se aprimoram; todas as atividades que se relacionam com o homem, nela transparece.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIDERMAN, M. T. C. A estrutura mental do léxico. In: _____. *Estudos de filologia e linguística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981, p. 131-145.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais. 3º e 4º ciclos do ensino fundamental – língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. *Parâmetros curriculares nacionais*. Ensino médio – língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 2000.

DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

_____. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. São Paulo: Gráfica da FLCH/USP, 1992.

_____. *Atlas toponímico: um estudo de caso*. São Paulo: Plêiade, v. 6, 1996, p. 27-44.

_____. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. da G. (Orgs.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2004, p. 121-130.

_____. Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II. *Revista Trama*. Paraná: UNIOESTE, v. 3, n. 5, 2007, p. 141-155.

LEGRÁ, G. V. *La toponímia como objeto de interpretación ambiental*. Villa Clara: Universidad Pedagógica Félix Varela, 2007. Disponível em: <<http://www.villaclara.cu/UserFiles/File/Portal%20prov./infolegam/2007no2/La%20toponimia%20como%20objeto%20de%20interpretacion%20ambiental.doc>>. Acesso em: 29-10-2007.

LYONS, J. *Linguagem e linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

MARQUES, J. R. *História e toponímia: desvendar o passado é construir um futuro melhor*. Cuiabá: Edição do Autor, 1950.

ROSTAING, C. *Les noms de Lieux*. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

SALAZAR-QUIJADA, A. *La toponímia em Venezuela*. Caracas: Publicaciones de la Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, 1985.

SOUSA, A. M. de. *Desbravando a Amazônia Ocidental Brasileira: estudo toponímico de acidentes humanos e físicos acreanos*. Fortaleza, 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará.

VALEA, X. M. *Guía para unha intervención toponímica desde a escola*. Ourense Spain, 2003. Disponível em : <http://www.onomastico.org/descargas/Guia_didactica.pdf>. Acesso em: 01-11-2007.

PARA UMA PADRONIZAÇÃO DA TERMINOLOGIA MORFOSSINTÁTICA DO VERBO ÁRABE

Paula da Costa Caffaro (USP)
paulaccaffaro@gmail.com

1. Introdução

A importância de se estudarem as terminologias gramaticais foi observada ainda em sala de aula durante a graduação, quando o ensino da gramática árabe causava quase um desconforto entre professor/aluno, não devido aos pontos gramaticais apresentados, mas pelas denominações, em língua vernácula, atribuídas aos processos linguísticos. Uma linguagem hermética e pouco aparente não favorece a compreensão para quem não é “iniciado” ou apenas iniciante no assunto (KRIEGER & FINATTO, 2004, p. 67). Como exemplo da afirmação acima, tem-se o termo árabe *yīʾfa*, referido comumente em português pelo termo “anexação”. Esta terminologia não evoca nenhuma associação de ideias ou de estruturas existentes na língua portuguesa que guie o entendimento do aluno.

A fim de desenvolver o estudo das terminologias, pensou-se em focalizar as denominações do verbo. Devido à grande quantidade de fenômenos linguísticos da língua árabe, assim como de qualquer língua, foi necessário que se restringisse o escopo, e, para a primeira fase de pesquisas, o mestrado, procuraram-se discutir as terminologias aplicadas à classe verbal. A escolha foi motivada, também, pelo interesse pessoal da pesquisadora, que possui por esta classe maior interesse.

Ao reunir todos os termos verbais, verificou-se que estes foram elaborados em bases que versavam majoritariamente sobre a morfologia e a sintaxe dos verbos. Há, contudo, termos ligados à semântica e à fonética dos mesmos. Esta mistura de critérios tem origem na classificação depreendida pelos primeiros gramáticos árabes, os quais sistematizaram e compilaram as regras gramaticais e sua terminologia em fins do século VIII e princípio do IX, sendo Sībawayhi⁶³ (morte em 793) o principal ícone deste processo. Ao longo dos séculos, os gramáticos árabes opta-

⁶³ Conhecido como “o pai da gramática árabe”, Sībawayhi escreveu o primeiro tratado gramatical árabe de valor imensurável para a tradição linguística. Publicado apenas após sua morte e, por isso deixada sem título, ficou conhecida como *Alkitāb*, “O Livro”.

ram pela simplificação de certos aspectos gramaticais e de sua terminologia, em relação ao árabe clássico (objeto de estudo e descrição dos primeiros gramáticos), dando início ao árabe moderno padrão (objeto deste trabalho), no entanto, tal mistura de critérios classificatórios permaneceu, sendo exaustivamente reproduzida nas gramáticas modernas escritas por árabes e não árabes.

Dez termos verbais foram selecionados para esta pesquisa, os quais se desdobram em outros termos secundários também considerados, totalizando uma lista final de vinte e seis itens a serem investigados em três *corpora* principais. O primeiro *corpus* é formado por quatro gramáticas árabe-árabe; o segundo compõe-se de sete gramáticas árabes elaboradas por arabistas de nacionalidades e épocas diferentes, e o terceiro, por três obras de referência cujo tema é a terminologia gramatical árabe.

O objetivo desta pesquisa é investigar os vinte e seis termos nos três *corpora* supracitados e verificar:

- a) o comportamento gramatical de cada item, observando a coerência com a terminologia adotada pelos gramáticos árabes;
- b) as opções terminológicas de cada gramático não árabe para designar, em suas línguas de chegada, os termos estudados, averiguando se foram provenientes de traduções literais ou fruto de reflexões linguísticas;
- c) se há padronização entre os termos adotados pelos gramáticos não árabes e se esta é pertinente ao leitor especializado brasileiro;
- d) se é possível estabelecer algum paralelo biunívoco entre o processo gramatical árabe e português, a fim de se buscar termos correspondentes em ambas as línguas⁶⁴.

Quando for constatado que a padronização terminológica existente não é aparente ao leitor brasileiro ou quando não houver correspondência gramatical entre termos árabes e portugueses, são sugeridos novos termos que deem conta do item em estudo.

⁶⁴ A pesquisa sobre os processos linguísticos portugueses será extraída de um quarto *corpus*, composto por cinco gramáticas e um dicionário de linguística e gramática portuguesa.

Assim, este é um exemplo de trabalho terminológico cujo objetivo principal consiste em instrumentalizar a comunidade especialista deste domínio do saber, a fim de garantir que o fluxo comunicacional seja preciso e isento de ambiguidades. Portanto, o propósito central deste trabalho é auxiliar o leitor especializado brasileiro na compreensão dos termos gramaticais do verbo árabe e propor uma padronização destas terminologias as quais serão sistematizadas em um glossário árabe-português/português-árabe.

2. *Fundamentação teórica*

Fazer terminologia repetimos, continuamente, não é, por exemplo, traduzir. A unidade de tradução não é, de forma alguma, a unidade terminológica, e, portanto, fazer uma pesquisa terminológica bilingue não é partir de uma nomenclatura preestabelecida em uma dada língua por um dicionário e traduzir para outra selecionando palavras semanticamente equivalentes. A qualidade de um trabalho terminológico pressupõe a descrição de uso e só, posteriormente, a avaliação da conveniência da denominação. (BARROS, 2004, p. 17 – Grifo nosso)

A *terminologia* é a disciplina que estuda cientificamente o léxico de natureza técnica, científica e especializada (léxico temático ou especializado) que constitui as linguagens de especialidade⁶⁵.

A Terminologia, compreendida como o estudo científico, teve suas bases estabelecidas na segunda metade do século XX, pelo engenheiro austríaco Eugen Wüster⁶⁶ (1898-1977), que a introduziu na Universidade de Viena em 1972, contudo, o uso das terminologias não é um fenômeno recente. Este remonta ao tempo em que o homem começou a utilizar a linguagem para expressar conceitos dos mais variados domínios de conhecimento e a denominá-los (cf. KRIEGER & FINATTO, 2004, p. 16).

⁶⁵ Segundo Pavel & Nolet (2002 *apud* BARROS, 2004, p. 42), linguagem de especialidade constitui um “sistema de comunicação oral ou escrito usado por uma comunidade de especialistas de uma área particular do conhecimento”.

⁶⁶ Eugen Wüster, considerado o fundador da terminologia moderna, lecionou na Universidade de Viena de 1972 a 1974, como professor honorário ligado ao Departamento de Linguística Geral e Aplicada, onde ministrou o curso *Introdução à Teoria Geral da Terminologia e à Lexicografia Terminológica*. (BARROS, 2004, p. 54)

Especialistas apontam para a já conhecida polissemia do termo *terminologia*, que, nas palavras de Maciel (2001b, p. 40) “paradoxalmente contradiz o ideal de univocidade perseguido por sua própria teoria tradicional”, uma vez que pode expressar tanto a disciplina ou campo de estudos teórico e aplicado do léxico especializado como indicar o conjunto de termos de uma área específica⁶⁷.

Em seu artigo “Terminologia: Conceitos e Aplicações”, Augusto Dias (2000, p. 90) apresenta a seguinte citação de Sager (1998) que resume o que é terminologia em sua perspectiva poliédrica. Sager afirma que

como teoria, terminologia é um conjunto de premissas, argumentos e conclusões necessário para explicar o relacionamento entre conceitos e termos especializados; como prática, é um conjunto de métodos e atividades voltado para coleta, descrição, processamento e apresentação de termos; como produto, é um conjunto de termos, ou vocabulário, de determinada área.

O objetivo principal da terminologia, a nosso ver, está em instrumentalizar a comunidade especialista de determinado domínio do saber a fim de garantir que o fluxo comunicacional seja preciso, conciso, adequado e sem ambiguidades. Para tal, estuda-se cientificamente o léxico especializado, organizando e harmonizando as noções (conceitos) ou conjunto de noções dos domínios específicos do conhecimento (CINTRA et al., 2001, p. 21). Por isso, a terminologia tradicional, também conhecida por teoria geral da terminologia, formulada por Eugen Wüster, empenhava-se no estudo terminológico com o objetivo de normatização⁶⁸, sendo seu princípio motor a busca pela univocidade entre o conceito e o termo. Com o avanço das pesquisas terminológicas, um paradigma alternativo surgiu, tendo como base a visão comunicativa da linguagem em domínios de especialidade. Nesse sentido, a sinonímia, a homonímia, a polissemia e a variação linguística passaram a ser previstos.

⁶⁷ A fim de evitar ambiguidades, será observada a seguinte convenção: um *T* maiúsculo para referir-se ao campo de estudos e um *t* minúsculo para designar o conjunto de termos.

⁶⁸ O termo “normatizar” será adotado no sentido prescritivo, da imposição de formas caracterizadas pelo conceito fluido de “bom-uso”, requerida pelas autoridades organizacionais que tratam da terminologia em seus documentos prescritivos. (DEMAI, 2006, p. 72) A diferenciação entre “normatizar” e “normalizar” advém de conceitos extraídos da Socioterminologia que considera a língua como fato histórico-social. Tal diferenciação assume função didática no texto. Pretende-se com isso discriminar entre o caráter prescritivo e descritivo.

O objetivo, nesse novo e alternativo paradigma (ou a teoria comunicativa da terminologia)⁶⁹, deslocou-se da prescrição de termos anterior para a descrição formal, semântica e funcional das unidades linguísticas que podem adquirir o valor terminológico, suas relações sígnicas com outras unidades da língua e como fazem progredir o conhecimento especializado (CABRÉ 1999b *apud* BARROS, 2004, p. 59).

Ressalte-se que, nessa nova perspectiva da terminologia, importa normalizar, isto é, fazer uma descrição prévia do uso terminológico seguida da padronização e sistematização dos termos, levando em conta a variação linguística, conforme salienta Faulstich “um dos parâmetros para a normalização é a variação” (1999 *apud* DEMAI, 2006, p. 72).

Observa-se que, mesmo com o amadurecimento das teorias terminológicas, a preocupação com a padronização, sistematização e harmonização das terminologias manteve-se constante, visto ser esse um dos mecanismos que garantirá a eficácia da comunicação entre os especialistas. Demai (2006, p. 42) declara que “a terminologia tem o poder – e o dever – de normalização dos termos, [...]”. Vale à pena ressaltar que, qualquer tentativa de normalização das terminologias não deve ser artificial ou imposta, ao contrário, deve ser refletida por especialistas que, em situação ideal, trabalhem em cooperação com o terminólogo.

A terminologia possui três objetos de estudo, a saber, o *termo*, a *fraseologia* e a *definição terminológica*. Krieger & Finatto (2004, p. 22) afirmam que tanto a descrição e explicação destes objetos quanto o conjunto de diretrizes metodológicas para o tratamento dos mesmos configura a identidade da disciplina em foco.

2.1. O termo

O *termo* é a unidade padrão de análise da terminologia. Trata-se das unidades lexicais técnicas com as quais o leitor se depara em um texto técnico, científico ou de alguma área de especialidade. Os termos revelam a especialização do campo de conhecimento e caracterizam a linguagem de especialidade. A função do termo é essencialmente referencial dentro de um sistema de conceitos (MACIEL, 2001, p. 276).

⁶⁹ Este paradigma alternativo foi proposto por Maria Teresa Cabré, chama-se teoria comunicativa da terminologia.

Os termos em estudo nesta dissertação, cuja área de especialidade é a morfossintaxe verbal árabe, serão enfocados na perspectiva textual-discursiva desenvolvida a partir dos estudos de Maria Teresa Cabré. Para esta visão, “os termos compõem o léxico geral da língua, tendo seu conteúdo específico selecionado de acordo com o contexto discursivo em que estão inseridos”.

2.2. A fraseologia

As fraseologias são expressões recorrentes tanto nas comunicações gerais, quanto nas especializadas. São estruturas complexas que podem ser definidas como “conjuntos de unidades pluriverbais lexicalizadas e frequentes na comunicação” (ETTIGER, 1982 *apud* KRIEGER & FINATTO, 2004, p. 84) e representam os compostos, os provérbios, as expressões idiomáticas e as locuções, por exemplo.

O interesse da terminologia pela fraseologia especializada pode ser considerado recente, como afirmam Krieger & Finatto (2004, p. 84), manifestando-se, principalmente, devido a sua frequência nas comunicações especializadas e a seu vínculo semântico com os conteúdos em voga. Coexistem com os termos num sistema de complementaridade de expressão e conteúdos de uma área específica.

Não constitui interesse, deste trabalho, delinear os contornos mais profundos da fraseologia especializada, importa-nos apenas “conceituar e justificar sua inserção no quadro dos objetos de estudo da terminologia”.

2.3. Definição terminológica

A definição terminológica, constitui o último objeto de estudo da terminologia. Particulariza-se por sua função delimitadora do enunciado-texto, que procura dar conta dos significados de termos e expressões especializadas, transmitindo os conceitos de uma área de conhecimento em situação comunicacional. Conforme afirmam Krieger & Finatto (2004, p. 93), para haver uma boa formulação da definição terminológica, é imprescindível que tanto o gênero próximo⁷⁰ como a diferença específica

⁷⁰ Tanto o gênero próximo quanto a diferença específica são categorias aristotélicas, sendo a primeira definida como “[...] a parte da definição que expressa a categoria ou a classe geral a que pertence

deem conta, juntos, da delimitação e singularidade do conceito expresso, de modo que tal definição seja aplicada apenas àquele conjunto de entes.

A definição terminológica é um elemento fundamental na formação e veiculação do conhecimento técnico, científico e especializado, por isso, passou a ser um foco de interesse das pesquisas terminológicas. Krieger & Finatto (2004, p. 95) atestam que

[...] pela definição é possível observar tanto a linguagem quanto o conhecimento especializado num processo de evolução e alteração, evidenciando a definição terminológica como elemento de sustentação tanto para as terminologias quanto para as linguagens especializadas em geral.

Ao longo de nossa pesquisa, “não será necessário formular definições terminológicas para cada termo selecionado, posto que todas serão extraídas do *corpus* em estudo, a saber, as gramáticas árabes e não árabes relacionadas”.

3. Obras de referência: dicionário de língua, dicionário terminológico e glossário

Zucchi (2010) define coesa e claramente o que vem a ser uma obra dicionarística:

Um dicionário é um texto estruturado num eixo vertical e num eixo horizontal. Existe uma terminologia específica que denomina suas partes. O eixo vertical é formado pelo conjunto de *entradas*. A *entrada* é cada unidade lexical – palavra simples, composta, expressões, abreviaturas (dependendo da proposta da obra) – à qual segue o *enunciado lexicográfico*. O conjunto de entradas é chamado de *nomenclatura* ou *nominata*. A forma como é organizada a obra como um todo recebe o nome de *macroestrutura*. Organização que define a ordem das entradas, de tipo onomasiológico ou semasiológico, a inclusão de tabelas, de símbolos fonéticos, de textos com explicações gramaticais e de uso, de ilustrações, e outros. Já o conjunto de informações que segue cada *entrada* recebe o nome de *microestrutura*. A *microestrutura* é formada pela *entrada* e pelo *enunciado lexicográfico*. (ZUCCHI, 2010, *apud* GOMES, 2011, p. 81)

Segundo Barros (2004, p. 133), dicionário ou repertório constitui o modo genérico de chamar as obras lexicográficas – dicionários de língua, dicionários especiais e outros que registrem as unidades lexicais *em todas as suas acepções* dentro do sistema linguístico; e as obras termino-

ente definido”, e a segunda descrita como “[...] a indicação da(s) particularidade(s) que distingue(m) esse ente em relação a outros de uma mesma classe.” (KRIEGER & FINATTO, 2004, p. 93)

gráficas – dicionários terminológicos (ou vocabulários) que contêm o conjunto de termos *de um domínio especializado* (de uma técnica, uma ciência, uma profissão etc.).

A tipologia dos dicionários depende de muitos fatores. De acordo com Maciel (2001b, p. 42), um fator que influencia o formato de um dicionário é a perspectiva linguística do autor, aliada às necessidades reais, desejos e preferências do usuário da obra, uma vez que “o dicionário é, antes de tudo, a interface discursiva de autor e consulente a partir da proposição de um texto definitório”. Além disso, a autora destaca as exigências do mercado editorial e publicitário que, se por um lado, impulsionam a produção de dicionários, por outro, põem entraves e prejudicam a excelência desejada pelos autores.

Silva (2009, p. 52) elenca quatro critérios básicos para a realização e produção de dicionários, (a) o público-alvo; (b) a relevância das informações privilegiadas, de natureza linguística ou extralinguística; (c) a disposição das entradas (se alfabética, isto é, pela forma, ou sistemática, pelo conteúdo); (d) o número de unidades linguísticas que deverão compor a nomenclatura⁷¹.

Barbosa (2001, p. 26) aponta que não há consenso quanto à delimitação conceitual das obras lexicográficas e terminográficas, apesar das pesquisas avançadas na área e dos organismos normalizadores existentes em diferentes países. Assim, após analisar a proposta de variados autores para conceituação da tipologia dessas obras, a autora mencionada restringe-se à classificação dos três tipos básicos de obras enfocados, correlacionando-as com os três níveis de atualização da língua, de acordo com o modelo de Coseriu (1979): sistema, norma(s) e fala ou discurso.

Barros (2004, p. 143) trilha um percurso de análise semelhante ao realizado por Barbosa (2001), e, apoiando-se nos modelos estudados, apresenta uma proposta própria de classificação tipológica das obras lexicográficas e terminográficas. Os critérios adotados foram: (a) nível de atualização da unidade lexical; (b) presença ou ausência de definições; (c) presença ou ausência de dados enciclopédicos.

⁷¹ Se o objetivo da obra for levantar o maior número possível de unidades de uma língua ou de um domínio, então ela será extensiva; contudo, se o propósito for oferecer grande número de informações na microestrutura, neste caso será intensiva.

A seguir, apresentam-se três modelos e considerações propostos por Maciel (2001), Barbosa (2001) e Barros (2004) sobre os três tipos de obras enfocados, a saber, o dicionário de língua, o dicionário terminológico e o glossário, seguido do posicionamento da presente pesquisa.

3.1. Dicionário de língua

O dicionário de língua, segundo Maciel (2001b, p. 42), representa o inventário do léxico comum de uma língua. Sua nomenclatura tende a abarcar a totalidade das unidades lexicais da língua geral, focalizando as formas correntes de sua época de elaboração. Partindo de uma realização padronizada, tal dicionário apresenta todos os significados e usos possíveis da unidade lexical, assim como as formas que a palavra possa assumir, seu paradigma morfológico, campos semânticos, quadro derivacional, níveis de uso, sinônimos e antônimos. Contemplam-se todas as categorias gramaticais, do substantivo à interjeição.

A nomenclatura do dicionário de língua é organizada alfabeticamente e compreende desde formas do uso popular até palavras eruditas. Embora, teoricamente, apenas os termos mais representativos de cada área, os mais importantes e mais divulgados fizessem parte do conjunto de entradas de um dicionário de língua geral, estima-se que mais de 40% das entradas sejam termos (LANDAU, 1993 *apud* MACIEL, 2001b, p. 43). Krieger (2001, p. 124) reitera a assertiva, afirmando que o aumento dos termos em dicionários de língua, isto é, a incorporação das terminologias no léxico geral da língua deve-se à larga difusão do conhecimento e sua circulação em amplas esferas comunicacionais.

Segundo Barbosa (2001, p. 33), dicionário de língua é uma obra que se situa no nível do sistema linguístico e contém o conjunto das unidades lexicais de uma língua em todas as suas acepções e contextos.

De acordo com os critérios elencados por Barros (2004, p. 143) e mencionados acima, dicionário de língua situa-se no nível do sistema, lista uma grande quantidade de unidades lexicais ou fraseológicas de uma língua, registrando, também, as diferentes acepções que a palavra possa ter nos inúmeros universos de discurso. Apresenta, obrigatoriamente, definições, mas não dados enciclopédicos.

Observa-se, assim, que há certa homogeneidade quanto à conceitualização de dicionário de língua, sendo sua característica principal dar conta do maior número possível de unidades lexicais da língua geral ou co-

num, registrando as diferentes acepções que essa possa ter nos contextos mais variados.

3.2. Dicionário terminológico

O dicionário terminológico é aquele cujas bases de elaboração pautam-se nos princípios teóricos e metodológicos da terminologia e terminografia. Para Maciel (2001b, p. 44), o dicionário terminológico é um subgrupo, ao lado do dicionário lexicográfico, dos dicionários técnicos. No dicionário técnico lexicográfico, o termo é um elemento linguístico do vocabulário especializado, já no dicionário terminológico, o termo é um conceito único em um sistema de conceitos específicos. A definição terminológica, conjugando o aspecto lexical e o conceito do termo a sua função comunicativa, pode apresentar dados linguísticos e enciclopédicos. Os exemplos e menção da fonte validam a pertinência temática e pragmática do termo dentro do campo de especialidade.

A nomenclatura do dicionário terminológico inclui expressões complexas, sintagmas, siglas, abreviaturas, fórmulas, nomes próprios, de objetos e até de entidades envolvidos na área repertoriada. A categoria gramatical mais contemplada é a do substantivo. A disposição das entradas pode ser por ordem alfabética ou por ordem sistemática, isto é, respeitando o mapa conceitual do domínio estudado.

Para Barbosa (2001, p. 32), o vocabulário (ou dicionário terminológico) situa-se no nível da norma e recobre um ou mais universos de discurso; o conjunto de termos tratados nessa obra constitui um subconjunto do universo lexical. Nota-se que, dentre os autores estudados por Barbosa, não há uma relação biunívoca entre conceitos e termos na área da tipologia das obras terminográficas, como ilustrado pela variação na terminologia “dicionário terminológico” e “vocabulário” para indicar, basicamente, o mesmo referente – “inventário de termos de um domínio e que descreve os conceitos designados por meio de definições e/ou ilustrações”. Há, portanto, variadas denominações para o mesmo núcleo conceitual, como demonstra o exemplo acima, da mesma forma como se encontram conceitos muito diferentes para uma mesma denominação, como, por exemplo, “vocabulário” no sentido de “repertório de termos” e no sentido de “dicionário de uma área”.

Barros (2004, p. 144) propõe que o dicionário terminológico (termo tolerado: vocabulário) situe-se no nível da(s) norma(s), registrando

unidades terminológicas de um ou vários domínios, apresenta definições, mas nenhum dado enciclopédico. Neste último aspecto, a definição de Barros afasta-se da de Maciel (2001b), pois esta prevê a existência de dados enciclopédicos. Outro aspecto interessante é que, para Barros, “dicionário terminológico” é o termo principal, sendo “vocabulário” o termo tolerado, enquanto que, para Barbosa (2001), “vocabulário” assume o termo principal. Essa diferença ocorre devido aos critérios priorizados por cada autora, fato que conduz à multiplicidade de denominações para o mesmo conceito.

3.3. Glossário

Em seu artigo, Maciel (2001b) não investiga o tema “glossário”, por isso, passa-se a segunda autora que, antes de apresentar sua proposta de denominação, cita diferentes fontes, nas quais se encontram as seguintes definições básicas para o termo:

- (a) Glossário (termo tolerado: vocabulário): dicionário terminológico baseado num trabalho terminológico que apresenta a terminologia de um domínio ou de subdomínios ou de vários domínios associados. (Tradução da ISO 1087, pela CEETT⁷²)
- (b) Denomina-se glossário um dicionário que contém, sob forma de simples definições (ou equivalentes), as significações das palavras raras ou pouco comuns. (LINO *at alii*, s/d *apud* BARBOSA, 2001, p. 30)
- (c) Glossário: repertório que define termos de uma área científica ou técnica, dispostos em ordem alfabética, podendo apresentar ou não remissivas. (FAULSTICH, 1995 *apud* BARBOSA, 2001, p. 32)

A visão do termo glossário também não é consensual entre os especialistas de terminologia/terminografia, sendo usado para designar tanto um dicionário, vocabulário ou uma coleção de palavras-ocorrência de um discurso, isto é, o léxico de uma obra determinada. Nesse sentido,

⁷² Grupo de trabalho da Comissão de Estudo Especial Temporária de Terminologia, criada no âmbito do IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia) /ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), (cf. Barbosa, 2001, p. 27)

Barbosa (2001, p. 33) situa glossário no nível da fala, definindo-o como um “repertório que reúne as palavras-ocorrência de um texto específico”.

Segundo a proposta de Barros (2004, p. 144), glossário (termo tolerado: dicionário bilíngue, dicionário multilíngue) pode situar-se tanto no nível do sistema como no da(s) norma(s), “sua característica principal é não apresentar definições, mas apenas uma lista de unidades lexicais ou terminológicas acompanhadas de seus equivalentes em outras línguas”. Esta será, pois, a acepção adotada na presente dissertação, cujo objetivo final é propor um glossário árabe-português e português-árabe da terminologia verbal morfossintática árabe, sistematizando uma proposta de padronização em língua portuguesa.

4. Metodologia de pesquisa

Antes de delinear a metodologia usada neste trabalho, julga-se necessário o esclarecimento de certos aspectos técnicos, a saber, seu *objetivo*, o *público alvo*, os *limites da pesquisa*, a *delimitação da nomenclatura* e a *organização interna* do glossário. Posteriormente, serão apresentadas as fichas terminológicas, bem como serão discutidos os critérios de tratamento dos termos.

– *Objetivo*: esta pesquisa busca padronizar a terminologia morfosintática do verbo árabe por meio da investigação científica, para que, ao final, seja produzido um glossário árabe-português/português-árabe que auxilie tanto os profissionais da área – pesquisadores e professores, quanto os estudantes de árabe, os quais recorrerão à obra a fim de “adquirir certos conhecimentos que lhes permitam decodificar textos científicos e avançar em seus estudos” (BARROS, 2004, p. 191).

Não foi observada a necessidade, neste momento, da elaboração de um dicionário terminológico, entretanto, o necessário contraste dos semas das definições, para que se chegue a uma padronização em português, será realizado durante o capítulo de análise. Dessa forma, o glossário apenas sistematizará o produto de tal análise, facilitando a consulta e o acesso às informações.

– *Público alvo*: este trabalho destina-se *a priori* ao leitor brasileiro que tenha a língua árabe como objeto de estudo ou interesse, sendo possível atender às necessidades dos interessados lusófonos. Poderá ser útil também aos árabes que, por motivos diversos, tenham a língua portuguesa como objeto de estudo e de interesse. Por esse motivo, após a apresen-

tação do glossário principal Árabe-Português, organizou-se sua contraparte Português-Árabe a fim de auxiliar os arabófonos interessados na busca de informações.

– *Limites da pesquisa e delimitação da nomenclatura*: este trabalho encontra-se no domínio da morfossintaxe do verbo árabe, de onde foram extraídos dez termos principais. Sabe-se que, dentro da teoria gramatical, cada um desses referidos termos desdobra-se em subclassificações de onde emergem novos termos correlatos, os quais também serão contemplados neste trabalho terminológico. Assim, farão parte da nomenclatura (ou *nominata*) final do glossário os dez termos principais somados aos subitens de cada unidade terminológica estudada (sem diferenciar entre entrada principal ou secundária), assim totalizando vinte e seis termos.

– *Organização interna*: a macroestrutura do glossário Árabe-Português será organizada seguindo a ordem alfabética árabe, no entanto, a metodologia de elaboração da obra será baseada no sistema conceitual, isto quer dizer que, durante a análise, os termos serão tratados de acordo com a ordem em que aparecem no sistema de conceitos⁷³.

Cada entrada no glossário árabe-português estará posicionada à direita⁷⁴ e será escrita em caracteres árabes, sendo seguida por sua transliteração, e, a sua esquerda, constará a proposta de padronização em português. Portanto, a microestrutura da obra final será constituída apenas pela lista de unidades terminológicas padronizadas em português, segundo a proposta de Barros (2004) para glossário.

As entradas da contraparte português-árabe estarão posicionadas à esquerda, segundo a ordem de escrita portuguesa e organizadas alfabeticamente. Na segunda coluna, virá o termo em árabe correspondente, seguido por sua transliteração.

– *A metodologia* de trabalho seguirá o percurso abaixo e terá como objetivo final o preenchimento dos campos das fichas terminológicas que serão apresentadas logo a seguir. Com as fichas devidamente preen-

⁷³ De acordo com as teorias terminográficas, esta ordem é chamada de alfassistemática, por mesclar tanto a ordem alfabética (a ordem da macroestrutura) quanto à sistemática (base para a metodologia de trabalho).

⁷⁴ A ordem de escrita da língua árabe inicia-se da direita para esquerda, por isso a nomenclatura estará posicionada à margem direita.

chidas, o plano geral do tratamento terminológico de cada termo será evidenciado, o que auxiliará o processo de padronização. Segue, então, o percurso metodológico.

4.1. Descrição do termo de acordo com a teoria gramatical árabe⁷⁵

Acredita-se que o ponto de partida da investigação seja a própria língua árabe, isto é, como a gramática prescreve os fatos linguísticos para os árabes. Por isso, consideram-se quatro autores árabes modernos, a saber, Al-aw^{1/2} (1987), Alæat÷b & JaÐal (1993), Alm^{ca}arī (2002) e ء¶¶¶ (2006). O objeto de descrição dos mesmos é a língua Árabe Moderna Padrão cuja estrutura e vocabulários são mais simplificados se comparados ao árabe clássico.

4.2. Apresentação da tradução literal em português

A tradução literal dos termos foi pautada nas definições encontradas nos dicionários Wehr (árabe-inglês, 1976), Al-Mawrid⁷⁶ (1995); Corriente (árabe-espanhol, 1991) e Sabbagh (árabe-português, 2011).

Já que a unidade terminológica faz parte do léxico geral da língua, considerar outras acepções possíveis de cada termo, quando não houver uma especificamente linguística, auxiliará o entendimento das opções terminológicas dos gramáticos não árabes selecionados, assim como poderá nortear a padronização em português.

⁷⁵ Foi adotado o seguinte critério quanto à escrita e transliteração dos termos árabes: a primeira vez em que os termos forem mencionados, estes serão escritos em caracteres árabes seguidos de sua transliteração. Nas outras vezes em que forem citados, constará apenas sua transliteração.

⁷⁶ Trata-se do dicionário árabe-inglês, cujo autor é Dr. Rohi Baalbaki. Este foi o nome pelo qual a obra lexicográfica ficou conhecida.

4.3. Indicação da escolha terminológica feita pelos arabistas selecionados para o item estudado

Neste passo, as opções terminológicas de cada gramático não árabe selecionado serão analisadas e contrastadas, verificando a pertinência temática⁷⁷ e pragmática dos termos adotados.

Foram selecionadas sete gramáticas árabes escritas por arabistas de diferentes nacionalidades e épocas, com o intuito de observar o tratamento dado às terminologias gramaticais. Segue a lista dos arabistas e suas obras, assim como a justificativa por sua escolha:

- a) *Instituições da Língua Arabiga para o Uso das Escolas da Congregação da Terceira Ordem* (1774), de Fr. António Baptista Abrantes, primeiro professor da cadeira de árabe no Convento de Nossa Senhora de Jesus, em Lisboa.
- b) *A Grammar of Arabic Language* (1859 e 1862), de William Wright, professor da Universidade de Dublin, importante centro de estudos orientais no século XIX.
- c) *Nouvelle Grammaire Arabe* (1911), de Augustin Périer. Professor pós-graduado em árabe, hebraico e etíope, abordou em sua obra os conteúdos gramaticais voltados a alunos iniciantes.
- d) *A New Arabic Grammar of Written Language* (1965), de J. A. Haywood e H. M. Nahmad, uma gramática que pretendia modificar o paradigma de estudo do árabe no pós Segunda Guerra, quando a língua árabe ganhou representatividade devido aos movimentos de independência dos países do Oriente Próximo.
- e) *Gramática Árabe* (1992), de F. Corriente, célebre catedrático dos estudos árabes e islâmicos da Universidade Complutense de Madrid.
- f) *A Reference Grammar of Modern Standard Arabic* (2005), de Karin Ryding, em que a autora descreve as estruturas do Árabe Moderno Padrão, empregando uma abordagem teórica contemporânea.

⁷⁷ Segundo Maciel (2001a, p. 277) "Os termos, sejam unidades signícas ou lexicais, são vinculadas à área temática pelo significado ou pela funcionalidade. No primeiro caso, trata-se de pertinência temática propriamente dita, no segundo, de pertinência pragmática".

- g) *Gramática do árabe moderno: uma introdução* (2007), de David Cowan, a primeira gramática sistemática do árabe traduzida e adaptada para o português do Brasil. Originalmente escrita em língua inglesa, a gramática de Cowan foi editada pela primeira vez em 1958 e reimpressa em média a cada dois anos.

Foram utilizados, também, como fonte de pesquisa três obras de referência sobre terminologia gramatical árabe, uma árabe-francês *Vocabulaire des Principaux Terms Techniques de la Grammaire Arabe* (Machuel, 1908), e duas árabe-ínglês *A Dictionary of Arabic Grammatical Terms* (Cachia, 1973) e *A Dictionary of Modern Linguistic Terms* (BAKALLA et alii, 1983). Observa-se que tais obras possuem estrutura de glossário assim como definida por Barros (2004, p. 144) e adotada nesta pesquisa, isto é, dicionário bilíngue que apresenta somente uma lista de unidades terminológicas acompanhadas de seus equivalentes em outras línguas.

4.4. Verificação de possíveis correspondências gramaticais entre o árabe e o português do Brasil

Quanto às correspondências gramaticais entre a língua de partida – o árabe, e a língua de chegada – o português, acredita-se que *três situações* diferentes se revelarão: (a) possível correspondência direta, relação biunívoca; (b) correspondência indireta, isto é, um termo árabe com dois ou mais referentes na gramática portuguesa; (c) ausência de correspondente em português. Quando tal correspondência não for evidenciada, outros aspectos da gramática portuguesa serão investigados, a fim de se encontrar uma terminologia mais adequada.

Caso se verifique a ausência da biunivocidade entre a terminologia verbal árabe e a portuguesa, haverá a necessidade de criação neológica. Os neologismos terminológicos serão do tipo *formais* ou *por empréstimos*, segundo a classificação de Boulanger, apresentada no item 6, do capítulo anterior. Os neologismos por empréstimos serão grafados entre aspas, a fim de sinalizar o estatuto neológico.

A investigação na gramática portuguesa, bem como as definições terminológicas dos possíveis fatos gramaticais portugueses correspondentes aos árabes serão extraídas do seguinte *corpus*:

- a) *Gramática do Português Brasileiro* – Castilho (2010)

- b) *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa* – Azeredo (2010)
- c) *Gramática Descritiva do Português* – Perini (2003)
- d) *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* – Rocha Lima (2002)
- e) *Moderna Gramática Portuguesa* – Bechara (1999)
- f) *Dicionário de Linguística e Gramática* – Mattoso Câmara (1981)

Faz-se importante esclarecer que os comentários gramaticais desenvolvidos antes de alguns dos termos estudados não buscam o aprofundamento exaustivo de tais categorias ou processos linguísticos, visam antes ao contraponto da realidade em ambas as línguas, fornecendo um pano de fundo para a posterior análise e discussão terminológica cujo objetivo é a padronização em língua portuguesa.

Para cada situação acima descrita, no item (4), um tipo de ficha terminológica foi elaborado, a fim de dar conta do termo pesquisado. Assim, para a primeira situação, segue a **Ficha Terminológica 1:**

Termo	Possível correspondência em Pt	Proposta de padronização
DT:	DT	TL:
Ex.:	Ex.:	Fonte:
Fonte:	Fonte:	
Pt ₁₇₇₄	ES ₁₉₉₂	Voc ₁₉₀₈
Pt ₂₀₀₇	FR ₁₉₁₁	Dic ₁₉₇₃
In ₁₈₅₉	In ₁₉₆₅	Dic ₁₉₈₃
In ₂₀₀₅		

Para a segunda situação, segue a **Ficha Terminológica 2:**

Termo	Possível correspondência ₁ em Pt	Possível correspondência ₂ em Pt	Proposta de padronização
DT:	DT:	DT:	TL:
EX.:	Ex.:	Ex.:	Fonte:
Fonte:	Fonte:	Fonte:	
Pt ₁₇₇₄	ES ₁₉₉₂	Voc ₁₉₀₈	
Pt ₂₀₀₇	FR ₁₉₁₁	Dic ₁₉₇₃	
In ₁₈₅₉	In ₁₉₆₅	Dic ₁₉₈₃	
In ₂₀₀₅			

Para a terceira situação, segue a **Ficha Terminológica:**

Termo	Possível correspondência em Pt	Proposta de padronização
	∅	
DT:		TL:

Ex.:			Fonte
Fonte:			
Pt ₁₇₇₄	ES ₁₉₉₂		Voc ₁₉₀₈
Pt ₂₀₀₇	Fr ₁₉₁₁		Dic ₁₉₇₃
In ₁₈₅₉	In ₁₉₆₅		Dic ₁₉₈₃
In ₂₀₀₅			

As fichas acima foram elaboradas em função das necessidades e dos objetivos do presente trabalho. Elas sintetizarão os dados mais relevantes para uma padronização pertinente e funcional dos termos árabes em português. A tabela seguinte explica cada campo das fichas terminológicas:

Campos	Explicação
Termo	Termo escrito em árabe e transliterado
DT	Definição terminológica
Fonte	Fonte da definição terminológica e da tradução literal
Ex.	Exemplo do termo ou do correspondente em português
TL	Tradução literal
Possível correspondente em Pt	Possibilidade de correspondência gramatical em português
Ø	Ausência de correspondente em português
Pt ₁₇₇₄	Gramática do Frei Abrantes (1774)
Pt ₂₀₀₇	Gramática do Cowan (2007)
ES ₁₉₉₂	Gramática do Corriente (1992)
Fr ₁₉₁₁	Gramática de Périer (1911)
In ₁₈₅₉	Gramática do Wright, vol. 1 (1859)
In ₁₈₆₂	Gramática do Wright, vol. 2 (1862)
In ₁₉₆₅	Gramática do Haywood & Nahmad (1965)
In ₂₀₀₅	Gramática da Ryding (2005)
Voc ₁₉₀₈	Vocabulaire des Principaux Terms Techniques de la Grammaire Arabe (1908)
Dic ₁₉₇₃	A Dictionary of Arabic Grammatical Terms (1973)
Dic ₁₉₈₃	A Dictionary of Modern Linguistic Terms (1983)

5. *O glossário da terminologia verbal morfossintática*

O glossário⁷⁸ elaborado possui as seguintes características principais:

- a. Não apresentar definições;

⁷⁸ Adotou-se, nesta dissertação, a definição de Barros (2004, p. 144) para o termo “glossário”, como mencionado no item 3.3.

- b. Listar as unidades terminológicas verbais árabes do domínio gramatical morfossintático;
- c. Apresentar seus equivalentes em língua portuguesa.

Reitera-se que este glossário terminológico destina-se aos leitores especializados brasileiros, em primeiro lugar, sejam eles pesquisadores ou estudantes de língua árabe. Acredita-se que este material de consulta também seja útil aos leitores especializados de além-mar, visto que, em Portugal, há tradição no estudo da língua árabe devido ao legado linguístico, histórico, cultural deixado por este povo durante os séculos em que estiveram ativamente presentes na Península Ibérica. Espera-se que o produto deste trabalho terminológico possa auxiliar também os arabófonos que tenham a língua portuguesa como objeto de estudo.

Chegou-se ao total de vinte e seis termos árabes, os quais serão listados no glossário árabe-português e organizados considerando sua ordem alfabética árabe. A ordem sistemática foi previamente seguida quando da análise dos mesmos. A disposição dos termos, isto é, sua direção da leitura será, portanto, da direita para a esquerda, segundo a ordem da escrita árabe. O termo principal estará em negrito, sendo seguido por sua transliteração em itálico e pela proposta de padronização em português.

Considerou-se, nos termos árabes compostos, a primeira letra tanto do primeiro vocábulo quanto do segundo a fim de se precisar a ordem alfabética. Não foi levado em consideração o artigo definido *al*, presente em alguns termos, no momento da ordenação.

Já o glossário português-árabe contará com o termo principal em negrito, que corresponde à proposta de padronização, o equivalente em árabe e sua transliteração em itálico. A ordenação destes verbetes seguirá a ordem alfabética portuguesa.

Passa-se, agora, aos glossários terminológicos:

5.1. Glossário árabe-português da terminologia verbal morfossintática

Verbos com <i>و</i> ou <i>ي</i> como 2º radical	<i>ḡajwaf</i>	أجوف
Verbos de elogio e depreciação	<i>ḡaf×l almad = wa²⁻²am</i>	أفعال المدح والذم

Verbos de iminência, de possibilidade e de incoatividade	ʔafʔ×l almuq×raba war-raj×ʔ waš-šuryʕ	أفعال المقاربة والرجاء والشروع
Verbo <i>k×na</i> e seus semelhantes	afʔ×l n×qi½za	أفعال ناقصة
Triconsonântico simples	Sālim	سالم
Puramente consonântico	½a-ī-	صحيح
Verbo	fiʕl	فعل
Imperativo	fīl al'amr	فعل الأمر
Intransitivo	l×zim	لازم
Verbo com duas semiconsoantes intercaladas	lafif mafryq	لفيف مفروق
Verbo com duas semiconsoantes consecutivas	lafif maqrŷn	لفيف مقرون
Preterito Perfeito	māḍin	ماضي
Voz passiva	almabn÷ lil-majhŷl	المبني للمجهول
Voz ativa	almabn÷ lil-maʕlŷm	المبني للمعلوم
Transitivo	mutaʕaddin	متعدٍ
Verbos com و ou ي como 1º radical	miʕ×l	مثال
Primitivo	mujarrad	مجرد
Derivado	maz÷d	مزيد
Futuro	mustaqbal	مستقبل
Apocopado	muḍāriʕ majzŷm	مضارع مجزوم
Presente do indicativo	muḍāriʕ marfŷʕ	مضارع مرفوع
Subjuntivo	muḍāriʕ manʕzŷb	مضارع منصوب
Duplicado	muʕaʕaf	مضاعف
Consonântico- semiconsonântico	muʕtal	معتل
“Hamzado”	mahmŷz	مهموز
Verbos com و ou ي como 3º radical	nāqi½	ناقص

5.2. Glossário português-árabe da terminologia verbal morfosintática

Apocopado	مضارع مجزوم	muḍāriʕ majzŷm
Consonântico-semiconsonântico	معتل	muʕtal

Derivado	مزيد	maz-d
Duplicado	مُضَعَّف	muĀa ^c af
Futuro	مُسْتَقْبَل	Mustaqbal
“Hamzado”	مَهْمُوز	Mahmūz
Imperativo	فِعْلُ الأَمْرِ	fīl al'amr
Intransitivo	لازِم	l×zim
Presente do indicativo	مُضَارِع مَرْفُوع	muḍāri ^c marfy ^c
Pretérito Perfeito	ماضِي	māḍin
Primitivo	مُجَرَّد	mujarrad
Puramente consonântico	صَحِيح	½a-ī-
Subjuntivo	مُضَارِع مَنصُوب	muḍāri ^c man½zyb
Transitivo	مُتَعَدِّ	muta ^c addin
Triconsonântico simples	سَالِم	Sālim
Verbo	فِعْل	fī'l
Verbo com duas semiconsoantes consecutivas	لَفِيف مَقْرُوق	lafif mafir'iq
Verbo com duas semiconsoantes ligadas	لَفِيف مَقْرُون	lafif maqr'yn
Verbo k×na e seus semelhantes	أَفْعَال نَاقِصَة	af ^c ×l n×qi½za
Verbos com ي ي como 1ª radical	مِثَال	miĒ×l
Verbos com ي ي como 2ª radical	أَجُوف	Īajwaf
Verbos com ي ي como 3ª radical	نَاقِص	nāqi½z
Verbos de elogio e depreciação	أَفْعَال المَذْح وَالذَّم	ÿaf ^β ×l almad- wa- ² am
Verbos de iminência, de possibilidade e de incoatividade	أَفْعَال المَقَارِبَة وَالرَّجَاء وَالشُّرُوع	ÿaf ^β ×l almuq×raba war-raj×ÿi waš-šurj ^c
Voz ativa	المَبْنِي لِلْمَعْلُوم	almabn÷ lil-ma ^c lým
Voz passiva	المَبْنِي لِلْمَجْهُول	almabn÷ lil-majhūl

6. Considerações finais

Neste trabalho, discutiu-se a terminologia morfossintática do verbo árabe proposta pela teoria gramatical e presente nos manuais contemporâneos de ensino desta língua para nativos e estrangeiros. Revisou-se como este conjunto de termos foi transmitido para quatro línguas modernas – inglês, francês, espanhol e português, por meio da análise de sete

gramáticas do árabe escritas por arabistas de nacionalidades diversas e pertencentes a épocas diferentes.

Verificou-se que a terminologia genuína árabe adotada pelos primeiros gramáticos é coerente com cada processo linguístico descrito. Mesmo que no estágio atual da língua não fosse possível identificar o embasamento teórico para determinado termo, a um breve olhar diacrônico desvendavam-se as razões pelas quais os linguístas fizeram tal opção. A título de exemplo, tem-se o termo *muĀārĕ*, que em tradução literal quer dizer “semelhante, similar”. Como esclarecido, este termo foi proposto por S÷bawayhi em fins do século VIII, sinalizando a semelhança existente entre este grupo de verbos e os nomes declináveis. Para este gramático, os diacríticos marcadores de caso eram “semelhantes” aos marcadores modais presentes nos verbos *muĀārĕ*.

Observou-se que, embora os termos adotados pelos gramáticos não árabes em suas línguas maternas sejam fruto de reflexão linguística (conclusão a partir da descrição gramatical de cada autor), todos perpassam o significado literal do termo árabe genuíno, ainda que a tradução não seja o produto final.

Dicionários bilíngues, glossários especializados, entre outras obras de referência são fundamentais no processo de aquisição de uma língua estrangeira e devem ser vistos como obra didática básica (BARROS, 2004, p. 73). Por esse motivo, espera-se que este trabalho sirva, ainda que modestamente, de ferramenta didática no ensino do árabe no Brasil e entre a comunidade lusófona interessada no tema, assim como auxilie o estudante no percurso de aprendizagem desta língua cuja expressividade é inegável no cenário internacional, seja por motivos políticos, diplomáticos, comerciais ou simplesmente culturais e linguísticos. Seus falantes nativos ultrapassam a marca de 270 milhões de pessoas, divididas em mais de vinte países, além de ser uma das seis línguas oficiais da ONU, juntamente com o inglês, francês, espanhol, russo e chinês.

Acredita-se ainda que a pertinência deste material alcance os leitores árabes que desejam aprender (ou estejam aprendendo) a língua portuguesa. Há iniciativas governamentais para a implementação do ensino regular de língua portuguesa em alguns países árabes, como, por exemplo, Líbano, Síria, Marrocos, devido à contínua integração destes povos com o Brasil ou Portugal. Foi refletindo sobre esta realidade que se decidiu apresentar a ordem português-árabe dos mesmos termos listados no glossário árabe-português.

A decisão pelo enfoque na classe verbal foi motivada por um interesse particular, mas, sobretudo, pela necessidade de se restringir o escopo desta pesquisa. A importância de se estudar as terminologias gramaticais árabes ultrapassa os limites do verbo. Sugerimos, portanto, que haja prosseguimento neste trabalho terminológico e seja aprofundado e ampliado para as classes dos nomes e das partículas. Gostaríamos que esta pesquisa sirva de ponto de partida para que outros pesquisadores inconformados com a carência de estudos na padronização terminológica desta área, produzam outras ferramentas didáticas para o ensino de árabe no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AD-DĪN °AM °ALĪ, Tāj. *Annūr lmuḏī 'fī lqawā'id wali 'rāb walbalāghah wal'urūḏ wali 'mlā.* Damasco: Dār lfikr, 2006.

ALĀATØB, ©as×m & JAÆAL, Mu½Daf×. *Alluḏatu al'arabiyatu liḏayri almutaæa'½i½÷n – alkit×bu aljalwalu.* Damasco: Mud÷riyat alkutub almaḌbý×t aljamiyat, 1992-1993.

ALḤAWS, 'A-mad. *Qi½zatu-li'rāb, 'uslūb mutaṭawwir fī-lqawā'id wali'rāb.* Damasco: Aṭṭab°at arrābi°at, 1987.

ALMA°RĪ, Šawqī. *Almawsū°a an-naḥawyya lmaysara: būslūb ta°alīmī mutamayazī.* Damasco: Dār lḥārit, 2002, 10 vols.

ABRANTES, Fr. António Baptista. *Instituições da língua arábica para o uso das Escolas da Congregação da Terceira Ordem.* Lisboa: Regia Oficina Typografica, 1774.

ALVES, Maria Ieda. Terminologia e neologia. *Tradterm.* São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003, v. 9, p. 53-70.

AUGUSTO DIAS, Cláudia. Terminologia: conceitos e aplicações. *Ci. Inf.* Brasília: jan./abr. 2000, v. 29, n. 1, p. 90-92.

AZEREDO, José Carlos. *Gramática Houaiss da língua portuguesa.* 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2010.

BAALBAKI, Ramzi. Review of books: Al-Mubarrad's refutation of Sībawayhi and the subsequent reception of the kitāb by Monique Bernards. *Journal of American Oriental Society.* American Oriental Society, v. 119, n. 3, 1999, p. 532-533.

BAALBAKI, Dr. Rohi. *Al-Mawrid, A modern Arabic-English dictionary*. Beirut: Dar El-Ilm LilMalayin, 1995.

BAKALLA, Dr. Muhammad *et al.* *A dictionary of modern linguistic terms: English-Arabic & Arabic-English*. Beirut: Librairie du Liban, 1983.

BARBOSA, M. Aparecida. Dicionário, vocabulário, glossário: concepções. In: ALVES, Ieda Maria (Org.). *Constituição da normalização terminológica no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/CITRAT/USP, 2001, p. 23-45.

BARROS, Lídia A. *Curso básico de terminologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

BATESON, Mary Catherine. *Arabic language handbook*. Washington: Center for Applied Studies, 1967.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CACHIA, Pierre. *Dictionary of Arabic grammatical terms, Arabic-English/English-Arabic*. Beirut: Librairie du Liban; London: Longman, 1973.

CAMARA, J. Mattoso Jr. *Dicionário de linguística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1981.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

COMPANY, Houghton M. *The american heritage dictionary*. 2nd College Edition. Boston: New York, 1991.

CÔRREA, Roberto Alvim. *Dicionário escolar francês-português/português-francês*. 5. ed. Rio de Janeiro: FENAME/Ministério da Cultura, 1970.

CORRIENTE, F. *Diccionario arabe-español*. 3. ed. Barcelona: Herder, 1991.

_____. *Gramática árabe*. Barcelona: Herder, 1992.

COWAN, David. *Gramática do árabe moderno: uma introdução*. Trad.: Safa A. A. Jubran. São Paulo: Globo, 2007.

DEMAI, Fernanda M. *Um dicionário terminológico da área de ortopedia técnica: descrição e análise*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2006.

EL-DAHDAH, Antoine. *A pocket dictionary of Arabic grammatical nomenclature*. Beirut: Librairie du Liban Publishers, 1997.

FINATTO, Maria José B. Definição terminológica: fundamentos teórico-metodológicos para sua descrição e explicação. In: KRIEGER; MACIEL (Orgs.). *Temas de terminologia*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP & Edufrgs, 2001a, p. 434-435.

_____. Microestrutura no dicionário terminológico: bases teóricas e orientações metodológicas em direção ao seu tratamento formal. In: KRIEGER; MACIEL (Orgs.). *Temas de terminologia*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP & Edufrgs, 2001b, p. 285-296.

GOMES, Elias M. *Mil e um verbos árabes: uma proposta lexicográfica*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2011.

HAYWOOD, J. A.; NAHMAD, H. M. *A new Arabic grammar of written language*. London: Lund Humphries, 1965.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

JUBRAN, Safa Abou-Chahla. Para uma romanização padronizada de termos árabes em textos de língua portuguesa. *Tiraz*, USP, ano 1 (2004). São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004, p. 16-29.

_____. *Árabe e português: fonologia contrastiva*. São Paulo: Edusp/FAPESP /CEAR, 2004.

KRIEGER, Maria da Graça. A face linguística da Terminologia. In: KRIEGER; MACIEL (Orgs.). *Temas de terminologia*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP; Edufrgs, 2001, p. 22-32.

_____. O termo: questionamentos e configurações. In: *TRADTERM*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/CITRAT/USP, 2001, n. 7, p. 111-140.

_____. Sobre terminologia e seus objetos. In: KRIEGER; MACIEL (Orgs.). *Temas de terminologia*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Edufrgs, 2001, p. 34-38.

_____. Terminologia revisitada. *Temas de terminologia*. In: KRIEGER; MACIEL (Orgs.). *Temas de terminologia*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Edufrgs, 2001, p. 47-60.

_____; FINATTO, Maria José Borcorny. *Introdução à terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 42. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

MACIEL, Anns Maria Becker. Pertinência pragmática e nomenclatura de um dicionário terminológico. In: KRIEGER; MACIEL (Orgs.). *Temas de terminologia*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Edufrgs, 2001, p. 275-284.

_____. Terminologia, linguagem de especialidade e dicionários. In: KRIEGER; MACIEL (Orgs.). *Temas de terminologia*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Edufrgs, 2001, p. 39-46.

MACHUEL, L. *Principaux termes techniques de la grammaire Arabe*. Tunis: Société Anonyme d'Imprimerie Rapide, 1908.

MOHAMMAD, Mahmoud Dawood. *The semantics of tenses and aspects in English and Modern Standard Arabic*. 1982. Dissertation submitted to the Faculty of the Graduate School of Georgetown University in partial fulfillment for the degree of Doctor of Philosophy in Applied Linguistics. Washington.

PAIVA, Maria Helena. Unidades monoverbais e pluriverbais, diacronia e tratamento informático no *corpus* metalinguístico do português quinhentista. *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, v. 1, 2006, p. 107-142.

PÉRIER, Augustin. *Nouvelle grammaire arabe*. Paris: Ernest Leroux, 1911.

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 2003.

PIETROFORTE, Antônio V. S.; LOPES, Ivã C. A semântica lexical. In: FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à linguística II: princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 111-135.

ROMAN, André. *Grammaire de l'arabe*. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.

RYDING, Karin C. *A Reference Grammar of Modern Standard Arabic*. New York: Cambridge University Press, 2005.

SABBAGH, Alphonse Nagib. *Dicionário português-árabe*. Beirut: Librairie du Liban Publishers, 2004.

_____. *Dicionário árabe-português*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Biblioteca Nacional; Almadena, 2011.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHRAMM, Gene. An outline of Classical Arabic Verb Structure. *Language*, v. 38, n. 4, (Oct.-Dec.1962), p. 360-375. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/410672>>. Acesso em: 18-03-2010.

SILVA, Eloiza Teresinha F. da. *Dicionário técnico bilíngue inglês-português da subárea do Check-list*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2009.

SILVA, Thaís Cristóforo. *Fonética e Fonologia do Português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SOUSA, Fr. João de. *Vestigios da lingua arabica em Portugal, ou Lexicon Etymologico das palavras, e nomes portuguezes, que tem origem arabica*. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1789.

SUBHI, Hamawi (compilação). *Al-Munjed fī-Luġat al-ʿArabyyat al-Muʿāširat*. 2. ed. Beirut: Dār al-Mašriq, 2001.

VARGENS, João Baptista M.; CAFFARO, Paula da C. (Org.). *Arabismo: um tema e suas representações no Brasil e em Portugal*. Rio Bonito: Almadena, 2010.

VERSTEEGH, Kees. *Landmarks in linguistic thought III: The Arabic Linguistic Tradition*. London and New York: Routledge, 1997.

_____. Linguistic Contacts between Arabic and Other Languages. *Arabic*, T. 48, Fasc. 4, Linguistique Arabe: Sociolinguistique et Histoire de la Langue. Brill, 2001, p. 470-508.

_____. The Arabic Terminology of Syntactic Position. *Arabia*, T. 25, Fasc. 3, Brill, 1978, p. 261-281.

WEHR, Hans. *A dictionary of modern written Arabic*. 3. ed. New York: Spoken Language Services Inc, 1976.

WIGHTWICK, Jane; GAATAR, Mahmoud. *Verbs and Essentials of Grammar*. New York: MacGraw Hill, 2008.

WRIGHT, William. *A grammar of the Arabic language*. London: Convent Garden, v. I (1859) e v. II (1862)

**PROPRIEDADES SINTÁTICO-SEMÂNTICAS
DE VERBOS *ADJ-ECER***

Aucione Smarsaro (UFES)

aucione@uol.com.br

Larissa Picoli (UFES)

larissa_picoli@hotmail.com

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo observar, analisar e descrever as propriedades sintático-semânticas de verbos de base adjetival com sufixo *-ecer*, por exemplo, *escurecer*, para o processamento automático de linguagem natural (PLN).

A relação semântica entre adjetivos como *rico* e verbos derivados como *enriquecer* sugere inserir as duas palavras em frases simples como nos exemplos

(1) *A herança enriqueceu Pedro.*

(2) *A herança tornou Pedro rico.*

Pretende-se estudar essa relação semântica, a partir de construções sintáticas como ilustrado nos exemplos (1) e (2). Entende-se por frase uma sequência linguística em que as palavras estabelecem mínima relação sintática com outras palavras da frase. Essa mesma noção é chamada oração ou período por vários autores. De acordo com Bloomfield (*apud* IGNÁCIO, 2001, p. 30), “a frase se caracteriza por constituir a maior unidade gramatical, isto é, não passível de comutar com outra unidade gramatical qualquer”. Pode-se, portanto, compreender por construção sintática um conjunto de frases compartilhando propriedades sintáticas e geralmente semânticas, representáveis por uma fórmula que indica as possibilidades de variação, como a seguir

(3) *NO Adj-v NI W*

(4) *NO tornar NI Adj W*

sendo que *NO* e *NI* são sintagmas nominais, denotando argumentos da frase, *Adj-v*. O verbo é de base adjetival com sufixo *-ecer* e *W* representa outros possíveis complementos na frase.

A partir das fórmulas (3) e (4) busca-se comparar os sentidos. As entradas lexicais diferentes, frequentemente, apresentam propriedades sintáticas e semânticas distintas, por isso, é pertinente fazer uma lista de adjetivos que entram no par de fórmulas (3)-(4).

A partir dessa lista de adjetivos, podem-se analisar as frases; descrever quais são as características da correspondência semântica entre as construções e se a correspondência é total ou não; bem como verificar quais as diferenças semânticas que ocorrem entre (3) e (4); e se esse fenômeno é recorrente, em grande parte dos *Adj-v*.

2. Metodologia

Este trabalho está fundamentado pelo método científico definido pelo linguista Maurice Gross (1975) – o léxico-gramática – que coloca em prática a teoria distribucionalista e transformacionalista de Zellig Harris. Gross (1975) propôs a elaboração de matrizes sintáticas com listas de exemplos, inseridos em frases, para observar as transformações entre as frases ou pares de frases, explorando o léxico.

No método do léxico-gramática, o princípio fundamental é a frase como unidade mínima de sentido. Laporte (2000, p. 71) menciona que

Esta opção teórica resulta de dois fatos:

- o estudo de uma palavra isolada priva o descritor da possibilidade de avaliar aceitabilidades, já que o julgamento de aceitabilidade se aplica a frases;
- numa frase elementar, o contexto tira muitas vezes a ambiguidade da palavra isolada.

Em quase todas as operações de análise das propriedades do léxico, esse método faz um uso intensivo da comparação semântica entre frases de estrutura simples como em

(5) *A doença empalideceu o paciente*

(6) *A doença tornou o paciente pálido.*

Além disso, para analisar a produtividade do léxico é preciso comparar semanticamente as construções. Um julgamento intuitivo sobre uma frase pode ajudar a avaliar, por exemplo, em

(7) *Os impostos encareceram o carro*

se o carro mudou de estado. Mas, essa análise é, frequentemente, menos confiável do que um julgamento intuitivo comparando duas frases, como em

(8) *Os impostos encareceram o carro*

(9) *Os impostos tornaram o carro caro.*

As construções são analisadas com a finalidade de observar as características da correspondência semântica entre frases. Os testes sintáticos formais são aplicados em frases de estrutura simples atestadas em uso pela web ou por introspecção, considerando o julgamento de aceitabilidade de falantes nativos do português, constituindo um *corpus* de 38 adjetivos que são base para formação de verbos com sufixo *-ecer*, por exemplo, *enrijecer* e *envelhecer*.

3. *Pressupostos teóricos*

Zellig Harris, com o *distribucionalismo*, afirma que se deve observar o que sofre variação para estudar as estruturas da língua. Nesse sentido, acolhe-se essa orientação para análise dos exemplos em frases de estrutura simples. Laporte (2009, p. 69) afirma que

A metodologia empiricista de Harris evita a criação e a manipulação de construções abstratas e complexas, de regras, de níveis, que não sejam estritamente necessários para descrever ou formalizar os fatos observáveis ou para simplificar esta formalização. A limitação à mera descrição combinatória da língua possibilita a construção de gramáticas coerentes.

Assim, Harris utiliza um método formal para descrever as frases. Faraco (2003, p. 248), se referindo aos estudos de Harris, afirma que “o autor classifica seu método de formal, na medida em que enfoca a distribuição dos elementos linguísticos em ambientes linguísticos por meio de critérios puramente morfossintáticos”. Dessa forma, é pertinente analisar as construções e suas relações por meio de métodos formais para não se apoiar somente na intuição, que apresenta o risco de não oferecer dados confiáveis.

Para esse estudioso, o objetivo da linguística distribucional é mostrar, a partir da observação de um *corpus* finito dos enunciados naturais, que o sistema da língua funciona segundo regularidades demonstráveis, *apud* (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 154).

4. Os verbos *adj-ecer*

Os estudos sobre verbos de base adjetival com sufixo *-ecer* não mencionam construções para verificar propriedades das estruturas sintáticas e da correspondência semântica. Em geral, os trabalhos não trazem listas de adjetivos para confrontar vários exemplos e estudar as propriedades das construções formadas por essas palavras.

Margarida Basilio (2008), por exemplo, no livro *Formação e classes de palavras no português do Brasil*, cita algumas características dos verbos formados a partir de adjetivos, mas não analisa pares de frases para identificar as propriedades dos verbos. A autora mostra essas características, estudando uma frase para cada exemplo de verbo, sendo que cada verbo possui um sufixo diferente. Nessa obra não consta lista de adjetivos que originam verbos. Possivelmente, Basílio não optou por essa descrição a respeito dos verbos originados de adjetivos, pois o livro apresenta um estudo dos principais processos de formação de palavras do português do Brasil.

5. A análise

Com o objetivo de descrever características sintáticas e semânticas das construções com verbos *adj-ecer*, analisam-se as construções como em (3) e (4), para um estudo descritivo sobre a correspondência entre as construções, visando descrever as regularidades e as irregularidades.

Para isso, apresenta-se uma tabela no ANEXO com uma lista de adjetivos, que originaram verbos com sufixo *-ecer* (ex.: *apodrecer, enriquecer* etc.). Dessa maneira, pretende-se estudar as propriedades da construção (3), quando confrontada com frases similares, como (4). Nessa lista, as colunas descrevem as propriedades verificadas nos adjetivos, por meio de fórmulas. As linhas mostram os adjetivos e para cada adjetivo tem-se um exemplo seguindo a estrutura (3). A partir dessa estrutura, podem-se investigar quais construções podem parafraseá-la. Uma maneira de se parafrasear (3) é inserindo o advérbio intensificador *mais* na fórmula.

(10) *N0 tornar N1 mais Adj W*

A coluna pretende mostrar se (10) é uma paráfrase da estrutura (3). Com isso, (10) somente será paráfrase de (3) se o adjetivo admitir es-

sa propriedade. Caso isso seja possível, o adjetivo receberá o sinal + (positivo), do contrário receberá o sinal – (negativo) nas células. Assim, podem-se observar as propriedades que cada adjetivo apresenta.

Alguns adjetivos serão analisados com várias entradas lexicais, porque denotam sentidos diferentes. Sendo que cada entrada lexical aparecerá em uma linha separada na tabela.

6. *Testes formais*

Com os testes formais busca-se analisar as estruturas (3) e (4) para descrever as propriedades de correspondência semântica das construções, como a seguir, comparando:

(11) *A falta de estudos emburreceu o menino.*

(12) *A falta de estudos tornou o menino burro.*

A frase (12) parece denotar uma transformação completa de estado. Enquanto que na frase (11), há duas interpretações: a mudança de *NI* pode ter sido completa ou incompleta. Na construção (11), para que *NI* expresse apenas uma mudança incompleta, é necessário acrescentar um advérbio, por exemplo, o advérbio de intensidade *mais*. Assim, tem-se a seguinte fórmula para o exemplo (14)

(13) *NO Adj-v mais NI W*

(14) *A falta de estudo tornou o menino mais burro.*

Nesse caso, a mudança é incompleta porque a frase (14) sugere que o menino já era burro. Pode-se também inserir um advérbio atenuante (*Adv-aten*) na fórmula:

(15) *NO Adj-v Adv-aten NI W*

(16) *A falta de estudo tornou o menino um pouco burro.*

Dessa forma, pode-se observar que as frases (12), (14) e (16) podem ser parafraseadas por (11). Ou seja, há correspondência semântica, sendo que cada frase representa apenas uma das possibilidades de interpretação de (11). Outros adjetivos também admitem essa propriedade como em

(17) *Essa cor escureceu o quadro.*

(18) *Essa cor tornou o quadro escuro.*

Em (18) houve uma mudança completa. Já em (17), *NI* pode ter sofrido uma mudança completa ou incompleta. Para que (17) indique uma pequena mudança, acrescenta-se o advérbio *mais*:

(19) *Essa cor tornou o quadro mais escuro.*

Para denotar uma mudança incompleta, pode-se também acrescentar um advérbio atenuante:

(20) *Essa cor tornou o quadro um pouco escuro.*

Há casos em que não há correspondência semântica ao substituir construções (3) por (4) como em

(21) *A reconstituição esclareceu as dúvidas do juiz.*

(22) *A reconstituição tornou as dúvidas do juiz claras.*

As frases (21) e (22) não apresentam correspondência semântica. Em (21) a entidade denotada por *NI* some, e na frase (22) ela continua existindo. Observa-se, agora, as frases adiante:

(23) *O som de seu carro nos ensurdeceu.*

(24) *O som de seu carro tornou-nos surdos.*

Na frase (24), *NI* sofre uma mudança de estado, passando a ser surdo. Já na frase (23) pode-se verificar que *NI* passa por uma mudança, porém passageira. Com isso, a frase (23) pode ser parafraseada por:

(25) *O som de seu carro tornou-nos um pouco surdos.*

Nas frases (23) e (24), portanto, se está diante de outra propriedade do adjetivo. Enquanto que, na construção (24), *NI* passou por uma mudança definitiva, em (23), *NI* passou por uma alteração momentânea. Essa propriedade está presente também nas frases a seguir:

(26) *A emoção emudeceu o garoto.*

(27) *A emoção tornou o garoto mudo.*

Na frase (27) parece que *NI* ficou *mudo* numa condição irreversível. Já na construção (26) pode-se interpretar que *NI* ficou *mudo* por um período. Nas frases (23) e (26) percebe-se, assim, que os verbos denotam um evento provisório.

Essa propriedade verificada apenas nos adjetivos *surdo* e *mudo* ocorre uma vez que essas palavras têm ambiguidade. A surdez e a mudez

podem ser condições clínicas em que a pessoa nasce com essas características ou adquire, devido a fatores físicos. Mas também podem não estar ligadas a condições clínicas e, neste caso, podem indicar uma situação momentânea pela qual o falante passou (*O som do seu carro nos ensurdeceu*).

A diferença entre (23) e (24) é representada melhor, considerando-se para *surdo*, duas entradas lexicais distintas, já que é uma palavra que possui mais de um significado, Não se deve atribuir essa diferença de sentido à palavra surdo devido à transformação que ocorre quando inserida em frases (3)-(4), mas sim a sua ambiguidade.

7. Conclusão

A partir desses estudos, pode-se afirmar que, nos casos apresentados, por exemplo as frases (11) e (12), existe correspondência produtiva. Existem também diferenças semânticas nos casos (21) e (22), mas nessas diferenças há regularidades.

Com a aplicação de testes, por meio de método formal, é possível estabelecer padrões de recorrência dos elementos linguísticos de tal modo que em (4), muitas vezes, o verbo garante à frase uma transformação completa, ao passo que em (3) essa mudança pode ser completa ou não. Percebe-se, com disso, que (4) é uma das possibilidades de interpretação de (3), ou seja, há uma relação semântica de paráfrase.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASILIO, Margarida. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

GROSS, Maurice. *Méthodes en syntaxe*. Paris: Hermann, 1975.

FARACO, Carlos Alberto. Zellig Harris: 50 anos depois. *Revista Letras*. Curitiba: UFPR, n. 61, especial, p. 247-252, 2003.

IGNÁCIO, Sebastião Expedito. *Análise sintática em três dimensões*. Uma proposta pedagógica. Franca: Ribeirão, 2001, p. 30.

LAPORTE, Éric. A Linguística para o processamento das línguas. In: SILVA, A.; LINS, M. (Eds.). *Recortes Linguísticos*. Vitória: Saberes, 2000, p. 67-75.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georgis-Elias. *As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática*. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 154.

ANEXO

	N1 =: Nhum	N1 =: Nabs	N1 =: Nconc	N0 Adj-v N1 W = N0 tor- nar N1 mais Adj W	N0 Adj-v N1 W = N0 tor- nar N1 Adv-aten Adj W	Exemplos
branco	+	-	+	+	+	Essa pasta dental <u>embranqueceu</u> seus dentes.
brando	+	+	-	+	+	As punições <u>embrandeceram</u> o funcionário.
bruto	+	+	+	+	+	A falta de carinho <u>embruteceu</u> o adolescente.
burro	+	+	-	+	+	A falta de estudos <u>emburreceu</u> o menino.
caro	+	+	+	+	+	Os impostos <u>encareceram</u> o carro.
claro	-	+	-	+	+	A reconstituição do crime <u>esclareceu</u> os detalhes do assalto.
claro	-	-	+	+	+	O sol poente <u>esclarecia</u> a areia.
doente	+	+	-	+	-	A má alimentação <u>adoeceu</u> Pedro.
doido	+	+	-	+	+	As decepções <u>endoideceram</u> João.
duro	-	+	+	+	+	O acréscimo de trigo <u>endureceu</u> a massa de pão.
escuro	-	+	+	+	+	Essa cor <u>escureceu</u> o quadro.
forte	+	-	+	+	+	O exercício físico <u>fortaleceu</u> os membros superiores.
forte	+	+	-	+	-	A presença dos familiares <u>fortaleceu</u> João.
fraco	-	+	+	+	+	A queda de energia <u>enfraqueceu</u> a luz do banheiro.
fraco	+	+	+	-	+	A morte de Bin Laden <u>enfraqueceu</u> militares no Paquistão.
furioso	+	-	+	+	+	As piadas do comediante <u>enfureceram</u> a atriz.
grande	+	+	-	-	-	A conquista do medalha <u>engrandeceu</u> o atleta na visão da mídia.
grande	-	-	+	+	+	A presença desse espelho <u>engrandeceu</u> a sala.
jovem	+	+	+	+	-	A paixão <u>rejuvenesceu</u> Maria.
louco	+	+	+	+	-	O trânsito das cidades <u>enlouquece</u> os motoristas.

magro	+	-	-	+	-	A cor preta <u>emagreceu</u> você.
maduro	+	+	-	+	-	O sofrimento <u>amadureceu</u> o homem.
maduro	-	-	+	+	+	O calor <u>amadureceu</u> a maçã.
mole	-	-	+	+	+	A água quente <u>amoleceu</u> as batatas.
mole	-	+	-	+	-	As cenas do filme <u>amoleceram</u> meu coração.
mudo	+	+	+	-	-	A emoção <u>emudeceu</u> o garoto.
mudo	+	-	-	-	-	As complicações pulmonares <u>emudrecem</u> o garoto.
pálido	+	-	+	+	+	A doença <u>empalideceu</u> o paciente
pobre	+	-	-	+	+	Os gastos em excesso <u>empobreceram</u> o empresário.
pobre	-	+	+	+	+	A presença de cantores desconhecidos <u>empobreceu</u> o evento musical.
podre	-	-	+	+	+	A terra <u>apodreceu</u> o tomate.
rico	+	-	-	+	+	As atitudes ilícitas <u>enriqueceram</u> o dono da empresa.
rico	-	+	+	+	+	As rimas <u>enriqueceram</u> seu poema.
rígido	+	-	+	+	+	A madeira <u>enrijeceu</u> a prateleira.
surdo	+	-	-	+	+	O som de seu carro nos <u>ensurdeceu</u> .
surdo	+	-	-	+	+	A má formação do ouvido <u>ensurdeceu</u> a criança.
triste	+	+	+	+	+	A reprovação <u>entristeceu</u> o estudante.
velho	+	+	+	+	+	A tristeza <u>envelheceu</u> a mulher.

**SUFIXO -IVO / -IVE:
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
SOBRE FORMAÇÃO DE PALAVRAS
EM PORTUGUÊS E EM INGLÊS**

Solange Peixe Pinheiro de Carvalho (USP)
solangepinheiro@usp.br

Alguns sufixos, presentes em diversas línguas, constituem um léxico bastante amplo e uniforme, como é o caso de *-ivo* e seus cognatos, tanto nas línguas românicas oficiais e regionais (até o momento, a pesquisa abrange português, galego, espanhol, aragonês, catalão, francês, provençal⁷⁹, italiano, piemontês, napolitano, sardo e romeno) quanto nas do ramo germânico (inglês, alemão, holandês, norueguês, dinamarquês e sueco) – em algumas destas, o léxico é formado por empréstimos, que aparentemente entraram na língua por influência do francês, e o sufixo parece não ser considerado produtivo em uma perspectiva diacrônica ou sincrônica.

Se tomarmos como base de estudos as línguas românicas, constatamos que o processo de formação de palavras é bastante semelhante em todas elas: o sufixo *-ivo* se une a bases latinas – participípios ou supinos de verbos – formando a princípio adjetivos; posteriormente, com o processo natural de transformação de cada língua, alguns desses adjetivos passaram a ser usados como substantivos, tendo uma conotação ativa. Podemos citar como exemplo *cativo* (latim *captivus, a, um*), palavra formada a partir de *captum*, supino do verbo *capio, capere*, adjetivo que designava a pessoa presa (o homem cativo); somente em um momento posterior da língua essa palavra passou a ser usada como um substantivo, passando a ter, assim, uma conotação ativa. Verificamos então que, no léxico formado a partir de *-ivo* + base latina, há uma preponderância de adjetivos e uma quantidade menor de palavras que podem assumir as duas funções, adjetivo ou substantivo.

⁷⁹ Embora estejamos cientes das controvérsias a respeito da denominação *provençal*, a estamos adotando pelo fato ela ser usada em dois dos dicionários consultados até o momento, Littré e Mistral; pesquisas feitas em dicionários on-line (disponíveis em <http://www.locongres.org>) mostram que atualmente existe uma divisão entre *gascon*, *languedocien*, *vivaró-alpin* e *provençal*.

Para o estudo das formações em *-ivo* na língua portuguesa, foi feita uma listagem inicial a partir da pesquisa feita no *Dicionário Houaiss Eletrônico da Língua Portuguesa* (HOUAISS, 2011). Essa listagem inicial, composta por 1.273 palavras, foi refinada, para retirarmos dela as terminadas em *-ivo* mas que não são formadas por sufixação, como *goivo*, *noivo*, bem como as de origem tupi e africana, como *moandjiva*, *maniva*, entre outras. Ficamos, então, com um total de 1.141 palavras, formadas por sufixação (base + *-ivo* / *-iva*, p.ex., *ofensivo*), ou prefixação e sufixação (prefixo + formação com *-ivo* / *-iva*, p. ex., *inofensivo*); outra listagem contém 45 palavras formadas por composição, nas quais o segundo elemento é uma palavra formada com o sufixo *-ivo* / *-iva*, p.ex., *categórico-dedutivo*. Do total de 1.141 palavras, segundo informações oferecidas por Houaiss (2011), algumas têm como base uma palavra sem origem estabelecida, p.ex., *remoçativo*: *remoçat* + *-ivo*, formada a partir do radical verbo *remoçar* (*re-* + *moço* + *-ar*) em sua forma latina, e cuja base, *moço*, tem uma origem controversa. A quase totalidade delas, entretanto, é formada pelo processo descrito acima, ou seja, o sufixo *-ivo* se une a uma base de origem latina.

Se o processo de formação nas demais línguas românicas é bastante semelhante ao do português, segundo nossa pesquisa preliminar, pudemos observar uma diferença significativa em relação ao conjunto de formações em *-ive* em inglês, as quais entraram no léxico ou por via do anglo-francês ou diretamente via latim. No período da história da Inglaterra em que o território estava sob domínio da Casa Plantageneta (1216-1485), já são encontrados documentos em que aparecem formações com *-ive*, dentre os quais podemos citar a obra literária do escritor Geoffrey Chaucer (1343-1400). Muitas vezes, é difícil, ou até mesmo impossível, determinar se uma palavra terminada em *-ive* tem origem francesa ou latina, já que a pesquisa histórica baseada em documentos não é suficiente para estabelecer uma opinião definitiva:

One of the permanent difficulties that beset the etymologist is to determine whether a word such as evident, which has its counterpart in (O)F. évident as well as in L. evidēt- f. evidēns, is to be derived from the French or the Latin. Since literate Englishmen have been acquainted with both French and Latin through the Middle Ages and down to our times, either channel, or both, could be assumed as the means of entry into English, other things being equal (ONIONS, 1966, p. v-vi)

Uma listagem preliminar de palavras, feita em pesquisas no *Oxford English Dictionary*, versão eletrônica (doravante OED), no *Random House Dictionary*, versão eletrônica, e no *American Heritage Dictionary*,

versão impressa nos dá, em inglês, um total de 3.375 palavras terminadas em *-ive*, das quais 3.243 formadas por sufixação (base + *-ive*, p.ex. *vindictive*), ou por prefixação + formação com *-ive* (p.ex., *unvindictive*), além de 132 formadas por composição e que têm como segundo elemento uma palavra formada por *-ive*. Em inglês a listagem de formações em *-ive* inclui muitas palavras formadas por prefixação (*non-*, *hyper-*, *un-*, entre outros); por outro lado, em português, algumas dessas formações prefixo + palavra terminada em *-ivo* parecem ser consideradas possibilidades virtuais de formação de palavras, sobretudo com o elemento de composição *não-*, sem constar como verbetes de Houaiss (2011).

Desse conjunto de 3.375 palavras em inglês, entretanto, algumas não são formadas a partir de uma base latina, mas sim, de uma base germânica, constituindo um caso singular entre todas as línguas pesquisadas até o momento. Com raras exceções, essas palavras não são de uso corrente na língua, mas, sua existência é motivo para uma reflexão a respeito da diferença dos processos de formação entre português e inglês.

No *Oxford English Dictionary* (OED), temos as seguintes palavras: *abreactive*, *babblative*, *chattative*, *forgetive*, *go-aheadative*, *hastive*, *talkative*, *tidive*; no *Random House Dictionary*, *nontalkative*, *overtalkative*, *stick-at-it-ive*, *stick-to-it-ive*. Observamos que, dessa seleção, *abreactive*, datada de 1895, segundo o OED, embora tenha uma base latina (*react*, do verbo *reagere*) é formada a partir de um termo existente na língua alemã e usado em psicologia, *abreagierung*; as demais, são formações que têm como base formas mais antigas, como *talk*, *stick*, *chat*, *babble*.

Talkative e *babblative* têm como base o verbo (*talk* e *babble*), ao qual foi acrescentado *-ative*, cuja origem é o francês *-atif*, *-ative* que, por sua vez, se originou do latim *-ātīvus*, o sufixo *-īvus* unido ao *-āt-* do particípio ou do supino de verbos latinos em *-āre* (p. ex. *dēmonstrāre* > *dēmonstrāt-īvus*). A existência dessas formas em latim permitiu a criação, por analogia, dos exemplos citados neste parágrafo, sendo *-ative* possivelmente visto como um sufixo na época em que *talkative* (datação OED 1432-50) e *babblative* (datação OED 1583) entraram no léxico inglês, período em que a influência da língua latina no ambiente literato da Inglaterra ainda era bastante forte.

Chattative (datação OED 1873) tem como base *chat*, definida pelo dicionário como uma possível forma onomatopaica e abreviada de *chatter*, verbo que também é definido como onomatopaico e tem ligações

com o holandês (*koeteren* – to jabber, *kwetteren* – to chatter), e com o inglês *twitter* e *jabber*, ambos também onomatopaicos.

Thoughtive (abonação 1654, OED), é definida como uma *nonce-word*, ou seja, uma palavra criada para solucionar um problema específico, e tem o mesmo significado *thoughtful*; sua base, o substantivo *thought*, tem origem germânica (Old English, Old High German). Outra formação, *thinkative* (abonação OED 1662), com o significado de *speculative*, tem como base o verbo *to think*, de origem germânica. *Writative* (*write* + *-ative*, abonação 1736, OED), é encontrada em um texto de Alexander Pope, ensaísta, poeta e tradutor; atualmente é uma palavra rara, mas seu uso em um texto de Pope pode permitir a suposição de que na época ela tivesse uma circulação maior. Sua base, o verbo *to write*, tem origem germânica e formas antigas são encontradas em diversas línguas (Old English, Middle Low German, Middle High German, entre outras).

Algumas formações em *-ive* têm como base não um verbo, mas um nome ou um adjetivo formado a partir de um verbo, como é o caso de *go-aheadative*, cuja base é *go-ahead*, (o substantivo tem como sentido *progress*, *ambition*, *energy*, *initiative*; o adjetivo, *energetic*, *enterprising*). O verbo *to go* tem origem germânica, bem como *ahead* (preposição *a-* + *head*), e são encontradas abonações do verbo desde o século XII (*Beowulf*), e até mesmo anteriores.

Na listagem OED são encontradas duas formações sugestivas, *wastive* e *forgetive*. A primeira (abonação 1756, OED), é formada pelo verbo *to waste* + *-ive*; de acordo com o dicionário, *to waste* tem sua origem em formas antigas do francês (*waste-r*, *guaster*, *gaster*), estas, por sua vez, deram origem ao francês moderno *gâter*, relacionado ao português *guastar*, *gastar*, ao espanhol *gastar* e ao italiano *guastare*, assim como ao latim *vāstāre*. Aparentemente palavras de origem não-latina, *waste* e *wastive* podem ser incluídas nas derivações latinas do inglês, graças aos estudos etimológicos.

O outro exemplo é o adjetivo *forgetive*, criado por William Shakespeare (datação OED 1597, peça Henry IV, com o sentido de inventiva, creative). O verbete traz a seguinte observação: “A Shakespearian word, of uncertain formation and meaning” e oferece como base para sua criação o verbo *to forge* (*forge* + *-tive*), cuja origem é o Old French *forgier*, derivado do latim *fabricāre*. Assim como a formação anterior, *forgetive* só pode ser traçado à sua origem latina com estudos etimológicos aprofundados.

No *Random House Dictionary* encontramos *stick-to-it-ive* (com o sentido de *tenaciously resolute, persevering*), formado a partir da frase *stick to it*, perseverar, persistir. O verbo *stick* tem sua origem no OE. *stician*, cujas origens podem ser traçadas até formas do indo-germânico *stig- e que tem correspondentes em grego *στίζειν, στήμη, στήμα*, e no latim *instigāre*. Sua variante, *stick-at-it-ive*, passa pelo mesmo processo de formação, e ambas são pouquíssimo usadas. Contudo, o Merriam-Webster on-line traz o substantivo *stick-to-it-iveness*, com a datação de 1867, mostrando que a palavra não é um neologismo atual, e esse fato parece indicar que o acréscimo do sufixo *-ivo* a bases latinas não fosse visto como obrigatório entre os falantes nativos de inglês.

Considerando os exemplos acima, vimos como o processo de formação de palavras em *-ivo* em português e em inglês, embora siga uma regra aparentemente comum (base + sufixo *-ivo*), pode seguir caminhos diferentes. Em português, neste momento da pesquisa inicial, não foram encontradas palavras que comprovadamente não sigam o padrão de formação nas línguas neo-românicas, ou seja, base latina + sufixo; já em inglês, encontramos algumas palavras – poucas, se considerarmos o total de entradas nos dicionários consultados –, e em sua maioria pouco ou raramente usadas, que não seguem esse padrão, e têm como base uma palavra de origem anglo-saxã. A verificação desse fato, que chamou nossa atenção no momento da organização da listagem inicial em inglês, suscitou um questionamento que será investigado no decorrer da pesquisa, a saber, se nas outras línguas do ramo germânico são encontradas palavras que sigam esse processo (base não-latina + sufixo). Caso elas não sejam encontradas, o inglês seria então a única língua a ter um léxico formado a partir de um processo não produtivo ou que pudesse ser visto como uma exceção. As observações aqui apresentadas deverão ser estudadas com maior atenção; contudo, consideramos que a existência desse léxico é um fato significativo dentro do campo de estudos da morfologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANNON, John; GRIFFITHS, Ralph. *The Oxford Illustrated History of the British Monarchy*. Oxford: OUP, 1998.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva Digital, 2011. Versão 2.0.1

OXFORD *english dictionary*, versão eletrônica 4.0

SOUKHANOV, Anne (Ed.). *The American Heritage Dictionary of the English Language*. 3. ed. Boston, New York: Houghton Mifflin Company, 1992.

THE RANDOM house unabridged electronic dictionary. Based on the Second Printed Edition Newly Revised and Updated, 1994.